

**UNESP**   
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUISTA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP**

MAURICIO JÚNIOR RODRIGUES DA SILVA

***HABEMUS DOCTOREM?***  
CONSIDERAÇÕES SOBRE PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CAMPO  
ACADÊMICO CONTEMPORÂNEO



ARARAQUARA – SP

2015

MAURICIO JÚNIOR RODRIGUES DA SILVA

***HABEMUS DOCTOREM?***  
CONSIDERAÇÕES SOBRE PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CAMPO  
ACADÊMICO CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de Pesquisa: Estrutura, organização e funcionamentos discursivos e textuais.

Orientadora: Dra. Maria do Rosário F.V. Gregolin

ARARAQUARA - SP

2015

Silva, Mauricio Júnior Rodrigues da  
*Habemus doctorem?:* considerações sobre processos  
de subjetivação no campo acadêmico contemporâneo /  
Mauricio Junior Rodrigues da Silva - 2015.  
192 f

Tese (Doutorado em Linguística e Língua  
Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista "Júlio  
de Mesquita Filho", Faculdade Ciências e Letras,  
(Campus de Araraquara)

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de  
Fátima Valencise Gregolin

1. Subjetivação. 2. Universidade. 3. Discurso
4. Contemporaneidade. 5. Foucault, Michel. I. Título

MAURICIO JUNIOR RODRIGUES DA SILVA

***HABEMUS DOCTOREM?***

CONSIDERAÇÕES SOBRE PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CAMPO  
ACADÊMICO CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de Pesquisa: Estrutura, organização e funcionamentos discursivos e textuais.

Orientadora: Dra. Maria do Rosário F.V. Gregolin

Data da defesa: **28/04/2015**.

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA**

Presidente e Orientadora: **Prof<sup>ª</sup>. Dra: Maria do Rosário de Fátima V. Gregolin**  
Universidade Estadual Paulista/ UNESP Araraquara/SP.

Membro Titular: **Prof<sup>ª</sup>. Dra: Marina Célia Mendonça**  
Universidade Estadual Paulista/ UNESP Araraquara/SP.

Membro Titular: **Prof<sup>ª</sup>. Dra: Luzmara Curcino Ferreira**  
Universidade Federal de São Carlos/ UFSCAR, São Carlos/SP.

Membro Titular: **Prof<sup>ª</sup>. Dra Ivânia dos Santos Neves**  
Universidade Federal do Pará/UFPA, Belém/PA.

Membro Titular: **Prof<sup>ª</sup>. Dra: Maria Regina Momesso**  
Universidade Estadual Paulista/UNESP, Araraquara/SP.

Local: Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer:

Primeiramente àquele que me concedeu esse ato primeiro: Deus. (Balzac, H.)

A minha esposa, Giseli Barbeti Silva, presente em todos os momentos da minha vida: dos mais alegres aos mais tristes. Obrigado por fazer parte da minha vida.

A meus familiares, amigos e parentes que ficaram sempre a meu lado. Em especial as minhas tias, Lourdes Hipólito e Laura Santos Silva, que me ajudaram a “segurar as pontas” quando minha mãe se foi.

À Universidade “Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho”, juntamente com a Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara/SP, pela possibilidade de desenvolver meu trabalho e aprimorar minha pesquisa; a todos os funcionários; a todos os professores que, de certo modo, deram-me sugestões ou fizeram críticas para o aprimoramento da pesquisa.

No campo universitário, agradeço em especial à professora Dra. Maria do Rosário F.V. Gregolin, que no ano de 2010 me autorizou a assistir suas aulas no Programa de Pós-graduação em Linguística e que posteriormente aceitou me orientar. Não me esqueço do dia em que a professora me abordou em um Congresso realizado em Maringá/PR para comentar meu trabalho. Certamente foi um dos dias mais felizes da minha vida acadêmica. Agradeço também às professoras Dra. Marina Mendonça e Dra. Luzmara Curcino que participaram de meu exame de qualificação, contribuindo com importantes questionamentos e observações para o bom desenvolvimento do trabalho.

Ao grupo GEADA. A todos os companheiros de pesquisa com os quais convivi. Todos, sem exceção, foram extremamente importantes para a construção de um espaço agradável para produção do saber.

As minhas funcionárias Roberta Carvalho e Vanessa Correa, por me ajudarem a “manter de pé” a empresa que minha mãe lutou a vida toda para construir.

Em especial, agradeço à minha mãe Lindaura Rodrigues Silva, falecida em 2009, que me possibilitou não somente recursos financeiros para realizar meus estudos, mas, sobretudo, ensinou-me hombridade, dignidade e força para vencer na vida. A ela, e a meu pai, Mauricio Silva — também falecido — dedico o presente trabalho.

A todos, o meu *muito obrigado*.

“O papel do intelectual não é mais o de se colocar um pouco na frente ou um pouco de lado para dizer a verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso.” (Michel Foucault, 2008b, p. 71)

## RESUMO

Silva, M.J.R. (2015) *Habemus doctorem?*: considerações sobre processos de subjetivação no campo acadêmico contemporâneo. 192 f. Tese, Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara.

Para ocupar uma posição de sujeito dentro do campo acadêmico contemporâneo não basta estar presente no mesmo, é preciso cumprir uma série de práticas discursivas e não discursivas. Dentre elas, adotar um procedimento de escrita, tornar-se pesquisador, registrar cada uma de suas produções, possuir títulos, dentre outras. Essas e outras práticas legitimam o sujeito nos jogos de verdade que perpassam esse campo. Diante desses jogos, cumpre ao presente trabalho questionar alguns desses processos pelos quais o indivíduo deve passar para ocupar uma posição dentro do campo acadêmico que lhe permita enunciar com propriedade determinadas verdades. Na busca pela especificidade dessas práticas, procurou-se empreender uma prática de análise de discursos pautada na arqueogenealogia foucaultiana. Essa perspectiva arqueogenealógica está posta dentro de um campo do saber chamado de Análise do Discurso, desenvolvida na França nos anos 60/70 por meio dos estudos de Michel Pêcheux e Michel Foucault e pensada no Brasil hodierno a partir das perspectivas históricas de Maria do Rosário Gregolin (2002, 2004, 2006b). Esse instrumental teórico permite empreender uma teoria crítica do presente, de modo a verificar como o campo acadêmico está constituído a partir de uma relação de forças. Para problematizar esses processos de subjetivação que ocorrem no campo acadêmico, tomou-se dois eixos principais de análise: um primeiro pautado nos procedimentos de escrita, proveniente da análise de certos manuais/editais acadêmicos que estabelecem padrões de escrita, de circulação e legitimação dos textos; um segundo eixo derivado do assento curricular, no qual se analisou a Plataforma Lattes como um importante dispositivo para construção da subjetividade dos acadêmicos. A análise desses dois eixos temáticos permitiu ao trabalho analisar como as práticas nesse campo se norteiam dentre outros fatores pelas partilhas de títulos. Elas atuam como importantes instrumentos de poder que são preponderantes à produção das subjetividades. As interdições, segregações provenientes dessas partilhas são descritas na pesquisa, sobretudo a partir da separação entre *Homo accademicus* e *Homo doctorem*. Longe de serem pensadas enquanto tipos ideais dentro da academia, esses termos foram utilizados no trabalho para desconstruir o jogo de forças que existe nesse campo.

**Palavras-chaves:** subjetivação; universidade; discurso; contemporaneidade; Foucault, Michel.

## ABSTRACT

Silva, M.J.R. (2015) *Habemus doctorem?*: notes about the processes of subjectivity in contemporary academic field. 192 p. *Tesis*, Doctorate in Linguistics, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara.

To occupy a subject-position within a contemporary academic field, you may not just be on it, you need to follow a series of discursive and non discursive practices. Among them, having a procedure of writing, becoming a researcher, registering each of its productions, have titles, among others. These and other practices legitimize the subject in truth games that pervade this field. Against these games, we must question some of those processes by which the individual must pass to occupy a position within the academic field that enables him to enunciate truths with property. In the pursuit of specifying these practices, we tried to undertake an analysis of discourse in Foucault guided arque-genealogy. Our arque-genealogy is within a field of knowledge called Discourse Analysis, developed in France in the years 60/70 through the studies of Michel Foucault and Michel Pêcheux and thought in Brazil in contemporaneity from the historical perspective of Maria do Rosário Gregolin (2002, 2004, 2006b). This theoretical tools allows us to undertake a critique of this theory, in order to check how the academic field is constructed from a relationship of forces. To discuss the subjective processes that occurs in the academic field, we took up two main axes of analysis: a first guided in the procedures of writing, from the analysis of certain manuals that establishes academic standards of writing, circulation and legitimization of texts; a second axis derived from the *curriculum* register, which examined the *Plataforma Lattes* as an important device for the subjectivity of the academic building. The analysis of these two themes enabled us to understand how the practices in this field are guided by the shared titles. They act as important instruments of power through which individuals produce their subjectivities. Bans, segregation from these shares are described in the research, especially from the separation between the *Homo accademicus* and *Homo doctorem*. Far from being thought of ideas types within the academy field, these terms help us to deconstruct the play of forces that exist in this field.

**Key-words:** subjectivation; university; discourse; contemporaneity; Foucault, Michel.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	<i>Body planes: coronal, sagittal and axial</i>	60
Figura 2 –	Diagrama sagital	61
Figura 3 –	Doutor é quem faz doutorado I	121
Figura 4 –	Doutor é quem faz doutorado II	121
Figura 5 –	Ferramenta de busca por currículos na <i>Plataforma Lattes</i>	129
Figura 6 –	Estudantes e pesquisadores. Página inicial da <i>Plataforma Lattes</i>	133
Figura 7 –	Atualização do currículo. Página Inicial da <i>Plataforma Lattes</i>	135
Figura 8 –	Currículo <i>Lattes</i>	137
Figura 9 –	Indicadores de produção. Produção bibliográfica	138
Figura 10 –	Currículo <i>Lattes</i> . Produção bibliográfica	139
Figura 11 –	Página Inicial do <i>Portal Escrita Científica</i>	155

## LISTA DE ABREVIACÕES

<b>AREX</b>	—	Assessoria de Relações Externas da UNESP
<b>AD</b>	—	Análise do Discurso
<b>ADB</b>	—	Análise do Discurso produzida no Brasil
<b>CNPq</b>	—	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>FD</b>	—	Formação discursiva
<b>FCL-Ar</b>	—	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP
<b>GEADA</b>	—	Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara
<b>PDI</b>	—	Plano de desenvolvimento institucional da UNESP
<b>PROINTER</b>	—	Programa de Internacionalização da Pesquisa da UNESP
<b>UNESP</b>	—	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
<b>UNICAMP</b>	—	Universidade de Campinas
<b>USP</b>	—	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15

### PARTE I

#### DA ARQUEGENEALOGIA SAGITAL: DOS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE

<b>1 1. DA ONTOLOGIA CRÍTICA DO PRESENTE: ARQUEGENEALOGIA SAGITAL, SEMIOLOGIA HISTÓRICA E ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	31
1.1 ENTRE AS SÉRIES E OS LIMITES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA DO SABER (1969/2009).....	32
1.1.1 Do arquivo, das positivities e das FDs.....	34
1.1.2 Considerações sobre o domínio discursivo.....	41
1.2 A ACADEMIA É CINZA?: DOS INSTRUMENTOS GENEALÓGICOS PARA PROBLEMATIZAÇÃO DO CORPUS.....	46
1.3 NOTAS SOBRE A PROPOSTA DE UMA SEMIOLOGIA HISTÓRICA EM ANÁLISE DO DISCURSO.....	50
1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUEGENEALOGIA SAGITAL.....	52
1.4.1 Notas sobre o conceito sagital.....	60
1.5 DOS DUPLOS ARQUEOLÓGICOS E SUA DIMENSÃO SAGITAL.....	62
1.5.1 Do impensado, da origem e a arqueologia sagital.....	66
1.5.2 Da análise empírica à analítica arqueológica.....	69
1.5.3 Por uma “queda de muros” no pensamento foucaultiano.....	72
<b>2 O TEMPLO DO SABER E SEUS PRINCÍPIOS: A <i>PRIORI</i> HISTÓRICO, ATUALIDADE E RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO ACADÊMICO</b> .....	74
2.1 A HISTÓRIA, A HISTORIOGRAFIA E A ARQUEOLOGIA SAGITAL.....	75
2.2 CIÊNCIA, HISTÓRIA E CIENTIFICIDADE.....	78
2.2.1 Notas sobre a ciência moderna.....	79
2.2.2 Academia moderna e o saber científico.....	81
2.3 AUTONOMIA OU LIBERDADE?.....	85
2.4 DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO TEMPLO DO SABER.....	92
2.5 DA QUALIDADE.....	99
2.6 DA LAICIDADE.....	102
2.7 DAS DISSIMILITUDES DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE.....	108

**PARTE II**  
**BASTA PENSAR PARA EXISTIR NO CAMPO ACADÊMICO? :**  
**CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CAMPO ACADÊMICO**

<b>3 EU, <i>HOMO ACADEMICUS</i>? CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO, AS PARTILHAS DE TÍTULO E OS ASSENTOS CURRICULARES.....</b>	<b>111</b>
3.1 SÓ É DOUTOR QUEM FAZ DOUTORADO? : APONTAMENTOS SOBRE AS PARTILHAS DE TÍTULO NA CONTEMPORANEIDADE.....	112
3.1.1 Só é doutor quem faz doutorado?.....	115
3.1.2 Das partilhas de título e outras práticas no campo acadêmico contemporâneo.....	123
3.2 LATTES QUE EU TÔ PENSANDO?.....	130
3.2.1 Sobre a plataforma Lattes: base de dados ou dispositivo?.....	131
3.2.2 O currículo Lattes e seus enunciados não verbais.....	136
3.3 BASTA PENSAR PARA ESCREVER NO MUNDO ACADÊMICO?.....	136
<b>4 <i>COGITO, ERGO SCRIBO</i>? : DOS PROCEDIMENTOS DE ESCRITA E SEUS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.....</b>	<b>143</b>
4.1 ASSIM SE FAZ UMA TESE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA <i>COMO SE FAZ UMA TESE</i> (1977/2005) E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS.....	145
4.2 NOTAS SOBRE O <i>PORTAL ESCRITA CIENTÍFICA</i> .....	154
4.3 <i>FIAT LINGUA</i> : NOTAS FINAIS SOBRE A ESCRITA E AS RELAÇÕES DE PODER NAS PRÁTICAS ACADÊMICAS CONTEMPORÂNEAS.....	161
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>169</b>

**ANEXOS**

<b>ANEXO I – Relatório do Plano de desenvolvimento insitucional da UNESP (2009).....</b>	<b>185</b>
<b>ANEXO II - UNESP – ensino público, gratuito e de qualidade.....</b>	<b>186</b>
<b>ANEXO III - Religião e Universidade convivem há muito tempo.....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO IV - Doutor é quem faz doutorado?.....</b>	<b>190</b>
<b>ANEXO V – Ferramenta de busca por currículos da Plataforma Lattes.....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO VI – Página Inicial do Portal Escrita Científica.....</b>	<b>192</b>

## APRESENTAÇÃO

Para mostrar como cheguei ao *corpus* da presente pesquisa é importante começar por minha formação acadêmica. Sou graduado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”*, UNESP, campus de Franca-SP (2002-2005); em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (2006-2010); e mestre em Linguística pela Universidade de Franca (2009-2010). O interesse pelos estudos linguísticos e filosóficos surgiu quando cursei uma disciplina optativa chamada *História e Literatura* (2004) no terceiro ano do curso de História em 2004. No curso tive o primeiro contato com autores como: Roger Chartier, Hayden White, Paul Veyne, Paul Ricœur e, sobretudo, Michel Foucault.

A partir de então surgiu o interesse por pesquisas que estivessem relacionadas ao pensador Michel Foucault. Embora o *Trabalho de conclusão de curso* da graduação em História não tenha sido sobre o pensador, os estudos desenvolvidos desde então, mesmo em áreas diversas, convergem para a filosofia foucaultiana. Assim, na monografia de conclusão do curso Direito, chamada *Entre o Direito e o poder: o conceito de direito no pensamento de Michel Foucault* (2010), busquei perceber de que forma o Direito poderia ser entendido epistemologicamente no pensamento arqueogenealógico de Michel Foucault. Na dissertação de mestrado, não abordei Foucault sob o prisma filosófico, mas me utilizei de seu pensamento, sobretudo, arqueológico, como base teórica para os estudos do discurso. Intitulada *A tecnologia e o saber: discursos e representações do intelectual na internet*, a dissertação buscava analisar alguns discursos atinentes à intelectualidade provenientes de agências culturais na internet, sob o prisma da Análise do Discurso Francesa, centrada no pensamento de Michel Foucault.

Foi justamente no mestrado em Linguística na Universidade de Franca (2009-2010), sob a orientação da professora Dra. Maria Regina Momesso, que passei a desenvolver não somente trabalhos arqueogenealógicos, mas também trabalhos que pudessem estar relacionados à Análise do Discurso Francesa<sup>1</sup>. Foi nesse contexto que comecei meus estudos sobre os trabalhos de Michel Pêcheux, não para utilizá-lo como base teórica principal, mas sobretudo, para entender aquilo que veio a se tornar a Análise do Discurso desenvolvida no Brasil. Foi

---

<sup>1</sup> Doravante trataremos Análise do discurso como AD, e Análise do Discurso desenvolvida no Brasil, como ADB.

também na Universidade de Franca que iniciei estudos sobre a rede eletrônica e sobre a contemporaneidade, abordando autores como *Zygmunt Bauman*, *Stuart Hall*, *Pierre Levy*, *Jean-François Lyotard*, etc.

Em termos de abordagem teórica, os trabalhos de Maria do Rosário Gregolin (2002, 2004, 2006b) ao lado da perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault (2008a, 2009) foram e continuam sendo norteadores de nosso *modus operandi* teórico. O contato com a autora e atual orientadora ocorreu em meados de 2010 na cidade de Maringá/PR. Na oportunidade houve uma comunicação na qual foi exposta a perspectiva de se analisar a produção identitária do intelectual na rede eletrônica.

Foi justamente com essa proposta de estudar o intelectual na internet que no ano de 2011 ingressei no doutorado em Linguística e Língua Portuguesa na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara/SP. O contato com a orientadora e com o grupo GEADA foi fundamental para a introdução aos estudos de autores como *Roland Barthes* (1977, 2009) e *Jean-Jacques Courtine*. Além disso, introduziram-me a novas perspectivas de estudo em ADB<sup>2</sup> como: a abertura a uma Semiologia Histórica não reduzida a enunciados verbais.

Nesses quatro anos e meio de desenvolvimento, a pesquisa passou por algumas importantes modificações, a saber: o deslocamento da figura do intelectual para os múltiplos processos de subjetivação no campo acadêmico (procedimentos, currículos, partilhas); ampliação do lugar discursivo e *corpus* da pesquisa: antes somente restrito à rede eletrônica, e aberto agora a outras superfícies de delimitação, como manuais acadêmicos de escrita, editais, livros, etc; deslocamento do estudo das identidades para o problema das subjetividades. Dentre as razões para a alteração do objeto “intelectual” para os processos ou práticas de subjetivação está a seguinte entrevista de Michel Foucault proferida em abril de 1980 sob o título o *Filósofo Mascarado*, no qual ele declara:

Intelectuais, nunca os encontrei. Encontrei pessoas que escrevem romances e pessoas que curam os doentes. Pessoas que estudam economia e pessoas que compõem música eletrônica. Encontrei pessoas que ensinam, pessoas que pintam e pessoas de quem não entendi se faziam alguma coisa. Mas nunca encontrei intelectuais.

[...] encontrei muitas pessoas que falam do intelectual. E, por escutá-los tanto, construí para mim uma idéia de que tipo de animal se trata. Não é difícil, é o culpado. Culpado um pouco de tudo: de falar, de silenciar, de não fazer nada, de meter-se em tudo... Em suma, o intelectual é a matéria-prima a julgar, a condenar, a excluir. Não penso que os intelectuais falem demais,

---

<sup>2</sup> Doravante trataremos da Análise do Discurso produzida no Brasil como ADB.

porque para mim não existem. Mas penso que o discurso sobre os intelectuais esteja passando do limite e seja pouco encorajante.<sup>3</sup>

Foi essa descrença foucaultiana em relação à identidade intelectual que nos fez convergir para uma proposta diferente: o estudo dos processos e práticas de subjetivação, que em nosso caso passou a ser investigado no campo acadêmico/universitário da contemporaneidade. Nesse sentido, não se tratava mais de propor nomenclaturas, apenas descrever os processos, o que de fato tornava o trabalho mais coeso e era mais gratificante em termos de coerência teórica. Além disso, ao empreender esse deslocamento metodológico o trabalho se aproximou mais da história-genealogia de Michel Foucault uma vez que o que ela busca “são a história das práticas em que os homens enxergam as verdades e das lutas em torno dessas verdades” (VEYNE, 1998, p. 280).

O exame de qualificação, realizado em 27 de Junho de 2014, com a presença das professoras Dra. Luzmara Curcino e Dra. Marina Mendonça e presidido por nossa orientadora Dra. Maria do Rosário Gregolin, foi importante para que pudéssemos rever parte de nossa leitura sobre Arqueologia do Saber (1969/2009), parte de nossa abordagem sobre a Análise do Discurso; e desenvolver uma abordagem histórica, atentando às formas como a ideia de “descontinuidade” deveria estar presente na mesma; além de trabalharmos melhor o que entendemos por arqueologia “sagital”.

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, M.. O filósofo mascarado. Entrevista com C. Delacampagne. fevereiro de 1980. In: **Le monde**. n. 10.945, Paris: Le Monde-dimanche, 06 abr. 1980, p. I e XVII, p. 1-5. Disponível em: [http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/O\\_Filosofo\\_Mascarado.pdf](http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/O_Filosofo_Mascarado.pdf). Acesso em: 15 abr. 2014.

## INTRODUÇÃO

Pode soar atípico o modo como eu<sup>4</sup>, sujeito enunciador, inicio esta peça teórica. Na verdade, seria mais luta que atipicidade. Uma velada representação da vontade de verdade contemporânea, como aqueles procedimentos externos<sup>5</sup> do poder descritos por Foucault (2008a) em *A Ordem do Discurso* (1971/2008a), procedimentos que de velados não tem nada. Se este trabalho possuísse uma raiz teórica pechêutiana clássica, diria que se trata de esquecimento ou efeito ideológico (PÊCHEUX & FUCHS, 1997). Mas não é isso que ocorre, esse enunciado em primeira pessoa do singular é estranho face a uma dupla ilusão: a primeira, achar-me suficientemente consciente<sup>6</sup> para enunciar dessa forma; a segunda, estar autorizado a fazê-lo diante das práticas discursivas que circundam nosso campo acadêmico-científico (FOUCAULT, 2008a). Aliás, a cientificidade, poderia ser até uma terceira ilusão, mas não me cabe discuti-la neste momento. Na verdade, queria soar como Marcel Proust<sup>7</sup>, mas este não é o lugar discursivo para fazê-lo. Assim, para me inserir apropriadamente na luta discursiva da produção de verdades no mundo acadêmico, eu me converto, luto, mas ainda assim me converto. Como diz Foucault (2008a), é preciso se inserir nesse “sistema de exclusão”. Para ser legítimo frente à posição que ocupo no discurso institucional, o “eu”, também forjado por outras filosofias, em nosso caso, dará lugar ao “nós”, mais apropriado para enunciar “nesta ordem arriscada do discurso” (FOUCAULT, 2008a, p. 7). O roteiro de apresentação de trabalhos acadêmicos da FCL-Ar recomenda a “impessoalidade verbal” (BATISTA & ALVES, 2011), mas optaremos pelo *noi majestatis* — uso da primeira pessoa do plural — por esta ser uma forma de resistência estilística possível. Temos assim, por que não, um primeiro traço das partilhas discursivas empreendidas no campo acadêmico que gostaríamos de descrever: os procedimentos de escrita. Sob a ótica das abordagens históricas, múltiplas e descontínuas de Michel Foucault (2009, 2008a), buscamos empreender uma “crítica

---

<sup>4</sup> Conforme o roteiro de apresentação de trabalhos acadêmicos da Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara/SP (FCLAR) na escrita do trabalho acadêmico deve-se “dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e o verbo na voz ativa” (BATISTA & ALVES, 2011).

<sup>5</sup> Para Foucault (2008a), o discurso possui três procedimentos externos de controle: a vontade de verdade, a interdição e a segregação. O primeiro seria um desejo de exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão; o segundo seria a impossibilidade de dizer certas coisas e determinados contextos e terceiro diz respeito à separação entre discursos, dando primazia para uns em detrimento a outros (GREGOLIN, 2004, pp. 97-98).

<sup>6</sup> De acordo com Gregolin (2004), “o sujeito do enunciado é determinado historicamente” (p. 92), nesse sentido, em momento algum a investigação arqueológica se refere a “um sujeito individual”, nem a “qualquer coisa como uma consciência coletiva ou uma subjetividade transcendental” (p. 100).

<sup>7</sup> Em sua obra *Como se faz uma tese?*, Umberto Eco recomenda: “Não imite Proust” (ECO, 2005, p. 115).

ontológica de nós mesmos” (Cf. FOUCAULT, 1984) enquanto posição subjetiva<sup>8</sup> dentro do campo universitário. Crítica, não nos moldes kantianos de busca por *a priori* formais ou invariantes, mas em termos de uma análise discursiva, pautada na análise histórica dos processos de subjetivação que nos permeiam, e que nos impelem a enunciar de uma forma e não de outra. Nesse sentido, os únicos *a priori* possíveis na presente leitura, são aqueles concebidos por Foucault (2009) em *Arqueologia do Saber* (1969/2009): os “históricos” (FOUCAULT, 2009, p. 144).

Esse breve parágrafo que inicia o introito, longe de expressar uma perspectiva teórica de origens autorreferenciáveis<sup>9</sup>, serve mormente para representar uma parte dos problemas teóricos a serem analisados no presente trabalho, dos quais é possível destacar: a constituição histórica do sujeitos no campo acadêmico e em suas coextensões (ambientes interligados à universidade em razão de partilharem práticas concomitantes como é o caso da produção curricular; *sites* de professores, obras de metodologia científica); os sistemas de controle e de exclusão que perpassam esses campos; as práticas discursivas e não discursivas engendradas a partir da relação entre discurso, sujeito, história e relações de poder; as partilhas sociais provenientes da relação entre sujeito e ordem discursiva no campo acadêmico; as partilhas de título que ocorrem no campo extra-acadêmico; os procedimentos de escrita que nos impelem, enquanto posição de sujeito, a enunciarmos de uma forma e não de outra, etc. Essas temáticas convergem para os processos de subjetivação que perpassam o sujeito acadêmico hodierno, ou em outros termos, referem-se à busca por assumir determinadas posições de sujeito no campo acadêmico. Dito de modo ainda mais preciso, trata-se de questionar quais as práticas legitimam o sujeito a ingressar na ordem do discurso acadêmico, não de modo qualquer, mas a fazê-lo com autoridade, com a propriedade de quem aproxima seu discurso da supracitada vontade de verdade. De acordo com Foucault (2008a, p. 17, grifo nosso):

[...] essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um **suporte institucional**: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por **todo um conjunto de práticas** como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades dos sábios outrora, os laboratórios de hoje.

<sup>8</sup> Optamos doravante por utilizar “posição de sujeito”, ou “posição subjetiva” ou ainda “posição de subjetividade” e não “posição sujeito” para ficarmos mais próximos das termologias “position de sujet” “position subjective” e “position de subjectivité” que foram originalmente utilizadas por Foucault (1996, p. 123) na *Arqueologia do Saber* (1969/2009, p. 38; p.106).

<sup>9</sup> Como mencionamos os termos “crítica ontológica de nós mesmos”, “crítica do presente” e “autorreferenciável” houve o receito de que o trabalho soasse como uma busca de um significado original, transcendental. Mas este é justamente o aspecto que se busca combater. Nenhum dos conceitos formulados no trabalho deve ser pensado dessa forma. Tudo que se quer enunciar no trabalho segue uma “perspectiva histórica” (GREGOLIN, 2004).

Por meio da problematização de algumas práticas apoiadas em suportes institucionais, cumpre-nos questionar de que forma o “nós” da enunciação pode enfim dar lugar ao “eu”, não especificamente nos procedimentos de escrita, mas na produção de sujeitos acadêmicos, ou seja, trata-se de descrever os processos discursivos e não discursivos através dos quais os sujeitos acadêmicos ganham autoridade, tornando seu discurso legitimamente aceito, e, portanto, diferenciado pela prática discursiva institucional. Para deixarmos nosso discurso menos vago e metafórico, até porque essas características nos são interditas pela ordem do discurso acadêmico-científico, citamos como exemplo o enunciado no qual Gregolin (2004, p. 109) defende a continuidade da abordagem discursiva na genealogia foucaultiana, diferentemente do que preceituam Dreyfus & Rabinow (1995). Segundo a autora, “do meu ponto de vista, [em sua genealogia] Foucault continua a visualizar o discurso, só que a partir dos estudos genealógicos, ele o enxergará por meio da análise de outras práticas” (GREGOLIN, 2004, p. 109, grifo nosso). Esse excerto é importante por duas razões: primeiro, para antecipar nossa posição ao lado de Gregolin (2002, 2004, 2006b), na qual a abordagem discursiva é ainda determinante para os estudos genealógicos; e segundo, para mostrar como a ela, posição de sujeito professor-doutor, o uso da primeira pessoa do singular na enunciação não está tão restrito quanto a nós<sup>10</sup>. Por quê? Pelo simples fato da autora já ter cumprido uma série de procedimentos na ordem discursiva e por isso poder enunciar dessa forma. É óbvio que por ocupar uma posição de sujeito de autora, professora, doutora, ela não estaria livre dos condicionamentos que a ordem discursiva impõe. Contudo, algumas de suas coerções, enquanto “*Homo doctorem*”<sup>11</sup>, não se repetem para nós “*Homo accademicus*” (BOURDIER, 2006).

Feitas essas observações, poderíamos ironicamente<sup>12</sup> fazer analogia a um processo evolutivo, no qual: os indivíduos, ao passarem no vestibular, adentram ao campo acadêmico; sob a perspectiva de Bourdier (2006) ao cumprirem certos requisitos, tornam-se *Homo*

---

<sup>10</sup> Embora não haja em geral uma proibição expressa quanto ao uso da primeira pessoa do singular em trabalhos acadêmicos, importantes autores como Severino (1986), Lakatos & Marconi (1995), recomendam o uso da terceira pessoa do singular como procedimento de escrita, a fim de dar maior objetividade ao texto científico.

<sup>11</sup> É importante ressaltarmos que o termo “*Homo doctorem*” faz referência à posição de sujeito de doutor na academia. O termo foi utilizado de forma irônica para mostrar como nosso trabalho se adéqua ao discurso científico da academia. Além disso, o termo é importante para marcar uma posição de sujeito nesse campo e evitar confusões terminológicas, uma vez que no campo extra-acadêmico contemporâneo, o termo “doutor” pode-se referir a uma forma de tratamento dada a bacharéis em Direito, Medicina, e até a qualquer sujeito considerado importante.

<sup>12</sup> Enunciamos ironicamente porque dada nossa perspectiva foucaultiana, não partilhamos de perspectivas naturalistas, evolutivas, tampouco acreditamos “em objetos naturais como horizonte de uma prometedora racionalidade” (VEYNE, 1998, p. 281).

*accademicus*, graduandos, graduados, mestrandos, mestres, doutorandos, doutores. E a partir de então, ganham uma categoria singular de posição de sujeito: *Homo doctorem*.

Podemos dizer que se trata de uma “categoria singular” de posição subjetiva porque no campo acadêmico do Brasil contemporâneo o título de “doutor” autoriza os indivíduos a realizarem algumas práticas que são interditas àqueles que não possuem tal grau de titulação. Dessas práticas podemos destacar a participação em concursos públicos. Embora existam ainda concursos públicos que exijam o grau mínimo de mestre e/ou especialista para participação, é crescente o número de certames que passaram a exigir o doutoramento como titulação mínima; aqueles que não cumprem este requisito não estão “aptos” para o processo de seleção. Se recorrermos à memória discursiva de um arquivo científico proveniente dos discursos sobre evolução humana (cf. *Homo sapiens*) podemos de forma irônica enunciar a posição de sujeito doutor na academia como *Homo doctorem*. Trata-se de doutores que ao cumprirem determinadas práticas passam a enunciar sob o efeito de sentido da autoridade — dispensam o vínculo a um orientador — tornam-se discursivamente mais “aptos” aos jogos de força, “autônomos”, mas nunca o suficiente para fazê-los somente por si próprios, livres apenas no jogo que a partir de agora gostaríamos de descrever.

Como vimos, para se tornar sujeito no campo acadêmico não basta simplesmente ingressar no mesmo, cuja forma mais usual no Brasil contemporâneo seria participando de um processo seletivo chamado “Vestibular”. Este pode ser um dos primeiros passos, mas existem muitos outros até que o indivíduo possa ocupar posições de sujeito que o permitam enunciar de forma legítima no jogo das verdades (FOUCAULT, 2008a). É preciso antes, por exemplo, ocupar uma posição subjetiva de pesquisador; aprender a produzir; não tomar o discurso do outro como seu; reportar cada uma de suas produções e suas afirmações. É preciso seguir padrões de escrita; evitar devaneios teóricos e estilísticos; ser claro, objetivo e impessoal. Publicar, nos locais apropriados; participar de eventos científicos, registrar cada uma de suas produções. Depois que o sujeito se enquadra nesse processo, advém uma das primeiras partilhas institucionais, é preciso subir um degrau no processo de produção das verdades: é o momento de deixar de ser posição aluno para ocupar a posição de mestre. Mestre como aquele que, pela acepção do termo, estaria apto a “conduzir, governar, ensinar” (HOUAISS, 2005). Eis que, em geral, não é isso que ocorre. Como já mencionamos, no Brasil hodierno, é cada vez mais comum a exigência do doutoramento para que se possa “conduzir, governar”, ocupar a posição de sujeito professor universitário<sup>13</sup>. Assim, já tomado pelas práticas discursivas e

---

<sup>13</sup> Em 24 de setembro de 2013, o governo brasileiro sancionou a medida provisória número 614, que “torna obrigatória a exigência de doutorado para ingresso na carreira de professor em instituições federais de ensino

não discursivas provenientes do meio acadêmico, o agora *Homo accademicus*, como trata Bourdier (2006), lança-se a uma segunda partilha institucional de seu “processo evolutivo”: tornar-se *Homo doctorem*. Para tal, é preciso realizar uma tese; cumprir requisitos institucionais; e por fim, submeter-se a um processo examinador, que quando proclama “aprovado” pode estar enunciando, por que não, “legitimado” para o dizer verdadeiro. Aprovado, legitimado, pronto para conduzir pesquisas e ter autoridade dentro dos embates entre micro-poderes que cintilam no espaço acadêmico. Tudo para deixar de ser um “nós” e se tornar primeira pessoa, não necessariamente na escrita, enquanto marca enunciativa, mas no próprio campo acadêmico. Enfim *Homo doctorem*.

O que queremos dizer com isso é que embora saibamos que a primeira pessoa do singular seja preterida pela forma verbal impessoal no discurso científico (Cf. SEVERINO, 1986; LAKATOS & MARCONI, 1995; BATISTA & ALVES, 2011), não se trata aqui apenas de uma questão de escrita, temos algo muito maior, referímo-nos aos processos de subjetivação: tornar-se uma posição de subjetividade mais “apta” ao processo histórico de constituição das verdades. Assim, chegamos a um “eu” professor/doutor, enquanto posição de sujeito que tem legitimidade dentro do campo acadêmico; no campo discursivo o “eu”, posição subjetiva autor, atribui uma unidade, uma marca, um modo de ser do discurso. Mais que isso, trata-se de uma função no discurso. Segundo Gregolin (2004, pp. 103-104):

A função-autor caracteriza o modo de existência, de circulação, de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade, e, por esse motivo, se constitui em um dispositivo de controle dos sentidos que regula a ordem do discurso.

É por meio desses controles de sentido na ordem discursiva que o “eu” pode se apresentar não somente como uma posição de subjetividade, mas enquanto uma autoridade apta para desdizer e proclamar: “é válido”, “está correto”, “está aprovado”. Mesmo que partilhemos de uma perspectiva teórica, como é o nosso caso, que perceba o “eu” como uma produção histórica, ainda assim há que se reconhecer que no jogo hodierno de verdades, o “eu” doutor, de forma proterva alcunhado por nós como *Homo doctorem*, mesmo não sendo puro ou originário, no jogo de partilhas acadêmicas tem mais legitimidade e autoridade de dizer a verdade que o “nós”, *Homo accademicus*. Intelectuais, diria Foucault, “nunca os vi” (FOUCAULT, 1980), tampouco vimos *Homo accademicus*, *Homo doctorem*. Partilhamos

esses termos para sermos mais legítimos nesse jogo científico das verdades. Criação nietzscheana as avessas: criar para destruir. Isto é, não se pode mostrar a fragilidade de um castelo de areia sem antes construí-lo. Não se pode partir do nada, porque talvez nossa sociedade, como diz Veyne (1998, p. 281), “tenha horror ao vazio”.

Feitas tais confrontações, ou melhor dizendo, observações em relação ao jogo das verdades e suas partilhas provenientes do espaço acadêmico, cumpre-nos apresentar sob quais bases teóricas desenvolveremos nossa peça discursiva, histórica e desconstrutiva de verdades e/ou partilhas.

### **Hipóteses e base teórica**

Se pudéssemos definir o lugar discursivo de onde emanam nossos discursos teóricos, ou nossa base teórica, diríamos que antes mesmo da prática de análise de discursos, trata-se de uma arqueogenealogia sagital<sup>14</sup>. Isso porque em nossa formação acadêmica a análise de discursos adveio antes como “um eixo metodológico” foucaultiano do que como um campo do saber<sup>15</sup>. Descobrimos Michel Foucault antes de Michel Pêcheux; antes de entendermos a distinção saussuriana entre *Langue et Parole* e a oposição que Pêcheux faz à mesma, nos questionávamos sobre os problemas entre as séries e os limites da arqueologia (FOUCAULT, 2009). A discussão contra a história contínua, documental, positivista, para nós, veio antes mesmo da oposição ao formalismo estrutural, tema em geral caro aos trabalhos de AD. Nesse sentido, mesmo reconhecendo as aproximações de Michel Pêcheux com o pensamento arqueogenalógico nos anos 80 (GREGOLIN, 2004, p. 179), ainda assim devemos dizer que somos antes nietzscheanos<sup>16</sup> que pecheutianos<sup>17</sup>. Contudo dada a complexidade de nosso

<sup>14</sup> O termo sagital refere-se a um conceito filosófico abordado Foucault em *A hermenêutica do sujeito*, *O governo de si e dos outros*, e em seus textos *Distante, aspect e origine* (1963/1994a) e *Qu'est-ce que les Lumières?* (1983/2015). O conceito é em geral utilizado para referir-se a uma dimensão de tempo que é antagônica a uma perspectiva longitudinal, por isso possui características de atualização, descontinuidade e “crítica do presente”. O termo também já foi utilizado em outros campos do saber como na Matemática e na Anatomia médica. No final do primeiro capítulo da primeira parte, abordaremos de forma mais detalhada o conceito.

<sup>15</sup> “O segundo eixo de minhas pesquisas é o **eixo metodológico**, que poderíamos chamar de análise dos discursos [...] O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro. Essa análise do discurso como jogo estratégico e polêmico é, a meu ver, meu segundo eixo de pesquisa” (FOUCAULT, 2003a, p. 9, grifo nosso).

<sup>16</sup> Em entrevista concedida em G. Raullet em 1983 sob o título *Estruturalismo e Pós-estruturalismo*, Foucault nega as influências marxistas e estruturalistas e atesta que sua grande influência foi a de Nietzsche, segundo Foucault a experiência nietzscheana foi determinante para ele que pudesse abolir o ato fundador do sujeito e, por conseguinte, escapar da teoria fenomenológica (FOUCAULT, 1983, pp. 312-213).

<sup>17</sup> O excerto foucaultiano a seguir mostra a importância de Nietzsche para o pensador e para se empreender uma teoria crítica do presente, que é o pressuposto essencial de nossa arqueogenealogia sagital. Segundo Foucault

*corpus* e a heterogeneidade das superfícies de delimitação com as quais trabalhamos, nossa história genealógica não pode passar ao largo das experimentações teóricas que vem sendo empreendidas no Brasil contemporâneo nesse campo do saber chamado de Análise do Discurso. Quando falamos em experimentações teóricas, nos referimos aos trabalhos desenvolvidos por Maria do Rosário Gregolin (2002, 2004, 2005, 2006b), pelo grupo GEADA da *Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araquarara/SP*, e por diversos outros pesquisadores espalhados pelo Brasil, que passaram pelo grupo ou que partilham suas perspectivas. Para sermos mais precisos, essas experimentações se referem à análise de enunciados não verbais e da possibilidade de construção de uma *Semiologia Histórica* pautada na articulação dos trabalhos de Michel Foucault (2009, 2008a), Michel Pêcheux (2009, 2012), Jean Jacques Courtine (1994, 2009), Roland Barthes (1977, 2009), dentre outros.

Frente a essas propostas teóricas, não trabalharemos com intericonicidade (COURTINE, 2005) como faz Braga (2013), tampouco nos aventuraremos aos trabalhos de Carlos Henrique Escobar como faz Kogawa (2012), não buscaremos a articulação entre Barthes (1977, 2009), Courtine (1994, 2009) e Ginsburg como faz Mazzola (2010), tampouco proporemos um diálogo entre Barthes, Blanchot e Foucault, como faz Fernandes Junior (2007). Nosso contributo à AD, não mais entendida por nós apenas como eixo metodológico, mas como um campo do saber, é justamente explorar aquilo que é próprio de nossa formação: a abordagem histórica arqueogenealógica. Nesse sentido, nossa proposta histórica se aproxima, de certo modo, em termos teóricos, dos estudos desenvolvidos por Maria do Rosário Gregolin (2002, 2004). Segundo a autora, diante dos trabalhos estritamente formais que vem sendo desenvolvidos no contexto francês de estudos da linguagem após as mortes de Pêcheux e Foucault — que ocorreram entre 1983 e 1984 — é preciso que AD desenvolvida no Brasil contemporâneo recupere a chamada “espessura histórica das formulações”, isto é, a análise das historicidades para que possamos evitar ambiguidades e generalizações referentes ao tipo de estudo que é desenvolvido no Brasil (GREGOLIN, 2004, p. 191).

Dessarte, ao suscitar os enunciados que deixaram de circular, de possuir validade, o referencial teórico da arqueogenealogia foucaultiana abre a possibilidade de emprendermos

---

(1994a, p. 599, grifo nosso) “au moins depuis Nietzsche, la philosophie a pour tâche de diagnostiquer et ne cherche plus à dire une vérité qui puisse valoir pour tous et pour tous les temps. Je cherche à diagnostiquer, à **réaliser un diagnostic du présent**: à dire ce que nous sommes aujourd’hui et ce que signifie, aujourd’hui, dire ce que nous disons. Ce travail d’excavation sous nos pieds caractérise depuis Nietzsche la pensée contemporaine”.

uma “ontologia<sup>18</sup> crítica e histórica” do presente (FOUCAULT, 1984, p. 49), mostrando como a relação dos sujeitos consigo provém das práticas constantes em uma dada época. Retomamos, assim, o argumento já previamente esboçado de que para ser sujeito dentro do campo universitário não basta ingressar no mesmo, essa é apenas uma das primeiras práticas a serem cumpridas. É preciso “evoluir”, jogar o jogo das práticas para integrar os diferentes regimes de *jurisdiction* e *véridiction* (FOUCAULT, 1980, p. 25). Em outros termos, não basta simplesmente estar no mundo acadêmico para ter autoridade e legitimidade sobre o que se diz. Embora ambos os termos integrem o embate entre micro-poderes, há que se reconhecer que o discurso de um *Homo doctorem* tem *a priori* muito mais autoridade e legitimidade do que a fala de um graduando, por exemplo. Nesse sentido, na academia, muitas vezes as partilhas de título falam, excluem, segregam (FOUCAULT, 2008a). Mas, para que elas produzam efeitos de sentidos, é preciso que outras práticas ocorram. Trataremos em nossa pesquisa de duas dessas práticas que se relacionam a essas partilhas de título e que acabam por produzir efeitos de subjetivação no campo acadêmico. São elas: os assentos curriculares e os procedimentos de escrita. Devemos dizer que existem muitas outras práticas que atuam tanto no sentido de objetivar os indivíduos, quanto de fazê-los produzir suas próprias subjetividades. Esperamos que com este trabalho, outras pesquisas possam surgir para problematizar essas “outras” práticas que muitas vezes passam despercebidas pelos sujeitos acadêmicos. É por meio dessas práticas, por exemplo, que um comportamento a princípio tido como crítico ou revolucionário pode ser mero desmembramento de relações dadas historicamente.

Retomando nossas hipóteses, quando um indivíduo entra na universidade, um dos primeiros afrontamentos a seu padrão de subjetividade é a escrita. O aluno que entra na graduação traz consigo toda uma série de práticas de escrita derivadas do Ensino médio e Fundamental, que em geral, reportam para modelos dissertativos, argumentativos e enunciativos simplistas (MOTTA, 2010). Na universidade, não é muito diferente, contudo ela apresenta ao indivíduo alguns padrões distintos de escrita, em geral propostos por manuais de elaboração de trabalhos técnico-científicos e cursos de metodologia. Dentre os principais procedimentos de escrita está o uso da impessoalidade, a repartição do texto em módulos, a reportagem minuciosa de todos os dados apresentados, dentre outros. Além dos procedimentos de escrita existem os padrões de circulação ditados por editais e normas acadêmicas que

---

<sup>18</sup> O termo “ontologia crítica”, que utilizaremos no decorrer trabalho, deriva de uma abordagem foucaultiana (Cf. FOUCAULT, 1984/2014) e por isso não deve ser confundido com uma “ontologia formal das verdades”. Enquanto a primeira se refere a uma busca pelas singularidades dos sujeitos ao longo da história (modos de ser históricos); a segunda se volta para a busca de um aspecto originário (fundamental) do ser, postura avessa a nossa empresa teórica.

recomendam certos lugares onde os textos devam circular. Há nesse sentido toda uma classificação desses lugares a partir de certos requisitos, como o *qualis*<sup>19</sup> por exemplo. Sem os procedimentos de escrita não há as partilhas de título, que também estão associadas a outra prática do campo acadêmico contemporâneo: a descrição da vida acadêmica ou como chamaremos, o assento curricular.

Ao lado das outras práticas citadas, o currículo é um elemento fundamental para os processos de subjetivação que ocorrem dentro do campo acadêmico da contemporaneidade. É por meio dele que o sujeito apresenta não somente sua produção, mas suas “conquistas”, seus êxitos curriculares. Nesse sentido, seria inóxico vê-lo somente como um catálogo informativo e descritivo de produções<sup>20</sup>. Ainda mais em nossa contemporaneidade perpassada pela tecnologia, na qual a *Plataforma Lattes*, o modelo curricular mais utilizado no Brasil, tornou-se quase uma rede social. Assim, quando um indivíduo enuncia na plataforma, ele busca dentre outras coisas, diferenciar-se, mostrar-se, dizer-se capaz, forte, e não apenas buscar semelhantes para desenvolver seus estudos. Não que isso não ocorra, como veremos, a *Plataforma Lattes* é um importante instrumento para o encontro de pesquisadores, mas não é só isso. É também imbricação entre saberes e poderes. E é por isso que procuraremos analisar o registro contemporâneo da vida curricular também como um instrumento articulador de saberes e poderes.

### **Objetivos e disposição do trabalho**

Em primeiro lugar, para redarguir as questões suscitadas e apresentar nossa perspectiva crítico-sagital, é preciso perpassar alguns conceitos fundamentais da chamada arqueogenealogia foucaultiana, constantes em obras como *As palavras e as coisas* (1966/2000), *Arqueologia do saber* (1969/2009) e *A ordem do discurso* (1971/2008a); bem como explorar outras produções bibliográficas de Foucault como os textos *Qu'est-ce que les Lumières?* (1983/2015; 1984/2014) e as obras<sup>21</sup> *A Hermenêutica do sujeito* (1982/2006) e *O governo de*

---

<sup>19</sup> Cf. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Qualis periódico**. Brasília: CAPES, 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>>. Acesso em: 23 abr.2014.

<sup>20</sup> O fato do currículo Lattes se apresentar a princípio como um catálogo descritivo de produções científicas não o torna isento de poder. É importante dizer que para Foucault não é preciso que haja violência para que o poder se exerça, aliás, “o poder só se exerce sobre os indivíduos livres” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 244).

<sup>21</sup> *A Hermenêutica do sujeito* (1982/2006) e *O governo de si e dos outros* (1983/2010) são obras que derivaram de cursos ministrados no *College de France*. Desses cursos, atentaremos à última aula do curso de 1982, e à primeira do curso de 1983; em ambas Foucault aborda o conceito “sagital”.

*si e dos outros* (1983/2010). Os conceitos explorados serão preponderantes às análises de *corpora* a serem desenvolvidas na segunda parte do trabalho. Mas nem só de Foucault vive esta peça, para integrar nossa arquegenalogia ao campo de saber chamado de Análise do Discurso, é preciso suscitar alguns textos de Maria do Rosário do Gregolin (2002, 2004) e Jean-Jacques Courtine (1994, 2009). Dizer que nossa perspectiva teórica é antes nietzscheana que pecheutiana não significa ignorar os trabalhos de Michel Pêcheux, sobretudo aqueles desenvolvidos nos anos 80. Seus trabalhos se apresentam como uma importante ferramenta para situar nossa arquegenealogia em ADB. O que queremos dizer é que estamos mais próximos de uma história genealógica do que de uma teoria materialista. Como dissemos anteriormente nosso trabalho não tem um papel articulador das teorias do discurso de Pêcheux e Foucault, deixaremos isso a cargo de outros trabalhos que vem sendo desenvolvidos em ADB. Esse conceitual teórico, chamado de *Ontologia crítica do presente*<sup>22</sup>, compõe o primeiro capítulo da primeira parte. Nele estarão ainda contemplados nossa concepção de *arquegenealogia sagital* e a prática filosófica do *esquecimento anterógrado*<sup>23</sup>, elementos que são caros a nossa empresa teórica.

O segundo capítulo da primeira parte busca suscitar alguns *a priori* históricos que perpassam o campo acadêmico contemporâneo. Para fazê-lo sem necessariamente recorrermos a uma história contínua e longitudinal, optamos por empreender uma divisão historiográfica de cunho temático<sup>24</sup> com inspiração<sup>25</sup> na *Escola dos Annales*, principalmente na empresa braudeliana (2ª geração dos *Annales*) e na *Escola nova* (3ª geração dos *Annales*). Assim, ao invés de buscarmos descrever como se deu a constituição das instituições de Ensino Superior no Brasil, da Colônia aos dias atuais, ou ainda como se deu a formação das universidades contemporâneas do Ocidente desde seus resquícios históricos medievais até os

<sup>22</sup> O termo “ontologia crítica” foi utilizado por Foucault (1983) em seu texto *Qu’est-ce que les Lumières?* (1984/2014) para se referir uma “atitude, um êthos, uma via filosófica ou uma crítica” que pode ser depreendida da reflexão kantiana sobre a *Aufklärung* (Ilustração) a fim de problematizar o “presente” e nossa relação com o mesmo (FOUCAULT, 1984, p. 49).

<sup>23</sup> O esquecimento anterógrado é uma proposta de prática filosófica complementar à “*Ontologia crítica de nós mesmos*”, e propõe um ceticismo e um niilismo (recusa das verdades e dos fundamentos) frente às práticas do presente. O termo foi inspirado no conceito médico de Amnésia anterógrada, que é uma doença que se caracteriza pela “deficiência em formar novas memórias”.

<sup>24</sup> Por “divisão historiográfica de cunho temático” queremos dizer que não nossa abordagem histórica não seguirá uma cronologia de acontecimentos que foram historicamente importantes à constituição das instituições de ensino superior no Brasil e na Europa, mas buscaremos explorar uma memória discursiva das temáticas abordadas.

<sup>25</sup> A *Escola dos Annales* pode ser considerada uma das correntes historiográficas mais importantes do século XX, suas principais propostas teóricas incluíam um afastamento de uma história estritamente política, centrada na ação dos homens. Nossa inspiração em relação aos *Annales* não está posta somente nesse aspecto, mas principalmente em uma abordagem temporal descontínua (influência da Escola Nova) e de um deslocamento no objeto central de estudo: das universidades para os princípios/temas que, em geral, norteiam essas instituições (influência de Fernand Braudel).

dias de hoje, optamos por elencar alguns “temas” que são caros à constiuição das instituições de Ensino Superior no Brasil do século XXI, e a partir deles exploraremos alguns de aspectos históricos dessas instituições. Nosso ponto de partida dar-se-á por meio da apresentação de um excerto extraído do *Portal da UNESP*<sup>26</sup>, que contém<sup>27</sup> uma série de princípios que nortariam a atuação da referida instituição (Cf. Anexo I). Para sermos mais precisos, elencamos cinco “princípios” a serem analisados: a cientificidade, a liberdade, a laicidade e a qualidade, provenientes do *Portal da UNESP ou do PDI – UNESP (2009)*; e a internacionalidade, que está presente não somente em discursos institucionais da UNESP como também em outras importantes instituições de ensino superior como a UNICAMP, a USP, etc. Embora não os consideremos enquanto elementos atemporais ou transcendentais das instituições contemporâneas, esses princípios podem se apresentar como importantes estratégias de saber/poder que perpassam alguns processos de subjetivação da atualidade. Ao suscitarmos algumas memórias discursivas relacionadas a essas temáticas, conseguiremos não somente mostrar como se apresentavam essas instituições no passado, mas principalmente colocar em relação com o presente alguns discursos e práticas que deixaram de ser válidos ou que não têm a mesma relevância do passado.

Posta essa primeira parte, entraremos na parte que resume o mote fundamental da pesquisa: a análise de *corpora* ou a parte a qual chamamos *Basta pensar para existir no campo acadêmico*? Por meio de dois capítulos que compõem essa parte, gostaríamos de dar uma resposta negativa a essa indagação. Na academia, não basta pensar para existir, é preciso cumprir algumas práticas, discursivas e não discursivas. Práticas de saber e de poder que se articulam na produção histórica dos sujeitos.

No primeiro capítulo da segunda parte recorreremos tanto ao arquivo digital, quanto institucional para analisarmos algumas partilhas de título que ocorrem na contemporaneidade, tanto no campo acadêmico quanto no extra-acadêmico. Além das partilhas de título, analisaremos também outro grupo de práticas acadêmicas por meio dos quais os sujeitos se formam, ocupam diferentes posições e legitimam seus dizeres no campo acadêmico contemporâneo: trata-se dos assentos curriculares ou registros acadêmicos. É na relação entre as partilhas de título e os assentos curriculares, bem como por meio de outras práticas não elencadas, que os sujeitos começam a existir, ocupando determinadas posições no campo

---

<sup>26</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Transparência. **Competências**. Disponível em: <<http://unesp.br/transparencia/competencias.php>>. Acesso em: 28 dez. 2014, grifo nosso.

<sup>27</sup> A partir de uma reformulação realizada no início de 2015 no *Portal da Unesp*, os referidos princípios foram retirados de sua seção *Transparência*. Apesar dessa alteração em seu *site*, eles ainda podem ser encontrados em outras superfícies vinculadas à mesma instituição, como no *Plano de desenvolvimento institucional da UNESP* (02 mar. 2015), ou no relatório do *Plano de desenvolvimento institucional da UNESP* (UNESP, 2009, p. 22).

acadêmico como: a de aluno, a de pesquisador, a de mestre, a de doutor (*Homo doctorem*). Como sabemos existem algumas posições acima desta, como a de professor-doutor, a de livre-docente, a de professor titular, etc. Por uma questão de método, nos detivemos ao *Homo doctorem*, pois acreditamos que essa posição seja decisiva para os sistemas de exclusão discursiva (FOUCAULT, 2008a) que ocorrem na academia. Como já mencionamos, esperamos que outros trabalhos possam surgir a fim de investigar essas outras partilhas que existem no campo acadêmico hodierno.

Se no primeiro capítulo da segunda parte nos detivemos ao binômio partilha de título e assento curricular, no segundo capítulo da referida parte trataremos somente dos procedimentos de escrita da contemporaneidade. Estes serão abordados em dois *corpus* principais: a análise do capítulo *Redação* da obra *Como se faz uma Tese* (1977/2005) de Umberto Eco (2005), que se apresenta enquanto um importante trabalho da década de 70 do século XX, que é comumente abordado em cursos de metodologia científica no Brasil contemporâneo; e a análise do *Portal Escrita Científica*<sup>28</sup> da USP de São Carlos, que se apresenta enquanto um instrumento digital capaz de suscitar os indivíduos da academia a partilharem de determinados padrões de escrita.

Por meio da análise de superfícies e materialidades distintas, *Habemus doctorem?* busca mostrar como a originalidade<sup>29</sup> necessária para se produzir uma tese é antes uma adequação de práticas na luta velada pelas verdades. Na instância religiosa, especificamente catolicista, um dos primeiros sinais de que um novo papa foi escolhido — antes mesmo que seja enunciado *habemus papam* — é representado pela saída de uma fumaça branca da chaminé da basílica de São Pedro no Vaticano. No mundo acadêmico, não há fumaça, mas há — por que não — a cada banca examinatória de doutoramento, um *habemus doctorem*. Ou seja, há um processo examinarório que ao final atribui maior legitimidade aos sujeitos para o jogo histórico das verdades. O que queremos com esse título, *Habemus doctorem?*, é fazer com que a fumaça branca se torne cinza, como é a própria genealogia de Foucault (1971b, 2008a). Dito em termos científicos, cumpre-nos mostrar como em cada prática acadêmica há uma luta pela vontade de verdade. Aliás, segundo Foucault (2008a, p. 49) “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante dos próprios olhos”. Nesse sentido, cada procedimento acadêmico é antes uma prática da produção histórica dos sujeitos. Quando nos valem do latim para atribuir um título ao trabalho, dialogamos com Eco (2005),

---

<sup>28</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

<sup>29</sup> De acordo com Eco (2005, p. 48) “fazer uma tese significa redescobrir o seu pensamento original”.

queremos na verdade mostrar como existir na academia significa partilhar de posições subjetivas dadas historicamente; ser inventivo, ter originalidade, significa apenas estar apto ao jogo das verdades, cumprir seu ritual com propriedade. Resistir, como pretensamente fazemos, significa apenas integrar esse jogo de forças.

Mesmo tendo em conta todo esse relativismo, como diz Paul Veyne (1998, p. 281), é preciso afastar “as banalidades tranquilizadoras”, em nosso caso, da academia. Desmontar o conto de fadas do saber. Remontar a raridade, a crueldade da “transitoriedade histórica”, fazê-la emergir fora da perspectiva fenomenológica de busca por uma “originalidade irracional” (VEYNE, 1998, p. 281). Como “a genealogia é cinza”<sup>30</sup>, não há nada de colorido na academia. Há sim, um ferrenho embate entre micropoderes, lutas incisivas pela verdade, processos examinatórios, procedimentos normativos e reguladores de escrita, controle e registro da vida dos sujeitos, etc. Se remontássemos ao contexto medieval, poderia haver disputa de sangue também, contudo o discurso contemporâneo de respeito e zelo à vida impede que isso ocorra.

### **Metodologia e material de pesquisa**

No que concerne ao método de pesquisa, optamos primeiramente por analisar textos e obras que pudessem servir como um norte teórico da pesquisa a ser desenvolvida. Assim, os textos de Gregolin (2002, 2004), Courtine (1994, 2009), Nietzsche (1995) e sobretudo Foucault (1983, 1984, 2000, 2008a, 2009) moldaram aquilo que, embasados por Foucault (1984) chamamos de *Ontologia crítica do presente*: na qual se articularam a história genealógica nietzscheana, a arqueogenealogia e a “crítica” foucaultiana, com a concepção de memória discursiva dada por Courtine (1994, 2009) e a proposta de se recuperar as historicidades em ADB dada por Gregolin (2004, p. 191). Como dissemos anteriormente, nossa perspectiva é estritamente histórica e arqueogenealógica. A referência a Courtine (2009, 1994a), é uma aproximação importante e necessária para quem se propõe a empreender “outras arqueologias” (FOUCAULT, 2009, pp. 215-219), ou em outros termos, a análise de enunciados não verbais. É importante dizermos que, como se trata de uma proposta essencialmente arqueogenealógica, não exploraremos, de modo profícuo, as recentes

---

<sup>30</sup> “A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos [...] daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 1993, p. 15).

discussões empreendidas por Gregolin (2013) sobre a possibilidade de uma *Semiologia Histórica* em ADB. Outros trabalhos estão sendo desenvolvidos nesse sentido. Como mencionamos anteriormente, nosso contributo em termos de ADB é explorar as possibilidades da arqueogenealogia foucaultiana e propor que uma dimensão sagital<sup>31</sup> — por conseguinte, crítica — seja considerada na prática de análise de discursos.

Em termos de abordagem de *corpora*, nossa arqueogenealogia sagital, como a chamaremos, propõe-se a trabalhar com uma série de noções exploradas por Foucault (2009, p. 153) na *Arqueologia do Saber* (2009) – arquivo, formação discursiva e positividade – para se definir um domínio discursivo de práticas que possibilitem aos indivíduos adquirir autoridade e legitimidade no campo acadêmico. Tem início, assim, nossa desenfreada busca pelas especificidades desses exercícios por meio dos quais as subjetividades vão se constituindo em nosso *corpus*. É na tentativa de estabelecer esse domínio de exercícios que buscaremos definir campos enunciativos, práticas discursivas, e estabelecer alguns importantes enunciados. É nesse momento que nos associamos parcialmente ao trabalho de Courtine (2009). Dizemos parcialmente pois como já expusemos, não nos apropriaremos de termos como “*intericonicidade*” (MILANEZ, 2006, p. 169) por exemplo, ateremo-nos aos contributos da memória discursiva à Análise do Discurso. Em termos metodológicos, é importante destacarmos que o uso da memória discursiva de J.-J. Courtine (2009) contribui para darmos ênfase à perspectiva relacional constante da análise arqueológica de Foucault (2009), ou seja, por meio da memória discursiva, tratada de forma sagital — descontínua, relacional e crítica — outros enunciados provenientes de outros arquivos serão suscitados, a fim de problematizarmos e atribuímos especificidade aos enunciados abordados.

Empreendidas essas primeiras escavações arqueológicas, partiremos a suscitar os jogos de poder, destacando três procedimentos externos aos discursos que são preponderantes à articulação entre saber e poder. Trata-se da interdição, separação (*partage*) e da já propalada vontade de verdade (FOUCAULT, 2008a). Outro conceito importante do período genealógico de Foucault refere-se ao termo “dispositivo”, que diz respeito a um conjunto heterogêneo que engloba “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis,

---

<sup>31</sup> A concepção sagital foi trabalhada por Foucault (1983, 1984, 1994a, 2006) tanto em um momento pré-arqueológico no texto *Distance, aspect, origine* (1963/1994a) constante na obra *Dits et Ecrits I* (1954-1969/1994a). Ao tratar sobre os escritores da revista *Tel Quel*, Foucault enuncia que o passado não pode vir como lembrança que é facilmente recuperada, mas deve vir de forma descontínua, como “flechas que atravessam a densidade [do passado] diante de nós” (FOUCAULT, 1963, p. 276, apud VON ZUBEN, 2010, p. 172). Para facilitarmos o entendimento do interlocutor citaremos como exemplo o filme *Memento* (2008) de Christopher Nolan no qual a personagem principal, acometida por uma amnésia anterógrada, tem contado com o passado de forma absolutamente descontínua, fato que torna seu presente um construto permanentemente instável. Esses conceitos serão abordados de forma pormenorizada no final do primeiro capítulo da primeira parte.

medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1993, p. 138). Para nossa empresa, trata-se de um conceito preponderante uma vez que combina elementos de saber, poder, bem como os modos de subjetivação no campo acadêmico (DELEUZE, 1988).

Posto isto, devemos formalmente dizer que o trabalho apresentado fundamentar-se-á estruturalmente no método analítico-discursivo, proveniente da arqueogenealogia foucaultiana, fazendo uso, também, da pesquisa investigativa (indutivo-dedutivo) – que permitirá conhecermos particularidades sobre o assunto – e contará com intensa pesquisa nas mais diversas obras publicadas que se relacionem com a questão da produção de subjetividades no campo acadêmico contemporâneo, assim como em obras de áreas distintas do saber como a História, a Filosofia e a Linguística.

Em resumo, para o trabalho proposto, não de ser observados os seguintes critérios metodológicos: a) seleção, localização e importância das fontes de informação referentes ao tema proposto; b) pesquisa bibliográfica e de obras acerca da questão do discurso e sua relação com o sujeito na História, para chegarmos a uma profícua problematização da produção de subjetividades na Análise do Discurso; c) apreciação de textos relacionados a universidade, subjetividade e história, advindos de áreas como a Filosofia e a Linguística.

### **Dos jogos de poder**

Longe de escaparmos às determinações estratégico-discursivas que circundam nosso meio acadêmico, buscamos nos inserir discursivamente nessas lutas<sup>32</sup>. Intervir, lutar, resistir. Resistirmos não como se resiste a um poder central, mas de forma a lançarmo-nos no jogo de micropoderes. Como bem diz Foucault (2008b) é preciso lutar “contra as formas de poder justamente onde ele é objeto e instrumento de uma verdade” (FOUCAULT, 2008b, p. 14). Nossa luta é contraditória, pois se volta contra nós mesmos, mostra que os objetos recolhidos, os argumentos arquitetados, os procedimentos observados são meras práticas que objetivam ser parte do embate entre verdades. Nossa proposta evolutiva de *Homo accademicus* para *Homo doctorem* é a provocação<sup>33</sup> possível ao discurso científico-institucional<sup>34</sup>. Que comece

---

<sup>32</sup> “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008a, p. 10).

<sup>33</sup> Como veremos ao final da peça, nosso título, que adveio durante o processo de escrita, por remontar todo formalismo da academia é a expressão possível de nosso cinismo contra as técnicas acadêmicas.

<sup>34</sup> Não se acredita que de fato existam *Homo accademicus* ou *Homo doctorem*, nosso objetivo ao utilizar os termos foi mostrar como se produz dentro da academia efeitos de sentidos de um processo evolutivo, que dá mais legitimidade ao discurso dos sujeitos conforme eles vão ocupando determinadas posições.

a guerra contra esses objetivismos tecnocratas do modo como ela deva começar, pois se houver mais devaneios teóricos, a mão pesada das práticas acadêmico-científicas impor-se-á, e esta peça, sob a pecha da reprovação não poderá circular.

**PARTE I**

**DA ARQUENEALOGIA SAGITAL:  
INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE**

## 1. POR UMA CRÍTICA DO PRESENTE: ARQUEGENEALOGIA SAGITAL, SEMIOLOGIA HISTÓRICA E ANÁLISE DO DISCURSO

O presente capítulo inicia a parte chamada *Da arqueogenealogia sagital* e se constitui basicamente em um capítulo teórico, que servirá de suporte às análises de *corpora* desenvolvidas na segunda parte, denominada *Basta pensar para existir no mundo acadêmico?* Nele apresentaremos conceitos fundamentais de nossa arqueogenealogia, tentaremos tornar evidente nossa perspectiva nietzscheana de tensão entre forças e nossa necessária aproximação às leituras que Jean-Jacques Courtine (2009) faz da *Arqueologia do Saber* (1969/2009). A princípio, não se trata de um capítulo de descrições históricas sobre o desenvolvimento da ADB, uma vez que isso já foi feito por autores como Moraes (2013), Witzel (2011), Braga (2013), dentre outros. Trata-se basicamente de descrições epistemológicas, nas quais a Análise do Discurso não poderia passar ao largo. Embora tenhamos dito na *Introdução* que esta peça é antes nietzscheana que pecheutiana, não se pode tratar das bases epistemológicas da AD sem analisar algumas das perspectivas de Michel Pêcheux. Embora saibamos que existam interessantes aproximações entre as teorias discursivas de Pêcheux e Foucault, não é este nosso mote fundamental. Cumpre-nos fundamentalmente descrever como se dará nossa arqueogenealogia; citar algumas importantes experimentações teóricas desenvolvidas em AD no Brasil, sobretudo por meio dos trabalhos que se valem de Foucault como arcabouço teórico fundamental, a saber: os trabalhos desenvolvidos no Brasil por Maria do Rosário Gregolin (2002, 2004, 2005, 2006b, 2012). Quando tratamos de experimentações teóricas, poderíamos até dizer avanços, mas isso não soaria bem aos ouvidos de uma perspectiva foucaultiana. Portanto, essas experimentações desenvolvidas no Brasil contemporâneo em termos de teoria do discurso, compreendem a formulação de uma *Semiologia Histórica*, por meio de uma possível articulação dos trabalhos de Foucault, Barthes, Courtine e Pêcheux (anos 80). Não sabemos ao certo se nossa perspectiva arqueogenealógica se aproxima dessas perspectivas, o fato é que partilhamos da proposta de Gregolin (2004) de se valorar os estudos históricos em Análise do Discurso no Brasil. Em termos metafóricos, não sabemos se estamos contribuindo para a “quebra de espelhos”<sup>35</sup> que muitos analistas têm arduamente se empenhado em fazê-lo, nossa proposta é

---

<sup>35</sup> A expressão “quebrar os espelhos” — *casser les miroir* — foi utilizada por Michel Pêcheux em seu texto *L'étrange miroir de l'analyse de discours* (1981), para se referir à necessidade da *Análise do discurso francesa* se abrir outros discursos, que não os políticos, a fim de “recuperar as contradições que produzem a história” (SARGENTINI & SILVA, 2003, p. 9; PÊCHEUX, 1981).

mais modesta: busca desenvolver aportes de análise discursiva estritamente foucaultiana para que outros trabalhos possam desenvolver uma *Semiologia Histórica* derivada da caixa de ferramentas de Foucault (2009). Para que isso ocorra, acreditamos que é importante fazer “caírem [alguns] muros”<sup>36</sup> conceituais do próprio pensamento foucaultiano, ou seja, ao invés de utilizar somente conceitos da arqueogenealogia, queremos também nos valer de outros conceitos — como a ideia de uma “ontologia crítica de nós mesmos”<sup>37</sup> — que foram utilizados por Foucault em outros momentos de sua obra, afim de ampliar as possibilidades conceituais de nosso instrumental arqueogenealógico.

A seguir começaremos a explorar nossa base teórica pela obra que consideramos como a mais importante de nosso projeto: *A Arqueologia do Saber* (2009).

## 1.1 ENTRE AS SÉRIES E OS LIMITES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA DO SABER (1969/2009)

Eu havia partido de um problema relativamente simples: a escansão do discurso segundo grandes unidades que não eram as das obras, dos autores, dos livros ou dos temas. E eis que, com o único fim de estabelecê-las, comecei a trabalhar toda uma série de noções (formações discursivas, positividade, arquivo), defini um domínio (os enunciados, o campo enunciativo, as práticas discursivas), tentei fazer com que surgisse a especificidade (FOUCAULT, 2009, p. 153).

Embora seja comum observarmos análises da *Arqueologia do saber* (1969/2000) que contemplem as propriedades do discurso ou do enunciado, como Gregolin (2004, 2006b) e J.-J. Courtine (2009) fazem, a nosso ver, o excerto acima é importante para que possamos entender o método arqueológico. Em primeiro lugar, há que se observar na citação, a busca foucaultiana pela “especificidade”, é ela que impede que Foucault (2009) reproduza determinadas convenções sociais de seu tempo como as partilhas entre louco/normal, doente/sadio, dentre outras. Seja sua busca derivada de um método estrutural, como em *O nascimento da Clínica* (1963/1977), ou proveniente de uma escavação arqueológica do saber, é por meio da especificidade das práticas discursivas que Foucault (2009) questiona o jogo de

<sup>36</sup> “[Foucault:] Eu sou um pirotécnico. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. Não sou a favor da destruição, mas sou a favor de que se possa passar, de que se possa avançar, de que se possa **fazer caírem os muros**”. In: POL-DROIT, R. **Michel Foucault**: entrevistas. Trad. V. Portocarrero, G.C. Carneiro. São Paulo: Graal, 2006, p. 69, grifo nosso.

<sup>37</sup> “**L’ontologie critique de nous-mêmes**, il faut la considérer non certes comme une théorie, une doctrine, ni même un corps permanent de savoir qui s’accumule; il faut la concevoir comme une attitude, un *ethos*, une vie philosophique où la critique de ce que nous sommes est à la fois analyse historique des limites qui nous sont posées et épreuve de leur franchissement possible” (FOUCAULT, 1984, p. 49, grifo nosso).

verdades formais que vai se moldando nos campos do saber ao longo do tempo (FOUCAULT, 2009, p. 18). Ter em conta a busca pela especificidade discursiva significa estar atento aos limites que circunscrevem a prática discursiva, ou seja, implica trazer à tona as mudanças, as transformações, tornar evidentes os discursos que deixaram de circular, deixaram de ser válidos, foram esquecidos, perdidos no tempo.

Apesar da importância dos limites (mudanças) para o projeto arqueológico, a própria constituição dos mesmos passa por outro importante elemento da arqueologia: a série. É a partir da relação entre séries e limites que as escavações arqueológicas se desenvolvem no pensamento foucaultiano na busca pela especificidade discursiva. De acordo com o próprio Foucault (2009), “constituir séries [implica] definir para cada uma seus elementos, **fixar-lhes os limites**, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou quadros” (FOUCAULT, 2009, p. 08, grifo nosso).

No projeto arqueológico, a constituição das séries passa pela decomposição dos discursos em unidades não usuais. Como diz o próprio autor, não se trata de analisar temas tradicionais como autor, unidade e obra, mas de estabelecer um conjunto de noções para se “definir um domínio” (FOUCAULT, 2009, p. 153). Dentre as noções utilizadas pelo pensador nesse processo escavatório, podemos destacar: o arquivo, a formação discursiva, a positividade, a prática discursiva, o campo enunciativo e o enunciado. Por uma questão didática, optamos por seguir a ordem como elas estão apresentadas no excerto que inicia o presente subcapítulo. Assim, trabalharemos em um primeiro tópico com arquivo, FD e positividade; e em um segundo, com enunciado, prática discursiva e campo enunciativo. Não queremos com isso intuir que essas categorizações sejam fixas e que, por conseguinte um “domínio” somente possa se referir aos três elementos citados. Na verdade, o excerto é meramente exemplificativo, na arqueologia foucaultiana esses conceitos flutuam: o domínio, por exemplo, pode tanto designar um nível enunciativo (“domínio dos enunciados”), quanto um conjunto de positivities (FOUCAULT, 2009, p. 231), um campo enunciativo/associado (“domínio de memória” – FOUCAULT, 2009, p. 64), ou ainda o espaço das formações discursivas (FOUCAULT, 2009, p. 153).

Acreditamos que a devida exposição teórica desses conceitos é importante porque eles estarão presentes em nossa análise de corpora. Ou seja, é principalmente por meio deles que buscaremos suscitar algumas especificidades dos discursos contemporâneos. Especificidade que não advém de uma tentativa de “recuperar o passado” (Cf. HALBWACH, 1975, p. 279 apud COURTINE, 2006, p. 01), mas de colocar presente e passado em uma relação que não

se destine “a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. [Na arqueologia] a comparação não tem um efeito unificador, mas multiplicador” (FOUCAULT, 2009, p. 180). É em busca desse efeito multiplicador que começaremos a abordar as primeiras “noções” da arqueologia.

### 1.1.1 Do arquivo, da positividade e da FD

Começaremos nossa análise epistemológica pela análise do sistema que instaura a especificidade histórica dos enunciados: o arquivo. Segundo o próprio Foucault (2009, p. 146), o arquivo é “o início, a lei do que pode ser dito”. Para Gregolin (2006b, p. 40), se pensarmos em termos hierárquicos o arquivo traduz o que há de mais amplo na arqueologia foucaultiana, englobando “enunciado, conjunto de enunciados (discurso), formações discursivas, práticas discursivas, *a priori* histórico, positividade”. Nesse sentido, quando enunciamos anteriormente que buscaríamos determinados enunciados que pudessem fugir a nosso arquivo, queríamos implicar nessa estranheza que o dizer pode suscitar quando não partilha de uma mesma amplitude sistêmica. Por ser definido por Foucault (2009, p. 147) como um “sistema”, é natural que existam certas regularidades, certas repetições, mas isso, como o próprio pensador diz não implica em considerá-lo, ou reduzi-lo a uma “massa amorfa”. Nesse sentido, pode-se dizer que o arquivo é um sistema vivo, que dissemina historicidades, não um mero agrupamento de textos ou de proposições. É por meio dessa característica que o arquivo é capaz de instaurar o enunciado como uma materialidade articulada à história. Dito em termos foucaultianos, o arquivo instaura o enunciado enquanto “coisa e acontecimento”, isto é, dá ao mesmo a vivacidade que uma sistêmica estrutural, por exemplo, não prevê.

O arquivo se constrói na densidade das práticas, isto é, do discurso em movimento, mas sem que as posições-sujeito que o animam se deem conta disso. Ou seja, “não é possível descrever nosso próprio arquivo”, pois ele dá-se por fragmentos, por níveis que nos tomam, e naturalizam nossos atos (FOUCAULT, 2009, p. 148). O fato é que ele se torna mais claro quanto mais escapamos ao nosso limiar de memória, ou seja, quando suscitamos um breve esquecimento anterógrado de nossas práticas. Isto é, o arquivo torna-se clarividente conforme suscitamos “o fora de nossas práticas discursivas” (ibid.). São os limiares de corte, os limites de nossa apropriação discursiva que aparecem quando diferentes arquivos se relacionam, ou melhor dizendo, chocam-se. Nesse sentido, a arquivo nos auxilia justamente a desnaturar

nossas práticas, especificar nossos enunciados, uma vez que eles são estranhos por história e não por natureza. Em nossa análise de *corpus*, será preciso suscitar esses limiares provenientes de outros sistemas que circulam no campo acadêmico. As flechadas de atipicidade histórica que nossa arqueologia sagital busca suscitar são capazes de evidenciar esses outros sistemas, capazes de nos mostrar práticas acadêmicas “outras”, distintas; por sua vez, plenas na possibilidade de tornar perenes as nossas.

Podemos dizer que as marcas do passado advêm como flechadas de atipicidade, pois o arquivo “não é o que protege o acontecimento do enunciado e o conserva para memórias futuras”, não é possível recuperar o enunciado por meio de um “milagre eventual de sua ressurreição” (FOUCAULT, 2009, p. 147). Dessarte, quando se lida com arquivos, trabalha-se “com sistemas gerais de formação e transformação dos enunciados”, isto é, lidamos com discursos em temporalidades múltiplas, disformes, cuja existência dá-se pelo limiar (ibid., p. 148). É nesse horizonte de historicidades limites que podemos ter contato com um importante domínio: o campo enunciativo.

Enquanto para Foucault (2009) o arquivo é algo que surge com vivacidade, isto é, suas regras estão em movimento, não constitui simplesmente uma massa amorfa de textos, para Pêcheux (1997) ele se configura enquanto “um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997). É importante para nossa empresa demarcar a diferença entre esses autores, para que possamos deixar evidente nossa abordagem. O arquivo foucaultiano não se restringe a um mero campo documental, isto é, a lei do que pode ser dito não se restringe a documentos. Aliás, cumpre-nos pensar e questionar se a concepção do arquivo a partir de documentos não estaria próxima de uma abordagem histórica tradicional, cujas discontinuidades são praticamente nulas. Talvez seja esse o problema da abordagem pecheutiana. Segundo o próprio Foucault não é possível perceber o arquivo como “a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado” (2009, p. 146). Ao contrário, é próprio do movimento das práticas discursivas impedir que grandes massas se formem. Há que se lembrar do que dissemos a pouco que a construção das séries em Foucault acompanha a formação de limites. Além dessa diferenciação em relação a Michel Pêcheux é importante também estabelecer uma diferença em relação à leitura que Eni Orlandi (2002) dá ao arquivo pecheutiano. Segundo a autora, o arquivo seria “o discurso documental, a memória institucionalizada” (ORLANDI, 2002, p.11). Essa concepção de arquivo enquanto “memória institucionalizada”, não se repete na arqueologia de Foucault (2009), uma vez que para este o arquivo seria um “sistema de enunciados” que não pode ser simplesmente ressuscitado ou remontado. Nesse sentido, o

arquivo é simplesmente “o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa” (FOUCAULT, 2009, p. 147). É interessante antecipar, até porque isso será tratado de forma mais pormenorizada quando abordarmos a memória, que em seu texto *Lecture et memoire*, Pêcheux (1990, pp. 286-287) mostra como a arqueologia foucaultiana pode contribuir no sentido de evitar uma redução documental, ou seja, por meio da arqueologia é possível aproximar o documento da história para pensá-lo, enquanto um monumento. Essa aproximação implica em valorar o enunciado enquanto acontecimento, enquanto o nó de uma rede.

Feita esta observação, é necessário retomarmos a ideia de arquivo em Foucault. Para o autor, essa noção é tão importante que em uma entrevista concedida a R. Bellour no ano de 1967, o filósofo a definia como sendo o “objeto principal de sua arqueologia”. Segundo o autor, seu “objeto não é a linguagem, mas o arquivo, quer dizer, a existência acumulada de discursos”. Essa expressão não indica a constituição de uma massa textual, mas implica em dizer que para Foucault (1994a, p. 681) são as “regras”<sup>38</sup> e não “a soma de textos” produzidos em uma cultura, os elementos principais que se busca na análise do arquivo.

Segundo Dreyfus & Rabinow (1995, p. 97), a importância do arquivo está em multiplicar os horizontes de visibilidade e legibilidade dos sujeitos. “Isto nos leva à conclusão de que, uma vez num horizonte diferente, podemos ver que a verdade do horizonte passado era, como toda verdade, uma mera construção pontual”. A descrição do arquivo passado, mudo, esquecido está ligada a uma prática, proveniente de nossa arqueogenealogia sagital, que se trata do “esquecimento anterógrado”. De antemão podemos dizer que o arquivo possibilita multiplicar e desdobrar as possibilidades de percepção das práticas do presente. Nesse sentido, ele abre ao sujeito uma possibilidade niilista, de estranhar suas próprias práticas, e percebê-las como um mero jogo de verdades. Nesse sentido, assim como a personagem principal do filme *Memento* (2000), ele deixa de produzir memórias e passa a perceber seu entorno como mera contingência. Isso faz da arqueologia um “balanço desmistificador”, uma vez que ao suscitar a “diferença última do fenômeno [...] descobre-se necessariamente que o fenômeno é estranho, arbitrário e gratuito”, isto não é um fundamento possível para as coisas humanas (VEYNE, 2011, p. 24).

---

<sup>38</sup> “Entre a língua [...] e o corpus [...], o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Não tem o peso da tradição; não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas, mas não é, tampouco, o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade; entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 148).

Apresentado o arquivo, trataremos agora de outra importante noção abordada por Foucault na Arqueologia: a positividade. Ela talvez seja um dos principais elementos de sua arqueologia capazes de confrontar uma perspectiva transcendental. Segundo Foucault (2009, p. 141, grifo nosso), cumpre à arqueologia:

[...] descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, **mas segundo a dispersão de uma exterioridade**; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma positividade.

Pela explicitação do termo positividade é possível perceber como Foucault rejeita associar o enunciado à interioridade de um “sujeito constituinte” (GREGOLIN, 2004, p. 101). Para o pensador, a positividade é “uma unidade”, um “conjunto de regras” que desempenham o papel de um *a priori* histórico, que por sua vez seria “uma condição de realidade para os enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 141, 144, 145).

A partir desses excertos, poder-se-ia dizer que a positividade seria um referencial externo, com existência independente ao discurso? De forma categórica devemos dizer que não, como afirma Gregolin (2002, p. 19), “as coisas não preexistem às práticas discursivas”, ou seja, não se pode pensar em uma realidade que exista e tenha significado independentemente da imbricação entre discurso e história. Como assevera o próprio Foucault (2009), a realidade não existe de forma muda, mas está sempre posta em relação, seja com a linguagem, com o sujeito, e/ou com a história. A partir disso, não há um referente específico ou um correlato para os enunciados, mas “leis de possibilidade, regras de existência para os objetos” (FOUCAULT, 2009, p.103).

Analisar as positivities de um campo implica em buscar unidades ou regras que atribuam características ao domínio dos enunciados. Deve-se dizer que essas regras “não caracterizam formas de conhecimento”, mas unidades que permitem às práticas articularem os signos às coisas. Como exemplo dessas positivities, Foucault (2009, p. 173) cita a História natural, a filologia, biologia, a economia, a gramática, e a análise das riquezas, que podem ser entendidas, a seu tempo, como unidades de discursos e práticas capazes de reunir diferentes conceitos que, por sua vez, podem ocupar posições análogas no campo do saber. Na relação entre positivities distintas, é possível que existam relações de subordinação ou complementaridade. Essas relações determinam aquilo que Foucault chama de correlações

arqueológicas (FOUCAULT, 2009, p. 182). A interpositividade, ou esse jogo entre positivities, não se limita à repetição, à semelhança, mas, dá-se principalmente pela comunicação. Nesse sentido, positivities opostas e contraditórias podem e devem se comunicar para que discursos e suas práticas possam ter sua possibilidade de existência. Já na *Arqueologia do saber* (2009, p.183) Foucault discute a possibilidade das positivities se relacionarem a sistemas não discursivos capazes de produzir relações específicas entre as positivities.

Nessa relação de existência, a positividade é representativa de algo maior, não formal, mas histórico, mais próximo inclusive de um aspecto empírico<sup>39</sup>: trata-se do *a priori* histórico. “Diante dos *a priori* formais cuja jurisdição se estende sem contingência, [o *a priori* histórico] é uma figura puramente empírica; mas, por outro lado, já que permite compreender os discursos na lei de seu dever efetivo” (FOUCAULT, 2009, p. 145).

Quando se observa o enunciado em que Foucault (2009) descreve seu *a priori* histórico, pode se ter a impressão de que se trata de um antecedente, algo exterior que atribui característica às práticas discursivas. Contudo, não se pode estabelecer essa relação causal no pensamento arqueológico. Antes de causa existe relação em Foucault. É por essa razão que sua obra “não pode nem ser associada a versões grosseiras do marxismo, nem tampouco alinhada ao liberalismo, pois ele não acredita em sujeitos humanos livres” (WILLIAMS, 2013, p. 155). O *a priori* está inserido na prática, é ele que permite compreender “pontos de junção, lugares de inserção, [...] domínios ou ocasiões de utilização, e [também] como a história pode ser não uma contingência absolutamente extrínseca, não uma necessidade da forma que desenvolve sua própria dialética, mas uma regularidade específica” (FOUCAULT, 2009, p. 145). Como veremos mais a frente, é parte da reflexão relacional arqueológica lidar tanto com regularidades quanto com transformações, nesse sentido, e não é a simples indicação da regularidade que implica em “um apagamento do acontecimento histórico” (Cf. PÊCHEUX, 2012, p. 56), mas a forma como a análise histórica está presente na prática de análise de discursos.

Em nossa análise das noções, tratamos primeiramente daquela que engloba não somente o domínio dos enunciados, mas o próprio campo relacional das noções, como diz Gregolin (2006b, p. 40), hierarquicamente o arquivo pode ser considerado o que há de mais

---

<sup>39</sup> “Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico. Justapostas, as duas palavras provocam um efeito um pouco gritante; quero designar um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas **condição de realidade** para enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 144, grifo nosso).

amplo, englobando a própria positividade e o *a priori* histórico<sup>40</sup>. Após analisarmos o arquivo, tratamos daquele que pode ser considerado o elemento característico do domínio enunciativo, representativo de seu elemento articulador de domínios, respectivamente temos as positivities e o *a priori* histórico (FOUCAULT, 2009, p. 146). Antes de entrarmos no campo dos domínios, resta-nos tratar daquela noção capaz de, como diz Foucault (2009, p. 146) “escandir” esse campo: as formações discursivas.

A formação discursiva é tratada por Foucault (2009, p. 43, p. 50) como uma noção capaz de agrupar os enunciados, ou seja, trata-se de uma “lei de coexistência”. Segundo Foucault (1994a, p. 674) quando pudermos definir um conjunto de regras dos enunciados, temos uma formação discursiva individualizada. Após especificá-la, pode-se então “perceber as mudanças que afetam os objetos, as operações, os conceitos e as opções teóricas” (FOUCAULT, 1994a, p. 677). Para evitar que nossa análise das formações discursivas incorra em uma tipologia, optamos por evitar atribuir nomes às mesmas, mas apenas descrever alguns enunciados e discursos que podem estar presentes na mesma, uma vez que ela pode estar atravessada por diferentes tipos de discursos.

Na entrevista *Resposta a uma questão* (1991) concedida à revista *Esprit* no ano de 1968 — ou seja, antes da publicação da *Arqueologia do Saber* (1969/2009) — Foucault mostra como sua tentativa de desconstruir as grandes unidades no universo discursivo passa por três critérios fundamentais: a formação, a transformação e a correlação. “Esses critérios permitem substituir os temas da história totalizante por análises das diferenças” (FOUCAULT, 1991, p. 50, tradução nossa). Diferenças que advêm por meio de uma análise relacional — não cronológica, longitudinal — na qual as noções arqueológicas — sejam elas formações discursivas, campos enunciativos, etc. — são peças fundamentais para uma busca arqueológica pelas diferenças.

Em outros termos, segundo Foucault (1991), essas diferenças podem ser observadas tanto no interior de uma formação discursiva, quanto em uma “formação em si mesma”<sup>41</sup>, ou ainda na relação simultânea entre várias formações. No primeiro caso, trata-se de transformações nos próprios objetos, conceitos, e operações teóricas. No segundo caso, trata-se da relação com o sujeito, com as formas de linguagem e com os locais de circulação da

<sup>40</sup> De acordo com Zine (2014), o fato da positividade desempenhar papel de *a priori* histórico não a torna sinônimo do mesmo. De acordo com o autor, na arqueologia foucaultiana a positividade seria um “conjunto de estratos empírico-históricos de uma dada época”, enquanto o *a priori* histórico seria “um campo de organização de um saber possível” (ZINE, 2014, tradução nossa).

<sup>41</sup> De acordo com Foucault (1991, p. 53), as mudanças nas “formações em si mesmas” dão-se: pelo deslocamento de linhas que tornam os objetos possíveis; pelas posições que o sujeito falante ocupa no discurso; pelos funcionamentos da linguagem em relação aos objetos; e pela circulação dos discursos na sociedade (Cf. FOUCAULT, 1991, pp. 53-54).

formação. E o terceiro caso, refere-se a mudanças nas hierarquias, funções e funcionamentos que afetam várias formações ao mesmo tempo (FOUCAULT, 1991, pp. 54-55).

A partir dessas relações de mudança no contato com vários elementos — interior da formação, consigo mesma e com outras formações — podemos entender como se compõe a formação discursiva na *Arqueologia do Saber* (1969/2009). Além de ser aquela “lei de coexistência”, as formações discursivas representam ainda as regras de formação que existem entre os objetos, os conceitos, os enunciados e os tipos de enunciação. Devemos dizer que, embora a formação designe um “conjunto semelhante” na relação entre esses elementos, essa semelhança se dá na dispersão. Parece contraditório, mas o fato é que a formação estabelece a semelhança a partir da dispersão dos sujeitos; como já se mostrou, não se trata de sujeitos constituintes, mas relações entre posições-sujeito distintas. A mesma situação ocorre na relação entre os regimes de objeto, uma vez que eles não são definidos nem pelas palavras, tampouco pelas coisas; não podemos pensar o discurso como a relação entre “elementos significantes que representam determinados conteúdos”; o discurso é definido pela prática, ou seja, pelo constante movimento entre um “feixe complexo de elementos heterogêneos” (FOUCAULT, 2009, p. 82, p. 55). É a busca por esse campo relacional — alternado entre série e limite — que faz Foucault (2009, p. 43) utilizar o termo formação, para não ter de se valer de outros conceitos “carregados de condições e consequências” como ideologia, ciência, teoria, etc.

Diferentemente de Foucault no qual a utilização do termo FD não se relaciona com a ideologia, para Pêcheux dos anos 70, o termo está intimamente associado aos aparelhos ideológicos do Estado. Segundo Courtine (2009), é no interior da FD pecheutiana que ocorre o assujeitamento do sujeito. Para tal, a FD deve se “associar ao complexo da instância” ideológica — o interdiscurso — a fim de “dissimular a transparência de sentido que nela se forma” (COURTINE, 2009, p. 73). Embora o sujeito foucaultiano seja determinado historicamente, não é possível relacioná-lo a essa trama ideológica. Como o próprio Foucault afirmou no parágrafo anterior a utilização do termo ideologia traz uma série de consequências teóricas para a prática da análise de discursos. A principal delas está relacionada a essa dependência ideológica, uma vez que a partir dessa reflexão é preciso relacionar toda FD ao interdiscurso, que também se apresenta “como o lugar de formação de pré-construídos e articulação dos enunciados” (COURTINE, 2009, p. 76).

Como mostramos anteriormente quando tratamos da relação entre séries e limites, na arqueologia foucaultiana “a definição de uma FD [...] convida a estabelecer a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade” (COURTINE, 2009, p.

83). Quando tratarmos do enunciado, veremos como ele apresenta uma relação a um domínio associativo, ou campo enunciativo, ou ainda “campo adjacente”, “espaço colateral”. Segundo Courtine (2009, p. 90, grifo nosso), é sobretudo em razão dessa característica que “o enunciado entra em uma rede interdiscursiva de correlação”. Isso torna possível “conceber procedimentos de reunião e de organização de materiais empíricos que rompem com o postulado da homogeneidade que domina as operações de constituição de *corpus* em AD” (COURTINE, 2009, p. 90). Embora Foucault (2009) não tenha refletido em específico sobre o campo da Análise do discurso, é importante se valer da leitura de Courtine (2009) para dar mais dinamismo à constituição enunciativa e à busca por sua especificidade. De acordo com Gregolin (2005, p. 06, grifo nosso), ao refletir sobre esse domínio associativo dos enunciados:

Courtine propõe pensar a FD como “fronteiras que se deslocam” e cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva. Trata-se, portanto, de inserir no coração da noção de FD a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados. Articulado a essa tese fundamental do papel da memória, todo um conjunto de noções foucaultianas é integrado ao conceito de FD (acontecimento, práticas discursivas, arquivo etc.) fortalecendo a idéia de uma articulação dialética entre singularidade e repetição, regularidade e dispersão. Essa problematização institui o território da História como o campo das FDs.

Diante da leitura de Gregolin (2005), devemos dizer que partilhamos dessa perspectiva courtiniana de que “toda formulação possui, em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais se produz certos efeitos de memória específicos”; além disso, acreditamos que essa perspectiva é importante para dar maior dinamismo à análise das FDs (GREGOLIN, 2005, p. 06). Contudo, embasados por Courtine (2005), advogamos que o uso da memória discursiva deve vir como um complemento à “caixa de ferramentas teórica” da arqueologia (FOUCAULT, 1993, p. 71). Nesse sentido, seu uso deve observar tanto as perspectivas históricas de descontinuidade e dispersão quanto à própria dinâmica arqueogenealógica, que se situa principalmente entre as séries e os limites. Para tal, acreditamos que seja de suma importância considerar a dimensão sagital de passado proposta por Foucault (1994a), para que a memória não tenha como finalidade reconstruir as marcas de passado, pois isso implicaria nos perigos da continuidade ou da busca por uma origem, mas que ela advenha a fim de desnaturar as práticas do presente. Eis a proposta arqueogenealógica sagital em AD.

### 1.1.2 Considerações sobre o domínio discursivo

Como dissemos no início de nossa reflexão sobre a arqueologia, na problematização das grandes unidades discursivas, Foucault (2009) trabalha com uma série de noções para definir um “domínio” capaz de trazer especificidade aos enunciados. Embora a ideia de domínio não se limite somente a três elementos, no excerto que enceta o tópico 1.1, Foucault (2009) destaca três elementos do domínio discursivo: o átomo, o movimento e associação, ou em termos foucaultianos, o enunciado, a prática e o campo enunciativo. Eles serão abordados nessa sequência pelo fato de que na análise do último, faremos importantes remissões tanto aos estudos de Courtine quanto aos de Pêcheux, autores que são muito caros ao movimento que será abordado no próximo sub-capítulo, a saber: a *Semiologia Histórica*.

Posto isso, começaremos por tratar daquele que pode ser considerado como a “unidade elementar” do discurso: o enunciado. Segundo Gregolin (2004, p. 88), o enunciado escapa às reduções linguísticas, lógicas e pragmáticas, isto é, embora seja importante a esses campos do saber, ele não se reduz à frase, à proposição ou aos atos de fala. Nesse sentido, ele pode ser entendido como “uma função que cruza o domínio das estruturas e unidades possíveis” para fazer aparecer conteúdos concretos. É justamente esse aspecto funcional que faz com que as unidades citadas possam se tornar enunciados. É importante ressaltarmos que suscitar a especificidade dessa função, talvez seja um dos objetivos centrais da arqueologia. E por que fazê-lo? Por que empreender uma vasta escavação histórico-arqueológica para se chegar ao enunciado? Porque ao ser relacionado com os outros elementos, ele nos permite empreender uma *ontologia crítica do presente* (Cf. FOUCAULT, 1984), ou seja, mostrar como não existem verdades formais, atemporais ou transcendentais. Em outros termos, os significados atribuídos às coisas são, na verdade, efeitos de sentido partilhados historicamente. Segundo Williams (2013, p. 178), os enunciados são funções históricas básicas que “não impõem um conteúdo ou significado positivo à história, apenas uma função positiva. [Devido a essa característica,] os enunciados permitem o rastreamento de relações complexas entre o que é dito e o que é visto” (WILLIAMS, 2013, p. 178).

Em razão de possuírem uma materialidade, se agruparem, formarem conjuntos, possuírem uma historicidade, os enunciados se relacionam a um campo enunciativo, capaz de estabelecer laços de filiação com o passado e suscitar enunciados que não são mais admitidos ou válidos. Ao analisarmos os manuais de escrita e o assento curricular na segunda parte do trabalho, estaremos em busca de “demarcar esse campo enunciativo” (FOUCAULT, 2009, p.

149). É principalmente por meio dessa trama complexa que seremos capazes de perceber como são transitórios os discursos do presente.

Como aborda Courtine (2009), na perspectiva foucaultiana, a função enunciativa se exerce a partir de quatro propriedades principais, a saber: o referencial, as posições-sujeito, o domínio associado e uma existência material. O referencial diz respeito “ao lugar, à condição, ao campo de emergência” que define as possibilidades de aparecimento de um enunciado, atribuindo-lhe sentido e valor de verdade (COURTINE, 2009, p. 86). Foucault (2009, p. 131) trata do termo referencial para não ter de citar as “coisas”, uma vez que ele não partilha da perspectiva de que exista um objeto externo mimético<sup>42</sup> e independente ao jogo discursivo. As coisas existem como tal pois se relacionam a uma lei de possibilidade, a uma regra de existência que é dada historicamente. Nesse sentido, o conhecimento não poderia ser uma espécie de espelho de uma realidade muda, segundo Veyne (2011, p. 16), “o objeto, em sua materialidade, não pode ser separado das molduras formais por meio das quais o conhecemos e [...] que [Foucault] chama de discurso”. Dito de outro modo, não é possível separar “a coisa em si do discurso por meio do qual ela está cingida em nós” (VEYNE, 2011, p. 22). Apresentado o referencial, é importante tratarmos da segunda propriedade da função-enunciativa: a posição-sujeito. Como cita Gregolin (2004, p. 92) na arqueologia “o sujeito do enunciado não pode ser reduzido aos elementos gramaticais pois ele é historicamente determinado”. Dizer que o sujeito é historicamente determinado implica em dizer que existem certas posições sujeito que podem ser ocupadas por diferentes enunciadores. Segundo Foucault (2009, p. 58), as posições subjetivas se definem pela relação que se “pode ocupar em diversos domínios ou grupos de objetos”, ou seja, a descontinuidade que existe no plano da história também se estende ao campo da subjetividade. Dito em termos foucaultianos, o “discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2009, p. 61). Posto isso, cumpre-nos tratar da existência material do enunciado. Embora não baste a materialidade para que exista o enunciado, há que se dizer que ela é um elemento importantíssimo ao mesmo. O enunciado tem necessidade dela, ela, em parte, o constitui. Nesse sentido, seu *status material* não se difere das frases ou proposições

---

<sup>42</sup> Foucault não nega a existência de um real empírico, apenas mostra como o modo como ele pode ser conhecido dá-se principalmente por meio de uma relação histórico-discursiva. Assim, ao enunciarmos que Foucault nega a existência de um “objeto externo mimético” queremos apenas dizer que a representação do real “não seria uma clara cópia dele, já que mesmo repetindo a realidade, a repetição seria de maneira diferente” (Cf. COELHO, 2011, p. 103).

(FOUCAULT, 2009, p. 113). Como vimos, o que o diferencia é a função que ele ocupa no âmbito discursivo. Contudo, a materialidade é o que dá suporte, lugar, data, substância. “Quando esses elementos se modificam, o próprio enunciado também se modifica (FOUCAULT, 2009, p. 114)”.

Apresentadas essas propriedades da função enunciativa segundo Courtine (2009), trataremos agora de outro importante domínio enunciativo: trata-se da prática. Perscrutada por nós na segunda parte dessa pesquisa, a prática discursiva é o que dá movimento ao discurso, é o que modifica seu domínio. Não se trata da “operação expressiva” de um sujeito constituinte, mas de “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009, p. 133). Como citamos anteriormente, as práticas estão intimamente ligadas ao *a priori histórico* uma vez que é ele quem atribui características às mesmas. Sem ele, essas práticas se tornariam algo formal, atemporal, que é justamente aquilo que Foucault rechaça. Vale lembrar, que é na densidade dessas práticas que os enunciados adquirem seu caráter de coisa/acontecimento, isto é, materialidade sujeita à contingência histórica, que é dada pela campo relacional das séries e dos limites. Assim, se “arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo”, ela busca analisar essas regras anônimas que nos acometem (2009, p. 149). Além das práticas discursivas, existe no pensamento foucaultiano as não-discursivas. Como exemplo dessas, Foucault (2009, p. 197) cita “a circulação das mercadorias, manipulações monetárias com seus efeitos, sistema de proteção ao comércio e às manufaturas, oscilações na quantidade de metal cunhado”. Para Foucault (2009, p. 178) elas são importantes enquanto fatos comparativos, ou seja, é importante para o analista relacionar essas práticas discursivas a fim de perceber se elas se adequam, opõem-se ou são indiferentes entre si. Como veremos no próximo subcapítulo, a análise das genealogias do poder acentua o trato com as práticas não discursivas. Antes de entrarmos nesse mérito, é preciso tratar do domínio enunciativo.

Destacado por Courtine (2009, p. 42) como um “campo adjacente” que seria indispensável ao “exercício da função enunciativa”, o campo enunciativo é definido na *Arqueologia do saber* (1969/2009) como um “domínio de memória”, ou seja, refere-se aos laços de filiação do enunciado presentes com enunciados provenientes de outros arquivos, ou seja, “enunciados que não são mais admitidos”, que foram esquecidos ou que não tem mais validade (FOUCAULT, 2009, p. 64). No domínio enunciativo, intradiscursivo, é o campo enunciativo capaz de fazer com que enunciados coexistam diante de outros, acumulando-se.

Nesse sentido, esse campo “estabelece relações com o passado e o abre a um futuro eventual” (FOUCAULT, 2009, p. 111). Empreender a prática filosófica de um esquecimento anterógrado implicaria a princípio em uma postura filosófica cética do analista, em um rompimento com a possibilidade de se estabelecer verdades; como consequência ter-se-ia um permanente estranhamento das práticas, uma tensão nos jogos de verdade, uma importante prática filosófica para empreendermos a crítica do presente. Na relação dos sujeitos com o domínio discursivo, essa prática poderia se apresentar como uma “atitude”, ou uma “conversão no olhar”, como propõe Foucault (2008, pp. 125-126) em sua *Arqueologia do Saber* (1969/2009)<sup>43</sup>.

Ao se abrir ao passado, o campo enunciativo lida com memórias, entendidas não como lembranças de um sujeito constituinte, mas como traços que coexistem. Para Foucault (2009, p. 138), o campo enunciativo não deve estar referenciado a um sujeito individual, nem a uma consciência coletiva, tampouco a uma subjetividade transcendental. Ele deve ser apresentado como “um campo anônimo cuja configuração define o lugar possível dos sujeitos falantes”. Por não estar referido a um sujeito individual, o campo dos enunciados “não obedece à temporalidade da consciência como a seu modelo necessário” (FOUCAULT, 2009, p. 138, grifo nosso). Diante disso, não é possível recuperar suas marcas, mas percebê-las como flechadas de passado que nos acometem, ou seja, de forma sagital. Isso ocorre porque “o tempo dos discursos não é a tradução, em uma cronologia visível, do tempo obscuro do pensamento” (ibid.).

O excerto acima demonstra nossa preocupação de que o trato com a memória discursiva se dê em observância a uma descontinuidade histórica. Embora exista uma aproximação de Pêcheux (1990, 1999) dos anos 80 com o pensamento foucaultiano, existem algumas distinções de suas abordagens sobre a memória em relação às abordagens arqueológicas. Em seu texto *Papel da memória* (1999, p. 52), por exemplo, por mais que Pêcheux pense a memória como um espaço móvel, de deslocamentos, ainda assim ele fala em “remissões” e em “reestabelecer implícitos”. Ainda que Pêcheux perceba que esses implícitos estão sujeitos a uma opacidade, em outro texto *Lecture e memoire* (1983/1990) ele percebe a memória “como um conjunto complexo, pré-existente, de índices legíveis [...] constituído por um corpo sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, 1990, p. 286). Implícitos ou não, se ele fala

---

<sup>43</sup> “Ora, por mais que o enunciado não seja oculto, nem por isso é visível; ele não se oferece à percepção como portador manifesto de seus limites e caracteres. É necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo” (FOUCAULT, 2009, pp. 125-126).

em “índice”, em “traços”, em legibilidade, é porque ele acredita que esses traços possam ser tratados como vestígios de passado a serem recuperados.

É importante lembrarmos que existe um trecho da *Arqueologia do saber* (1969/2009) em que Foucault (2009, p. 75) mostra como estabelecer novas possibilidades para as formações discursivas não implica em recuperar “um conteúdo silencioso que teria permanecido implícito, que teria sido dito sem sê-lo, e que constituiria, sob enunciados manifestos, uma espécie de subdiscurso mais fundamental, voltando agora à luz do dia”. Ainda de acordo com Foucault (2009, p. 141.), “a descrição dos enunciados e das formações discursivas deve-se livrar da imagem tão frequente e obstinada do retorno”.

Antes de analisarmos a genealogia foucaultiana, é importante citarmos um excerto proveniente da *Arqueologia do saber* (1969/2009) no qual o Foucault ressalta a importância da descontinuidade para a reflexão arqueológica:

Tratava-se de analisar tal história **em uma descontinuidade** que nenhuma teleologia reduziria antecipadamente: demarcá-la em uma dispersão que nenhum horizonte prévio poderia tornar a fechar; deixar que ela se desenrolasse em um anonimato a que nenhuma constituição transcendental imporá a forma do sujeito; abri-la a uma temporalidade que **não prometeria o retorno de nenhuma aurora** (FOUCAULT, 2009, p. 227, grifo nosso).

## 1.2 A ACADEMIA É CINZA? : DOS INSTRUMENTOS GENEALÓGICOS PARA A PROBLEMATIZAÇÃO DO *CORPUS*

Nos ambientes onde nós menos esperamos o poder político está presente, para ser exercido muitas vezes de forma silenciosa: nas práticas, nas partilhas sociais, no jogo entre os pares de uma sociedade. Se neste trabalho o poder fosse pensado a partir de uma abordagem marxista clássica, sua análise não seria menos complexa, contudo mais direta: o poder estaria nas mãos do governo que o espalharia hierarquicamente por meio de suas instituições, coagindo e alienando os membros de uma classe. Como bem alerta Foucault (1971) em seu debate<sup>44</sup> com Noam Chomsky, ocorrido em novembro de 1971 na *Escola Superior de Tecnologia de Eindhoven* (Holanda), não é bem assim que as coisas ocorrem na sociedade ocidental contemporânea. Nela o poder se espalha, torna-se múltiplo, mínimo, presente tanto

---

<sup>44</sup> DEBATE entre Noam Chomsky com Michel Foucault. **Laboratório de Estudos discursivos Foucaultianos**. Vídeo. Fonte: Youtube. Acesso em: 15 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.foucault.ileel.ufu.br/foucault/video/debate-de-noam-chomsky-com-michel-foucault-legendas-pt>>. (Debate ocorrido em novembro de 1971 na Escola Superior de Tecnologia de Eindhoven, Holanda).

nas mãos do governo quanto nas práticas discursivas e não discursivas de lugares de onde menos se espera (Cf. FOUCAULT, 1974). Em nosso caso, em uma simples plataforma para o registro de currículos.

O que faz com que isso passe por nós muitas vezes de forma despercebida, como alerta Foucault (1974) nesse mesmo debate, talvez resida no fato de que tradicionalmente essas instituições existam para distribuir o saber ou auxiliar em seu processo de distribuição e não para coagir os indivíduos (FOUCAULT, 1974). O que queremos tornar evidente nesse subcapítulo não é nossa análise de *corpora*, mas como a perspectiva genealógica desenvolvida por Foucault nos anos 70 do século passado, pode nos auxiliar a perceber que existem certos jogos de poder e certas partilhas sociais no campo acadêmico hodierno que convidam<sup>45</sup> os sujeitos a realizarem certas práticas discursivas e não discursivas. Por que isso ocorre? Na maioria das vezes pelo simples fato de jogarmos o jogo. Não queremos parar para olhar os enunciados do passado a fim de desnaturar aqueles que nos circundam. Pêcheux dos anos de 1970 diria que isso seria um esquecimento das memórias do passado, para nós o esquecimento deve vir como prática contrária, ou seja, capaz de auxiliar nossa crítica do presente. Para tal, ele não deve ser retrógrado, mas anterógrado. Como mostraremos mais a frente é preciso tornar o presente estranho. Para que isso ocorra é preponderante suscitar algumas práticas que deixamos de partilhar. É dessa forma que é possível empreender uma teoria crítica do presente.

Mas para quê serve uma teoria crítica? Para sermos livres e libertos de qualquer coerção? Não, simplesmente para que possamos perceber que nada em nossa volta é natural, ou seja, tudo se reduz a pactos históricos. E é a partir do estudo desses pactos, sobretudo os de saber/poder, que a genealogia se desenvolve. Segundo Deleuze (1988, p. 77), a genealogia surge para suprir uma carência que existe entre o enunciável, aquilo que dado pelo jogo discursivo, e o visível, aquilo que é determinável por esse jogo, mas que a princípio o escapa. Embora Foucault (2009, p. 182) preveja a relação entre o discursivo e o não discursivo no plano das descrições arqueológicas, elas não são suficientes para explicar essa aproximação. Dadas suas diferenças teóricas, é nesse ponto que, segundo Deleuze (1988, p. 77), o *modus operandi* teórico de Foucault se aproxima de Kant, pois ambos tiveram que buscar uma terceira instância para seu pensamento relacional. Se em Kant é a imaginação que explica a

---

<sup>45</sup> O exercício do poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, toma mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

relação entre determinável e determinação no esquema do pensamento, em Foucault “as figuras visíveis e os signos da escritura se combinam em outra instância<sup>46</sup>, que não a de suas formas respectivas”: a dimensão genealógica do poder (DELEUZE, 1988, p. 77).

Como as análises do poder de Foucault englobam vários elementos, trataremos na pesquisa, em específico, de três importantes conceitos desenvolvidos pelo pensador nos anos 70: os procedimentos internos e externos da ordem discursiva (1971) e o conceito de dispositivo (1976).

Presentes em *A ordem do discurso* (1971/2008a), esses procedimentos podem ser entendidos como princípios de controle e exclusão que acometem os discursos. Como já esboçado na *Introdução*, frente ao campo discursivo, esses procedimentos podem ser de ordem interna ou externa. Os externos, que serão mais utilizados em nossa análise de *corpora*, subdividem-se em: interdição, que designa “a ligação do discurso com o desejo e o poder”, determinando que algumas palavras sejam proibidas; a segregação, que estabelece “o silêncio pelas censuras” ou partilhas, como “normal e patológico, razão e desrazão, o certo e o errado”; e a vontade de verdade, que pode ser entendida como uma configuração histórica, apoiada em suportes institucionais, por meio de certos discursos que exercem uma “espécie de pressão” ou ainda “um poder de coerção” sobre outros (GREGOLIN, 2004, pp. 97-98). Para Foucault (2008a), a vontade de verdade se apresenta como uma “polícia discursiva que é necessário reativar a cada produção do discurso” (GREGOLIN, 2004, pp. 97-98). Embora, a segregação tenha um valor especial no presente trabalho por estar relacionada às partilhas sociais de que vamos tratar, os outros procedimentos não são por isso menos importantes. Nesse sentido, a interdição e a vontade de verdade se espalham pelo campo acadêmico impedindo certas práticas de se realizarem e policiando a forma como o discurso está sendo empregado.

Por sua vez, os procedimentos internos, que se referem ao exercício do poder pelo próprio discurso, subdividem-se em: comentário, que advém do jogo entre “paráfrase e polissemia”, exerce um controle sobre o aparecimento do discurso, “restringindo os textos que retornarão, que serão preservados em uma cultura e aqueles que serão esquecidos”; autor, que limita o que pode ser dito e pensado a respeito de determinado assunto; e disciplina, que “define os enunciados que serão considerados verdadeiros e aqueles que serão dados como falso” (GREGOLIN, 2004, pp. 98-101, p. 104). Como afirmamos anteriormente, esses princípios serão menos citados em nossa análise de *corpus*, mas nem por isso são menos importantes.

---

<sup>46</sup> Segundo Foucault (2009, p. 75), “a determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende também de uma outra instância. Essa instância se caracteriza, de início, *pela função* que deve exercer o discurso estudado em um campo de práticas não discursivas”.

Gostaríamos que outros trabalhos pudessem surgir a fim de problematizar esses procedimentos no campo acadêmico contemporâneo.

Além desses princípios de coerção que acometem o discurso, Foucault ainda destaca um terceiro grupo de princípios de controle, que envolve: o ritual, as sociedades de discurso, as doutrinas e as apropriações sociais. Desses pode-se dizer que o ritual e as apropriações sociais terão um destaque em nossa análise pelo fato de combinarem respectivamente a forma como a apropriação discursiva deve se dar em certos campos e as “instituições responsáveis pela distribuição dos discursos” (GREGOLIN, 2004, p. 105). As sociedades, que fazem o discurso circular em um espaço fechado, controlado, e as doutrinas que limitam o discurso a certos sujeitos também serão citados, mas com menor destaque.

Apresentados esses procedimentos de coerção e exclusão que perpassam a ordem do discurso, trataremos de um importante conceito foucaultiano que será muito citado em nosso quarto capítulo: o dispositivo. Abordado principalmente no primeiro volume de sua *História da sexualidade* (1976/1999a), para Foucault (1999a) um dispositivo seria uma “totalidade específica de discursos e poderes historicamente situados” (PELTONEN, 2004, p. 04). Dito de outro modo, perceber um objeto como um dispositivo, implica em tomá-lo como uma rede heterogênea na qual “a estimulação dos corpos, [...] a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e as resistências, se encadeiam segundo grandes estratégias de saber e poder” (FOUCAULT, 1999a, pp. 116-117). É essa imbricação entre saber e poder que buscamos perceber quando analisamos não somente a prática do assento curricular, mas de um modo geral, todo campo acadêmico.

Suscitar a relação entre saber/poder em um determinado campo implica em perceber que esse campo é mais complexo do que a princípio aparenta; existem nele relações flexíveis, jogos microfísicos de poder que acabam por implicar na constituição dos sujeitos. Nesse sentido, é importante recordar Deleuze (1988), segundo o qual o dispositivo envolveria três eixos principais: o saber, o poder e os modos de subjetivação. Diante dessa perspectiva, podemos perceber como o conceito de dispositivo é importante para a empresa arqueogenealógica sagital. Como dissemos em nossa *Introdução*, partindo da perspectiva de que a genealogia é cinza, não há como perceber nada de colorido<sup>47</sup> na academia. Dito em termos foucaultianos:

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos [...] daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos

---

<sup>47</sup> Quando dissemos tanto na *Introdução*, quanto neste subcapítulo, que “não há nada de colorido na academia” queremos implicar que tudo nesse campo se resume a um pacto histórico, entre saberes, e poderes.

acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos (FOUCAULT, 1993, p. 15).

### 1.3 NOTAS SOBRE A PROPOSTA DE SEMIOLOGIA HISTÓRICA EM ANÁLISE DO DISCURSO

Exposto esses importantes conceitos da *Arqueologia do saber* (1969/2009), capazes, por sua vez, de auxiliar no processo de especificação dos enunciados, e posteriormente apresentados alguns dos instrumentos teóricos da genealogia foucaultiana, cumpre-nos agora tecer breves<sup>48</sup> considerações sobre a proposta de uma *Semiologia histórica em Análise do Discurso*. Desenvolvida no Brasil principalmente por meio dos trabalhos de Maria do Rosário Gregolin (2012) e dos estudos do grupo GEADA da UNESP, e de pesquisadores associados ao grupo, essa proposta pode ser entendida como uma tentativa aberta<sup>49</sup> em se empreender novas experimentações teóricas, ou criar novos “mapas teóricos”, no sentido de dar conta dos problemas e das transformações teórico-metodológicas que o presente suscita ao campo da Análise do Discurso. Como dizem Gregolin/Kogawa (2012):

[...] o fio condutor [dessa proposta] é a intuição de que é necessário promover a inserção de uma teoria semiológica no interior da análise do discurso no sentido de conferir à AD uma caixa de ferramentas que possibilite a descrição/interpretação do discurso da/na contemporaneidade. O primeiro movimento [dessa] reflexão [...] é a passagem de um momento em que a AD era voltada para a materialidade linguística para outro, em que o não-verbal se coloca como materialidade a ser descrita/interpretada. Esse percurso encontra eco nas propostas de Courtine que, a partir das novas inscrições do discurso político, propõe uma semiologia histórica.

Basicamente, a proposta de uma *Semiologia histórica em ADB*, adveio principalmente por meio da apropriação de algumas propostas teóricas de J-J. Courtine (2009), feitas pelo GEADA a fim de problematizar enunciados verbais e não verbais. Em obras como a *História do rosto* e a *História do corpo*, J-J. Courtine busca compreender a historicidade de “signos e expressões corporais”. Nesse sentido, trata-se de uma proposta muito mais semiológica do que propriamente linguística (BRAGA, 2013, p. 24). Há que se recordar que a proposta de uma

<sup>48</sup> Embora as notas apresentadas sobre a *Semiologia histórica* sejam breves, acreditamos que elas sejam importantes a fim de situar nossa proposta teórica frente ao grupo de pesquisa ao qual pertencemos.

<sup>49</sup> Dissemos que se trata de proposta teórica aberta, pois não há uma teoria formalizada, fechada, com padrões estritos de análise, nesse sentido, a proposta contempla estudos distintos com diferentes articulações, seja Foucault-Courtine, Pêcheux-Foucault-Courtine, Foucault-Courtine-Barthes, Pêcheux-Courtine, etc.

ciência que estudasse os signos foi apresentada pelo *Curso de Linguística Geral* de *Fernand Saussure*. Na França dos anos 60 do século passado, Roland Barthes propõe que esta ciência dos signos estivesse integrada, ou fosse parte, da Linguística. A implicação direta disso é que a substância visual passa a ser percebida enquanto parte da linguagem. Para Barthes dos anos 60 — de obras como *A mensagem fotográfica* (1961), *A retórica da imagem* (1964), *Elementos de semiologia* (1964), e *Sistema da moda* (1967) — o sentido só existiria quando denominado em linguagem (BRAGA, 2013). A partir do contato com a Psicanálise nos anos 70, o trabalho de Barthes se abre a algumas possibilidades interpretativas<sup>50</sup>. Uma década mais tarde, Courtine começa a desenvolver estudos que culminariam em uma proposta de uma semiologia histórica, ou seja, um campo de estudo preocupado em descrever e interpretar os signos, não a partir de elementos invariantes, mas sobretudo a partir de uma perspectiva histórica. Segundo Braga (2013, p. 37), ao associar o caráter histórico à Semiologia, “Courtine pretendia ampliar o alcance de sua visada discursiva, oferecendo novo fôlego e novos desafios ao projeto que buscava restituir ao discurso sua espessura histórica”.

Como se expôs brevemente, a proposta semiológica de Courtine (2006) tem na memória discursiva um de seus elementos centrais, uma vez que ela atribui elasticidade ao conceito de formação discursiva (GREGOLIN, 2005) e possibilita ao analista lidar com as mutações discursivas e com as várias materialidades, a que os *corpus* contemporâneos estão sujeitos.

É sobretudo tendo em vista essa pluralidade de materialidades discursivas que alguns trabalhos em ADB tem se desenvolvido na contemporaneidade. Tendo em vista a perspectiva histórica de Gregolin (2004), trata-se explorar as fronteiras possíveis da articulação teórica da arqueologia foucaultiana a outras perspectivas históricas como: a Semiologia histórica de Courtine (1994, 2009); a perspectiva descritivo-interpretativa do pensamento pècheutiano dos anos 80, que como vimos teria se aproximado dos pensadores da Nova História e de algumas perspectivas foucaultianas; das propostas de Barthes para análise e interpretação do signo; e outras articulações que possam surgir.

Por que empreender essas experimentações teóricas? Para conseguir dar conta da problematização das identidades e subjetividades na contemporaneidade, tendo em vista tanto o

---

<sup>50</sup> De acordo com BOCCA (2003, pp. 22-23), se nos 60 "a ideia de uma ciência abrangente desempenhava um papel importante para [a] tendência estruturalista [de Barthes], depois de S/Z, quando passou a ser visto como pós-estruturalista, a noção de rigor científico foi substituída pela de “interpretação possível”, ou ainda, de um “amplo questionamento”. Passou Barthes a praticar um amplo questionamento com o objetivo de produzir análises reveladoras do funcionamento dos fatos simbólicos, fazendo destes o que podemos livremente chamar de leituras interessantes. Sua nova postura foi mais radical no que diz respeito ao rompimento com o passado do que parece à primeira vista. O fato simbólico passou a ser visto como uma precária arquitetura de figuras sem ordem, ou, para sermos menos contundentes, de uma ordem fluida, isto é, um conjunto fértil e interminável de ângulos e lugares”.

trato com enunciados não verbais — como imagens, fotos e vídeos — quanto o trabalho com variadas superfícies próprias da contemporaneidade, como é caso da superfície de delimitação digital. Como já citamos anteriormente, nossa contribuição a essa proposta não está em relacionar o pensamento arqueológico aos outros pensadores citados, mas em problematizá-lo e explorando como os conceitos provenientes do pensamento foucaultiano podem contribuir aos estudos de ADB. Para tal, é importante finalizar o capítulo pela exposição de nossa abordagem arqueológica sagital.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUEGENEALOGIA SAGITAL

Durante todo esse capítulo fizemos alusão a dois termos que serão preponderantes à forma como será conduzida nossa análise histórica e também nossa análise de *corpus*, tratam-se dos termos “sagital” e “esquecimento anterógrado”. Sobre eles, pode-se dizer que o primeiro se refere a uma perspectiva foucaultiana que poderíamos dizer esquecida, ou que não foi muito utilizada em trabalhos teóricos; e o segundo diz respeito às experimentações teóricas e terminológicas que procuramos desenvolver nesse primeiro capítulo à luz do primeiro termo. Como manda a boa prática acadêmica, é natural que se dê maior credibilidade ao primeiro porque já foi abordado por um grande autor, quanto ao segundo, ele foi posto para talvez se apresentar enquanto uma possibilidade futura de estudo, para então ser melhor analisado, reiterado ou refutado. Nesse sentido, trata-se de experimentar, abrir possibilidades teóricas, lançar termos que no futuro possam ser ignorados, esquecidos, ou quem sabe estudados e partilhados.

Não é a primeira vez que se trata da perspectiva “sagital” de Foucault em um trabalho acadêmico. Nossa perspectiva ou inspiração adveio de uma tese defendida recentemente por Marcos de Camargo Von Zuben (2010) no Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual de Campinas. Embora seu trabalho advenha do campo da filosofia, e se proponha a estudar o ser ou a ontologia em Foucault, ele pode contribuir justamente para que possamos repensar as apropriações foucaultianas em nosso campo do saber.

O termo sagital aparece na obra foucaultiana em dois momentos principais: um primeiro pré-arqueológico, e um segundo ético. “Ético” porque se refere a um período — início dos anos 80 do século passado — em que o filósofo se propõe a analisar práticas greco-romanas da Antiguidade tardia e dos primeiros anos da Era Cristã que foram importantes para que os sujeitos da época pudessem se conduzir moralmente. Esses temas foram tratados em

forma de cursos, ministrados por Foucault no *College de France*. O termo sagital foi abordado pelo autor em dois cursos desse período: na última aula da *Hermenêutica do Sujeito* (1981-1982/2006) e na primeira aula de *O governo de si e dos outros* (1982-1983).

O tema que envolve a utilização da perspectiva sagital em *A Hermenêutica do Sujeito* (1981-1982/2006) diz respeito a uma reflexão sobre a morte, ou nos próprios termos foucaultianos: *uma meditação sobre a morte – um olhar sagital e retrospectivo*. Apesar da palavra “sagital” estar presente somente no subtítulo da segunda hora da aula ministrada em 24 de março de 1982, durante a exposição foucaultiana sobre as práticas em relação à morte na cultura estóica, pode-se perceber um importante traço dessa perspectiva sagital: a atualização do presente. Segundo o autor:

[...] há algo de específico na meditação sobre a morte [...] que não encontramos nas outras formas de meditação ou de premeditação dos males. Trata-se da possibilidade de uma certa forma de tomada de consciência de si mesmo, ou de uma certa forma de olhar que lançaremos sobre nós mesmos a partir do ponto de vista, por assim dizer, da morte, ou desta atualização da morte em nossa vida (FOUCAULT, 2006, p. 580).

Quando Foucault enuncia que a prática estóica da meditação sobre a morte tem como peculiaridade a “atualização da morte sobre a vida”, ele não quer dizer que na atualidade daqueles que executam essa prática a morte não exista, mas mostrar como deve ser empreendido um olhar crítico – “sagital” – sobre os sentidos da “morte” em relação às práticas do presente<sup>51</sup>. Esse olhar parte de certas práticas coletivas — como a antecipação da morte, a meditação sobre a morte, etc. — mas dirige-se aos próprios sujeitos, a fim de fazê-los perceber que a relação com morte não deve ser algo distante da vida. Por que agir dessa forma? Segundo Foucault (2006, p. 581), para que os sujeitos possam se comportar da melhor forma possível em sociedade, ou seja, há nessas práticas um importante componente moral. A despeito dessa questão moral, para nossa empresa é importante perceber como o referido “olhar sagital” se refere a um “olhar atual”, “sobre si”, “que permite uma retrospectão da vida”, afim de “apreender o valor do presente” (FOUCAULT, 2006, p. 582).

Se na última aula de *A Hermenêutica do Sujeito* (1982/1983), o termo “sagital” produz efeitos de sentido de “atualidade”, de “relação sobre si”, na primeira aula de *O governo de si e dos outros* (1982-1983), ele não deixa de apresentar tais sentidos, mas agrega um sentido que fôra trabalhado por Foucault nos anos 60 do século passado: a crítica à dimensão longitudinal

<sup>51</sup> “Este exercício permite adotar uma espécie de visão do alto e instantânea sobre o presente, operar pelo pensamento um corte na duração da vida, no fluxo das atividades, na corrente das representações” (FOUCAULT, 2006, p. 581).

de tempo. Na primeira aula da referida obra, Foucault trabalha a relação entre filosofia e atualidade, mostrando como possuir um discurso sobre o “nós”, sobre a atualidade, faz referência a um discurso próprio da modernidade. Ao tratar de Kant e da *Aufklärung*, Foucault nos mostra que:

[...] com Kant - e me parece que vemos isso muito claramente nesse texto sobre a *Aufklärung* -, aparece aflorar uma nova maneira de colocar a questão da modernidade, **não numa relação longitudinal com os antigos, mas no que poderíamos chamar de uma relação sagital**, ou uma relação, vamos dizer, **vertical, do discurso com sua própria atualidade**. O discurso tem de levar em conta sua atualidade para, [primeiro], encontrar nela seu lugar próprio; segundo, dizer o sentido dela; terceiro, designar e especificar o modo de ação, o modo de efetuação que ele realiza no interior dessa atualidade (FOUCAULT, 2010, pp. 14-15, grifo nosso).

Na citação fica evidente como o termo “sagital” é utilizado para se referir não somente a uma atualidade, mas também à oposição a uma relação longitudinal com o tempo. Para Foucault (2010, pp. 14-15), a perspectiva filosófica de Kant estaria muito mais próxima da crítica da atualidade do que de uma tentativa de recuperar o passado. Aliás, segundo Foucault, (2010, p. 21), a questão da atualidade não fica restrita à Filosofia Moderna, mas estende-se à Filosofia Contemporânea, não por meio de uma “analítica da verdade”, mas como uma “ontologia do presente, uma ontologia da atualidade [...], uma ontologia de nós mesmos” (FOUCAULT, 2010, p. 21). É interessante ressaltar que Foucault utiliza o termo “vertical” para designar a relação entre discurso e atualidade. O uso de vertical produz o sentido de discurso não pode se relacionar com seu tempo de forma horizontal, ou seja, de forma a recuperar as marcas de passado. Quando tratarmos do conceito de “sagital” fora do campo filosófico, mostraremos como essa relação vertical foi muito utilizada na Anatomia médica para descrever um tipo de plano ou corte corporal. Por ora, é importante voltar aos anos 60 para mostrar como Foucault emprega o termo sagital no período.

O conceito de sagital está presente em um texto publicado por Michel Foucault em 1963, portanto pré-arqueológico, no qual “falando sobre os escritores da revista *Tel Quel*, [ele] dá algumas pistas para uma melhor compreensão [do] sentido sagital do passado” (VON ZUBEN, 2010, p. 172). Segundo Foucault (1963, p. 276, apud VON ZUBEN, 2010, p. 172, grifo nosso), deve-se:

[...] restaurar o tempo, não para fazer nele coabitarem as formas sucessivas em espaço de percurso [...] mas de preferência para deixá-las vir em uma dimensão sagital – flechas que atravessam a densidade diante de nós. Ou

ainda, elas vem em acréscimo, o passado não sendo mais o solo sobre o qual estamos, **nem uma ascensão até nós sob a forma de lembrança, mas pelo contrário, sobrevindo a despeito das mais velhas metáforas da memória**, chegando do fundo de tão próxima distância e com ela: ele adquire uma estrutura vertical de sobreposição onde o mais antigo é paradoxalmente o mais próximo do cume, crista, linha de fuga, alto lugar de inversão.

O excerto proveniente do texto *Distance, aspect, origine* (1963/1994a) constante na coletânea *Dits et Ecrits I* (1994a) é percebido por Von Zuben (2010) como uma crítica de Foucault a História contínua, aquela cuja experiência longitudinal com o passado tem por condão recuperar o mesmo como uma origem perdida. Nesse sentido, há que se dizer que concordamos com o autor, o ponto em que não concordamos plenamente refere-se ao modo como ele relaciona o excerto com a concepção de memória. Para Von Zuben (2010, p. 172), a experiência sagital com o passado se apresenta como uma “contra-memória”, na qual o “tempo é tomado como diferença”, o passado, por sua vez, é tomado a partir de uma “temporalidade múltipla com efeitos de desidentificação do sujeito em relação ao passado, já que não se trata, na lembrança do sujeito de se reconhecer no passado, mas de percebê-lo como diferença múltipla em relação ao presente”. Embora sua leitura seja pertinente em relação ao excerto, ela carece em especificar o tipo de memória que Foucault critica. Como se trata de uma época de “aproximações estruturais”<sup>52</sup> no pensamento foucaultiano, é natural que sua perspectiva teórica se voltasse contra aquilo que Foucault chama de “sono antropológico”, isto é, a redução do saber à ideia de que existe um sujeito constituinte. Segundo Gregolin (2004, p. 101), “o propósito da análise foucaultiana é desconstruir a ideia de sujeito como origem e fundamento dos sentidos, e para isso, é preciso se livrar da ideia de sujeito constituinte, a fim de chegar à figura do sujeito imerso na trama histórica”. A partir do excerto de Gregolin, pode-se dizer que a memória que Foucault critica é aquela proveniente de um modelo antropológico, na qual o sujeito, por meio de uma operação racional e de forma autônoma, busca suas lembranças, busca os vestígios do passado, a fim de recuperá-los, não de forma a apresentar as múltiplas diferenças em relação ao presente, mas como dissemos anteriormente, de forma a recompor uma origem recôndita. Como diz Foucault (2009, p. 231), “se a filosofia é memória ou retorno da origem, o que faço não pode, de modo algum, ser

---

<sup>52</sup> Embora em um texto de 1969, Foucault (2005, p. 177) afirme categoricamente que não é um estruturalista, há que se recordar que nos anos 60 o Estruturalismo viveu na França seu apogeu teórico, sobretudo por meio dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss; é desse período obras como *O Totêmico hoje* (1962), *O pensamento selvagem* (1962), *o cru e o cozido* (1964), etc. Diante desse contexto, diversos autores como *Roland Barthes*, *Jacques Lacan*, *Jacques Derrida*, e o próprio *Michel Foucault*, por mais que ele negue, nortearam alguns de seus estudos pelo viés estrutural.

considerado como filosofia, e se a história do pensamento consiste em tornar a dar vida às figuras semi-apagadas, o que faço não é, tampouco, história”.

Há que se recordar que a memória discursiva desenvolvida por *Jean-Jacques Courtine* (2006, p. 02) não se pauta pelas lembranças de um sujeito constituinte, mas na relação entre língua e história. Por isso, ela é tida como discursiva, a linguagem é o tecido por onde ela emana, e não o *cogito* ou a experiência subjetiva. A memória discursiva de Courtine (2006, p. 10) se pauta pela análise dos “modos de existência materiais, languageiros da memória coletiva na ordem dos discursos”. Nesse sentido, Courtine (2006) mostra que a busca material da memória na ordem do discurso, visa o mesmo propósito da arqueologia, qual seja: revelar enunciados raros dados em sua singularidade de acontecimento.

Nessa busca pela especificidade dos enunciados, a memória discursiva deve acentuar o aspecto relacional da proposta arqueológica. Se a análise dessa memória proveniente da materialidade enunciativa implicar em “reconstruir um passado” (HALBWACH, 1975, p. 279, apud COURTINE, 2006, p. 01) ou tomá-lo como um anterior cronológico ao presente, há que se dizer que essa perspectiva não se coaduna às múltiplas temporalidades descontínuas de Michel Foucault. Daí a proposta de uma *arqueogenealogia sagital*, isto é, um método de análise discursivo de busca pela raridade de enunciados verbais e não-verbais, que contempla as instâncias entre micro-poderes em uma época e que aceita a possibilidade da memória se apresentar como um campo associativo aos enunciados capaz de, por meio de sua materialidade — ou seja, por meio da historicidade inscrita em seu domínio — suscitar seu caráter raro ou específico, com a finalidade de empreender uma atualização e uma crítica do presente. Mas para que tudo isso ocorra é preponderante que o passado seja visto sob uma perspectiva sagital, dinâmica, como “flechadas que atravessam a densidade [discursiva] diante de nós” (FOUCAULT, 1963, p. 276, apud VON ZUBEN, 2010, p. 172). A partir dessa perspectiva não é possível reconstruir o passado como propõe Halbwach (1975), nem explicar o presente a partir dele, a memória serve para suscitar o que foi esquecido ou ignorado. Somente desse modo, é possível, em termos foucaultianos, empreender uma crítica do presente. Nesse processo de suscitar práticas ignoradas, não mais válidas, que provém de outros arquivos, é preponderante que o analista se abra à possibilidade de um “esquecimento anterógrado” de suas práticas.

Nossa proposta de esquecimento anterógrado em nada se aproxima aos dois esquecimentos propostos por Pêcheux em *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours* (1975). Nesse sentido, não se trata de uma ilusão de um sujeito que se acha plenamente consciente de seu discurso, como o “eu” enunciadador que enceta a

*Introdução*, tampouco a ilusão de que o discurso teria apenas um significado, ou um sentido controlado pelos sujeitos. Não se trata disso, segundo Foucault (2009, p. 140, grifo nosso):

[...] a particularidade da análise enunciativa não é despertar textos de seu sono atual para reencontrar, encantando as marcas ainda legíveis em sua superfície, o clarão de seu nascimento; trata-se, ao contrário, **de segui-los ao longo de seu sono**, ou, antes, de levantar os **temas relacionados ao sono, ao esquecimento**, à origem perdida, e de procurar que modo de existência pode caracterizar os enunciados, independentemente de sua enunciação, na espessura do tempo em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados, e utilizados, em que são, também, mas não por uma destinação originária, esquecidos e até mesmo, eventualmente, destruídos.

A partir do excerto podemos definir o esquecimento anterógrado como uma prática filosófica de estranhamento do sujeito em relação às práticas do presente: característica preponderante para que possamos empreender nossa crítica do presente. Alguns diriam que essa proposta é semelhante ao *ich-spaltung*, ou clivagem do eu, de Husserl, por meio do qual o analista se apresentaria como um sujeito desvinculado dos fenômenos (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 98). Teríamos que analisar a obra de Husserl para atestar tal semelhança, o fato é que essa prática se adéqua perfeitamente à proposta descritiva da arqueologia<sup>53</sup>. Além disso, o *Ich*, ou o eu fenomenológico, para Foucault (2009) não passa de um construto histórico. É importante que se diga que não se percebe o esquecimento anterógrado como uma constatação de ilusão ou alienação dos sujeitos, mas como um exercício teórico para desconstrução ou desnaturalização de verdades. Se para o Zarathustra nietzscheano “o além do homem” só era possível pelo afastamento, para nós arquegenealogistas, é preponderante que exista um esquecimento anterógrado, um estranhamento necessário de nossa pretensa realidade. Para ilustrar melhor os termos, citamos como exemplo o filme *Memento* (2000), de *Christopher Nolan*, traduzido no Brasil como *Amnésia*<sup>54</sup>. Na obra, a personagem principal possui “uma amnésia anterógrada” que a impede de formar memórias de seu presente; com isso ela vive em um estranhamento constante em relação a seu presente. De acordo com Rigo e Oliveira (2014, p. 04), “a amnésia anterógrada tem como principal sintoma a diminuição da capacidade de consolidar novos conhecimentos”. Uma vez que o sujeito não consegue fixar novos conhecimentos, seu cotidiano torna-se mais tenso, isto é, saber quem ele é e o que faz

<sup>53</sup> “A análise dos enunciados corresponde a um nível específico de descrição” [...] Tentei fazer com que surgisse a especificidade de um método que não seria nem formalizador, nem interpretativo” [...] “Vê-se, de qualquer forma, que a descrição do nível enunciativo não pode ser feita nem por uma análise formal, nem por uma investigação semântica, nem por uma verificação, mas pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças” (FOUCAULT, 2009, p. 123; p. 153; p. 103).

<sup>54</sup> AMNÉSIA. Direção: Christopher Nolan. São Paulo: Videolar, 2001. 1 DVD (114 min.). NTSC, original. Título original: **Memento**.

torna-se algo problemático. Para que possa ter bom convívio em sociedade, em seu dia-a-dia, o sujeito com amnésia anterógrada deve se valer de várias técnicas, como deixar “recados para si mesmos, [escrever] um diário que reporte todos os acontecimentos vividos ao longo dos dias, cuidados com alimentação e dietas específicas, além de [possuir] um intenso auxílio e cuidado de familiares e amigos próximos” (DECARLI et al, 2013, p. 02).

Se em termos médicos, psiquiátricos e até sociais esse comportamento pode ser nocivo aos indivíduos, tomá-lo como prática filosófica poderia resultar em um aspecto crítico. Nesse sentido, teríamos um esquecimento anterógrado e não uma amnésia, isto é, uma prática filosófica, com *modus operandi* semelhante ao “eterno retorno” de Nietzsche, por meio da qual os indivíduos — munidos de uma perspectiva sagital — portariam-se de forma cética e niilista (recusa das verdades e dos fundamentos) frente às práticas do presente. Teríamos assim uma postura de estranhamento<sup>55</sup> frente à realidade. Por meio desse comportando — porque não desse *ethos* — reiterar-se-ia o aspecto contingente das práticas do presente, ou seja, o presente poderia ser entendido como algo que está em movimento, em constante relação com outros arquivos. Um possível resultado dessa prática seria a emergência de uma postura crítica dos sujeitos frente aos jogos de saber/poder.

Posto isso, é importante dizermos que na *Arqueologia do Saber* (1969/2009), esquecimento e memória algumas vezes aparecem juntos como contrapontos, contudo, é importante ressaltarmos que “longe de serem leis fundamentais, [eles] **não passam de figuras singulares**” (FOUCAULT, 2009, p. 141, grifo nosso). É preponderante ter isso em conta quando se empreende uma arqueogenealogia, para que importantes instrumentos de análise, como campo enunciativo e até mesmo a formação discursiva, não sejam ignorados sob o frágil argumento da flexibilidade ou heterogeneidade interpretativa. Para sermos mais precisos, em seu texto *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux (2012, p. 56 apud MORAES, 2013, p. 24) alerta que o uso da formação discursiva como instrumento teórico poderia desembocar em um apagamento do acontecimento, em razão de seu aspecto estrutural. Não partilhamos dessa perspectiva, pois como evidenciamos anteriormente, é parte da arqueologia trabalhar tanto com as séries, com as repetições, quanto com os limites, com as transformações e correlações. Aliás, essa crítica pecheutiana não nos surpreende nem um pouco, pois “se Foucault foi acusado [sobretudo pelos marxistas] de hipostasiar a história e a práxis humana por detrás da ação silenciosa de estruturas anônimas” (DUARTE, 2009), porque Pêcheux, que durante anos partilhou de uma perspectiva marxista althusseriana, faria

---

<sup>55</sup> Nessa perspectiva, estranhar significa deixar de ver os fatos do presente como naturais, ou seja, abrir-se a uma possibilidade de “desnudar sua realidade” (VEYNE, 1998, p. 281)

diferente ao refletir sobre a formação discursiva? É bom que se diga que, no fundo, o que o trabalho arqueológico busca é a diferenciação, e não há como encontrar essa diferenciação sem a história, sem o acontecimento. Acreditamos que o uso da memória discursiva como recurso teórico de análise é extremamente válido para atribuir maior fluidez às práticas de análise de discursos, contudo para que isso ocorra não é preciso romper com os instrumentos teóricos que a arqueologia oferece — como é o caso da formação discursiva — deve-se apenas ter em conta na prática de análise de discursos, a dimensão sagital de passado e observar as descontinuidades históricas. Desse modo é possível empreender uma análise arqueológica sem cair em nomenclaturas e/ou topologias. De nada adianta preconizar a utilização do recurso teórico da memória discursiva em detrimento da formação discursiva para análise de *corpus*, se em sua análise histórica o analista utilizar recursos teóricos ligados à história tradicional como: a causalidade, a cronologia, a continuidade, etc.. É sob essa perspectiva que advém nossa proposta teórica. Existem estudos que acreditam que o procedimento de descrição-interpretação desenvolvido por Pêcheux nos anos 80, estaria muito próximo da concepção discursiva proposta por Foucault (2009), que leva em conta essas descontinuidades históricas e as condições de possibilidade. Não nos compete aqui discutir essa aproximação, o fato é que como partilhamos e exploramos de um método arqueogenealógico, gostaríamos de poder explorar essa “caixa de ferramentas teórica” (FOUCAULT, 1993, p. 71) em sua totalidade e não pela metade. Nesse sentido, utilizaremos sim a memória discursiva, mas sem comprometer a importância da formação discursiva para o pensamento arqueogenealógico.

Por fim, como nossa tarefa é desnaturar as práticas acadêmicas, a fim de compreendermos como se dão alguns processos de subjetivação e algumas partilhas de saber/poder nesse campo, acreditamos que a perspectiva arqueogenealógica sagital se apresente como um instrumental teórico capaz de fazê-lo. Para tal há que se valer dessa teoria crítica do presente, que atravessa tanto a Análise do Discurso quanto a Semiologia Histórica, e encontra lugar naquilo a que chamamos de Arqueogenealogia sagital. Àqueles que desde a *Introdução* se perguntam porque dissemos que somos antes nietzscheanos que pecheutianos, se enunciamos dentro de um campo do saber chamado Análise do Discurso, a resposta talvez esteja na busca pelas diferenças. Como diz Foucault (1994b, p. 138) em seu texto *Nietzsche, l'énéalogie, l'histoire*, talvez o disparate explique isso melhor. Exatamente, é justamente o disparate que nos faz olhar para esse campo buscando nele também possibilidades da diferença. É claro que não se pode esquecer da já referida vontade de verdade que nos faz jogar dessa forma dentro do jogo de saber/poder da Análise do Discurso.

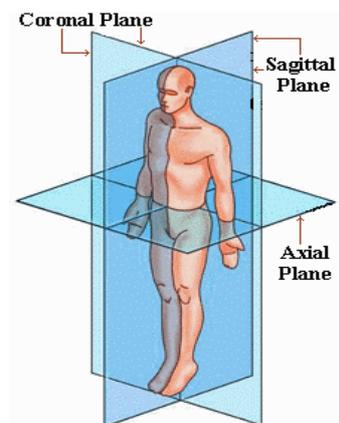
Antes de continuarmos nossa arqueologia sagital pela busca dos *a priori históricos* de nosso campo de análise, segue o trecho em que Foucault (1994b) mostra como no começo histórico das coisas não há a origem, apenas disparate:

[...] si le généalogiste prend soin d'écouter l'histoire plutôt que d'ajouter foi à la métaphysique, qu'apprend-il? Que derrière les choses il y a «tout autre chose»: non point leur secret essentiel et sans date, mais le secret qu'elles sont sans essence, ou que leur essence fut construite pièce à pièce à partir de figures qui lui étaient étrangères. La raison? Mais elle est née d'une façon tout à fait «raisonnable» - du hasard 3. L'attachement à la vérité et la rigueur des méthodes scientifiques? De la passion des savants, de leur haine réciproque, de leurs discussions fanatiques et toujours reprises, du besoin de l'emporter - armes lentement forgées au long des luttes personnelles 4. Et la liberté, serait-elle, à la racine de l'homme, ce qui le lie à l'être et à la vérité? En fait, elle n'est qu'une «invention des classes dirigeantes» 5. Ce qu'on trouve, au commencement historique des choses, ce n'est pas l'identité encore préservée de leur origine - c'est la discorde des autres choses, C'est le disparate (FOUCAULT, 1994b, p. 138).

Foi justamente essa necessidade de auscultar uma história sem essência, que nos fez utilizar o termo “sagital”, uma vez que ele designa uma série de aspectos que atentam contra o caráter ideal, contínuo e longitudinal que uma abordagem histórica pode possuir. Por isso, antes de iniciarmos nossa análise histórica é importante mostrar como o termo sagital não pode ser simplesmente substituído por outra palavra qualquer, trata-se de um conceito, histórico, advindo não somente do campo filosófico, mas de outras áreas do saber.

#### 1.4.1 Notas sobre o conceito sagital

Derivado do latim, o termo *sagitta* significa flecha, seta. Ao recorrer a um campo enunciativo histórico sobre o termo, podemos notar que ele já foi utilizado em diferentes áreas. Na instância política, por exemplo, é possível encontrar o termo *sagittam* utilizado em uma obra de documentos históricos publicada no final do século XIX, sobre



4

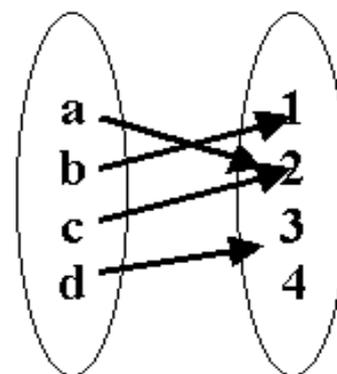
**Figura 1 – Body planes**

FONTE: BRIDWELL, K. Spinal Curvature Problems: Fixed Sagittal Imbalance. **Spine Universe**. Acesso em: 28 dez. 2014. Disponível em: <http://www.spineuniverse.com/conditions/kyphosis/spinal-curvature-problems-fixed-sagittal-imbalance>.

a região francesa *La Thiérache*,<sup>56</sup>. Em determinado trecho<sup>5758</sup> da obra — em um capítulo que narra um acordo pacífico entre a vila de *Landoûzis* e Thomas, senhor de *Vervins* — o enunciador utiliza o termo *sagittam* para se referir a “flechas”, como forma de atestar até onde a proteção do território deve se estender.

Malgrado a alusão específica ao objeto “flecha” seja um dos primeiros efeitos sentidos que podem ser encontrados na etimologia da palavra *sagitta*, é possível ainda encontrar outras significações derivadas de outros campos do saber, como na Medicina e na Matemática. Na Anatomia médica, por exemplo, a palavra “sagital” é utilizada para designar um tipo de corte (fig. 1) ou plano seccional que “passa através do corpo da frente para trás e o divide em direita e esquerda”<sup>59</sup>. De acordo com VAZ (2001, p. 80), a análise da dimensão sagital é importante para avaliar aspectos do equilíbrio corporal, relacionando partes distintas como a coluna e a pelve<sup>60</sup>.

Na Matemática, a representação sagital é geralmente expressa por meio da utilização de setas ou flechas que relacionam um domínio a outro. Dessa relação surge o chamado diagrama sagital (fig. 2). De acordo com Garcia & Serrano (2000, p. 363), o diagrama sagital é uma “representação figurativa da concepção de função [...] introduzida didaticamente para mostrar a relação entre conjuntos”. Apesar de neste caso o termo “sagital” fazer alusão a flechas, o efeito de sentido



**Figura 2 – Diagrama sagital**

FONTE: FUNCIONES, Matemáticas discretas. Universidad del Valle, Cali, Colombia. Disponível em: <[http://eisc.univalle.edu.co/materias/Matematicas\\_Discretas\\_1/notes/unidad2/capitulo2/introfun.html](http://eisc.univalle.edu.co/materias/Matematicas_Discretas_1/notes/unidad2/capitulo2/introfun.html)>. Acesso em: 28 dez. 2014.

<sup>56</sup> LA THIÉRACHE. **Recueil de documents concernant l'histoire, les beaux-arts, les sciences naturelles et l'industrie de cette ancienne subdivision de la Picardie**, Volumes 1-2. Tome premier. Vervins, palpillons, Lithographie, 1849. Acesso em: 28 dez. 2014. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/La\\_Thi%C3%A9rache.html?id=SrRCAAAAYAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/La_Thi%C3%A9rache.html?id=SrRCAAAAYAAJ&redir_esc=y)>.

<sup>57</sup> “Et ego Thomas peterem ab eadem ecclesia haiam quamdam ad tuitionem ville ex parte territorii de Landoûzis de ipso territorio de Landoûzis latam quantum arcus bis **sagittam** jacere potest quam mini deberi dicebam per cartam bone memorie Radulphi patris mei quondam domini de Gouciaco a me et a predicta ecclesia approbatam” (Ibid., p. 184, grifo nosso).

<sup>58</sup> Eu, Thomas, solicitei ao lado dos monges de Foigny, que guardem pela segurança da cidade, sobre nosso território e ao redor de Landoûzis, duas vezes como um arco de **flecha** pode atingir; eu pretendia que esta parte me fosse dada em virtude de uma carta de meu bom pai em memória de Raoul, senhor de Coucy, aprovado por mim e pela abadia (Ibid., p. 184, grifo nosso, tradução nossa).

<sup>59</sup> COSTA, C. Anatomia humana: secções anatômicas, planos em eixos anatômicos. **Centro de Ensino Superior do Amapá**, CEAP. Macapá: Amapá. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT22042008174858.ppt>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

<sup>60</sup> VAZ, G. et al. Sagittal morphology and equilibrium of pelvis and spine. **Springer-Verlag**, 26 jun. 2001. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s005860000224#page-2>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

proveniente desta apropriação discursiva não é mesmo descrito na obra do século XIX. No caso do diagrama sagital não é feita uma alusão específica a um objeto, importa mais o aspecto relacional do que a inferência a uma arma ou objeto que se utiliza com arco.

Apesar da perspectiva foucaultiana não fazer uma remissão a um corte seccional ou a uma representação cartesiana como ocorre na Matemática, ainda assim há pelo menos um aspecto nessas perspectivas que remete a Foucault (1993, 1994b): o aspecto relacional. Na Anatomia médica, é por meio da relação entre diferentes partes no plano sagital que é possível detectar anomalias ou desequilíbrios corporais (Cf. VAZ, 2001, p. 80). Na Matemática, é por meio da representação sagital que se podem relacionar conjuntos ou domínios distintos (Cf. GARCIA & SERRANO, 2000, p. 363). Isso significa que podemos reduzir a complexidade do termo sagital e tratá-lo como sinônimo de “relação” ou de outra palavra qualquer? É óbvio que não. Tratar “sagital” como sinônimo de “flecha”, de “relação”, de “crucial”, ou de qualquer outro termo significaria no mínimo ignorar sua dimensão histórica. Malgrado o efeito de sentido “relacional” esteja presente, em cada um desses recortes enunciativos, o termo remete a práticas discursivas específicas. Se levarmos ainda em conta, as possibilidades de efeitos de sentido que o termo apresenta nas abordagens foucaultianas, veremos que se trata de um “conceito” que engloba múltiplos aspectos filosóficos. Para entendermos melhor o que Foucault (1985) entende por “conceito”, é importante citarmos o seguinte trecho de um texto publicado em *Revue de métaphysique et de morale*:

Former des concepts, c'est une manière de vivre et non de tuer la vie ; c'est une façon de vivre dans une relative mobilité et non pas une tentative pour immobiliser la vie ; c'est manifester, parmi ces milliards de vivants qui informent leur milieu et s'informent à partir de lui, une innovation qu'on jugera comme on voudra, infime ou considérable : un type bien particulier d'information.<sup>61</sup>

Ao tomarmos a noção de “conceito” presente no excerto foucaultiano, poderíamos dizer que “sagital” se refere a um “tipo bem particular de informação”, que filosoficamente congrega os aspectos de relação e de atualização como vimos no final da *Hermenêutica do Sujeito* (1981-1982/2006); de não linearidade como vimos em *Distance, aspect, origine* (1963/1994a), como vimos no início de *O governo de si e dos outros* (1982-1983).

Tendo em vista essas características, é possível ainda se questionar de que forma essa dimensão sagital se relaciona com algumas críticas feitas ao pensamento foucaultiano.

---

<sup>61</sup> FOUCAULT, M. La vie: l'expérience et la science, **Revue de métaphysique et de morale**, 90e année, no 1 : Canguilhem, janvier-mars 1985, pp. 3-14. Disponível em: <<http://1libertaire.free.fr/MFoucault237.html>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

## 1.5 DOS “DUPLOS” ARQUEOLÓGICOS E DA DIMENSÃO SAGITAL

Malgrado a questão metodológica seja um aspecto relevante de nossa proposta sagital, existe outro importante aspecto que também deve ser considerado quando a abordamos: a questão filosófica. Filosoficamente, a arqueologia sagital contempla: a prática de análise de discursos presentes na *Arqueologia do Saber* (1969/2009); as concepções de tempo histórico vertical, relacional e de atualização contidas em *Distance, aspect, origine* (1963/1994a), em *A Hermenêutica do Sujeito* (1982-1983), e em *O governo de si e dos outros* (1982-1983); a perspectiva crítica do presente contida em *Qu'est-ce que les Lumières?* (1984a/2015, 1984b/2015). Essa vinculação teórica, além de constituir a metodologia que será desenvolvida ao longo do trabalho, busca também se inserir na discussão proposta por Dreyfus e Rabinow (1995) na obra *Michel Foucault: uma trajetória filosófica* (1983/1995), a respeito daquilo que eles consideram como sendo o *Fracasso Metodológico da Arqueologia*. Segundo esses autores, o grande problema da arqueologia foucaultiana é que ao mesmo tempo em que ela critica alguns aspectos epistemológicos contidos nas ciências do homem, ela se vale de aspectos semelhantes para desenvolver sua teoria. Em outros termos, segundo Dreyfus & Rabinow (1995), ao mesmo em que Foucault critica os duplos ou as aporias filosóficas contidas nesses campos do saber da modernidade, ele se vale de expedientes teóricos semelhantes em sua análise arqueológica. Dreyfus e Rabinow (1995) dividem esses expedientes em três tipos: empírico/arqueológico; discurso/impensado; origem/extremo recuo da origem. Antes de tratarmos deles, é importante tecermos breves considerações sobre os duplos da modernidade abordados por Foucault em *As palavras e as coisas* (1966/2000).

De acordo com Foucault (2000), durante a passagem do século XVIII para o XIX, surgiram importantes transformações no campo epistemológico, que deram ao homem uma posição de destaque no campo dos saberes. Se na Época Clássica (século XVIII), a representação ditava a tônica dos saberes, a partir da Época Moderna (século XIX) esses saberes passaram a centrar-se no homem e, mormente em seu processo interpretativo. Foi nesse contexto, que a análise das riquezas tornou-se economia; que a gramática converteu-se em filologia; e que história natural tornou-se biologia.

A partir dessas transformações, ao mesmo tempo em que homem era o “sujeito e objeto” dos saberes, ele também se apresentava como a via principal para esses conhecimentos. Ou seja, mesmo sendo um ser limitado, o homem “não se contenta mais em poder conhecer as leis do mundo que parecem limitá-lo”, a partir da modernidade, o homem reivindica “o conhecimento total” que o “permite tomar o lugar de Deus” (DREYFUS &

RABINOW, 1995, p. 32). Essa dualidade moderna, chamada por Foucault (2000) de analítica da finitude, apresenta o seguinte problema: como é possível alcançar o fundamento para o saber se a via possível para esse conhecimento é limitada? Dito em termos foucaultianos, a analítica da finitude teria como “projeto fazer surgir, no fundamento de todas as positivities e antes delas, a finitude que as torna possíveis”, isto é, ao invés de pensar as positivities a partir de uma contingência histórica, essa analítica moderna queria buscar a finitude ou fundamento que as torna possível (FOUCAULT, 2000, p. 516). Nesse sentido, “a finitude do homem se anuncia — e de forma imperiosa — na positividade do saber” (FOUCAULT, 2000, p. 431).

Essa contradição entre a existência de um ser limitado e a busca por um conhecimento total, fez com que Foucault (2000) buscasse nos saberes produzidos na época moderna algumas aporias filosóficas: os duplos. Durante sua pesquisa, o pensador elencou três duplos principais do período: empírico/transcendental; cogito/impensado; e o recuo e o retorno da origem.

O duplo empírico-transcendental aparece no saber moderno quando a análise da representação é preterida por uma analítica da finitude e da existência humana. “Onde outrora havia uma correlação entre a metafísica da representação e do infinito e análise dos seres vivos” passam a existir formas de saber que tentam conciliar um conhecimento empírico com a busca por um fundamento finito (FOUCAULT, 2000, p. 468). Com a emergência dessa analítica, as condições de possibilidade dos saberes não estão contidas na história (historicismo), tampouco em um objeto exterior a ser analisado (positivismo), elas estão dadas na finitude humana (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 31). “O [próprio] homem é o duplo empírico-transcendental”, que passa a direcionar os saberes e, ao mesmo, que os expõe a suas próprias contradições (FOUCAULT, 2000, p. 442). Na busca pela finitude do saber, as *epistemes* modernas se inclinam para um “pensamento do Mesmo [...] em que a Diferença é a mesma coisa que a Identidade”. É nessa tentativa de uniformização do saberes, de “repetição do positivo no fundamental”, que a analítica da finitude vai expor seus duplos: “é aí que se verá sucessivamente, o transcendental repetir o empírico; o cogito repetir o impensado; e o retorno da origem repetir seu recuo” (FOUCAULT, 2000, p. 434).

Ao mesmo tempo em que é contraditório buscar um fundamento transcendental em uma prática empírica, é igualmente difícil manter uma transparência do *cogito* na relação entre homem e saberes. Isso ocorre porque o homem não tem pleno domínio de seu pensamento, de sua linguagem, de seus desejos, de suas ações. A clareza total, como já havia pensado Kant, era impossível de ser alcançada. Nesse sentido, o homem nunca poderia ser

“absorvido [inteiramente] pelo cogito” até porque existem certos sentidos que o escapam. Diante desses sentidos que escapam ao homem — seja ele impensado, implícito, inatural<sup>62</sup>, ou mesmo um “terreno obscuro” (FOUCAULT, 2000, p. 449) — algumas filosofias modernas tentaram “obter uma clareza cada vez maior destas forças obscuras, seja na sociedade (como em Marx e Habermas), seja no inconsciente (como em Freud e Merleau-Ponty)” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 40). Em *As palavras e as coisas* (1966/2000), ao empreender a descrição desse duo, Foucault mostra que ele não se limita à época moderna, uma vez que a própria fenomenologia de Husserl, em sua busca por um fundamento original, também teria se amparado no impensado<sup>63</sup>. Por tal razão, a mesma também estaria exposta ao seguinte dilema: se o fundamento das práticas possíveis está dado no impensado, não há como ter controle sobre os significados obtidos. Esses resultados revelariam antes crenças do que propriamente um fundamento original (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 41).

Ao tratarmos dessa busca por um fundamento original chegamos ao último duplo abordado por Foucault (2000): o recuo e o retorno da origem. No século XVIII, a busca pela origem estava diretamente relacionada com a representação, ela fazia parte dela, era uma propriedade garantida por meio da transparência da linguagem, “era uma simples reduplicação da representação” (FOUCAULT, 2000, p. 453). Assim, quem conseguisse representar algo, estava muito próximo de encontrar sua origem. A partir da época moderna, a origem se transforma em uma questão histórica, ou seja, deixa ser entendida como uma propriedade direta de algo, para se tornar “aquilo que introduz na sua experiência conteúdos e formas mais antigas do que ele e que ele não domina” (FOUCAULT, 2000, p. 456). Paradoxalmente, buscar o originário diretamente, em um objeto, em uma sensação, implica se afastar dele. O originário antecede à existência humana, por isso sua possibilidade “está sempre recuada, remonta a um calendário onde o homem não figura” (FOUCAULT, 2000, p. 457). Diante dessa busca pela origem por meio do “recuo”, de acordo com Foucault (2000), surgiram caminhos epistemológicos distintos no século XIX: aqueles (positivistas) que buscavam empreender “uma cronologia do homem na cronologia das coisas de maneira que a unidade do tempo fosse restaurada e que a origem do homem não fosse nada mais que uma

---

<sup>62</sup> “O impensado serviu ao homem de acompanhamento surdo e ininterrupto desde o século XIX. Como, em suma, ele não passava de um duplo insistente, jamais foi refletido por ele próprio de um modo autônomo; daquilo de que ele era o Outro e a sombra, recebeu a forma complementar e o nome invertido; foi o An sich em face do Für sich na fenomenologia hegeliana; foi o Unbewusste para Schopenhauer; foi o homem alienado para Marx; nas análises de Husserl, o implícito, o inatural, o sedimentado, o não-efetuado (FOUCAULT, 2000, p. 450).

<sup>63</sup> Segundo Foucault (2000, p. 448) “o projeto fenomenológico não cessa de se resolver numa descrição do vivido que, queira ou não, é empírica, e uma ontologia do impensado que põe fora de circuito a primazia do “Eu penso”.

data, que uma dobra na série sucessiva dos seres”; e também aqueles que buscavam estabelecer uma cronologia da própria experiência humana em relação às coisas. Nos dois casos, o retorno da origem implica em um recuo, isto é, a partir do momento em que “o começo das coisas [passa a ser] encoberto de mistério”, sua possibilidade só é dada a partir de uma investigação histórica, que se dirige em relação a uma cronologia das coisas ou em relação a uma cronologia da própria experiência humana (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 41).

Os duplos modernos apresentados por Foucault em *As palavras e as coisas* (1966/2000), mais do que serem somente aporias epistemológicas do pensamento moderno, revelam também um “modo de ser” do homem do período. Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), eles são resultado de um entendimento do homem enquanto ser finito e de sua tentativa de formular estratégias para preservar essa finitude e também para ultrapassá-la (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 45).

Ao passo que a descrição desses duos pode revelar aspectos epistemológicos da filosofia moderna e contemporânea, de acordo Dreyfus & Rabinow (1995), eles também podem revelar algumas ambiguidades da própria arqueologia foucaultiana, segundo os autores:

[...] podemos dizer do discurso arqueológico o mesmo que Foucault diz do discurso existencial fenomenológico, a saber, que é um discurso de natureza mista: dirige-se a uma camada específica porém ambígua bastante concreta [...]. Assim, a passagem da descrição para prescrição, das regularidades para a regulação, da análise empírica para a analítica arqueológica [...] tem mais do que uma simples semelhança com aquilo que Foucault chama [...] a Dobra [...] (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 104).

No excerto fica evidente a tentativa dos autores em mostrar que o discurso arqueológico é ambíguo, uma vez que ele reitera expedientes teóricos que ele próprio critica. A seguir trataremos brevemente de cada um desses supostos duplos arqueológicos apontados por Dreyfus & Rabinow (1995), tentando mostrar como nossa arqueologia sagital se comporta em relação a eles.

### **1.5.1 Do impensado, da origem e a arqueologia sagital**

Como expusemos anteriormente, o fato da linguagem ter adquirido um caráter opaco na modernidade, fez com que a analítica da finitude se deparasse com o problema de se buscar

um fundamento do saber naquilo que escapa ao cogito. Essa tentativa de fundar o impensado no cogito, tem implicações decisivas no trabalho do analista. Aos analistas da finitude, por exemplo, cumpre despertar regras ou crenças que escapam ao enunciador. Aos arqueólogos dos saberes cumpre em primeira instância a descrição<sup>64</sup> dos enunciados e posteriormente a análise das positivities que os envolveria. De acordo com Dreyfus e Rabinow (1995), um aspecto semelhante entre eles é que ambos acreditam que a problematização das práticas deve ser feita por meio de um afastamento espaço-temporal em relação a elas, ou seja, dada a positividade dos saberes, é somente por meio de um “parêntesis” temporal — afastamento histórico — que é possível problematizar as práticas em questão (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 107).

Essa questão nos introduz a um primeiro duplo moderno: a origem e o recuo da origem. Diferentemente da fenomenologia e da analítica da finitude, a descrição do arqueólogo não tem como finalidade “reconhecer o não-dito cujo lugar ele ocupa; nem como podemos reduzi-lo a um texto silencioso e comum; mas, pelo contrário, que posição singular ocupa, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola na dispersão geral dos enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 136). Nesse sentido, por mais que o enunciado “não seja imediatamente visível”, ele tampouco pode ser considerado oculto. Por isso, não é tarefa do arqueólogo dos saberes encontrar um “fora” da linguagem como se fosse um elemento oculto, mas descrever “discursos enquanto práticas que obedecem determinadas regras” (FOUCAULT, 2009, p. 124). Em relação ao *modus operandi* desse procedimento arqueológico, o argumento de contradição teórica apresentado por Dreyfus e Rabinow (1995), é que ao negar a existência de um significado profundo ou de uma verdade na história, Foucault (2009) estaria elidindo o próprio estudo histórico, ou seja, se não há um sentido que moveria a história, a proposta de Foucault (2009) só poderia ser entendida como “a-histórica”<sup>65</sup> (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 108).

Outra suposta contradição apresentada pelos autores estaria dada na questão do impensado. Embora não exista uma busca por um aspecto oculto no pensamento foucaultiano, Dreyfus e Rabinow (1995) asseveram que há na teoria arqueológica uma tentativa de se recuperar o impensado dos enunciadores, mesmo que esse impensado seja um “conjunto de regras sem significado como condição de sua ocorrência” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 105). Desse modo, ao invés de um duo cogito/impensado, teríamos um duplo

---

<sup>64</sup> A arqueologia “não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto” (FOUCAULT, 2009, p. 157).

<sup>65</sup> “A arqueologia é simplesmente uma disciplina a-histórica, com uma linguagem técnica a-histórica, que pode avaliar e ordenar a história precisamente porque não está na história” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 109).

discurso/impensado, no qual “a recuperação do impensado pelo pensamento se transforma na recuperação de um sistema não consciente de regras por uma teoria explícita” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 106). Sobre esse duplo, o argumento dado pelos autores é que embora os elementos sejam diferentes — substituição das “totalidades significantes” pelos “sistemas de dispersão” e das “regras transcendentais pelas regras de transformação” — a lógica teórica seria a mesma.

Diante deste argumento de que Foucault teria hipostasiado a história, ou ao menos, produzido uma pensamento “a-histórico”, obviamente não partilhamos dessa perspectiva. O simples fato de o pensador francês ter recusado a existência de um fundamento para a história não implica em recusá-la, mas assumir uma perspectiva antifundacionista para ela, da qual pertencem autores como Nietzsche, Heidegger, etc. Para debatermos melhor essa questão podemos citar um trecho da coletânea *Microfísica do poder* (1979/1993) na qual Foucault (1993) discute essa relação entre ausência de fundamento e incoerência teórica. Segundo o autor:

A história não tem "sentido", o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos (FOUCAULT, 1993, p. 05).

Diante do excerto, dizer que a história não tem um sentido principal — como a luta de classes de Karl Marx, o espírito absoluto de Hegel — não implica afirmar que o Foucault faz, por exemplo, em *O nascimento da clínica* (1963/1977) e *As palavras e as coisas* (1966/2000), não possa ser considerado como história. De acordo com Margareth Rago (1995), existe sim uma postura historiográfica em Foucault e ela pode ser entendida como uma “homenagem à escola dos *Annales*”, ou seja, “uma postura historiográfica preocupada em não mais revelar ou explicar o real, mas desconstruí-lo enquanto discurso”, coisa que os *Annales* faziam bem (RAGO, 1995, p. 03).

Sobre essa postura historiográfica que propõe uma desconstrução histórica dos objetos, podemos dizer que ela é parte fundamental de nossa empresa sagital. Em termos de análise de discursos, acreditamos que, a princípio, ela deva ser “descritiva”, como propõe Foucault (2009, p. 157) na *Arqueologia do Saber* (1966/2009), mas não deve se limitar a esse

aspecto, devendo também contemplar um aspecto interpretativo<sup>66</sup>, derivado da analítica das microrrelações de poder e, sobretudo, possuir uma atitude crítica, derivado da *ontologia crítica do presente* (FOUCAULT, 1984, p. 49). A correlação entre esses três horizontes do pensamento foucaultiano — o arqueológico, o genealógico e o crítico — é o que chamamos de *Arqueologia Sagital*. Dito em termos foucaultianos, essa perspectiva se baseia em “estudos arqueológicos e genealógicos [...] na definição de formas historicamente singulares [...] nas quais foram problematizadas as generalidades de nossa relação com as coisas, com os outros e com nós mesmos [...] e que tem sua coerência prática em uma relação histórico-crítica” (FOUCAULT, 1984, p. 50, tradução nossa). Na prática, nossa proposta sagital parte de alguns enunciados do presente, buscando relacioná-los — de forma “horizontal” na correlação temática e “vertical” na abordagem temporal — com enunciados que em geral provem de outras positivities, e que possuem sistêmicas, “leis de coexistência” e “condições de exercício”, também diversificados (Cf. FOUCAULT, 2009, p. 146, 132, 133). Como já mencionamos, nosso objetivo não é revelar um “fora da representação”, mas mostrar como as práticas e representações do presente não passam de convenções historicamente produzidas. Nesse sentido, mesmo correndo o risco de limitar nossos procedimentos de análise ou ainda ontologizar uma estrutura do presente, ainda assim acreditamos que seja importante realizar esse empreendimento não somente para fazer uma “história dos limites”, mas para buscar outras possibilidades de análise foucaultiana em Análise do Discurso.

Em relação ao problema da origem, podemos dizer que, assim como Nietzsche, nossa proposta busca uma recusa — extremo recuo — da mesma. Ao fazê-lo talvez não incorramos no duplo origem/extremo recuo da origem, como Heidegger de *Ser e Tempo*, contudo podemos eventualmente incorrer no duplo discurso/impensado, ao suscitaros um niilismo do arqueólogo. Dizemos “eventualmente” porque ao mesmo tempo em que entendemos o arqueólogo como um sujeito que tem como finalidade desnaturar as práticas do presente — por meio de uma prática filosófica de esquecimento anterógrado — não propomos que ele seja um “observador desprendido de todos os atos discursivos” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 107). Nesse sentido, desnaturar não implica em revelar um sentido oculto, mas entender as práticas do presente a partir de suas regras de formação e transformação. Uma atitude crítica mais próxima da confirmação da contingência dessas práticas do que

---

<sup>66</sup> “Se a interpretação não se pode nunca acabar, isto quer simplesmente significar que não há nada a interpretar, porque no fundo tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos” (FOUCAULT, s/d, p.16).

propriamente de um desvelamento do ser, como acontece em Heidegger. A seguir discutiremos como essa contingência se apresenta na relação empírico-arqueológica.

### 1.5.2 Da análise empírica à analítica arqueológica

A crítica que Foucault faz às analíticas da finitude em *As palavras e as coisas* (1966/2000) passa pelo argumento de que existe incompatibilidade teórica entre o domínio fundamental e o prático/positivo. Por mais que uma articulação entre esses domínios seja possível no campo teórico-filosófico, para Foucault (2000) o fato dessa relação se dar no homem — que é um ser finito, limitado, transitório — atesta a existência de um duplo. Diante do argumento foucaultiano, o que Dreyfus e Rabinow (1995) tentam mostrar é que embora Foucault (2000) se valha de conceitos distintos, essa mesma lógica teórica se repete no pensamento foucaultiano. Para atestar isso, Dreyfus e Rabinow (1995) buscam apresentar alguns problemas metodológicos do projeto arqueológico, a fim de mostrar que ele também possui suas ranhuras.

A primeira dessas supostas contradições foi brevemente discutida no tópico anterior e diz respeito ao papel do arqueólogo. Segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 102), “o arqueólogo deve ser o espectador dividido, compartilhando e negando o significado sério que motiva a produção do discurso pletórico que ele estuda”. O argumento apresentado pelos autores se direciona ao fato de que, como a função do arqueólogo é a princípio descritiva, não ficaria evidente na *Arqueologia do saber* (1969/2009) se ele deveria ser um mero espectador ou um participante das práticas analisadas. Se pensarmos na relação entre a arqueologia e genealogia, podemos perceber que há sensível diferença no *modus operandi* do pensador: enquanto na arqueologia, o trabalho do arqueólogo se pauta por práticas como a “descrição” (do enunciado e das FDs), a “demarcação” (de um campo enunciativo), a análise (das positivities), a “especificação” (de um arquivo), etc; por sua vez, na genealogia, essa prática é mormente interpretativa. Nesse sentido, não há na *Arqueologia do Saber* (1969/2009) uma menção específica sobre a possibilidade de intervenção do arqueólogo em relação às práticas. Como as obras da arqueologia foucaultiana, em geral, buscam empreender uma recusa do método fenomenológico e da perspectiva humanista, é natural que a posição do arqueólogo fosse vista com certa restrição. A partir da genealogia, a análise das práticas sociais se abre à possibilidade interpretativa, deve ser feita com vistas à história. Pelo fato de contemplarmos o aspecto descritivo da arqueologia, o interpretativo da genealogia e ainda uma atitude crítica em relação ao presente, acreditamos que essa dificuldade não se repita em proposta teórica.

Dessa suposta contradição arqueológica, Dreyfus & Rabinow (1995) depreendem uma segunda, que de acordo com os autores se situa na relação entre descrição e regulação. Segundo Dreyfus & Rabinow (1995) apesar do projeto arqueológico “pretender ser uma modesta descrição empírica [...] [ele ao mesmo tempo] afirma que as regularidades que descrevem o corpo do discurso sério também regulam sua produção”. O problema apontado pelos autores é que se o projeto arqueológico faz uma recusa a dois importantes elementos da fenomenologia — a verdade e o sentido — como o arqueólogo lidaria com os resultados encontrados em suas pesquisas? Sua descrição implicaria em uma “significação real” ou os atos discursivos teriam uma implicação nos efeitos de sentidos? Nesse sentido, na atividade do arqueólogo haveria uma descrição ou uma regulação?<sup>67</sup> Diante dessas questões, a *Arqueologia do Saber* (1969/2009) nos fornece algumas possibilidades de entendimento. Em primeiro lugar, podemos compreender a atividade arqueológica como sendo mormente descritiva<sup>68</sup>, contudo não podemos concluir que o que ela busca é uma “significação real”. De acordo com o próprio Foucault (2009, p. 141), a descrição dos enunciados não deve ser feita como uma “totalidade fechada e pletórica de uma significação”, mas como “figura lacunar e detalhada”. Nesse sentido, o projeto arqueológico teria tanto um papel negativo (de desconstituição de verdades), quanto um aspecto positivo (constituição das séries e das regularidades). O problema do argumento dos autores é que ele contempla um aspecto da homogeneização (construção de significados ou a uma prescrição), mas não o aspecto da dispersão<sup>69</sup> (atinentes às descontinuidades e aos limites).

Outra dificuldade arqueológica apresentada por Dreyfus e Rabinow (1995) refere-se também a um terceiro suposto duplo arqueológico que teria sido descrito por Foucault (2009) em sua arqueologia: trata-se do duo empírico/arqueológico. Segundo os autores, a arqueologia foucaultiana apresentaria, em sua estrutura lógica, aporias teóricas semelhantes àquelas que foram atribuídas por Foucault às analíticas da finitude, a saber: os duplos

---

<sup>67</sup> A seguir reproduzidos esses questionamentos a partir dos termos utilizados por Dreyfus e Rabinow (1995, p. 102): “Esta oscilação entre descrição e prescrição revelou uma instabilidade ainda mais profunda no que tange ao estatuto do significado sério. Tratar-se-ia de um intenso interesse na formulação e na exegese dos enunciados pelo fato dos pensadores neles encontram uma significação real; ou desta convicção de que os atos discursivos são pensados seriamente e têm séria implicação na ilusão produzida pela raridade regulada?”

<sup>68</sup> Como expusemos anteriormente, a descrição ocupa um papel importante na arqueologia, por isso dissemos que sua atividade é “mormente” descritiva. Isso obviamente não implica em concluir que a atividade arqueológica não contemple outras funções como, por exemplo, a análise de positivities, a demarcação de campos enunciativos, etc.

<sup>69</sup> Quando Foucault (2009, p. 82) trata dos “sistemas de formação” que caracterizam as práticas discursivas, ele realmente mostra que eles não podem ser considerados como “blocos de imobilidade”, mas sim como “um feixe complexo de relações [que] prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva”. Contudo, ao fazê-lo, ele não se limita a descrever este aspecto de regulação, mas também assevera que “atrás da fachada visível do sistema, supomos a rica incerteza da desordem” (Ibid., p. 85). E este aspecto, Dreyfus e Rabinow (1995, p. 102) não contemplam em sua análise.

empírico/transcendental; cogito/impensado e origem/recuo da origem. A comprovação deste fato poderia ser verificada em alguns enunciados da obra arqueológica de Foucault. Segundo os autores, quando Foucault caracteriza esses duplos, seria “facilmente” possível substituir o termo finitude por discurso. Eis o trecho foucaultiano com a substituição realizada pelos autores: “De um lado ao outro da experiência, (o discurso) [a finitude, nas palavras de Foucault] se responde a si mesmo; ele é na figura do Mesmo a identidade e a diferença das positivities e de seu fundamento” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 103). O problema desse argumento é que, por ser mera transposição lingüística, ele não contempla as diferenças filosóficas entre a analítica da finitude e o projeto arqueológico. Para sermos mais precisos, acreditamos que utilização do termo “fundamento” não é a mais adequada para nos referirmos ao “discurso” e à perspectiva arqueológica. Segundo o próprio Foucault (2009):

[...] descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar **não** o momento ou **a marca de origem**, mas sim as formas específicas de um acúmulo, **não é** certamente revelar uma interpretação, **descobrir um fundamento**, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma *positividade* (FOUCAULT, 2009, p. 141).

Essa recusa de um “fundamento” na análise arqueológica, constante no excerto, atesta a fragilidade do argumento de Dreyfus e Rabinow (1995) e ao mesmo tempo mostra como na análise arqueológica a busca por “relações de exterioridade”<sup>70</sup> tem prevalência a um aspecto transcendental<sup>71,72</sup>, até porque uma das finalidades da empresa arqueológica era “libertar a história do pensamento de sua sujeição transcendental” (FOUCAULT, 2009, p. 227).

### 1.5.3 Por uma “queda de muros” no pensamento foucaultiano

É evidente que nossa proposta de uma arqueologia sagital não conseguiria solucionar todos os supostos duplos arqueológicos apresentados por Dreyfus e Rabinow (1995), nem é essa nossa intenção principal. Queremos apenas agregar à prática de análise de discursos

<sup>70</sup> “Se substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição das relações de exterioridade, a busca da origem pela análise dos acúmulos, é ser positivista, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente” (FOUCAULT, 2009, p. 142).

<sup>71</sup> A linguagem, na instância de seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado; como tal, se apóia em uma descrição que **não é nem transcendental, nem antropológica**. A análise enunciativa não prescreve para as análises lingüísticas ou lógicas o limite a partir do qual elas deveriam renunciar e reconhecer sua impotência; ela não marca a linha que fecha seu domínio; mas se desenrola em outra direção que as cruza (Ibid., p. 128, grifo nosso).

<sup>72</sup> Existem alguns estudos, como o de Suze Pisa (2014, p. 198), que defendem a ideia de que a arqueologia foucaultiana apresentaria uma “semântica transcendental”.

outros pressupostos teóricos que foram desenvolvidos pelo próprio Foucault em outros momentos de sua teoria, como em sua genealogia e em alguns textos, entrevistas e cursos realizados por Foucault nos anos 80.

A relação com o presente, talvez seja um dos maiores diferenciais da Arqueologia sagital em relação à Arqueologia foucaultiana. Enquanto esta se propõe empreender "comparações regionais" ou circunscritas às séries historicamente constituídas, para que de forma indireta seja estabelecida uma reflexão com o presente; a arqueologia sagital, por sua vez, parte do presente em busca de uma relação direta, mas vertical, com o passado, daí seu aspecto crítico. E o faz não para recuperar traços de significação do passado, tampouco para revelar aquilo que escapa ao alcance linguístico do presente, mas para pensar o presente enquanto contingência, para analisar os discursos contemporâneos enquanto pactos históricos de saberes e poderes; para "dizer o que somos", mas principalmente para dizer "como isso que existe hoje poderia não ser mais o que é" (FOUCAULT, 1983, p. 325).

Se a Análise do Discurso já "quebrou seus espelhos" em relação à influência da história e da própria arqueologia foucaultiana, talvez seja este o momento de "fazer caírem os muros" (Cf. POL-DROIT, 2006, p. 69) em relação a outras abordagens existentes no próprio pensamento foucaultiano, como a *ontologia crítica do presente* (Cf. FOUCAULT, 1984).

## 2. O TEMPLO DO SABER E SEUS “PRINCÍPIOS”: A *PRIORI* HISTÓRICO, ATUALIDADE E RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO ACADÊMICO

### Princípios

A UNESP tem como objetivo permanente a criação e transmissão do saber, da arte e da cultura, devendo para isso:

- Criar, preservar, organizar e transmitir o saber, a arte e a cultura por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária;
- Defender a **autonomia** didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- Oferecer ensino público gratuito, **laico** e de **qualidade**;
- Formar **cidadãos críticos** e capacitados para o exercício da pesquisa e das diferentes profissões;
- Respeitar a **liberdade** intelectual, o pluralismo das ideias, defendendo e promovendo a cidadania, os direitos humanos e a justiça social.<sup>73</sup>

De acordo com o filósofo alemão Martin Heidegger (1967, p. 173, tradução nossa), um princípio seria “uma proposição que é colocada como fundamento de uma verdade possível”<sup>74</sup>, ou seja, para que exista uma verdade e para que ela seja admitida, é preciso que antes exista um princípio/proposição que a ampare. Em termos arquegenealógicos poderíamos dizer que para que exista uma verdade, é preciso que haja uma relação entre saberes e poderes que a ampare historicamente. Diante dessa perspectiva, um “princípio” poderia ser entendido como uma estratégia de poder utilizada para legitimar determinados discursos<sup>75</sup>. O excerto acima, extraído da seção *Transparência* do site da UNESP, apresenta um discurso emitido por uma posição de subjetividade institucional. Nele estão contidas “as regras gerais” que, segundo o enunciador, são partilhadas pela referida instituição. Optamos por inserir a discussão sobre esses princípios em um capítulo histórico porque é por meio deles que tentaremos apresentar alguns *a priori* da academia. Na verdade, eles servirão como guias de nossa desconstrução histórica, ou ainda, de nossa relação sagital com a memória discursiva. Em suma, trata-se de buscar as condições de possibilidade do *corpus* a ser analisado. Alguns

<sup>73</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Transparência. Competências*. Disponível em: <<http://unesp.br/transparencia/competencias.php>>. Acesso em: 28 dez. 2014, grifo nosso.

<sup>74</sup> “A principle, in contrast to a mere negative condition, is a proposition in which there is posited the ground for possible truth, something sufficient for supporting the truth of the judgment” (HEIDEGGER, 1967, p. 173).

<sup>75</sup> “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1993, p. 12).

pecheutianos diriam “condições de produção”, marxistas ortodoxos diriam “condições gerais de produção”, para nós trata-se apenas de *a priori*, não formais, mas históricos.

Analisá-los a partir de uma perspectiva histórica foucaultiana implica em não considerá-los sob um aspecto transcendental, isto é, essas regras apresentadas pela UNESP não se configuram enquanto fundamentos atemporais de instituições de saber, mas como estratégias de poder, que produzem determinados efeitos de sentido e que certamente reportam às ordens discursivas do tempo histórico em que são produzidas.

Como diz Foucault (2008, p. 139), é preciso ir atrás dos “grafismos amontoados sob a poeira das bibliotecas”<sup>76</sup> para suscitar a memória discursiva dessas estratégias. Considerando os aspectos tecnológicos de nossa contemporaneidade, acrescentaríamos que também é preciso ir atrás dos “bytes amontoados sob a poeira do *Google*”. Porém, antes de fazermos isso, é importante tecermos breves considerações sobre nossa abordagem histórico-temporal e como situá-la perante à Historiografia.

## 2.1 A HISTÓRIA, A HISTORIOGRAFIA E A ARQUEOLOGIA SAGITAL

O presente capítulo busca empreender uma descrição de tempo e lugar daquilo que entendemos como “campo acadêmico”. O grande desafio não é desenvolver um apanhado histórico do campo acadêmico/universitário na história ocidental, mas fazê-lo observando uma perspectiva historiográfica coerente com a arqueologia foucaultiana. Simplesmente negligenciar esse aspecto e desenvolver uma história contínua poderia resultar em certas aporias teóricas, como: a junção de uma perspectiva de tempo longitudinal (contínua) com uma abordagem discursiva foucaultiana. Por essa razão, optamos por utilizar alguns aspectos metodológicos próximos da *L'École des Annales*<sup>77</sup> a fim de produzir um capítulo que pudesse contemplar múltiplas temporalidades históricas.

De acordo com José Carlos Reis (2003, p. 198), “os *Annales* produziram uma mudança substancial no conceito de tempo histórico”, e essa mudança passa pela separação

---

<sup>76</sup> “Geralmente, quando analisamos discursos já efetuados, consideramo-los como afetados por uma inércia essencial: o acaso conservou-os, ou o cuidado dos homens e as ilusões que puderam tecer sobre o valor e a imortal dignidade de suas palavras; mas não são, a partir daí, nada mais que **grafismos amontoados sob a poeira das bibliotecas**, dormindo um sono para o qual não deixaram de deslizar desde que foram pronunciados, desde que foram esquecidos, e desde que seu efeito visível se perdeu no tempo” (FOUCAULT, 2008, p. 139).

<sup>77</sup> A escola dos *Annales* foi um movimento historiográfico inaugurado por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, por meio do lançamento da revista *Annales d'histoire économique et sociale*. Esse movimento desempenhou grande influência na historiografia francesa e ocidental no século XX. Suas principais propostas estão relacionadas ao interesse por uma investigação de processos e estruturas sociais. Não se limitando portanto às análises estritamente políticas, militares ou diplomáticas que entendiam a ação humana como o motor para história (BURKE, 1992).

entre o agir e o conhecer. Ou seja, o conhecimento histórico não descreve algo tal como se passou, não é possível reconstruir o passado, “a realidade histórica não é transparente” (REIS, 2003, p. 199). Diante dessa opacidade histórica, a relação entre homem e tempo histórico é algo que se aproxima da dimensão da “posição de subjetividade” descrita por Foucault (2009, p. 61) em sua arqueogenealogia, nesse sentido:

Para os *Annales*, o homem não é só sujeito, consciente, livre, potente criador da história; é também, e em maior medida, resultado, objeto, feito pela história. O tempo histórico dos *Annales* é uma reação à aceleração revolucionária baseada em um conhecimento especulativo do sentido da história (REIS, 2003, p. 1999).

O excerto acima mostra como nossa proposta se aproxima dos *Annales* em relação a um duplo aspecto: na percepção de uma opacidade histórica, ou seja, a dimensão de sujeito enquanto produto histórico; e também na descrença em relação à existência de um sentido que moveria a história (FOUCAULT, 1993, p. 05). É claro que pela variedade de perspectivas metodológicas e pela diversidade de autores<sup>78</sup>, existem alguns aspectos, sobretudo atinentes a nossa abordagem histórico-temporal, que divergem de algumas abordagens da *L'école des Annales*. De acordo com Reis (2003, p. 201), no tempo histórico dos *Annales* “há uma consciência que possui algumas características do tempo natural [como]: constância, regularidade, repetição, ciclos, homogeneidade, quantidade”. Nesse sentido, o tempo histórico dos *Annales* seria uma espécie de “terceiro tempo”, uma “intermediação entre consciência e natureza” (REIS, 2003, p. 202). Ainda segundo o autor, essa intermediação se daria pela articulação entre mudança e estrutura, entre sucessão e simultaneidade: de um lado, a mudança, pela expressão do tempo por meio do calendário, o que marcaria aspectos de uma

---

<sup>78</sup> A escola dos *Annales* é comumente dividida em quatro gerações: a primeira, fundadora, da qual pertenceram Marc Bloch e Lucien Febvre, remonta à década de 30 do século passado, e tinha como finalidade principal a escrita de uma história que não estivesse “metodologicamente” vinculada aos acontecimentos humanos (positivismo) e à curta duração; a segunda geração, da qual pertenceram historiadores como Fernand Braudel, Pierre Goubert e Ernest Labrousse, remonta às décadas de 50, 60 e 70, e se caracteriza em geral pela presença de estudos econômicos que privilegiam a longa duração; em relação a essa segunda geração podemos acrescentar ainda os trabalhos de George Duby, historiador que reintroduziu uma perspectiva acontecimental em sua proposta historiográfica; a terceira geração, também chamada de Nova História, da qual pertenceram autores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Philippe Ariès e Michel Vovelle, remonta ao final da década de 70 e se caracteriza em geral por uma ampliação nos objetos de investigação e por pesquisas que se voltam para as mentalidades (influência antropológica) e as representações, sem ignorar a história política e acontecimental (Cf. BURKE, 1992). Embora seja possível dizer que existe uma quarta geração dos *Annales*, que remonta ao final dos anos 80, e tem como principais expoentes Roger Chartier e Bernard Lepetit, por sua proximidade temporal é difícil delimitar algumas características gerais. Podemos dizer que os trabalhos de Lepetit, por exemplo, se voltam para uma história urbana que problematiza as práticas sociais buscando depreender relações entre as representações do presente e do passado. Os trabalhos de Roger Chartier por sua vez se voltam para uma história cultural do social, que tem como objetos principais os livros, as práticas de leitura, as práticas de escrita, etc.

sucessão temporal, expressos por meio de números; e de outro, a longa duração, fato que, sem retirar sua característica sucessória, faria com os eventos humanos estivessem “inseridos numa ordem não-sucessiva, simultânea” (REIS, 2003, p. 204).

Dentro dos *Annales*, nossa abordagem temporal tem como inspiração a obra *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949), de Fernand Braudel, pensador da segunda geração. Na obra, ao analisar a sociedade na época — século XVI — do rei espanhol Filipe II (1527-1598), o autor propôs uma inversão em seu objeto de estudo: enquanto uma história tradicional analisaria os aspectos políticos do período, Braudel deslocou seu objeto de análise para o mar Mediterrâneo, propondo uma tríade de temporalidades: um tempo geográfico, quase imóvel; um tempo social, dado pela atuação dos grupos humanos; e um tempo individual, acontecimental. Assim, embora não nos vinculemos aos estudos econômicos desenvolvidos por Braudel, sua abordagem temporal e temática é certamente cara a nossa empresa teórica.

Em termos práticos, nossa abordagem busca suscitar algumas memórias discursivas contidas na dispersão de dizeres sobre alguns dos “princípios” contidos no enunciado da UNESP. É importante dizermos que esses princípios não são conceitos absolutos, mas históricos, estratégicos e exemplificativos, ou seja, eles não resumem todas as características ou estratégias de poder de todas as instituições de ensino superior do Brasil contemporâneo, apenas suscitam alguns traços importantes que podem estar presentes nelas e que certamente influem na produção das subjetividades acadêmicas da contemporaneidade.

Para suscitarmos os *a priori* da academia, elencamos quatro “princípios” do enunciado da UNESP: a cientificidade, a liberdade, a laicidade e a qualidade. Optamos também por trabalhar com um quinto princípio, que embora não esteja no referido enunciado, está presente em outros discursos acadêmico-institucionais da contemporaneidade, trata-se da internacionalidade. Ao proceder dessa maneira, acreditamos estar próximos dessa terceira via de tempo dos *Annales* citada por Reis (2003), relacionando aleatoriedade e relação, atualidade e desconstrução (aspecto sagital), sem obviamente ignorar alguns importantes aspectos acontecimentais; e um pouco distantes daquilo que Reis (2003) descreve como “quantificação, repetição, regularidade”, etc.. Diante desse jogo de aproximação e afastamento teórico, há sem dúvida um importante traço que nos aproxima metodologicamente da empresa teórica dos *Annales*, notadamente de sua terceira geração<sup>79</sup>: a noção de descontinuidade<sup>80 81</sup>.

---

<sup>79</sup> Também conhecida como *Nouvelle histoire*, a terceira geração da *L'École des Annales* surgiu na França final dos anos 60 do século passado, e tinha como principal proposta empreender uma história serial das

É justamente essa abordagem que tentaremos expor a seguir. Começando pela origem? Obviamente não, começando pela análise de alguns efeitos de sentido que o discurso científico moderno pode apresentar.

## 2.2 CIÊNCIA, HISTÓRIA E CIENTIFICIDADE

Ciência e cientificidade são coisas distintas, mas muitas vezes, ao longo da história ocidental, elas podem ser encontradas juntas. A primeira se refere a um “conjunto de discursos” que foi adquirindo certas especificidades ao longo da história (FOUCAULT, 2000, p. 474). A segunda, diz respeito a um “domínio” no qual os enunciados “obedecem a certas leis de construção” que, por sua vez, reportam a um sentido semelhante, a um pressuposto de verdade e, sobretudo a uma “mesma sistematicidade” (FOUCAULT, 2009, p. 205). Segundo Foucault (1994a, pp. 724-725), quando se trata das “condições de possibilidade” de uma ciência “é preciso distinguir dois sistemas heteromorfos”: o primeiro se refere às condições de cientificidade que são interiores a um discurso científico; são elas que definem uma “ciência como ciência”, estabelecendo seu “domínio de objetos”, seu “tipo de linguagem” e suas regras de “regras de formação”. Um segundo, refere-se “a possibilidade de uma ciência em sua existência histórica”, constituída por um “conjunto de discursos”<sup>82</sup> que não tem nem o mesmo estatuto, nem o mesmo corte, nem a mesma organização, tampouco a mesma organização da ciência a qual se ligaram”. (FOUCAULT, 1994a, pp. 724-725, tradução nossa). É sobre essa existência que começaremos a tratar a seguir.

### 2.2.1 Notas sobre a ciência moderna

Para analisarmos historicamente alguns aspectos dos saberes científicos da modernidade, é importante abordarmos uma tríade secular analisada por Foucault em *As*

---

representações coletivas e das estruturas mentais da sociedade (história das mentalidades). Seus principais representantes foram Jacques Le Goff e Pierre Nora.

<sup>80</sup> “Um dos traços mais essenciais da história nova [terceira geração dos *Annales*] é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise” (FOUCAULT, 2008, p. 10).

<sup>81</sup> “Há, em primeiro lugar, um trabalho negativo a ser realizado: libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade” (Ibid., p. 23).

<sup>82</sup> É importante ressaltarmos que a “análise das formações discursivas, das positivities e dos saberes, não implica em atribuir formas de cientificidade a um campo, mas significa percorrer um campo de determinações históricas [que em um processo de] aparição, reminiscência e transformação [...] de discursos que ainda são reconhecidos hoje como científicos” (FOUCAULT, 1994a, p. 725, tradução nossa).

*palavras e as coisas* (1966/2000), qual seja: os séculos XVII, XVIII e XIX na Europa<sup>83</sup>. Segundo Foucault (2000, p. XVIII), esse período é marcado “por duas grandes discontinuidades na *epistémê* da cultura ocidental: aquela que inaugura a Idade Clássica e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa Modernidade”. Se até o final do século XVI, a “semelhança”<sup>84</sup> desempenhava uma importante função no saber ocidental, a partir de meados do século XVII, o saber deixa de estar centrado na similitude, para operar, mormente por meio da representação (FOUCAULT, 2000, p. 22). Uma das consequências dessa mudança de *epistémê* — do renascimento para a época clássica — é que o conhecimento passa a intermediar a relação entre significante e significado, ou seja, o signo deixa de ser entendido como a expressão fiel e clara de uma coisa, entre eles, entre significante e significado passa a existir uma representação, que deve ser analisada por um tipo de conhecimento. Como exemplo desse saber que opera por representação está a *máthêsis*, descrita pelo filósofo René Descartes em *Regras para a direção do espírito* (1989). Segundo o filósofo:

Reflectindo [sic] mais atentamente, pareceu-me por fim óbvio que só as coisas e todas as coisas nas quais se observa a ordem e a medida, se reportam à matemática, pouco importa que esta medida se deva buscar nos números, figuras, astros, sons, ou em qualquer outro objeto; que, por consequência, **deve existir uma ciência geral que explica tudo o que é possível investigar respeitante à ordem e à medida**, sem aplicação a qualquer matéria especial; e que esta ciência se designa, não através de um nome de empréstimo, mas de um nome já antigo e aceite pelo uso, a **mathesis universalis**, dado conter tudo aquilo em virtude do que se diz que as outras ciências partiram da matemática (DESCARTES, 1989, p. 29, grifo nosso).

Além enunciar a *máthêsis* como uma “ciência geral que explica tudo o que é possível investigar”, a referida posição de subjetividade apresenta uma importante característica dessa ciência geral: a ordem. Segundo Foucault (2000, p. 77), uma das principais características apresentadas propostas pela *máthêsis* para intermediar a relação entre significante e significado está na possibilidade de estabelecer entre eles, “uma sucessão ordenada”. Embora Foucault (2000) utilize a referida ciência para suscitar algumas transformações

---

<sup>83</sup> Embora existam divergências entre os historiadores acerca do século — XVI ou XVII — em que a chamada revolução científica teria se iniciado (HENRY, 2005, p. 13), não nos cabe aqui discutir questões de origem. Queremos apenas apresentar discursos e práticas científicas que possam ser confrontados com nossa atualidade.

<sup>84</sup> “No saber do século XVI, a semelhança é o que há de mais universal; ao mesmo tempo aquilo que há de mais visível, mas que se deve, entretanto, buscar descobrir por ser o mais escondido; o que determina a forma do conhecimento (pois só se conhece seguindo os caminhos da similitude) e o que lhe garante a riqueza de seu conteúdo (pois, desde que soergamos os signos e olhemos o que eles indicam, deixamos vir às claras e cintilar na sua própria luz a própria Semelhança) (FOUCAULT, 2000, p. 39).

epistemológicas que ocorreram no campo da economia e não na matemática como faz Descartes, o mais importante é percebê-la como expressão de uma teoria da representação.

Se até o final do século XVIII, a teoria da representação tem relevância no campo dos saberes, a partir do século XIX, ela deixa de ser predominante para dar lugar a uma teoria fundada no homem e na “interpretação” (FOUCAULT, 2000, p. 286). Diferente daquela proveniente do século XVI, esta interpretação não parte “do mundo (coisas e textos ao mesmo tempo) [para encontrar] a Palavra divina que nela se decifrava”, mas parte “dos homens, de Deus, dos conhecimentos” para descobrir o que “nós somos, antes da mais íntima de nossas palavras, já dominados e perpassados pela linguagem” (FOUCAULT, 2000, p. 412).

É nessa esteira de transformações epistemológicas que os saberes científicos do século XIX vão se constituindo. Foucault (2000) mostra como em três áreas específicas os saberes se transformaram: no campo da linguagem, a gramática geral que se tornou filologia; no mundo do trabalho, a análise de riquezas que se tornou economia política; e no campo de estudo da vida, a história natural que se tornou biologia. Em geral, essas transformações têm como ponto de semelhança a presença do homem. Como exemplo, a economia abandonou o estudo da *máthêsis* para se referir a uma antropologia; a biologia por sua vez passou a se dedicar ao exterior dos seres vivos; ao contrário, a filologia se desfez da relação “entre linguagem e história externa”, para definir “uma história do interior” (FOUCAULT, 2000, p. 353; 406). Essas transformações descritas por Foucault (2000) coincidem pelo fato de apresentarem um aspecto ambíguo: o homem ao mesmo tempo em que é “objeto para um saber”, é também o “sujeito que conhece” (FOUCAULT, 2007, p. 429).

Apesar de não serem analisadas especificamente em *As palavras e as coisas* (1966/2000), o *Positivismo* de Augusto Comte e a *Teoria da evolução* na biologia apresentam importantes aspectos epistemológicos a serem considerados no século XIX. Ademais de se apresentarem como “ciências”, essas teorias possuem determinadas regras de formação e domínios de objetos que as fazem partilhar de uma dada cientificidade. A *teoria da seleção natural* apresentada por Charles Darwin em sua obra *A origem das espécies* (1859), foi influenciada — como fez Foucault (2000, p. 211) — pelo “quase evolucionismo do século XVIII”; fundava-se em aspectos metodológicos na formulação de uma hipótese, na observação, na constatação e na conclusão; além das perspectivas de continuidade e “modificação interior” em seus aspectos epistemológicos<sup>85</sup>. Apesar das influências das teorias

---

<sup>85</sup> “Para essa forma de pensamento, a seqüência do tempo jamais pode desenhar mais do que a linha ao longo da qual se sucedem todos os valores possíveis das variáveis preestabelecidas. E, por conseguinte, é preciso definir

do século XVIII, o evolucionismo do século XIX, abandona sua tendência de classificação generalizada — *taxinomia* — para se voltar a um pressuposto interpretativo, isto é, uma tentativa epistemológica de entendimento e explicação das mudanças que ocorreram com as espécies ao longo do tempo (FOUCAULT, 2000, p. 210). No que concerne ao Positivismo, podemos entendê-lo como um discurso filosófico voltado para uma tentativa de compreensão dos fatos sociais, que por sua vez são analisados por meio de uma experiência científica. A seu posto, essa análise positivista deve ser racional, objetiva e rejeitar qualquer entendimento metafísico dos acontecimentos ou dos fenômenos. De acordo com Foucault (2000, pp. 336-337), essa perspectiva filosófica é tão importante que ao lado das perspectivas críticas (Kant) e metafísicas vão constituir “o pensamento europeu desde o começo do século XIX até Bergson”. Além disso, o Positivismo de August Comte é historicamente importante ao trazermos esse discurso de cientificidade, pautado na objetividade, na verdade pelo objeto, para o campo dos estudos sociais: no estudo da história, por exemplo, autores como Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (Escola Metódica) foram amplamente influenciados pelo discurso positivista; no campo dos estudos filosóficos, podemos citar ainda pensadores como Karl Marx, Stuart Mill, Herbert Spencer, Émile Durkheim, dentre outros.

Além dessas transformações epistemológicas, houve nos séculos XVIII e XIX uma série de transformações sociais que são importantes para o desenvolvimento dos saberes nesse período. Na Europa do século XVIII, por exemplo, houve: uma “ampliação na rede de ensino universitário; a disseminação de academias, sociedades científicas, jardins botânicos, bibliotecas e museus; e um generalizado reconhecimento da importância econômica e cultural da ciência que aguçariam a curiosidade e o interesse de um selecionado público leigo, cada vez maior, que se dedicaria à pesquisa científica (ROSA, 2012, p. 19)”. A seguir apresentaremos alguns acontecimentos do período que contribuíram à constituição do discurso científico no campo acadêmico.

## 2.2 A academia moderna e o saber científico

Com a iniciação científica, os estudantes de graduação se instalam na “sala de entrada” da pesquisa. É por meio dela que os jovens passam a integrar em seus estudos o rigor, a metodologia e até mesmo a linguagem que caracteriza o campo da ciência. No entanto, essa atividade inicial, como todo espaço de trabalho dos pesquisadores está em constante mudança.<sup>86</sup>

---

um princípio de modificação interior ao ser vivo capaz de permitir-lhe, por ocasião de uma peripécia natural, assumir um novo caráter” (FOUCAULT, 2000, p. 222).

<sup>86</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *Jornal da Unesp*. Nova face da pesquisa. Ano XXIX, n. 307, jan-fev. 2015, p. 8.

A citação acima foi extraída de uma matéria contida na edição n. 307 do *Jornal UNESP*, intitulada *Os novos desafios da pesquisa*. Proveniente de um discurso jornalístico, o trecho descreve a inserção de *Homo accademicus* no “campo da ciência” por meio da prática da iniciação científica. Ao trabalhar com o conceito de “ciência”, a referida posição de sujeito situa seu discurso entre as estratégias de tradição e de atualização, isto é, ao mesmo tempo em que o enunciador afirma que “o trabalho do pesquisador está em constante mudança”, ele reafirma certos aspectos do discurso científico moderno, como o “rigor e a metodologia”. Se relacionarmos este enunciado àquele que abre o presente capítulo, podemos notar que o “científico” é enunciado como um importante elemento do discurso acadêmico contemporâneo: no discurso jornalístico<sup>87</sup> em questão ele é “sala de entrada” para a pesquisa acadêmica, no discurso institucional<sup>88</sup>, ele é um “princípio” que deve ser defendido e possuir autonomia.

Se recorrermos a uma memória discursiva para suscitar alguns momentos históricos em que as instituições de ensino superior passaram por grandes transformações, certamente não podemos deixar de considerar as mudanças que ocorreram nas instituições de ensino superior na Europa dos séculos XVIII e XIX. Como mostramos no final do subcapítulo anterior, o século XVIII foi muito importante no sentido de disseminar “academias e sociedades científicas” (ROSA, 2012, p. 19). Quando se trata da história europeia do final do século XVIII, não podemos ignorar dois acontecimentos de suma importância para o período: a Revolução Francesa<sup>89</sup> (1789-1799) e o governo de Napoleão (1804-1814). Como consequência direta do movimento político revolucionário, as instituições de saber vinculadas ao Antigo Regime Absolutista foram fechadas. Ao mesmo tempo em que algumas instituições foram fechadas, surgiram também outras importantes instituições no período como: *L'École polytechnique* (1794) e a *École normale supérieure* (1794)<sup>90</sup>. De acordo com Voltz (2001, p. 12), a educação superior no período napoleônico foi marcada por uma decisiva transformação: a função das antigas faculdades de filosofia foi redefinida, elas perderam autonomia e ficaram limitadas à propositura de avaliações e atribuições de títulos; o ensino, que antes competia às

---

<sup>87</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Op. cit., jan. 2015.

<sup>88</sup> Id.. Op cit.. Acesso em: 28 dez. 2014.

<sup>89</sup> A Revolução Francesa foi um movimento popular que marcou a substituição de uma monarquia absolutista — na qual todos os poderes políticos estavam centrados nas mãos do rei — para uma monarquia constitucional (1791-1792) e posteriormente para uma Primeira República (1792-1804).

<sup>90</sup> “Le changement du système universitaire par la France révolutionnaire est radical : en 1793, la Convention abolit toutes les universités, puis crée un ensemble de grandes Ecoles pour former les élites nécessaires à la Nation dans les domaines sensibles : Ecole Polytechnique, Ecole Normale, Conservatoire des Arts et Métiers” (VOLTZ, 2001, p. 12).

mesmas, fica a cargo dos *Lycées*<sup>91</sup>. No que concerne ao espaço acadêmico *strictu sensu*, ele fica limitado às tradicionais faculdades profissionais, como as de Medicina, de Direito e eventualmente de Teologia.

Na mesma época em que as faculdades francesas — notadamente as de filosofia — passaram por importantes transformações e perderam sua autonomia, na Alemanha foi criada a *Berliner Universität*<sup>92</sup> (1810). A grande diferença do modelo alemão fundado por Wilhelm von Humboldt é que ele partia da ciência, e não mais da Filosofia, para pensar o desenvolvimento individual e social. Nesse sentido, a ciência seria a grande “responsável pela formação intelectual e moral”, por isso, sua autonomia deveria ser sempre assegurada<sup>93</sup>. Pautado pelo desenvolvimento de um saber científico, que ganhou destaque durante todo o século XIX, o modelo universitário apresentado na Alemanha implicava na ideia de uma multiplicidade dentro da unidade. De acordo com Renaut (2012):

Tel que le comprend l'idéalisme allemand, le concept d'université implique que du multiple ou du divers se tourne vers l'unité. Plus précisément, et c'est ici que le terme reçoit une inflexion nouvelle : le terme d'université ne désigne plus, comme l'universitas médiévale, une corporation, mais il s'applique désormais à une réunion systématique des différents domaines de la connaissance et des sciences qui leur correspondent.<sup>94</sup>

O excerto de Renaut (2012) mostra como a proposta de Humboldt superava o modelo medieval de uma *universitas magistrorum et scholarium*, ou seja, corporação — *corporation* — de professores e alunos, para se aproximar de uma *universitas scientiarum*, isto é, uma comunidade científica. Aliás, esta reforma educacional, entendida enquanto prática social, só pôde ser realizada porque é própria de um momento histórico em que o saber científico adquiriu grande relevância nas partilhas de saber e poder<sup>95</sup>. Para sermos mais precisos, é importante contextualizar o período. Com o final da guerra entre católicos e protestantes no

<sup>91</sup> Os *lycées* compõem a educação secundária no sistema educacional francês. Na França contemporânea, esse nível educacional é voltado para indivíduos com idade entre 15 e 18 anos, e se apresenta como uma preparação para o ensino superior.

<sup>92</sup> O primeiro nome da universidade fundada por Humboldt em 10 de outubro de 1810 foi *Berliner Universität*. De 1828 a 1946, em homenagem ao rei da Prússia (1797-1840) *Friedrich Wilhelm III* (1770-1840), ela passou a ser chamada de *Friedrich-Wilhelms-Universität*. A partir 1949, em homenagem a seu fundador, ela passou a ser chamada de *Humboldt-Universität zu Berlin*, como é conhecida atualmente.

<sup>93</sup> “O conceito das instituições científicas superiores [...] implica duas tarefas. De um lado, a promoção do desenvolvimento máximo de ciência. De outro, a produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral” (HUMBOLDT, 1997, p. 79).

<sup>94</sup> RENAUT, A. **Le modele humboldtien**. Centre International de Philosophie Politique Appliquée. Paris: Sorbonne, 2012. Disponível em: <[http://cippa.paris-sorbonne.fr/?page\\_id=1071](http://cippa.paris-sorbonne.fr/?page_id=1071)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

<sup>95</sup> Segundo Pereira (2009, p. 30), o modelo universitário de Humboldt “surge em um período histórico onde a ciência já se despontava como o aspecto estruturante do mundo moderno e os ditames epistemológicos rigidamente controlados pela igreja já não detinham a força que teve durante os dez séculos anteriores”.

século XVII, a Alemanha pôde formalmente reconstruir seu *Imperium*. Dissemos “formalmente” porque na prática o país estava dividido em diversos principados. A separação mais evidente que perdurou praticamente durante todo o século XVIII foi a divisão existente entre monarquia austríaca dos *Habsburgo* e o Reino da Prússia. Diante desse contexto separatista, a passagem do século XVIII para o XIX na Europa, principalmente na Alemanha, foi marcada pela presença de fortes discursos nacionalistas, como os de Napoleão na França, e os de Goethe e Schiller na Alemanha. Segundo Lemos (2011, p. 209), o discurso de Humboldt se apresentava como uma possibilidade de mudança social, que poderia ressurtir nas práticas discursivas da sociedade da época e implicar em uma unificação alemã (Cf. LEMOS, 2011). De acordo com Thomas (1973), a reforma educacional de Humboldt “marca uma das poucas instâncias em que uma antropologia filosófica formou a base explícita para um programa de mudança social bem-sucedido” (THOMAS, 1973, p. 219 apud LEMOS, 2011, p. 210).

Além dessa forte presença de discursos nacionalistas, certamente um dos aspectos mais importantes dessa reforma centra-se na questão da autonomia. Segundo Renaut (2012), ela se deu de duas formas principais: interna e externamente. Internamente, essa autonomia existia na relação entre ensino e pesquisa. Para enfatizá-la, Humboldt chamou esse espaço do saber de *Akademie*, ou seja, uma instituição de ensino superior voltada à pesquisa científica. Uma das discussões mais importantes desse período diz respeito justamente à relação entre as ciências e a Filosofia. No projeto alemão, as ciências não poderiam estar subordinadas ao estudo filosófico. Como consequências dessa perspectiva surgem as primeiras faculdades de Ciências humanas, que eram escolas destinadas ao estudo dos problemas sociais, sem estarem necessariamente vinculadas a uma pesquisa filosófica. No âmbito externo, essa autonomia se apresentava na relação entre a Universidade e o Estado. Nesse sentido, o projeto humboldtiano buscava conciliar uma liberdade administrativa com um interesse de desenvolvimento da nação. Segundo Pereira (2009, p. 31), foi através dessa autonomia e principalmente por meio “da formação através da pesquisa” que essa “universidade se diferenciou de outras instituições de ensino superior” da época. Nesse sentido:

O que caracterizou a universidade, chamada agora de moderna, é essencialmente a associação programática entre ensino e pesquisa. O terceiro elemento do tripé, a extensão, apareceu mais tarde, com o modelo da universidade norte-americana. No Brasil, a caracterização de uma instituição como universidade considerando os três elementos do tripé (ensino, pesquisa e extensão), foi instituída somente a partir da Reforma Universitária de 1968, na Lei nº. 5.540/68 (PEREIRA, 2009, p. 31).

Se atentarmos à citação de Pereira (2009) podemos compreender que constituição do tripé ensino, pesquisa e extensão na história da educação brasileira ocorreu justamente em um momento histórico — final dos anos 60 — onde o discurso da liberdade era muitas vezes preterido pelo discurso da ordem. Nesse sentido, autonomia e liberdade nem sempre caminharam juntas. A fim de discutir a relação entre universidade e liberdade, apresentaremos a seguir alguns aspectos históricos dessa reforma universitária, realizada no Brasil no final dos anos 60.

## 2.2 AUTONOMIA E LIBERDADE?

Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I – Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II – Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV – Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V – Seqüestre [sic] ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI – Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.<sup>96</sup>

A citação acima faz referência ao Artigo 1º do Decreto-lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969, que “define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências”<sup>97</sup>. Revogado pela lei n. 6680 de 16 de agosto de 1979, o decreto supracitado é próprio de um momento histórico em que o Brasil possuía um governo controlado por militares<sup>98</sup>. Ao mesmo tempo em que se adaptava ao “tripé”<sup>99</sup> de uma universidade moderna, a educação do Brasil no final da década de 60, de acordo com Saviani (2008), ficou marcada,

<sup>96</sup> BRASIL. **Decreto-lei n. 477**, 26 de fev. 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF, 1969. Acesso em: 18 jan. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>.

<sup>97</sup> BRASIL. **Op. cit.**, 26 de fev. 1969.

<sup>98</sup> De 1964 a 1985, o Brasil passou por cinco governos conduzidos por presidentes militares, a saber: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967); Artur da Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

<sup>99</sup> No Brasil, a caracterização de uma instituição como universidade considerando os três elementos do tripé (ensino, pesquisa e extensão), foi instituída somente a partir da Reforma Universitária de 1968, na Lei nº. 5.540/68 (PEREIRA, 2009, p. 31).

em geral, pela presença de discursos “produtivistas”, ou seja, ela estava voltada para formar indivíduos que pudessem atuar como “mão de obra especializada nas diversas empresas do país” (SAVIANI, 2008, p. 297). Nesse sentido, era muito mais interessante formar um cidadão útil profissionalmente do que um “cidadão crítico”. Grande parte das mudanças na educação brasileira nesse período foram influenciadas pela lei citada por Pereira (2009, p. 31) no final do tópico anterior: a Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que ficou conhecida como *Lei da Reforma Universitária*. Se observarmos o discurso da lei, em alguns momentos ele se assemelha a alguns pressupostos apresentados na universidade humboldtiana do século XIX. Em seus primeiros artigos, a lei estabelece que:

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a **pesquisa**, o desenvolvimento das **ciências, letras e artes** e a **formação de profissionais** de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior, **indissociável da pesquisa**, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Art. 3º **As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira**, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.<sup>100</sup>

Proveniente de uma posição de subjetividade jurídica e institucional, e amparado por uma positividade constitucional, o enunciador se vale de conceitos como ciência, pesquisa, autonomia, para criar efeitos de sentido de cientificidade e de liberdade. Se não considerássemos as condições de possibilidade de tal discurso, poderíamos eventualmente relacioná-lo a um contexto democrático, autônomo. Na verdade, como já mencionamos *en passant*, trata-se, ao contrário, de um contexto de perseguição política e cerceamento das liberdades individuais. Se recorrermos a uma memória discursiva sobre o período, podemos analisar o referido enunciado como uma tentativa estratégica de se conciliar uma formação discursiva legalista e isonômica<sup>101</sup> com práticas políticas que em geral caracterizam um governo ditatorial. Diante desse fato, é possível ainda relacionar o discurso da lei ao enunciado<sup>102</sup> que abre o capítulo, uma vez que o enunciador da UNESP também ressalta a

<sup>100</sup> BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015, grifo nosso.

<sup>101</sup> Legalismo e a isonomia são “princípios” da Teoria Geral do Direito: o primeiro refere-se a necessidade de que os atos jurídicos sejam realizados em observância a um regime jurídico vigente; a isonomia, ou o princípio da igualdade, assevera que “todos são iguais perante a lei”, não podendo haver nenhuma discriminação por raça, cor, religião, condição econômica ou social.

<sup>102</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Transparência. **Competências**. Disponível em: <<http://unesp.br/transparencia/competencias.php>>. Acesso em: 28 dez. 2014

importância de uma “autonomia didático-científica, administrativa e financeira”. Talvez a grande diferença entre esses enunciados esteja na utilização do conceito de “liberdade”. Embora o enunciador da lei fale em “autonomia”, em nenhum momento ele cita o termo “liberdade”, fato que ocorre na exposição dos princípios da UNESP. Malgrado os termos sejam semelhantes, eles podem engendrar efeitos de sentido distintos. Em termos semânticos, a “autonomia”<sup>103</sup> está antes associada à soberania do que propriamente à “liberdade” (HOUAISS, 2005). Em termos históricos, é certamente mais coeso enunciar o termo “liberdade” em um contexto sufragista e a princípio democrático, do que em um contexto em que os cidadãos não podem escolher seus representantes políticos e são perseguidos em razão do modo como apresentam seus discursos.

Esse conceito de autonomia, presente na Lei n. 5.540 de 1968, não se limitou à instância jurídica, tanto que um relatório do *Ministério da Educação* de 1969 reiterava a importância do conceito de autonomia dentro da reforma universitária do período:

A reforma universitária que se impõe não depende apenas de uma nova ordenação jurídica ou da redistribuição de serviços existentes. É preciso afastar resolutamente a idéia de uma reforma a curto prazo, pois, sem um levantamento completo de todos os problemas com que hoje de defrontam as nossas Universidades e escolas superiores e sem um elemento bem definido de objetivos a alcançar, qualquer reforma será inútil. Parece-nos que na orientação geral da reforma dois princípios devem ser rigorosamente respeitados: o da **autonomia** universitária e a faculdade normativa do Conselho Federal de Educação nos assuntos de sua competência (BRASIL, Relatório EAPES, 1969, p.196, grifo nosso).

Esse relatório faz parte de alguns estudos encomendados pelo governo brasileiro no final da década de 60 a fim de propor medidas para o ensino superior. Dentre esses estudos, destacam-se: um documento elaborado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon, chamado “*Relatório Meira Mattos*, que o abordou como uma questão de “segurança nacional”, e o Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, cuja comissão foi integrada por professores norte-americanos e brasileiros (Atcon, 1966; Relatório Meira Mattos, 1968; Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, 1969)” (MARTINS, 2009, p. 19). Esse mesmo relatório de 1969 propõe que a transformação da sociedade deva ser operada como uma luta “em que esteja empenhado não apenas o Governo, mas a família brasileira, e sobretudo professores e alunos” (BRASIL, Relatório EAPES, 1969, p.32). O que podemos compreender dos enunciados desse relatório é que ele aborda a

---

<sup>103</sup> Segundo Houaiss (2005), autonomia é “capacidade de governar-se pelos próprios meios; [ou ainda] direito reconhecido a um país de se dirigir segundo suas próprias leis; soberania.

“transformação na educação” como uma reforma, que não poderia ser realizada a “curto prazo”. Ao fazer isso, o enunciador cria o efeito de sentido de um longo processo, legitimado pelo ordenamento jurídico e amparado por setores tradicionais da sociedade, como “família, professores e alunos”. Como o final dos anos 60 no Brasil também é marcado pela presença de diversos movimentos sociais, que muitas vezes propunham uma transformação abrupta da sociedade, o discurso do relatório torna-se possível uma vez que reafirma um discurso tradicional, da família, contrarrevolucionário e legalista. Ao mesmo tempo em que apresentam essas características discursivas, esses relatórios suscitam um importante aspecto histórico do período: a forte relação com os Estados Unidos.

De acordo com Saviani (2008, p. 297), “no planejamento e na execução orçamentária da educação” do período, houve um estreitamento nas relações com os Estados Unidos, bem como a celebração de vários “acordos de financiamento da educação brasileira com a intermediação da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)”. É nesse contexto que surgem esses relatórios, provenientes dos “contratos de cooperação no campo do ensino entre o Brasil e os Estados Unidos, conhecidos como ‘Acordos MEC-USAID’”.

Uma consequência direta desse estreitamento de relações foi a formatação de uma pós-graduação — notadamente a *strictu sensu* — a partir de um modelo norte-americano. Em termos específicos, optou-se por organizar a pós-graduação *strictu sensu* “em dois níveis hierarquizados, o mestrado e o doutorado, sem, porém, que o primeiro fosse requisito indispensável ao segundo”. Em cada um desses níveis, os alunos deveriam se inscrever em um conjunto de matérias em uma determinada área de concentração. “O programa de estudos deveria se completar com a redação de um trabalho resultante de pesquisa, a dissertação, no caso do mestrado, e a tese, no caso do doutorado” (SAVIANI, 2008, p. 309). De acordo com Saviani (2008, p. 309), este foi o modelo que “foi adotado no Brasil a partir dos anos 70”.

Outro importante aspecto dessa prática reformista que enunciava a busca por “uma autonomia didático-científica”, foi a extinção do sistema de cátedra. A cátedra<sup>104</sup> esteve presente no sistema educacional brasileiro desde a formação das primeiras Faculdades no Brasil Império até o final da década de 60 do século passado. Se retomarmos um estatuto de 1831, sobre a criação de cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, podemos notar a existência de um “sistema de cátedra”. Segundo o estatuto:

---

<sup>104</sup> A palavra cátedra deriva do latim *cathèdra* e significa cadeira. A partir da formação das universidades na Europa da Idade média, o termo passou a se referir a uma posição ocupada por um professor dentro de uma instituição de ensino (FÁVARO, 2000, p. 01).

[...] os professores do curso jurídico seriam contemplados com todas as honras de que gozavam os da Universidade de Coimbra, regendo as **cadeiras** para cujas matérias se reputarem mais aptos, podendo passar de uma para outras **cadeiras**, quando isto convier ao aproveitamento dos que freqüentarem os cursos jurídicos (VENÂNCIO FILHO, 1977, p. 36 apud FAVARO, 2000, p. 01)

Na prática, a cátedra se configurava como uma posição acadêmica que atribuía estabilidade vitalícia aos sujeitos que a ocupavam, bem como uma garantia na liberdade de ensino. A princípio, a cátedra era ocupada por meio de uma nomeação política. Do Brasil Império até segunda metade do século XX, é possível citar algumas mudanças em seu sistema, como: a exigência de realização de concurso público para ocupação da cátedra (1915); a possibilidade de nomeação para cátedra independente de concurso, sob a condição de uma descoberta de alta relevância científica (1931); a possibilidade de gozar das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade (1931); a garantia da liberdade de cátedra (1934), dentre outras (Cf. FAVARO, 2000).

Desde sua formação, as transformações que incidiram sobre o sistema catedrático não foram tão substanciais quanto aquelas que ocorreram nos anos 60 do século passado. Neste processo de transformação, dois discursos jurídicos do período são fundamentais: a constituição de 1967 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1968 (Lei 5.540/68). Apesar de assegurar a “liberdade de cátedra” em seu artigo 168, parágrafo 3º, inciso VI, a Constituição de 1967, no *caput* de seu artigo 177, revogava tacitamente (de forma não expressa) a vitaliciedade da cátedra ao afirmar que ficava “assegurada a vitaliciedade [apenas] aos Professores catedráticos e titulares de Ofício de Justiça nomeados até a vigência desta Constituição”<sup>105</sup>. A partir de então, ficava instituída tacitamente uma “carreira docente constante de concurso de títulos e provas para os níveis iniciais e finais” (FAVARO, 2000, p. 11). Se recuperarmos o enunciado de Demerval Saviani<sup>106</sup>, apresentado no começo deste subcapítulo, podemos compreender este enunciado jurídico, proveniente de uma positividade legal e constitucional, como parte de uma formação discursiva com forte presença de discursos “produtivistas”, que concebem a educação a partir de uma perspectiva de

<sup>105</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília/DF, 24 jan. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

<sup>106</sup> De acordo com Saviani (2008, p. 297, grifo nosso) “configurou-se, [no final dos anos 60], a orientação que estou chamando de **concepção produtivista de educação**. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”.

profissionalização, submetendo o professorado do ensino superior a uma “carreira docente” realizada por meio de concurso nas instituições públicas. Apoiando-se na Constituição Federal de 1967, a *Lei de Diretrizes e Bases* do ano seguinte, por meio artigo 33, parágrafo 3º, extinguiu expressamente o sistema de cátedra: “Fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do País.”<sup>107</sup>.

Se atentarmos aos aspectos históricos do período, podemos compreender que, em termos políticos, o discurso da “liberdade de ensino”, que em muitos momentos da história do Brasil foi uma garantia do sistema de cátedra, era incompatível com o discurso de manutenção de uma “ordem democrática”<sup>108</sup> do governo militar. Além disso, muitos aspectos dos discursos de profissionalização da educação eram incompatíveis com algumas garantias adquiridas pelo de sistema catedrático ao longo do tempo, como a inamovibilidade e a vitaliciedade.

Feitas essas considerações históricas, podemos enfim retomar o enunciado que enceta o presente subcapítulo — Decreto-lei n. 477 de 26 de fev. 1969 — para entendê-lo a par das restrições políticas empreendidas pela ditadura militar. O que o diferencia de outros enunciados proferidos em anos anteriores, como a *Constituição Federal* de 1967 e a *Lei de Diretrizes e Bases* de 1968, é que ele é mais explícito, direto em suas afirmações. O contexto em que é produzido ficou conhecido como “anos de chumbo” da ditadura militar — 1968 a 1974 — período que vai da edição do Ato Institucional nº 5 até o final do governo Médici (1968-1974), e que ficou marcado por uma intensa perseguição política das práticas e discursos que eram considerados de esquerda ou revolucionários ou ainda comunistas. Em termos práticos, essa prática persecutória se valia do aparelho repressivo do Estado: a polícia, o exército. Em termos discursivos e conceituais, ela estava amparava nos discursos da ordem, da família, da moral cristã, do trabalho, etc. Ao tratar das infrações disciplinares que os “professores, alunos, funcionários e empregados” estariam sujeitos no contexto acadêmico da época, a posição subjetiva jurídico-executiva reitera algumas “estratégias” discursivas (Cf.

---

<sup>107</sup> BRASIL. Op. cit, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

<sup>108</sup> O discurso de uma “ordem democrática” pode ser observado no preâmbulo do Ato Institucional n. 1 presente no Ato Institucional n. 5 de 1968, segundo o qual: “CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964) (BRASIL, AI-5, 1968).

FOUCAULT, 2009, p. 71) que estiverem presentes em muitos momentos da ditadura militar. Ao analisarmos o artigo 1º do decreto-lei n. 477 de 1969, podemos destacar três dessas estratégias: a primeira seria a do trabalho, constante logo no inciso I do referido artigo. Segundo o inciso, cometeria infração disciplinar aquele que tivesse “por finalidade a paralização da atividade escolar”. Se recorrermos a uma memória discursiva, podemos associar o termo “paralização” à greve, a uma interrupção de atividade laboral, fato que contraria o discurso da ordem e moral. Aliás, são estas justamente as outras duas estratégias discursivas que podem ser encontrados no excerto em questão. A fim de criar um efeito de sentido da ordem, a referida posição de sujeito se vale de conceitos como “subversão” e “seqüestro” para denotar práticas que são nocivas e que, portanto devem coibidas dentro desse campo. Por fim, o enunciador ressalta a importância da moral e da ordem pública, que em momentos anteriores foi enunciada inclusive como “ordem democrática” (BRASIL, AI-5, 1968).

Além dos aspectos históricos internos, é importante que façamos uma breve menção a um acontecimento histórico externo que foi muito relevante na segunda metade do século XX: a *Guerra Fria*. A guerra fria foi um conflito político-ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, que teve início após a *Segunda Guerra Mundial* (1947) e perdurou até a dissolução da *União Soviética* (1991). Muito mais do que um conflito estritamente entre nações, a Guerra Fria foi um conflito entre discursos: do lado americano, a forte presença de um discurso capitalista e liberal; do lado soviético, a presença de um discurso socialista/comunista e estatal (BENZ & GRAML, 1982). Como se tratava principalmente de um conflito de idéias, ele não ficou restrito às fronteiras desses dois países, mas se estendeu pelo mundo, por meio de alianças políticas. No caso do Brasil, se no contexto que antecede a ditadura militar existia uma possibilidade de aproximação do discurso soviético/comunista, com o governo de João Goulart, com o golpe de 1964 essa possibilidade de aproximação se transforma em justificativa para a intervenção político-militar. Ou seja, uma das razões que levaram à tomada do governo pelos Militares brasileiros e a conseqüente deposição de *João Goulart* em 31 de março de 1964, foi o chamado “perigo comunista”: o risco das medidas reformistas — como proposta de reforma agrária; reforma educacional; reforma fiscal — propostas por Goulart conduzirem o Brasil a uma aproximação da União Soviética e do discurso comunista; e a conseqüente implantação de um sistema de governo socialista (MOREIRA, 2011, p. 33, 44).

Com a tomada do poder pelos militares em 1964 ficou evidente a aproximação com o governo dos Estados Unidos e com o discurso capitalista. O modo como as reformas educacionais foram geridas e implementadas no período, evidencia uma aproximação com um

discurso capitalista e liberal, pautado por uma política de expansão das instituições particulares de ensino superior; e também pela constituição de um modelo de pós-graduação pautado pelo padrão americano. Ao mesmo tempo em que houve essa aproximação de uma formação discursiva com traços capitalistas, legalistas e liberais, houve também um combate ao discurso comunista ou ainda qualquer formação discursiva que se pautasse pelos conceitos de “revolução”, de “subversão”, de questionamento político, etc.

Apresentadas essas condições históricas de possibilidade, podemos compreender porque nos enunciados citados, o termo “liberdade” foi algumas vezes preterido por “autonomia”. Além disso, essas memórias discursivas do período também nos permitem notar que já nos anos 60 existia uma prática de relação do ensino superior nacional com modelos do exterior, no caso, o americano. Talvez fôssemos anacrônicos ao dizer que existe no período o presságio de um processo internacionalização, o que podemos ao menos afirmar é que se trata de uma abertura do ensino superior a práticas discursivas distintas das empreendidas no Brasil no período, fato que na contemporaneidade adquiriu outras proporções e variáveis efeitos de sentido. São esses “efeitos” que pretendemos explorar a seguir.

### 2.3 DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO TEMPLO DO SABER

“O fazer ciência não é mais como há 10 ou 20 anos, disse a pró-reitora de pesquisa” [...] Maria José Soares Mendes Gianinni. “Em cada período esse fazer se altera para responder a novos desafios”. Para ela, os estudantes devem ser preparados para a pesquisa feita de forma interdisciplinar e **internacional**.<sup>109</sup>

Malgrado a internacionalidade não esteja contemplada nos “princípios” apresentados pela seção *Transparência* do portal da UNESP<sup>110</sup>, ela é certamente um importante aspecto do discurso acadêmico contemporâneo. Tanto que importantes universidades brasileiras como UNESP, USP<sup>111</sup>, UNICAMP<sup>112</sup>, dentre outras, possuem programas de incentivo à

<sup>109</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Jornal da Unesp**. Nova face da pesquisa. Ano XXIX, n. 307, jan-fev. 2015, p. 8..

<sup>110</sup> Id.. **Transparência. Competências**. Disponível em: <<http://unesp.br/transparencia/competencias.php>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

<sup>111</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Ações de fomento à internacionalização**. Disponível em: <<http://www.usp.br/internationaloffice/index.php/institucional/acoes-de-fomento-a-internacionalizacao>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

<sup>112</sup> UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. **Internacionalização avança em novas direções**. 16 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2014/05/16/internacionalizacao-da-unicamp-avanca-em-novas-direcoes>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

Internacionalização<sup>113</sup>. A citação acima, presente na edição número 307 do *Jornal da Unesp*, enuncia a interdisciplinaridade e a internacionalidade como parte dos “novos desafios” da pesquisa contemporânea. De acordo com Thiago Ancelmo, assistente de mobilidade da AREX, no ano de 2014 “cerca de 1079 [sic] alunos da [UNESP] foram para o exterior”, fato que representa um “aumento de 30% em relação ao ano [de 2013]”<sup>114</sup>. Um importante acontecimento contemporâneo que pode estar relacionado ao fortalecimento do discurso da internacionalização nas universidades brasileiras no século XXI foi a criação do programa *Ciência sem Fronteiras*<sup>115 116</sup>, instituído pelo governo Federal brasileiro em Julho de 2011. Segundo o *site* do programa, o *Ciência sem Fronteiras* tem como objetivos:

Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o **avanço da sociedade do conhecimento**;  
Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;  
Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;  
Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;  
Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.<sup>117</sup>

Proveniente de um discurso governamental e publicado em uma plataforma digital, o enunciado acima busca apresentar algumas finalidades do programa *Ciência sem fronteiras* (2015). Ao fazê-lo, o enunciador suscita três aspectos desse processo de internacionalização: a projeção de instituições nacionais em um cenário internacional; a exportação de estudantes e pesquisadores para instituições de excelência; e também a importação de pesquisadores que possuam qualificação considerável. Essa descrição das finalidades aponta para um conceito de “formação pessoal” enquanto “troca de experiências”, que visam tanto um objetivo

<sup>113</sup> ESTADO DE SÃO PAULO. Universidades brasileiras devem promover internacionalização, valorizar mérito, flexibilizar regras e reduzir burocracia se quiserem chegar à elite do ensino superior. In: **Ensino Superior**. Unicamp. 17 nov. 2013. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/universidades-brasileiras-devem-promover-internacionalizacao-valorizar-merito-flexibilizar-regras-e-reduzir-burocracia-se-quiserem-chegar-a-elite-do-ensino-superior>. Acesso em: 12 jan. 2014.

<sup>114</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Op. cit., jan-fev. 2015. Disponível em: [http://issuu.com/acireitoria/docs/ju\\_307/0](http://issuu.com/acireitoria/docs/ju_307/0). Acesso em: 28 jan. 2015

<sup>115</sup> “Criado em julho de 2011, o programa do governo federal visa a promoção de desenvolvimento tecnológico e científico por meio do intercâmbio de estudantes e pesquisadores instituições estrangeiras de alto nível. As áreas prioritárias em que o programa concede bolsas são relacionadas às ciências exatas e biológicas” (UOL, 17 out. 2012).

<sup>116</sup> Malgrado o programa *Ciência sem fronteiras* esteja limitado às áreas de Exatas e Tecnologias, por ser um programa instituído pelo governo federal, acreditamos que ele tem desempenhado um importante papel no processo de internacionalização das instituições brasileiras de ensino superior.

<sup>117</sup> BRASIL. **Ciência sem fronteiras**. Objetivos. Acesso em: 14 jan. 2015. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>, grifo nosso.

científico/acadêmico — “a sociedade do conhecimento” — quanto uma finalidade econômico/trabalhista — as “indústrias tecnológicas”. O efeito de sentido que pode ser apreendido do enunciado é o do progresso, uma vez que um dos primeiros intuitos do programa seria promover um “avanço” do que o enunciador chama de “sociedade do conhecimento”. Esse discurso de valorização da troca de saberes num plano internacional é possível porque é próprio de um contexto de uma sociedade pós-moderna (LYOTARD, 1987, 1988), na qual as informações circulam com muita rapidez. Ao abordar esse contexto de troca de informações, Takadashi (2000, p. 5), não utiliza o termo “sociedade do conhecimento”, mas “sociedade da informação”. Segundo o autor:

A Sociedade da Informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico. É um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponível. É também acentuada sua dimensão político-econômica, decorrente da contribuição da infra-estrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos. Sua importância assemelha-se à de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. (TAKAHASHI, 2000, p. 5)

A citação de Takadashi (2000) descreve a sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva da mudança. Segundo o enunciador, trata-se de uma transformação na própria “organização da sociedade e da economia”. Diferentemente do que propõe Lyotard (1988), com suas paralogias locais<sup>118</sup>, a mudança em Takadashi (2000) é enunciada de forma “global”, e possui um critério de operatividade<sup>119</sup> não especificamente tecnológico, mas que atua por meio da circulação de informações. De acordo com a Abdul Waheed Khan (2003), subdiretor geral de comunicações (2001-2010) da *Organização das Nações Unidas para a*

---

<sup>118</sup> A condição pós-moderna é, todavia, tão estranha ao desencanto como à positividade cega da deslegitimação. Após os metarrelatos, onde se poderá encontrar a legitimidade? O critério de operatividade é tecnológico; ele não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo. Seria pelo consenso, obtido por discussão, como pensa Habermas? Isto violentaria a heterogeneidade dos jogos de linguagem. E a invenção se faz sempre no dissentimento. O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia dos experts, mas na paralogia dos inventores (LYOTARD, 1991, XVII).

<sup>119</sup> Para Lyotard (1991) a tecnologia é um importante elemento que contribui na pós-modernidade para uma desconstrução dos metarrelatos e pluralização da heterogeneidade nos jogos de linguagem. Por sua vez, em Takadashi (2000), o modo como as transformações operam meio social contemporâneo não reportam especificamente a um campo tecnológico, mas principalmente a um processo global de circulação da informação.

*Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), embora as sociedades da informação e do conhecimento não possuam o mesmo sentido, elas estão intimamente relacionadas:

[...] La société de l’information est la pierre angulaire des sociétés du savoir. Alors que, pour moi, la notion de « société de l’information » est liée à l’idée d’innovation technologique, la notion de « sociétés du savoir » comporte une dimension de transformation sociale, culturelle, économique, politique et institutionnelle, ainsi qu’une perspective de développement plus diversifiée. À mon sens, la notion de « société du savoir » est préférable à celle de « société de l’information » car elle fait une place plus large à la complexité et au dynamisme des changements qui sont à l’œuvre. Comme je l’ai déjà dit, le savoir en question est utile non seulement pour la croissance économique, mais aussi parce qu’il contribue à l’autonomie et au développement de la société dans son ensemble. Le rôle des TIC s’étend donc au développement humain d’une façon plus large et par conséquent, à des domaines tels que la coopération intellectuelle, l’éducation permanente et les valeurs et droits fondamentaux de l’homme.<sup>120</sup>

Assim como o enunciado de apresentação do programa *Ciência sem fronteiras*, a citação de Abdul Waheed Khan (2003) — presente no *Portal da Unesco* — reforça um discurso de valorização de uma “sociedade do conhecimento”. Nesse sentido, no primeiro exemplo, o aprimoramento da “formação pessoal”, adquirido por meio de um processo da internacionalização, é enunciado como aspecto preponderante — “necessário” — para o “avanço da sociedade do conhecimento”; no segundo exemplo, embora o enunciador relacione as sociedades da informação às do conhecimento, esta última seria mais importante porque envolveria um processo de transformação social e não somente inovação tecnológica. Posto isso, é evidente a distinção no modo como a sociedade do conhecimento é enunciada: no primeiro caso, sua finalidade está voltada para uma questão individual, já no segundo o problema é coletivo.

Para se referir a essa sociedade pós-moderna (LYOTARD, 1988), não somente os termos “sociedade da informação” (TAKADASHI, 2000) ou “sociedade do conhecimento” (KHAN, 2003) podem ser citados. Muitos termos já foram utilizados, como:

[...] “Aldeia Global” [...], “Sociedade Pós-Industrial” [...], “Terceira Onda”, [...], “Sociedade Digital” [...], “Sociedade Aprendente” [...], “Sociedade da Aprendizagem” [...], “Sociedade em Rede” (Castells, 2002), “Sociedade da Informação” (Takahashi, 2000) e, mais recentemente, “Sociedade Informacional” [...], “Era da Informação” [...] e “Universo Coletivo de

<sup>120</sup> WAHEED KHAN, A. Vers les sociétés du savoir: une interview. 18 jun. 2003. Actualités. **Portal UNESCO**. Français. Acesso em: 18 jan. 2015. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/ci/fr/ev.php-URL\\_ID=11958&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/fr/ev.php-URL_ID=11958&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>.

Inteligência Compartilhada” [...]. (SILVA, CORREIA & LIMA, 2010, p. 217).

Apesar dessa pluralidade conceitual, há um traço que aproxima essas terminologias: o fato de serem próprias de um momento histórico em que as tecnologias deixaram de ser tratadas como objeto restrito de um campo especializado do saber — como objetos de estudo de pesquisas computacionais, de tecnologia da informação, etc — para se estender ao cotidiano de pessoas comuns (Cf. CASTELLS, 2002, pp. 161-170). Essa amplitude tecnológica<sup>121</sup> <sup>122</sup> <sup>123</sup> <sup>124</sup> fez com que as informações circulassem com uma rapidez muito maior do que em séculos anteriores, fato que implicou em algumas mudanças nas práticas sociais (TAKADASHI, 2000, p. 5). Só para citarmos um exemplo dessas mudanças, se no final dos anos 80 do século passado, um estudante brasileiro de ensino fundamental tivesse que fazer uma pesquisa escolar sobre um tema qualquer, ele teria como fontes possíveis de pesquisa: os livros didáticos, as enciclopédias e os livros de uma biblioteca pública ou particular. No século XXI, além dessas fontes tradicionais, é possível ainda obter, muitas vezes “sem ter de sair de casa”, inúmeras informações advindas da rede eletrônica (Cf. TEIXEIRA, 2011, p. 25).

Tendo em vista essa contextura, se relacionarmos o enunciado do programa *Ciência sem fronteiras* com outro enunciado institucional proveniente do Brasil de anos 30, podemos notar que também existia no período um tipo de discurso da troca de experiências — “intercâmbio” — no contexto científico/acadêmico brasileiro, porém ele apresenta algumas características distintas do discurso contemporâneo. Segundo os artigos 1º e 4º do Decreto-lei nº 19.851, de 11 de Abril de 1931:

Art. 1º O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer dominios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercicio de actividades que requerem

<sup>121</sup> Dizer que na contemporaneidade a tecnologia se “estende a pessoas comuns”, possuindo assim uma “amplitude tecnológica”, não implica em desconsiderar as desigualdades sociais existentes no Brasil contemporâneo e tampouco desconhecer o fato de que nas classes D e E o acesso à rede eletrônica ainda é limitado, mas tão somente mostrar que nos últimos anos houve um Brasil aumento no número de pessoas que tem acesso à rede eletrônica, seja por meio do computador ou por meio de dispositivos móveis.

<sup>122</sup> Cf. JANSEN, H. Número de internautas no Brasil alcança percentual inédito, mas acesso ainda é concentrado. **O Globo**. Tecnologia. 27 jun. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/numero-de-internautas-no-brasil-alcanca-percentual-inedito-mas-acesso-ainda-concentrado-13027120#ixzz3SfJJ6EPD>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

<sup>123</sup> PORTAL G1. **Mais de 50% dos brasileiros estão conectados à internet**, diz Pnad. 18 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/mais-de-50-dos-brasileiros-estao-conectados-internet-diz-pnad.html>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

<sup>124</sup> PORTAL BRASIL. IBGE: **Metade dos brasileiros teve acesso a internet em 2013**. 19 set. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/09/ibge-metade-dos-brasileiros-teve-acesso-a-internet-em-2013>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

preparo tecnico e scientifico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a **grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.**

[...]

Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão acção conjunta em **benefício da alta cultura nacional**, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o **seu intercambio com as universidades estrangeiras.**<sup>125</sup>

O decreto acima se apresenta como um importante discurso jurídico de reorganização administrativa das universidades brasileiras. Promulgado na gestão de Francisco Luís da Silva Campos a frente do *Ministério da Educação e Saúde Pública* (1930-1932), o decreto-lei “recebeu a denominação de *Estatuto das universidades brasileiras*” (ROTHEN, 2008, p. 143). Nele estão contidos: as finalidades; as especificações dos órgãos de administração e dos corpos docente e discente; o regime disciplinar, etc. Malgrado o discurso da “troca de experiências” esteja presente em seu artigo 4º — quando o enunciador cita a importância de um “intercambio” com as universidades estrangeiras — o discurso principal que é destacado não é o do intercâmbio, tampouco o da internacionalização, trata-se de um enunciado com uma positividade legal e com uma formação discursiva que, dentre outros traços, apresenta um aspecto nacionalista. Essa característica fica evidente já no artigo 1º, quando o enunciador destaca que o ensino universitário deve promover a “grandeza na Nação”.

Se buscarmos pelas condições de possibilidade históricas desse enunciado dos anos 30 podemos dizer que ele é próprio de um contexto histórico de reestruturação política. De 1894 a 1930, o Brasil foi governado pelas chamadas oligarquias regionais: grupos de agricultores, provenientes de São Paulo e de Minas Gerais, que realizavam uma alternância no poder executivo. Essa alternância ficou conhecida como “política do café com leite” e perdurou desde o final da *República da Espada* até a *Revolução de 1930*. Para entendermos como ocorreu o final dessa política, é preciso partir do ano de 1929. Neste ano houve um impasse quanto à indicação do sucessor à presidência, o então presidente Washington Luís, representante de São Paulo, deveria indicar um sucessor mineiro, contudo ele preferiu apoiar como seu sucessor um político que era membro de seu próprio partido político (Partido Democrático): tratava-se do presidente de São Paulo, Júlio Prestes. Diante dessa situação,

<sup>125</sup> BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília/DF, 11 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015, grifo nosso.

houve uma divisão política no Brasil: dezessete estados passaram a apoiar Prestes, enquanto três — Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul — opuseram-se a essa indicação. Os estados opositores, com o apoio da oposição que existia dentro dos próprios estados apoiadores, criaram uma aliança política — chamada *Aliança Liberal* (1929) — para disputar as eleições de 1930. As eleições indiretas de 1930 foram disputas entre Júlio Prestes, como representante do Partido Democrático, e Getúlio Vargas, como representante da Aliança Liberal. Com a vitória de Júlio Prestes nas eleições, teve início no mesmo ano um movimento armado, liderado pelos Estados opositores — Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul — que depôs Washington Luiz, impediu a posse de Júlio Prestes e instaurou um governo provisório (1930-1934), conduzido por uma junta militar com a chefia de Getúlio Vargas (ALVES, 2010). Podemos dizer que as práticas políticas conduzidas durante o governo provisório não foram necessariamente democráticas<sup>126</sup>, nesse sentido: houve a suspensão das garantias constitucionais asseguradas pela Constituição de 1891; houve também a dissolução do Congresso Nacional, dentre outras medidas de cunho autoritário. No campo educacional, o governo provisório foi marcado por uma tentativa de reorganização política da educação, nesse sentido foram criados: o *Ministério da Educação e Saúde Pública* (1930-1932); e o *Estatuto do Ensino Superior*. Como já mencionado, essas mudanças ficaram a cargo do ministro *Francisco Luís da Silva Campos*. De acordo com o ministro:

[A universidade tinha um duplo objetivo]: “equiparar tecnicamente **as elites profissionais do país** e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à **formação da cultura nacional**, é o da investigação e da ciência pura“ (CAMPOS, 1931, p. 4, grifo nosso)

O excerto acima proveniente de uma posição de subjetividade político-administrativa apresenta uma exposição dos motivos para a aprovação do decreto-lei que deu origem ao *Estatuto das Universidades* (1931). Nele podemos observar a presença de um discurso nacionalista que compõe uma formação discursiva que se assemelha a do Estatuto de 1931. Se o Estatuto enunciava a importância em se assegurar a “Grandeza da Nação”, neste enunciado a finalidade é o desenvolvimento da “cultura nacional”. Outro aspecto importante é que ele

---

<sup>126</sup> É importante ressaltarmos que o período entre-guerras do século passado (1918-1939), é um período onde se espalham pelo mundo uma série de práticas discursivas autoritárias, como: as de Mussolini, na Itália (1922); as de Adolf Hitler, na Alemanha (1933) e as de Franco na Espanha (1934), etc.

reitera um discurso próprio da Modernidade e do Positivismo<sup>127</sup>, que trata o ensino acadêmico como um caminho para uma cientificidade, que aqui é enunciada como “ciência pura”. Uma última questão muito importante neste enunciado é que ele apresenta uma concepção de ensino que não se estende a todos, mas se dirige às “elites”.

Em comparação com o enunciado do programa *Ciências sem Fronteiras*, o que marca discursivamente os enunciados da década de 30 abordados, não é somente a ausência ou a presença de discursos de intercâmbio ou internacionalização, mas principalmente a relação com *a priori* históricos distintos: enquanto os enunciados de década de 30 são próprios de um contexto histórico onde práticas de uma formação discursiva com traços nacionalistas e autoritários são reiteradas, por sua vez, o discurso do *Ciência sem Fronteiras*, produzido no século XXI, não necessariamente repete essa estratégia discursiva, mas suscita a importância da internacionalização naquilo que enuncia como “sociedade do conhecimento”.

Na relação entre sociedade do conhecimento e da informação, uma importante questão que pode ser levantada no contexto acadêmico contemporâneo diz respeito à qualidade, ou seja, até que ponto um fluxo maior de informações implica a constituição de um saber de qualidade? Como a qualidade — que é enunciada como um dos princípios defendidos pela UNESP — é abordada em alguns discursos que circulam pelo campo acadêmico contemporâneo? Quais memórias discursivas podem ser suscitadas quando tratamos da qualidade no espaço acadêmico? São essas questões que abordaremos a seguir.

## 2.4 DA QUALIDADE

Com apenas 38 anos de existência, a Unesp é hoje uma das dez melhores universidades da América Latina, ocupando a 9ª posição no QS University Rankings: América Latina [...]. Além de oferecer ensino de **qualidade**, gerar conhecimento e prestar serviços à sociedade, as unidades da Unesp têm impacto econômico direto nos municípios onde estão instaladas. [...] O reconhecimento da contribuição científica da Unesp refere-se ao **número** de docentes com Bolsa **Produtividade** do CNPq, especialmente no nível mais alto (1A).<sup>128</sup>

O enunciado acima foi extraído de um artigo escrito por Marilza Rudge (2014), vice-reitora da UNESP, e encontra-se publicado no *site* do *Estadão* – jornal *O Estado de São*

<sup>127</sup> “Com a República, um surto de idéias novas entra no país, caracterizadas mais pelo positivismo de Augusto Comte e pelo liberalismo clássico europeu que se afirmou no século XVIII, em especial na França, com as contribuições de Voltaire, Rousseau e Diderot, entre outros”.

<sup>128</sup> RUDGE, M.V.C. Unesp - ensino público, gratuito e de qualidade. **Estadão**. São Paulo: 27 mai. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,artigo-unesp-ensino-publico-gratuito-e-de-qualidade,1172370>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

*Paulo*. No artigo, a autora aborda alguns aspectos institucionais da *Universidade Estadual Paulista*, descrevendo suas atividades e seus objetivos contemporâneos, e destacando a importância da universidade não somente para a comunidade acadêmica e científica brasileira, mas também para o meio social onde ela está inserida. Dentre as peculiaridades discursivas constantes no texto, resolvemos destacar um aspecto enunciativo que também está presente na epígrafe que enceta o capítulo: a proposta de um “ensino de qualidade”. Proveniente de uma posição de sujeito administrativa e institucional, o enunciado é construído a partir de conceitos como qualidade, produtividade, economia, dentre outros, que são utilizados para expor um discurso a princípio informativo, mas que também pode suscitar efeitos de sentido de uma “promoção” institucional. No que concerne às estratégias discursivas, pode-se dizer que a referida posição de sujeito se vale muitas vezes de números, ou de uma estratégia estatística para criar um efeito de sentido da qualidade. No recorte feito, “a contribuição” da instituição é avaliada por meio do “número” de docentes com “bolsa produtividade”; sua qualidade é atestada pela “posição” em um ranking de instituições. Em outros trechos, a autora repete essa estratégia ao afirmar: que a universidade movimenta “1,9 bilhões de reais” no interior de São Paulo; ou que reservou “1.134” vagas para candidatos advindos de escola pública; ou ainda, que obteve nos últimos anos um aumento de “40%” em citações nas bases internacionais; dentre outras citações.

No Brasil contemporâneo, a avaliação da qualidade da pesquisa científica e do ensino superior, de modo geral, é algo recorrente. Em alguns casos, essa avaliação, em geral, vem acompanhada de estratégias de classificação. Esse é o caso do *qualis* e das bolsas de produtividade, por exemplo. O *qualis*<sup>129</sup> é um procedimento avaliativo utilizado pela CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior — de forma a classificar os periódicos de acordo com sua qualidade. Por meio dessa classificação, os periódicos ficariam separados em “oito estratos em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C”<sup>130</sup>. Enquanto o A1 seria um periódico de alto impacto científico, o C, por sua vez, seria “irrelevante”, ou com “peso zero” em termos de impacto científico<sup>131</sup>. Por sua vez, as bolsas de produtividade, distribuídas pelo CNPq — *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* — apresentam-se como incentivos financeiros direcionados a valorizar a produção científica. De acordo com o site do CNPq, a bolsa é destinada “aos

<sup>129</sup> Voltaremos a abordar o *qualis* e as bolsas de produtividade em nossa análise do *Portal Escrita científica* (Cf. Fig. 9), presente no sub-capítulo 4.2.

<sup>130</sup> BASTOS, V.C. Classificação de periódicos no Qualis/CAPES. WebQualis. Instituto de Ciência da Saúde. Universidade Federal do Pará. Acesso em: 20 jan. 2015. Disponível em: <[www.biblioteca.ics.ufpa.br/arquivos/QUALIS-rev\\_26\\_11.pdf](http://www.biblioteca.ics.ufpa.br/arquivos/QUALIS-rev_26_11.pdf)>.

<sup>131</sup> Ibid.

pesquisadores que se destaquem entre seus pares”<sup>132</sup>. Assim como ocorre com o *qualis*, as bolsas de produtividade também possuem uma classificação, que vai de A a D.

Essas avaliações de qualidade, ao mesmo tempo em que podem produzir o efeito de sentido da atribuição de “mérito” à pesquisa científica, também podem suscitar a relação com outro importante conceito: a quantidade. No caso do *Qualis*, a avaliação do periódico está relacionada ao número do fator de impacto, ou seja, ao número médio de citações ocorridas em periódicos científicos. A partir disso, um periódico seria *A1* se tivesse “fator de impacto igual ou superior a 3,800”; *A2* com “fator de impacto entre 3,799 e 2,500”; *B1* com fator de impacto “entre 2,499 e 1,300”; e *B2* com “fator de impacto entre 1,299 e 0,001”<sup>133</sup>. Neste caso, são os números que determinam a classificação e o discurso de mérito que se produz. No caso da bolsa de produtividade, embora essa relação com os aspectos quantitativos não esteja tão evidente, ela existe.

No contexto acadêmico do Brasil contemporâneo, por vezes o discurso da produtividade se relaciona com o discurso da internacionalização. Um exemplo dessa relação se encontra no Edital número 11/2014 do PROINTER. Em sua *Introdução*, o edital apresenta o seguinte enunciado:

Aos pesquisadores interessa que os resultados de suas investigações sejam divulgados e submetidos ao julgamento de seus pares. **Quanto mais ampla a exposição desses resultados, melhor**, porque: a) em muitos campos do conhecimento essa exposição é condição sine qua non à participação nos próprios processos de **produção de ciência e tecnologia, conduzidos de forma cooperada e/ou mundializada**; b) uma vez comprovados, validados e citados, esses resultados fundamentam a reputação de seus autores.<sup>134</sup>

Proveniente de uma instância administrativa, o enunciado acima recorre aos conceitos de “produção” e “exposição” para introduzir o *Programa de Internacionalização da UNESP*. Segundo o enunciador, “quanto mais ampla a exposição [...], melhor”. Em termos de efeito de sentido, o que podemos compreender dessa formulação é que quanto mais divulgada é a pesquisa, mais valor ela teria, isto é, sua “qualidade” não estaria limitada a aspectos de sua constituição interna — como procedimentos de escrita, escolhas teóricas, etc — mas ao alcance que sua produção poderia atingir. Este enunciado, que utiliza da produtividade como

<sup>132</sup> CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Produtividade em Pesquisa** - PQ. RN 16, 2006. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

<sup>133</sup> BASTOS, Op. cit, 20 jan. 2015.

<sup>134</sup> UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Programa de internacionalização da pesquisa da UNESP – PROINTER**. Pró-reitoria de Pesquisa. São Paulo/SP, nov. 2014. Disponível em: <[http://unesp.br/Home/prope/edital-11-2014---prointer\\_\\_docm.pdf](http://unesp.br/Home/prope/edital-11-2014---prointer__docm.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

uma de suas estratégias, também se vale do discurso do “intercâmbio ou troca de saberes”; que também vimos no enunciado do programa *Ciência sem Fronteiras* (2015). Neste caso, esta estratégia pode ser atestada na utilização dos termos “cooperada” e/ou “mundializada”.

Se recorrermos a um campo enunciativo para suscitarmos discursos que tratem das finalidades da Academia em outro contexto histórico, podemos nos deparar com o enunciado de Diderot e D’Alembert contido em sua obra *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1772). Segundos os pensadores:

[...] une Académie n’est point destinée à enseigner ou professer aucun Art, quel qu’il soit, mais à en procurer la perfection. Elle n’est point composée d’Ecoliers que de plus habiles qu’eux instruisent, mais de personnes d’une capacité distinguée, qui se communiquent leurs lumières & se font par de leurs découvertes pour leur avantage mutuel.<sup>135</sup>

Diferentemente do enunciado de Marilza Rudge (2014), que relaciona o conceito de qualidade institucional a um discurso que se vale de “rankings”, de “números” — de professores com bolsa “produtividade” — e também do aspecto econômico; o excerto Diderot e D’Alembert, proveniente de outro arquivo e também de outra instância de delimitação, enuncia que a finalidade de uma Academia não está no ensino em si, mas na busca pela “perfeição” humana. Produzido na França do século XVIII, o enunciado é próprio de um contexto de pré-revolucionário, no qual o campo acadêmico intelectual estava marcado pela forte presença de discursos iluministas.

Após termos tratado de alguns *a priori* históricos e epistemológicos da cientificidade e apresentado algumas transformações nas instituições de ensino superior, ocorridas na Europa dos séculos XVII, XVIII e XIX; após termos discutido a relação entre liberdade e autonomia nos governos militares do Brasil do final dos anos 60 do século passado; após termos relacionado o processo de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil com o discurso nacionalista do governo provisório de Vargas no Brasil dos anos 30; após termos questionado alguns aspectos do discurso da qualidade no campo acadêmico brasileiro da contemporaneidade; chega o momento de tratar de um último “princípio”, não menos importante que os anteriores: a laicidade.

## 2.5 DA LAICIDADE

---

<sup>135</sup> DIDEROT, D.; D’ALEMBERT, J.R. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Paris, 1751-1772. . Acesso em: 16 jan. 2015. Disponível em: [http://fr.wikisource.org/wiki/Encyclop%C3%A9die,\\_ou\\_Dictionnaire\\_raisonn%C3%A9\\_des\\_sciences,\\_des\\_arts\\_et\\_des\\_m%C3%A9tiers](http://fr.wikisource.org/wiki/Encyclop%C3%A9die,_ou_Dictionnaire_raisonn%C3%A9_des_sciences,_des_arts_et_des_m%C3%A9tiers).

Fé e razão são coisas diferentes, cada uma tem seu lugar. Se quer rezar, vá rezar... fora da universidade!<sup>136</sup>

Nas práticas discursivas da contemporaneidade é comum observar enunciados que proponham uma separação entre religião e educação. Este é o caso do enunciado acima proferido por um professor de filosofia da *Universidade Federal de Sergipe* (UFS), contido no blog GPCR do *Grupo de Estudos de Ciência e Religião* da mesma Faculdade. No excerto, o enunciador deixa claro que religião e educação não podem ser tratadas juntas, uma vez que “cada uma tem seu lugar”. Compartilhado em uma superfície digital — um *blog* — sob a forma de um discurso jornalístico, este enunciado se vale dos conceitos de “fé” e “razão” para criar um efeito de sentido da incompatibilidade entre elas.

Esse discurso pode ser enunciado dessa maneira porque é próprio de um momento histórico no qual as instituições de ensino não têm uma obrigação legal de transmitir um conteúdo religioso. Embora trate das instituições de ensino fundamental, o *caput* do artigo 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996<sup>137</sup> — *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* — assevera que “o ensino religioso [deve possuir] de matrícula facultativa”. Nesse sentido, caberia a cada indivíduo decidir se quer possuir uma educação religiosa, e a forma como ela deva se dar, respeitando assim uma “diversidade cultural religiosa do Brasil”. Esse discurso jurídico, apresentado por meio de uma estratégia democrática — que proclama o “respeito à diversidade” — convive no campo acadêmico contemporâneo com alguns discursos laicistas da ciência. Um exemplo desse discurso contemporâneo está presente no *site* da *National Academy of Science* — *Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos*:

Science and religion are based on different aspects of human experience. In science, explanations must be based on evidence drawn from examining the natural world. Scientifically based observations or experiments that conflict with an explanation eventually must lead to modification or even abandonment of that explanation. Religious faith, in contrast, does not

<sup>136</sup>VIEIRA, E. **Religião e Universidade convivem há muito tempo**. Blog do GPCR. Grupo de Pesquisa de Ciência e Religião da Universidade Federal de Sergipe. Acesso em: 14 jan. 2015. Disponível em: <<https://empautaufs.wordpress.com/2009/11/25/religiao-e-convivem-ha-muito-temp/>>

<sup>137</sup> “Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997). In: BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 22 jan. 2015.

depend only on empirical evidence, is not necessarily modified in the face of conflicting evidence, and typically involves supernatural forces or entities.<sup>138</sup>

Assim como ocorre no enunciado da epígrafe que inicia o presente subcapítulo, no enunciado acima, a posição de subjetividade deixa evidente a separação entre ciência e religião. Segundo o enunciador, a “fé religiosa [...] não estaria baseada em evidências empíricas [mas] tipicamente [envolveria] forças e entidades sobrenaturais”<sup>139</sup>. O efeito de sentido de incompatibilidade de objetos que pode ser depreendido do trecho citado é produzido a partir da utilização de dois conceitos principais: “fé” e “ciência”. O primeiro é abordado a partir da perspectiva abstrata, ou nos termos utilizados pelo enunciador, por meio da palavra “sobrenatural”. Por sua vez, a ciência é enunciada a partir de seus aspectos empíricos. De certa forma, essa concepção de fé e ciência se assemelha a alguns enunciados da Filosofia empirista do século XVII. Contudo, se recorrermos ao filósofo empirista Francis Bacon, o que podemos observar é uma apropriação discursiva de fé e saber um pouco diferente da que vimos no enunciado supracitado. De acordo com Bacon (2002):

[...] a Filosofia Natural, depois da palavra de Deus, é a melhor medicina contra a superstição, e o alimento mais substancioso da Fé. Por isso, a Filosofia Natural é justamente reputada como a mais fiel serva da Religião, uma vez que (as Escrituras) torna manifesta a vontade de Deus e a outra (a Filosofia Natural) o seu poder (BACON, 2002, LXXXIX).

Produzido na Europa do século XVII, o enunciado acima representa um momento de transição epistemológica: ao mesmo em que o enunciador defende uma Filosofia natural autônoma, com um método científico e experimental, ele subordina a finalidade da mesma — “serva da religião” — a um discurso religioso. Na verdade, o que o discurso de Bacon se opõe é a um discurso Tomista, que propõe uma “completa subordinação”<sup>140</sup> da filosofia — ou do discurso racional — à Teologia. Ao contrário, o método científico apresentado por Bacon propõe uma separação entre os campos de estudo filosófico/científico e teológico/religioso<sup>141</sup>. De acordo com Rosa (2012, pp. 14-15), é por meio dessa autonomia que a “Filosofia Natural poderia dar um reforço à “Verdade Revelada” ou à comprovação da obra divina”. A partir

<sup>138</sup> NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES. **Compatibility of science and religion**. Evolution Resources.. Disponível em: <http://www.nas.edu/evolution/Compatibility.html>. Acesso em: 14 dez. 2014.

<sup>139</sup> Ibid., tradução nossa.

<sup>140</sup> Por “completa subordinação” queremos dizer que a Filosofia estaria subordinada ao estudo da religião tanto em termos de finalidade, quanto em termos de desenvolvimento de análise, isto é, o *modus operandi* da Filosofia estaria subordinado à Teologia, e sua finalidade estaria subordinada a um pressuposto religioso: a revelação.

<sup>141</sup> “[A proposta filosófica de Bacon era avessa a um] certo tipo de interferência da religião em assuntos de conhecimento natural. No *De Augmentis* deixa clara a separação entre assuntos divinos, objeto da teologia, e os naturais, objeto da filosofia e das ciências” (BACON, 2002, LXXXIX, nota de rodapé).

disso, haveria uma autonomia na relação saber/objeto de estudo, contudo a finalidade da filosofia estaria voltada para uma questão religiosa: a busca da revelação.

Se relacionarmos o discurso da filosofia empirista de Bacon com o enunciado da *National Academy of Science*, podemos notar que ambos propõem uma separação entre ciência e religião baseada na distinção entre seus objetos, contudo Bacon não faz o mesmo em relação aos motivos e as finalidades de sua empresa filosófica. De acordo com Bacon (2002, XCIII) sua proposta filosófica “provém manifestamente de Deus, que é Autor do bem e Pai das luzes. Pois bem, nas obras divinas, mesmo os inícios mais tênues conduzem a um êxito certo”. Melhor dizendo, ao mesmo tempo em que Bacon propõe que os “assuntos divinos” fiquem a cargo da Teologia e que as questões “naturais” sejam objetos das ciências e filosofias, ele reafirma que uma das inspirações da Filosofia Natural seria “reforçar” a “comprovação divina”. A proposta de Bacon se apresenta como uma importante mudança epistêmica, uma vez que transpõe a questão da “verdade revelada para um domínio estranho ao da Teologia” (ROSA, 2012, p. 15).

Se o século XVIII europeu, como mencionamos anteriormente, é um período marcado pelo fortalecimento de discursos científico/rationais, por meio do movimento Iluminista e/ou pela disseminação de “academias e sociedades científicas”, por sua vez, o século XVII pode ser considerado um período de transição: de uma *epistémé* Renascentista, pautada pela semelhança, para uma *epistémé* clássica, pautada pela representação<sup>142</sup>; e também de uma filosofia com forte influência da Escolástica medieval para uma filosofia moderna, pautada pela razão. Em outros termos, esse século pode ser entendido como um entremeio entre o discurso Renascentista e o discurso da Ilustração. Essa contextura de passagem nos auxilia a compreender porque o discurso de Francis Bacon (2002), por exemplo, tentar conciliar uma finalidade religiosa — a revelação — com um *modus operandi* racional. Como muitas universidades européias — como a *Università di Bologna* (1088), *Oxford University* (1096), *Cambridge University* (1209), *Université de Paris* (1170), *Universidade de Coimbra* (1290), etc — surgiram em um contexto medieval, é a partir dos “mosteiros e da instalação das universidades [que] foram se formando grupos de estudiosos leigos e religiosos medievais, que serão cada vez mais requisitados nesse início dos tempos modernos” (Rodolpho, 2004, p.

---

<sup>142</sup> “Ora, esta investigação arqueológica mostrou duas grandes discontinuidades na *epistémé* da cultura ocidental: aquela que inaugura a idade clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade” (FOUCAULT, 2000, p. XVIII).

350). Nesse sentido, considerando essas condições de possibilidade, é natural que os estudos desenvolvidos no período ainda tivessem algum vínculo com essa questão religiosa<sup>143</sup>.

Além dessa relação entre discurso religioso e científico, o século XVII ainda é importante no estabelecimento de “grupos sociais cujos membros se consideravam “homens de saber” (docti, eruditi, savants, Gelehrten), ou “homens de letras” (literati, hommes de lettres)” (BURKE, 2002, p. 26). O aparecimento desses “homens do saber”, como descreve Peter Burke (2002), coincide com um momento histórico no qual:

O número de estudantes aumenta consideravelmente, e os professores universitários distinguem-se de outros grupos. O ideal de autonomia é seguido por inúmeros intelectuais que vão exercer suas funções como membros assalariados de academias ou sociedades científicas. A política igualmente absorve os letrados, e as funções de secretários, bibliotecários, conselheiros são cada vez mais necessárias no contexto de Estados centralizados (RODOLPHO, 2004, pp. 350-351).

Ao passo que esses “homens do saber” começam a ganhar relevância no meio social, a universidade do período também passa por transformações. De acordo com Ésther (2012), as instituições de ensino superior do período começam a:

[...] institucionalizar a ciência, marcando a transição para os modelos que irão se desenvolver no século XIX. Na transição entre aqueles séculos, são fundadas as primeiras cátedras científicas e surgem os primeiros observatórios, jardins botânicos, museus e laboratórios científicos, em função do desenvolvimento e descobertas no campo da Física, Astronomia, Matemática (século XVII), Química e Ciências Naturais (século XVIII) (ÉSTHER, 2012, p. 21 apud TRINDADE, 1999).

Apesar desse crescente processo de institucionalização da ciência, é importante ressaltarmos que até meados do século XIX, os estudos científicos se vinculavam a uma perspectiva filosófica, a saber: a da Filosofia Natural. Como já mencionamos, é a partir do século XIX, principalmente por meio do modelo implantado por Wilhelm von Humboldt na *Berliner Universität*, que começam a surgir instituições com certa autonomia à pesquisa científica<sup>144</sup>.

<sup>143</sup> Em Descartes, por exemplo, “a utilização correta da Razão estava assegurada por Deus, que não permitiria o erro e que construía o Mundo segundo um plano, o qual escapava ao discernimento humano. Tal Filosofia significava a concepção da Razão como uma finalidade analítica a operar dedutivamente de ideias inatas inerentes ao próprio intelecto humano, o que correspondia à construção de um sistema abstrato de explicação da realidade” (ROSA, 2012, pp. 15-16).

<sup>144</sup> “Dans le contexte allemand, **on a surtout débattu de l’autonomie des sciences particulières par rapport à la philosophie**, dont l’ambition de totalisation (ou de systématisation) put apparaître à certains menacer l’autonomie des autres disciplines. De cette première querelle (qui n’est évidemment pas étrangère à la

Se o século XVII europeu é marcado por essa transição entre um discurso religioso e um discurso racional, o século XVIII, por sua vez, confirma esse processo de transição e apresenta uma crescente separação do discurso científico-racional em relação aos pressupostos religiosos. Conforme assevera Rosa (2012):

A conseqüente e crescente secularização da Ciência, pelo amplo predomínio de pesquisadores laicos, embora de fé religiosa, seria um elemento importante desse complexo e penoso processo de formação e afirmação de uma mentalidade crítica, inquisitiva, menos dogmática e mais aberta à pluralidade conceitual, ainda que sob forte influência metafísica. A fé na Ciência atingira um novo patamar, nunca até então alcançado, o que servia de incentivo adicional para o avanço das pesquisas em tradicionais e novos ramos científicos (ROSA, 2012, p. 19).

Enquanto na Europa do século XVIII, podemos notar esse processo de crescente laicização do saber científico, no Brasil esse processo ocorre mais tardiamente, por volta de meados do século XIX (CUNHA, 2007, p. 64). Isso ocorre porque antes da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808), praticamente<sup>145</sup> não existiam instituições de Ensino Superior no país, apenas colégios jesuítas que se destinavam a fornecer um ensino formal, que por sua vez, possuía duas funções básicas: a catequização indígena e a formação do clero. É importante ressaltarmos que apenas uma pequena parcela da sociedade participava desse processo educativo. Se esses sujeitos que recebiam uma educação formal quisessem adquirir uma graduação, por exemplo, eles tinham de se deslocar até Portugal para frequentar uma universidade (OLIVEN, 2002, pp. 24-25). Segundo Anísio Teixeira (1999, p. 29), “o Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades por suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora”.

Com a vinda da Família Real ao Brasil (1808) foi preciso montar todo um aparato estatal que pudesse dar sustentação ao governo português. A partir disso, no mesmo ano de sua chegada houve algumas transformações estruturais no país, como: a criação da Imprensa Régia e a autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais; a fundação do primeiro Banco do Brasil; e o surgimento dos primeiros cursos de Medicina no

---

**discussion sur l'autonomie des autres Facultés par rapport à la Faculté de philosophie)** porte témoignage un ouvrage comme celui que publie Kant en 1798, *Le Conflit des Facultés*, sur la portée duquel il faudra revenir” (RENAUT, 2012, grifo nosso).

<sup>145</sup> Existem historiadores, como Claudio Moreira Bento, que consideram a *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho* — fundada no Rio de Janeiro em 17 de dezembro de 1792 — como a primeira instituição de ensino superior civil do Brasil, que se destinava à formação profissional de militares. Não nos cabe aqui discutir se ela foi a primeira ou não, apenas apresentar essa divergência historiográfica.

país: um na Bahia e outro no Rio de Janeiro (VILLANOVA, 1948, p. 8 apud FAVERO, 2006). De acordo com Cunha (2007), as mudanças que ocorreram no sentido superior no período tinham como finalidade “formar burocratas para o Estado, e especialistas na produção de bens simbólicos”. Em termos curriculares, os estudos de “Matemática, Física, Química, Biologia” que antes pertencia ao curso de “Filosofia, [que] controlado pela igreja”, passa para “o cursos médicos e para a Academia Militar” (CUNHA, 2007, p. 64). Nesse sentido, a secularização científica que teve início no século XVIII na Europa, foi começar no Brasil quase um século mais tarde.

Se relacionarmos os fatos históricos e os enunciados supracitados à epígrafe que inicia o capítulo, poderemos compreender que a ideia de um ensino laico nem sempre foi regra no ensino superior do mundo ocidental. É claro que se pensarmos exclusivamente na formação das primeiras “universidades” do Brasil — que nascem tardiamente comparadas com as da Europa e mesmo com as da América Latina — em geral elas nasceram sob a égide da laicização. Se recuarmos historicamente e suscitarmos discursos provenientes de outros arquivos — como tentamos fazer neste subcapítulo — podemos concluir que a laicização é parte de um discurso científico moderno, que apresenta alguns aspectos discursivos que se estendem até os dias atuais. É claro que no Brasil contemporâneo existem instituições de Ensino Superior que possuem um vínculo religioso, contudo mesmo nestas instituições, o modo como o saber científico é desenvolvido deve reportar a certos preceitos teóricos, metodológicos e discursivos, estabelecidos pela comunidade científica contemporânea. Por conseguinte, se uma determinada prática não respeita essa ordem discursiva, ela tende a ser desestimada pela instância científica.

## 2.6 DAS DISSIMILITUDES HISTÓRICAS DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE

O mínimo que poderíamos esperar ao final de um capítulo histórico seria a produção de um efeito de sentido de dissimilitude, ou em outros termos, uma diferença ou ainda, um estranhamento. Se estivéssemos em uma instância de delimitação cinematográfica, gostaríamos de soar como a cena inicial do filme *L'Année dernière à Marienbad*<sup>146</sup> de Alain Resnais (1961), cujos cenários de *Alain Robbe-Grillet* tardam a se encontrar com a música de *Marie Louise Girod*, aspecto que causa uma sensação de estranhamento ao telespectador. Se estivéssemos em uma instância musical, gostaríamos de soar próximos ao atonalismo

---

<sup>146</sup> ANO PASSADO EM MARIENBAD. Direção: Alain Resnais. São Paulo: Continental Home Video, 1961. 1 DVD (86 min.). NTSC, original Título original: *L'année dernière à Marienbad*.

dodecafônico das músicas de *Arnold Schoenberg*<sup>147</sup>. Na verdade, nada disso foi exatamente possível, não conseguiríamos reproduzir um discurso artístico, com efeito caótico — como da *Nouvelle Vague* — dentro do “templo do saber”. Até porque o lugar discursivo de onde emana o presente discurso nos convida a enunciar de forma clara e precisa. Diante dessa patente limitação, tentamos ao menos apresentar alguns *a priori* históricos que nos permitem estabelecer uma mínima relação crítica com o presente. Isso implica em compreender que os princípios citados, não possuem a universalidade que Kant apregoa, são, ao contrário, produtos de partilhas entre saberes e poderes historicamente situados. Podemos afirmar isso ao compreendermos que a liberdade, estratégia fundamental do discurso político e democrático do Brasil contemporâneo, nem sempre pôde ser proclamada ou propagandeada pacificamente no espaço acadêmico brasileiro; a laicidade, por sua vez, nem sempre foi unanimidade no discurso dos saberes; a internacionalidade, nem sempre ditou a tônica discursiva do desenvolvimento acadêmico e intelectual dentro de um espaço do saber; a cientificidade, nem sempre foi sinônimo de um saber produzido na academia; por fim, a qualidade, nem sempre apresentou uma homogeneidade conceitual para ser critério de valor no campo do saber. Em seu conjunto, esses princípios representam conceitos utilizados por uma posição de subjetividade institucional como estratégias para amparar determinados discursos. Ao serem apresentados em um ambiente virtual, esses conceitos certamente contribuem para a criação de efeitos de sentido de uma instituição atualizada com as práticas discursivas da contemporaneidade. Podem ser enunciados dessa forma porque são próprios de um momento histórico brasileiro em que “liberdade” possui um resguardo constitucional; em que a cientificidade encontra-se legitimada por determinadas práticas acadêmicas; em que a separação entre ciência e religião é um importante traço do discurso científico; em que a qualidade é em muitos casos amparada por *rankings* e estatísticas; em que a internacionalização é prática recorrente das universidades brasileiras em um contexto histórico marcado por uma crescente informatização do campo social (Cf. LYOTARD, 1987).

Posta essa primeira tentativa de desconstrução de alguns “princípios” acadêmicos, na próxima parte tentaremos analisar alguns processos de subjetivação que ocorrem no campo acadêmico contemporâneo e em lugares adjacentes a ele.

---

<sup>147</sup> “Se Stravinsky é o emblema adequado dos tempos modernos da música, Schoenberg é aquele que mais se aproxima de uma fronteira entre a modernidade e alguma coisa para a qual apontam os limites dessa modernidade”. Sua proposta “recusa a possibilidade representativa para os sons”, criando uma sensação de estranhamento ao ouvinte, aquilo que é chamado pelo autor de “tensão pós-moderna” (TEIXEIRA COELHO, 2005, pp. 136, 139).

## **PARTE II**

### **BASTA PENSAR PARA EXISTIR NA ACADEMIA? : CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CAMPO ACADÊMICO**

### 3 EU, *HOMO ACADEMICUS*? CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO, AS PARTILHAS DE TÍTULO E OS ASSENTOS CURRICULARES NA HODIERNIDADE

Devido a sua posição no espaço das faculdades, entre o polo mundano, representado pelas faculdades de Direito e Medicina, e o polo científico, representado pelas faculdades de Ciência, as faculdades de Letras são sem dúvida o lugar privilegiado para observar a luta entre duas espécies de **poderes universitários**, que nos dois polos do campus, tendem a se impor quase exclusivamente. No caso da medicina, assim como no direito, o predomínio do poder universitário está no **acumulo de posições** que permitem controlar outras posições [...]; no caso das faculdades de ciências, o prestígio científico, fundado na **busca pelo êxito** no processo de investigação científica. O particular das Letras e das Ciências humanas reside nos diferentes **princípios de hierarquização**, que nesse campo se apresentam de forma mais equilibrada (BOURDIER, 2006, pp. 99-100, tradução nossa, grifo nosso).

O excerto acima abre o terceiro capítulo da obra *Homo Academicus* (1984/2006) de Pierre Bourdier (2006). Nele, o sociólogo apresenta algumas relações para mostrar como o poder se exerce no campo acadêmico contemporâneo. Ao ser comparado com nossa empresa, a pesquisa de Bourdier, apresenta algumas diferenças substanciais. Em primeiro lugar, não buscaremos relações sociais específicas de como analisar como poder se exerce em diferentes áreas do saber universitário como faz Bourdier. Embora nosso *corpus* provenha de lugares distintos da academia, não procuraremos diferenciar as formas específicas de poder nas *Faculdades de Letras* em comparação às *Faculdades de ciências*, por exemplo, mesmo que tal comparação pudesse contribuir para frutífero estudo. Como dissemos anteriormente, nossa proposta é investigar, de modo geral, algumas práticas de saber/poder que podem ser encontradas no campo acadêmico hodierno e que contribuem para os processos de constituição das subjetividades. Nesse sentido, as partilhas de título, os assentos curriculares e os procedimentos de escrita, embora possam ser valorados de formas distintas dependendo do lugar de onde se fala, estão presentes em praticamente todo campo acadêmico contemporâneo. Em segundo lugar, não se dará destaque ao estudo dos mecanismos de reprodução das hierarquias sociais, nossa proposta de uma hierarquia entre *Homo academicus* e *Homo doctorem*, reproduz a mesma ironia foucaultiana que o título de *As palavras e as coisas* (1966/2000) possui, ou seja, do mesmo modo que Foucault não acreditava na representação perfeita de uma matéria em signo, tampouco acreditamos em uma existência fundamental ou natural dessas figuras. Assim como Foucault (2000) queria mostrar que existe

um jogo histórico/discursivo entre signo e matéria, gostaríamos de fazer o mesmo em relação a *Homo academicus* e *Homo doctorem*.

Feitas essas ressalvas, é importante dizer que Bourdier (2006) com seu *Homo academicus*, contribui com nossa empresa teórica, ao mostrar como as relações sociais, em nosso caso, as acadêmicas, são permeadas por lutas e conflitos pelo poder. Seja na busca pelo êxito investigativo ou no fato de ocupar determinados postos em sua hierarquia, o espaço acadêmico está permeado de microrrelações de poder.

Como são muito variadas as possibilidades de subjetivação no campo acadêmico, daremos destaque, pelo menos nesse capítulo, a duas práticas em particular: as partilhas de título, que dizem respeito às interdições, separações (*partages*) que podem decorrer do fato do sujeito possuir ou não determinado título acadêmico; e os assentos curriculares, que são os registros da vida acadêmica, sejam eles no *curriculum vitae* ou no próprio histórico escolar. Eles foram pensados em um mesmo capítulo porque estão relacionados. Assim, quando analisarmos as partilhas de título, utilizaremos como *corpora* alguns editais, documentos institucionais presentes no campo acadêmico contemporâneo, bem como textos e imagens provenientes da rede eletrônica, para justamente entender como essas partilhas são empreendidas também no campo extra-acadêmico. No caso do estudo dos assentos de título, o *corpus* é mais específico, trata-se de analisar a *plataforma Lattes*. Em suma, podemos dizer que partimos de três arquivos em específico: o institucional, para análise tanto da *Plataforma* quanto dos editais; o arquivo jurídico-legal para análise de leis e portarias; e o arquivo digital, para perceber como se dão as partilhas de título em um ambiente essencialmente contemporâneo. Posto isso, que comece a luta pelos poderes, ou em termos científicos, o estudo dos micropoderes.

### **3.1 SÓ É DOUTOR QUEM FAZ DOUTORADO? : APONTAMENTOS SOBRE AS PARTILHAS DE TÍTULO NA CONTEMPORANEIDADE**

Possuir um título não é exclusividade do mundo contemporâneo, tampouco de seu campo acadêmico. É difícil precisar quando na história da humanidade começam as partilhas sociais derivadas dos títulos. Nem seria esse nosso interesse. O fato é que elas estão presentes no mundo contemporâneo em diversos campos. No campo militar, em específico no exército, elas se estendem desde o soldado até o marechal; no campo religioso católico, desde o diácono até o papa; no campo político, do vereador ao presidente; no campo jurídico, do advogado ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A cada grau que se sobe, o

poder ganha especificidade, aproxima-se da vontade de verdade; segrega cada vez mais; ganha mais autoridade e legitimidade (FOUCAULT, 2008a). Se por exemplo existe uma querela de interpretação jurídica na hodiernidade, a última palavra é do STF; se existe dúvida de como interpretar determinada atitude em seu aspecto religioso, a palavra final é do papa. Isso não os torna detentores únicos do poder, já que em todas essas instâncias, em todos esses níveis, o poder está presente, dividido, “ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1993, p. 75).

Diante desses embates microfísicos de poder, o campo acadêmico contemporâneo não poderia passar ao largo. Ao entrar no mundo acadêmico o sujeito ingressa também nesse feixe multifacetado de embates de poderes. Como dissemos, o indivíduo passa a ter uma escolha: ser paisagem — mera visibilidade (Cf. DELEUZE, 1998) — ou tornar-se (posição) sujeito.

Um das primeiras partilhas de poder — *partages*<sup>148</sup> — que ocorrem quando o indivíduo entra no campo acadêmico não é a distinção entre graduado, mestre e doutor. Esta distinção ocorre *a posteriori*. A princípio, o indivíduo tende a reproduzir as partilhas provenientes do Ensino Fundamental e Médio, nesse sentido, tem-se a divisão que perdura por toda vida acadêmica e acaba se encontrando em alguns momentos com as partilhas de título: trata-se da divisão entre professor-aluno e/ou professor-estudante. A seguir temos um excerto do espaço de Poesias do *site Mundo Jovem* no qual o enunciador explica o que significa *ser universitário* na contemporaneidade:

Muitos estudantes entendem que uma faculdade  
Só serve para estudar,  
Se preocupando apenas  
Em se qualificar.  
A universidade, como o próprio nome diz,  
Funciona como um universo.  
**Professores, estudantes e conceitos.**  
Onde educadores e universitários são aprendizes.  
[...] Na universidade convivem pessoas  
De várias opiniões, onde podem  
Trocar ideias para terem um consentimento.  
[...]E a primeira coisa que você tem que buscar  
Para a sua formação, tanto pessoal  
Como profissional é aprender a ouvir.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Cf. FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Libertaire. Nouveau millénaire, Défis libertaires. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Foucault64.html>>. Acesso em: 24 mar. 2014, grifo nosso.

<sup>149</sup> DAYANNE, P. O sentido de ser universitário. Poesias e poemas. Estudante. Mundo Jovem. Disponível em: <http://www.mundojovem.com.br/poesias-poemas/estudante/o-sentido-de-ser-universitario>. Acesso em: 14 mar. 2014, grifo nosso.

Diante de nossa perspectiva arqueogenealógica, não nos compete buscar um significado oculto do excerto extraído do *site Mundo Jovem*<sup>150</sup>. Há que se fazer apenas algumas observações. Em primeiro lugar, trata-se de um espaço de poesia de um jornal digital da PUC do Rio Grande do Sul. A posição subjetiva “universitária” apresenta um poema que se vale de conceitos como “universo”, “aprendiz”, qualificação, etc, para discursizar seu espaço acadêmico. Esse discurso é possível porque é próprio de um momento histórico em o ensino superior é em geral discursivizado como um espaço democrático, que é “direito de todos” (UNESCO, 1998). Diferentemente do contexto da ditadura militar no Brasil, por exemplo, na contemporaneidade é possível, observados os limites legais, manifestar as opiniões dentro do espaço acadêmico. A presença desse discurso democrático, de livre troca de idéias, não isenta o espaço acadêmico de certas partilhas provenientes das relações de poder. Isso ocorre porque o poder não deve ser entendido unicamente de forma negativa, repressiva. Nesse sentido, existe no excerto uma separação entre professor e estudante, entre educador e universitário. Mesmo que o enunciador diga que ambos são aprendizes, reiterando o discurso democrático do saber, ainda assim a separação está posta. Mera coincidência ou fruto do jogo pelo poder na sociedade contemporânea? Por enquanto, não é possível afirmar nada categoricamente.

Retomando as partilhas sociais, uma das primeiras *partages* (separações) com as quais os indivíduos convivem no mundo acadêmico é a de professor-aluno, própria de uma memória discursiva escolar desde seus primeiros anos. Mas o que faz com que outra partilha — como a de *Homo doctorem* e *Homo Academicus* — passe a integrar a separação professor-aluno? Difícil dizer com certeza, mas talvez os mecanismos de exclusão e interdição a que se referem Foucault (2008a) nos permitam entender melhor isso. Para tal, é importante observar o seguinte excerto:

PUBLICADO NO DOE. 24-01-2014–EXECUTIVO I–PÁGS. 267/268  
EDITAL Nº 4/2014 - FCL/CAr

### 3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

#### 3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior, que tenham, no mínimo, título de Doutor.

3.1.1. O candidato deverá possuir graduação em Ciências Sociais, Pedagogia, História ou áreas afins e doutorado em Educação ou áreas afins.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> O *site Mundo Jovem* não compõe o *corpora* principal da pesquisa, por isso não nos detivemos a fundo em sua análise. Sua função é apenas ilustrar alguns discursos e representações próprios da contemporaneidade.

<sup>151</sup> UNESP. Concursos. Edital Nº 4/2014. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAdministrativa/RecursosHumanos/edital\\_trabalho-docente.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAdministrativa/RecursosHumanos/edital_trabalho-docente.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2014.

A citação acima refere-se a um edital recente para contratação de professor para o *Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras* da UNESP de Araraquara. Dentre os requisitos para a inscrição estão a “graduação em curso superior” e o “título de Doutor”. A princípio inócuo, o enunciado institucional acima apresenta dois efeitos de sentido principais: o primeiro seria o de que a graduação se apresenta como uma primeira partilha no campo acadêmico (a outra partilha seria a de Doutor, ou como provocativamente alcunhamos, *Homo doctorem*); o segundo efeito é o da interdição/exclusão provocada pelo termo “no mínimo”, isto é, quem não ocupa a posição de *Homo doctorem*, mesmo que possua saber o suficiente para ocupar tal cargo público, não está autorizado, não reúne “condições” para participar do processo de seleção, tampouco para subir um degrau na ordem discursiva da academia.

Nesse caso, a interdição pode ser percebida de modo extensivo: o sujeito, mesmo que possua saberes, obras, produções, se não possui o título, se não ocupa a posição de sujeito de *Homo doctorem*, não pode concorrer. Concorrer nesse caso não significa somente participar de um processo de contratação de professores, significa participar do jogo de saber/poder do campo acadêmico.

A seguir apresentaremos alguns excertos que não são provenientes do campo acadêmico. É importante citá-los para que possamos mostrar que as partilhas de título não se limitam ao campo da academia, mas podem adquirir outros efeitos de sentido dependendo do lugar discursivo de onde são proferidas.

### 3.1.1 Só é doutor quem faz doutorado?

Nesse subcapítulo apresentaremos algumas citações provenientes da rede eletrônica para que possamos perceber como as partilhas de título e o termo “doutor” podem também ser discursivizados no campo extra-acadêmico. O primeiro excerto foi extraído do *blog do Prof. Helder Gusso*<sup>152</sup> e nos ajuda a perceber de forma bem clara as partilhas de título:

Diferença entre um doutor e uma pessoa sem estudo  
Essa é velha, mas é boa! Veja o que diferencia uma pessoa com doutorado e uma pessoa com outros níveis de estudo:

#### QUANDO SE TEM DOUTORADO

O dissacarídeo de fórmula C<sub>12</sub>H<sub>22</sub>O<sub>11</sub>, obtido através da fervura e da evaporação de H<sub>2</sub>O do líquido resultante da prensagem do caule da

<sup>152</sup> BLOG do Prof. Helder Gusso. Comportamento & Cultura. Diferença entre um doutor e uma pessoa sem estudo. Disponível em: <<http://sasico.com.br/psico/?p=902>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

gramínea *Saccharus officinarum*, (Linneu, 1758) isento de qualquer outro tipo de processamento suplementar que elimine suas impurezas, quando apresentado sob a forma geométrica de sólidos de reduzidas dimensões e restas retilíneas, configurando pirâmides truncadas de base oblonga e pequena altura, uma vez submetido a um toque no órgão do paladar de quem se disponha a um teste organoléptico, impressiona favoravelmente as papilas gustativas, sugerindo impressão sensorial equivalente provocada pelo mesmo dissacarídeo em estado bruto, que ocorre no líquido nutritivo da alta viscosidade, produzindo nos órgãos especiais existentes na *Apismellifera*. (Linneu, 1758)

#### QUANDO SE TEM MESTRADO

A sacarose extraída da cana de açúcar, que ainda não tenha passado pelo processo de purificação e refino, apresentando-se sob a forma de pequenos sólidos tronco-piramidais de base retangular, impressiona agradavelmente o paladar, lembrando a sensação provocada pela mesma sacarose produzida pelas abelhas em um peculiar líquido espesso e nutritivo. Entretanto, não altera suas dimensões lineares ou suas proporções quando submetida a uma tensão axial em consequência da aplicação de compressões equivalentes e opostas.

#### QUANDO SE TEM GRADUAÇÃO

O açúcar, quando ainda não submetido à refinação e, apresentando-se em blocos sólidos de pequenas dimensões e forma tronco-piramidal, tem sabor deleitável da secreção alimentar das abelhas; todavia não muda suas proporções quando sujeito à compressão.

#### QUANDO SE TEM ENSINO MÉDIO

Açúcar não refinado, sob a forma de pequenos blocos, tem o sabor agradável do mel, porém não muda de forma quando pressionado.

#### QUANDO SE TEM ENSINO FUNDAMENTAL

Açúcar mascavo em tijolinhos tem o sabor adocicado, mas não é macio ou flexível.

#### QUANDO NÃO SE TEM ESTUDO

Rapadura é doce, mas não é mole, não!<sup>153</sup>

Partindo de um viés cômico, os enunciados acima descrevem as supostas diferenças entre a forma como sujeitos provenientes de formações acadêmicas distintas poderiam enunciar. Do enunciado do *Homo doctorem* ao do indivíduo sem estudo, o que vemos é uma gradativa simplificação do uso da linguagem. Os efeitos de sentido provenientes desses enunciados apresentam um duplo aspecto: ao mesmo tempo em que o sujeito que possui doutorado seria supostamente mais culto que os demais, ele também atribuiria uma complexidade excessiva às coisas simples da vida. Diante disso, podemos notar a presença de formações discursivas heterogêneas com discursos que ao serem relacionados a domínios

---

<sup>153</sup> BLOG do Prof. Helder Gusso. Comportamento & Cultura. Diferença entre um doutor e uma pessoa sem estudo. Disponível em: <<http://sasico.com.br/psico/?p=902>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

associados nos remetem tanto a uma perspectiva hierárquica da sociedade em relação ao campo do saber; quanto a um discurso que enfatiza o distanciamento entre o discurso popular e o acadêmico. Nesse sentido, a posição de sujeito *Homo doctorem* é enunciada como sendo como o “topo” do processo de qualificação do saber, enquanto o ponto mais baixo ficaria a cargo do sujeito sem estudo. Como se trata de um gênero cômico é natural que um possível efeito de sentido depreciativo possa ser produzido a partir da estereotipação da forma complexa como um *Homo doctorem* supostamente enunciaria as coisas simples da vida.

Se relacionarmos esse discurso do *Blog do Prof. Helder Gusso* com o do edital da UNESP, por exemplo, vemos que a interdição empreendida pelo enunciado do edital não se repete no blog. No edital, ela é admissível porque é permeada por uma condição de possibilidade discursiva sob o discurso meritocrata, no qual aquele que formalmente estudou mais e adquiriu mais títulos, reúne condições de participar de um processo seletivo, enquanto outros não. No caso do discurso presente no blog do professor, a separação hierárquica existente não se traduz em uma interdição, visa apenas uma comicidade, ou seja, busca fazer humor por meio da linguagem acadêmica que, embora deva ser objetiva, clara, ainda assim se difere da linguagem comum/popular.

Uma das razões para essa diferenciação está no processo de especialização do acadêmico na contemporaneidade. Assim, um efeito de sentido que pode ser engendrado quando se enuncia o termo “doutor” na atualidade é de alguém que possui um conhecimento específico em uma dada área. De acordo com Adorno (2004) isso ocorreria porque a partir da crise contemporânea dos grandes discursos da verdade, a figura do intelectual universal, que se propunha a encontrar as verdades do mundo, foi sendo gradativamente substituída pelo intelectual específico, que “possui um certo número de conhecimentos, que põe em ação de maneira imediata, para operar uma crítica determinada, em um campo que recobre suas competências, sobre um ponto específico” (ADORNO, 2004, p. 41). Se buscarmos pela perspectiva idealista do filósofo Johann G. Fichte (1762-1814), por exemplo, teremos outras possibilidades discursivas. Segundo o autor:

O douto deve estudar filosofia todos os dias para conhecer em que consiste a perfeição do gênero humano e quais são as aptidões e necessidades do mesmo. Tem que lutar contra os preconceitos e erradicar aqueles que se opõem ao discurso rigoroso da filosofia (FICHTE, 2002, p. 26, tradução nossa).

A estranheza que o excerto nos provoca se dá ao fato de que ele provém de outro arquivo, no qual a busca pela “perfeição do gênero humano era um problema a ser estudado”, uma prática a ser realizada de forma a construir uma sociedade mais justa. O “douto”, do

termo alemão *Gelehrter*, se confunde em sua tradução com o sábio, e “designa indivíduos capazes de lutar contra o imobilismo do *Ancien Regime*” (SILVA, 2010, p. 54). Diferentemente, o *Homo doctorem* da contemporaneidade, em geral, perdeu um pouco de sua função política, tornou-se mais um especialista em um campo do saber do que um sujeito engajado na transformação social (Cf. ADORNO, 2004, p. 41).

Dada a importância que as partilhas de título adquiriram na contemporaneidade, podemos inclusive perceber a existência de alguns discursos que buscam o afrontamento pela indiferença, a resistência pela sátira. A seguir recortamos um exemplo deste proveniente do site de comédia *Bom demás*:

Além da graduação fiz mestrado em matemática. Só não fiz doutorado porque acho o título de mestre muito mais legal que o de doutor. O mestre tem súditos, já o doutor tem pacientes: um catarrento, outro leproso. Prova de que o mestre é mais legal é as grandes figuras são mestres. O Yoda é mestre Yoda e não doutor Yoda. Mestre Splinter, Mestre dos magos, tudo mestre. Quem é doutor? Doutor Hollywood. Pfff. Doutor Dolittle. Não sei vocês, mas eu acho muito melhor ter poderes Jedi que falar com uma arara. O título de mestre tinha que vir depois do de doutor. Ou então primeiro mestre depois algo mais foda, sei lá, Senhor Imperador do Universo Pirocudo, ou algo mais foda ainda: Brad Pitt. Brad Pitt é foda. Eu queria ter o título de Brad Pitt.  
 - Oi, você faz o quê?  
 - Sou Brad Pitt da economia.<sup>154</sup>

Malgrado os enunciados do *Blog do Prof. Helder Gusso*<sup>155</sup>, em seu discurso de humor, possam transitar entre o enaltecimento e a depreciação da posição de sujeito de *Homo doctorem*, aqui uma posição está marcada. Embora a presença da partilha seja atestada, o *Homo doctorem* é enunciado de forma depreciativa. Como veremos, historicamente no Brasil, o termo é utilizado também como pronome de tratamento e não somente como forma de qualificação acadêmica, ou seja, médicos, advogados, dentistas, dentre outros profissionais respeitados em sua área podem ser chamados de “doutor”. E é justamente esse aspecto que o excerto toma para fazer humor. No trecho “doutor tem pacientes” fica evidente a relação do termo para se referir a um pronome de tratamento e não a uma qualificação acadêmica.

Nesse sentido, no Brasil contemporâneo, o “doutor” nem sempre se refere ao *Homo doctorem*. A memória discursiva que provém do campo extra-acadêmico geralmente se difere daquela partilhada na academia. A seguir apresentamos um texto da coluna da jornalista

<sup>154</sup> O QUE é melhor, ser mestre ou doutor. **Bom demás**. Disponível em: <http://bomdemas.com.br/o-que-e-melhor-ser-mestre-ou-doutor>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>155</sup> BLOG do Prof. Helder Gusso. **Comportamento & Cultura**. Diferença entre um doutor e uma pessoa sem estudo. Disponível em: <<http://sasico.com.br/psico/?p=902>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

Eliane Brum, publicada na revista *Época* de 10 de setembro de 2012, no qual a enunciadora descreve um pouco dessa memória popular a fim de legitimar seu discurso sobre a banalização do termo “doutor” no Brasil. Eis a citação:

Historicamente, o “doutor” se entranhou na sociedade brasileira como uma forma de tratar os superiores na hierarquia socioeconômica. [...] Lembro-me de, em 1999, entrevistar Adail José da Silva, um carregador de malas do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, para a coluna semanal de reportagem que eu mantinha aos sábados no jornal Zero Hora, intitulada “A Vida Que Ninguém Vê”. Um trecho de nosso diálogo foi este:

- E como os fregueses o chamam?

- Os doutor me chamam assim, ó: “Ô, negão!” Eu acho até que é carinhoso.

- O senhor chama eles de doutor?

- **Pra mim todo mundo é doutor. Pisou no aeroporto é doutor. É ó, doutor, como vai, doutor, é pra já, doutor....**

- É esse o segredo do serviço?

- Tem que ter humildade. Não adianta ser arrogante. Porque, se eu fosse um cara importante, não ia tá carregando a mala dos outros, né? Sou pé de chinelo. Então, tenho que me botar no meu lugar.<sup>156</sup>

No trecho, a enunciadora busca legitimidade de seu discurso na fala de um popular. O enunciado “para mim todo mundo é doutor” cria o efeito de sentido de uma banalização do termo no campo extra-acadêmico. Esse enunciado remonta a uma memória que advém como flechas de passado, Deus sabe de onde<sup>157</sup>, de que médicos e advogados são doutores. Como vimos, no campo acadêmico onde os jogos de interdição, segregação discursiva imperam de forma institucional, o termo é partilhado de forma distinta e provém de outra formação discursiva na qual o “Doutor” é tratado com letra maiúscula, portanto superestimado. Recordemos que o edital da Unesp<sup>158</sup> enunciava que para se concorrer ao título de professor, era preciso “no mínimo” ser “Doutor” — com letra maiúscula — ou seja, ocupar a posição de sujeito de *Homo doctorem*. Sobre este título acadêmico, a colunista ainda apresenta o seguinte enunciado:

O “doutor” como título acadêmico, conquistado por aqueles que fizeram doutorado nas mais diversas áreas. No Brasil, em geral isso significa, entre o mestrado e o doutorado, cerca de seis anos de estudo além da graduação. Para se doutorar, é preciso escrever uma tese e defendê-la diante de uma

<sup>156</sup> BRUM, E. Doutor Advogado e Doutor médico: até quando? *Revista Época*. 10 set. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>. Acesso em: 05 mar. 2014, grifo nosso.

<sup>157</sup> O enunciado “Deus sabe de onde” foi proposto de forma a atestar nossa não intenção de busca por origens explicativas. Em nenhum momento visa banalizar o discurso científico, talvez provocá-lo em termos foucaultianos. O importante é perceber no excerto apresentado na sequência a presença dessa memória e não querer explicá-la a partir de um ponto do passado.

<sup>158</sup> UNESP. Concursos. Edital N° 4/2014. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Disponível em: [http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAdministrativa/RecursosHumanos/edital\\_trabalho-docente.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAdministrativa/RecursosHumanos/edital_trabalho-docente.pdf). Acesso em: 04 abr. 2014.

banca. Neste caso, o título é – ou deveria ser – resultado de muito estudo e da produção de conhecimento em sua área de atuação. É também **requisito para uma carreira acadêmica bem sucedida** – e, em muitas universidades, **uma exigência para se candidatar ao cargo de professor**.<sup>159</sup>

O excerto da colunista remonta a uma série, ou formação discursiva heterogênea, mas de certo modo semelhante a da qual provém o discurso institucional do edital. Embora as positivities sejam distintas, uma vez que o enunciado do edital provém de um campo institucional, pode-se perceber em ambos a presença de um discurso no qual a posição de sujeito *Homo doctorem* é apreciada, nos termos da Unesp, ela é “requisito” para participação de um processo seletivo; no enunciado da colunista, “um requisito para uma carreira acadêmica bem sucedida”. Embora este enunciado também dialogue com discursos do trabalho, do sucesso financeiro, a utilização do termo “Doutor”, como uma posição de sujeito “diferente”, “distinta” das demais, está presente nos dois enunciados. Esse discurso da diferença não se repete da mesma forma nos enunciados do *site* de comédia *Bom demás*, tampouco no discurso do carregador de malas exposto no excerto da Revista *Época*. No primeiro, há uma crítica aos jogos de diferenciação pelo título de doutor, “acho o título de mestre muito mais legal que o de doutor”, diz o enunciador do *site Bom demás*<sup>160</sup>; no a diferenciação existe, contudo ela não é dada pela titulação, “doutor é todo mundo” diz Adail Silva<sup>161</sup>.

Embora não queiramos buscar uma origem histórica para esses discursos, citaremos a seguir um enunciado que comumente é visto como sendo um dos fatores históricos que se relacionam à popularização dessa forma de tratamento. Proveniente de um arquivo jurídico do Brasil Império trata-se do artigo 9º da Lei imperial *de 11 de Agosto de 1827* que criou os *Cursos de ciencias Juridicas e Sociaes* nas cidades de São Paulo e Recife.

Art. 9.º Os que freqüentarem os cinco annos de qualquer dos Cursos, com approvação, conseguirão o grão de Bachareis formados. Haverá tambem o grão de Doutor, que será conferido áquelles que se habilitarem som os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e sò os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentas.<sup>162</sup>

<sup>159</sup> BRUM, E. Doutor Advogado e Doutor médico: até quando? *Revista Época*. 10 set. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>. Acesso em: 05 mar. 2014, grifo nosso.

<sup>160</sup> O QUE é melhor, ser mestre ou doutor. *Bom demás*. Disponível em: <http://bomdemas.com.br/o-que-e-melhor-ser-mestre-ou-doutor>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>161</sup> BRUM, E. Doutor Advogado e Doutor médico: até quando? *Revista Época*. 10 set. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>. Acesso em: 05 mar. 2014, grifo nosso.

<sup>162</sup> EDITAL de processo seletivo 2013: ingresso 2014. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, UNESP, 2013. Acesso em: 10 fev. 2014.

Como dissemos, malgrado seja atribuído ao artigo acima uma responsabilidade histórica para tratamento de “doutor” para advogados e médicos, se o analisarmos de forma mais contida poderemos perceber que o mesmo não é esclarecedor nesse sentido, ou seja, ele apenas informa que aqueles que frequentarem os cinco anos do curso de ciências jurídicas conseguirão o grau de bacharel, desde que aprovados. Nesse sentido, fica a cargo dos estatutos dos cursos a atribuição do *grão* de Doutor. Em geral, os estatutos exigiam que fosse desenvolvido um estudo e realizada uma tese.

O que é importante de observarmos no enunciado acima é a construção de um efeito de sentido da restrição. Embora distante temporalmente do edital contemporâneo da Unesp, em termos discursivos de produção de sentidos, eles se aproximam. Tanto um, quanto outro estabelecem requisitos, condições, e, desse modo, reiteram o discurso da diferença e as partilhas de título. Há no excerto da lei imperial um trecho que diz “só os que obtiverem o *grão* de Doutor poderão ser escolhidos para as Lentes”. As lentes podem ser entendidas como uma espécie de livre-docência, ou seja, um título concedido por uma instituição de ensino superior que atesta a qualidade na docência e na pesquisa. Dentre os requisitos para se candidatar a um concurso de livre-docência na contemporaneidade está o doutoramento, mesmo requisito que está presente no



**Figura 3 – Doutor é quem faz doutorado (I)**

FONTE: DOUTOR é quem faz doutorado. **Academia econômica**. Disponível em: <http://academiaeconomica.com/2013/10/doutor-e-quem-faz-doutorado.html>. Acesso em: 20 mar. 2014.



**Figura 4 – Doutor é quem faz doutorado (II)**

FONTE: DOUTOR é quem faz doutorado. **De olho em canes**. Disponível em: [http://deolhoemcanes.blogspot.com.br/2013/07/doutor-e-quem-faz-doutorado\\_28.html](http://deolhoemcanes.blogspot.com.br/2013/07/doutor-e-quem-faz-doutorado_28.html). Acesso em: 20 mar. 2014.

edital hodierno da Unesp, para que se possa concorrer ao cargo público de professor universitário.

Por mais que existam discursos que ignorem a presença das partilhas de título, elas estão presentes na vida contemporânea de forma cada vez mais incisiva. Tanto que na rede eletrônica circulam alguns enunciados não verbais que reiteram tanto as partilhas de título quanto o uso do termo “doutor” como *Homo doctorem*.

Malgrado partilhem de um mesmo título, as figuras 3 e 4, presentes em alguns *sites* da internet, produzem efeitos de sentido distintos. Na primeira, existe a imagem de uma mão que sobe uma pilha de livros em formato de uma escada. Na parte de baixo da pilha de livros em formato de escada, está escrito “mestrado”, na parte de cima “doutorado”. A imagem provém de um *site* no qual o enunciador critica o discurso meritocrata, existente em outros excertos citados, pelo qual a atribuição de qualidade se dá pelos títulos conquistados. Segundo o enunciador, “o objetivo [de seu] texto não é responder [se só é doutor quem faz doutorado] mas demonstrar quão medíocre é a formulação dessa pergunta”<sup>163</sup>. O contraditório é que embora critique a valoração<sup>164</sup> e a ostentação dos títulos, quando termina seu texto, abaixo ele coloca seu nome e toda sua formação: “D.S.C., economista, especialista em gestão pública, servidor público federal”<sup>165</sup>. Se nossa perspectiva fosse pecheutiana, isso poderia ser pensado como uma forma de esquecimento, uma ilusão que o sujeito possui de ter pleno controle de seu discurso. Como nossa perspectiva é foucaultiana diríamos que se trata apenas de uma descontinuidade discursiva, ou como diz o próprio Foucault “contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge” (FOUCAULT, 2009, p. 170).

Por meio do excerto foucaultiano pode-se perceber que esse discurso só é possível em razão de suas condições de possibilidade, ou seja, trata-se de um *blog*, informal, com uma posição de sujeito-enunciador desvinculada do campo acadêmico e que, portanto, pode enunciar desse modo. Nesse sentido, sua fala e a colocação da figura só são possíveis porque remetem a um contexto histórico no qual as partilhas de título ganham cada vez mais relevância. Na figura pode-se perceber o mestrado embaixo e o doutorado em cima, e uma mão subindo os livros que compõe os graus. O efeito de sentido que se pode desmembrar

<sup>163</sup> DOUTOR é quem faz doutorado. **Academia econômica**. Disponível em: <http://academiaeconomica.com/2013/10/doutor-e-quem-faz-doutorado.html>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>164</sup> É importante ressaltarmos que não se configura enquanto nossa proposta teórica a problematização do *status* social que o título de doutor apresenta na contemporaneidade quando comparado a outros períodos históricos.

<sup>165</sup> DOUTOR, op. cit..

desse enunciado não-verbal é o de que para se chegar ao doutorado é preciso subir uma hierarquia do saber, isto é, o *Homo doctorem* estaria alguns degraus acima do mestre. E do que são formados os degraus da imagem? De livros. Se recobramos uma memória própria de flechadas de passado que nos acometem, o livro pode criar o efeito de sentido do “saber”, do “conhecimento”, das “técnicas”. Assim, a mão que sobe a escada rumo ao doutorado, sobe também a escada do conhecimento.

Na figura 4, a partilha de título não se dá entre mestre e doutor, mas entre “cidadão” e *Homo accademicus*. Nesse sentido, tem-se o discurso do saber como elemento de diferenciação econômica, que toma a formação acadêmica como implicativo de ascensão social, uma vez que o cidadão está representado de forma paupérrima. As faces das personagens criam um efeito de sentido da esperteza no caso do *Homo academicus* e do medo, no caso do cidadão pauperizado. Há ainda outro efeito de sentido que pode ser desmembrado do enunciado, que enuncia a academia como alheia aos problemas sociais. Se retomarmos o enunciado do filósofo alemão Fichte (2002), vemos que a proposta de doutor para Fichte se difere das formar como o doutor é discursivizado no blog *De Olho em canes*<sup>166</sup>. No arquivo fichteano, o *Gelehrt* é discursivizado a partir da busca pela perfeição do gênero humano, no enunciado do blog, o “douto” é abordado como um sujeito alheio aos problemas sociais.

A exposição dessas variadas formas enunciativas através das quais o *Homo doctorem*, o doutor, e as partilhas de título são discursivizadas na contemporaneidade nos ajudam a perceber que essas figuras são categorias históricas, derivadas das práticas entre as posições de sujeito que ocorrem tanto no campo acadêmico como extra-acadêmico. A seguir retomaremos os discursos da academia para mostrar como as partilhas de título se relacionam a outras práticas. Por que demonstrar isso? A fim de desnaturar alguns desses discursos que foram apresentados.

### 3.1.2 Das partilhas de título e outras práticas no campo acadêmico contemporâneo

Se recorrermos ao dicionário *Houaiss* (2005) para entendermos o termo “partilha”, encontraremos para o verbo “partilhar”, o significado de “repartir, dividir”. Em nosso caso, as partilhas de título dizem respeito às divisões de tratamento que ocorrem em decorrência do

---

<sup>166</sup> DOUTOR é quem faz doutorado. **De olho em canes**. Disponível em: [http://deolhoemcanes.blogspot.com.br/2013/07/doutor-e-quem-faz-doutorado\\_28.html](http://deolhoemcanes.blogspot.com.br/2013/07/doutor-e-quem-faz-doutorado_28.html). Acesso em: 20 mar. 2014.

indivíduo possuir ou não um título acadêmico. Trata-se de uma “separação” em termos foucaultianos (FOUCAULT, 2008a, p. 10). Essa ideia de partilha advém da tradução do termo *partage*, derivado da obra *A ordem do discurso* (1971/2008a), que já foi traduzido como partilha, mas que nas últimas edições da obra no Brasil vem sendo traduzido como “separação”. Optou-se pelo termo partilha, ao invés de separação, por se tratar de uma prática que é compartilhada por posições sujeito em um determinado campo. O excerto em francês no qual Foucault trata da *partage* se encontra a seguir:

Il existe dans notre société un autre principe d'exclusion: non plus un interdit, **mais un partage** et un rejet. Je pense à l'opposition raison et folie. Depuis le fond du Moyen Age le fou est celui dont le discours ne peut pas circuler comme celui des autres: il arrive que sa parole soit tenue pour nulle et non avenue, n'ayant ni vérité ni importance, ne pouvant pas faire foi en justice, ne pouvant pas authentifier un acte ou un contrat, ne pouvant pas même, dans le sacrifice de la messe, permettre la transsubstantiation et faire du pain un corps; il arrive aussi en revanche qu'on lui prête, par opposition à toute autre, d'étranges pouvoirs, celui de dire une vérité cachée, celui de prononcer l'avenir, celui de voir en toute naïveté ce que la sagesse des autres ne peut pas percevoir.<sup>167</sup>

Se na citação foucaultiana a partilha está dada entre razão e loucura, em nossa abordagem ela se dá por meio dos títulos. São eles que, dentre outros fatores, autorizam determinados indivíduos a ocuparem certas posições no campo acadêmico, que, por sua vez, possibilitam aos mesmos enunciarem de uma forma e não de outra. Como vimos por meio da análise do edital da Unesp<sup>168</sup>, para que o *Homo academicus* possa ocupar a posição de professor na academia, dentre outros requisitos, ele deve possuir “no mínimo” o título de doutor, ou seja, ocupar a posição de *Homo doctorem*. Recentemente essa partilha derivada de uma positividade acadêmico-institucional, adquiriu o suporte de uma positividade legal extra-acadêmica. Trata-se do advento da Lei n. 12.863, de 24 de setembro de 2013. Em seu artigo 8º o texto da lei enuncia que:

Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A [Professor Adjunto], mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.  
 § 1º O concurso público de que trata o caput tem como **requisito de ingresso o título de doutor** na área exigida no concurso.

<sup>167</sup> FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Libertaire. Nouveau millénaire, Défis libertaires. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Foucault64.html>>. Acesso em: 24 mar. 2014, grifo nosso.

<sup>168</sup> UNESP. Edital do processo seletivo 2013: ingresso 2014. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Araraquara, UNESP, 2013. Acesso em: 10 fev. 2014. Disponível <[http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital\\_linguistica\\_2013\\_2014.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital_linguistica_2013_2014.pdf)>.

§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.<sup>169</sup>

Observadas as discontinuidades e heterogeneidades discursivas, pode-se conjecturar pela análise do enunciado, que ele pode ser relacionado a uma formação discursiva semelhante ao enunciado proveniente do edital da UNESP. Nesta formação heterogênea, podemos perceber um conjunto semelhante de discursos, em geral institucionais, que aceitam e valoram as partilhas de título; e que enunciam o doutoramento como o requisito para uma prática: em ambos os casos, para ocupar uma posição de sujeito de professor de ensino superior. A diferença entre os enunciados reside no fato de que se o edital da Unesp não admite exceção, o da lei, admite em casos de “grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor” na localidade. Tem-se nesse enunciado justamente o efeito de sentido da excepcionalidade, ou seja, o doutoramento ainda é um requisito, um diferencial, mas em observância a uma necessidade social, ele pode eventualmente ser dispensado.

Esse discurso da lei se antagoniza a outro discurso proveniente de um arquivo e de uma positividade semelhante. Trata-se da Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012 que foi parcialmente revogada pela Lei n. 12.863, abordada acima. O texto da lei anterior, de 2012, apresentava em seu artigo 8º — agora revogado pela nova lei — a possibilidade de se ingressar na *Carreira de Magistério Superior* em nível federal, tendo como requisito mínimo “o diploma de curso superior em nível de graduação”<sup>170</sup>, ou seja, não exigia o doutoramento como requisito. Esse enunciado está relacionado a discursos que aceitam a partilha de título, mas não a valoram como no conjunto semelhante anteriormente. Essa formação não pode ser confundida com aquela proveniente do site *Bom Demás*<sup>171</sup> cujos discursos objetivam criticar e satirizar as partilhas.

Dada a importância das partilhas tanto para o campo acadêmico quanto para o extra-acadêmico contemporâneo, há que se dizer que elas se encontram representadas no primeiro, dentre outras, em três importantes práticas: na concessão de bolsas e auxílios; nos processos avaliativos e de exame; e no assento curricular.

<sup>169</sup> BRASIL. Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. Acesso em: 21 mar. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm)>.

<sup>170</sup> BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e outros assuntos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2014.

<sup>171</sup> O QUE é melhor, ser mestre ou doutor. **Bom demás**. Disponível em: <<http://bomdemas.com.br/o-que-e-melhor-ser-mestre-ou-doutor>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

Quando um indivíduo entra no campo acadêmico, a bolsa ou auxílio se apresenta como uma importante ferramenta para que esse aluno possa se dedicar inteiramente à pesquisa. Malgrado as partilhas de título não sejam importantes elementos discursivos quando se recorre a uma memória discursiva para se compreender os sentidos de “bolsas de estudo”, o fato é que elas estão presentes e exercem um papel importante no modo como as práticas de concessão dar-se-ão. Em primeiro lugar, há que se dizer que a princípio todo *Homo academicus* tem direito a uma bolsa estudo, desde que ele cumpra alguns requisitos como: os critérios de necessidade e de dedicação exclusiva à pesquisa; o não acúmulo da bolsa com atividade remunerada; a existência de um projeto de pesquisa; a existência de um currículo *Lattes*; o vínculo institucional, etc.<sup>172</sup> Nesse sentido, a princípio a prática de concessão de bolsas não partilha de um discurso da diferenciação, uma vez que todos podem ter acesso ao auxílio. A diferenciação, portanto, não está no ato de concessão em si, uma vez que todos podem ter acesso ao bem público. A diferenciação está na maneira como a bolsa é concedida. Antes de fazermos qualquer ilação, manda a boa prática acadêmica que apresentemos “provas”. Portanto, é importante observar o enunciado a seguir proveniente da *Capes*:

Valor das bolsas da Capes no país:  
 Mestrado: R\$ 1.500,00  
 Doutorado: R\$ 2.200,00  
 Pós-Doutorado: R\$ 4.100,00  
 Professor Visitante Nacional Sênior: R\$ 8.905,42<sup>173</sup>

Pela tabela da *Capes* — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — que é um importante órgão de fomento à pesquisa no país, pode-se perceber tanto a presença das partilhas de título, quanto de aspectos de uma formação discursiva que, dentre seus variados discursos suscita um conjunto semelhante da diferenciação e do mérito, é sobretudo, a partir desse traço que se produz o efeito de sentido de que o indivíduo que possui maior título é diferenciado em relação aos demais, e, portanto, é digno de receber um auxílio maior.

Dadas essas especificidades discursivas, uma formação discursiva com uma série de enunciados semelhantes a esta da *Capes* pode ser percebida na constituição das bancas

<sup>172</sup> UNESP. Portaria Nº 76, de 14 de abril de 2010. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Acesso em: 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://master.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/Portaria%2076-2010%20Regulamento%20Programa%20DS.pdf>>.

<sup>173</sup> BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Valores de Bolsas. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/valores-das-bolsas>. Acesso em: 25 mar. 2014.

examinadoras. Sobre elas o regulamento da Unesp de 10 de Fevereiro de 2012 informa em seu artigo 21:

Art. 21. O Exame Geral de Qualificação será efetuado por banca Examinadora formada por três membros **com título mínimo de Doutor**, da qual o orientador é membro nato, e constará de arguição oral tratando do aproveitamento obtido nas disciplinas e demais atividades desenvolvidas no Curso, e dos resultados de pesquisa já alcançados.<sup>174</sup>

O enunciado acima provém de um arquivo institucional, com uma positividade legal e suscita também discursos da diferenciação, isto é, reitera as partilhas de título presentes no âmbito acadêmico ao afirmar que a composição da banca é exclusiva para indivíduos que ocupem a posição de *Homo doctorem*. No caso das bancas de *Trabalhos de conclusão de curso* para graduação, existe também as partilhas de título e o discurso da diferenciação, contudo a exigência para esse nível não é de *Homo doctorem*, mas de “membros, todos portadores, no mínimo, do título de mestre”, conforme enuncia a Portaria nº 015/2009 da *Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara*<sup>175</sup>.

Até o momento, os enunciados apresentados, provenientes de superfícies e materialidades distintas, nos ajudaram a perceber como as partilhas de título estão presentes no mundo contemporâneo. Se no campo extra-acadêmico elas podem ser vistas com indiferença, como é o caso do enunciado do *site Bom demás*; ou ainda serem simplesmente ignoradas como é o caso do enunciado do carregador de malas Adail Silva; no mundo acadêmico, em geral elas partilham de estratégias discursivas semelhantes: nas quais o elemento “título” é preponderante<sup>176</sup> para se ocupar determinadas posições-sujeito no campo acadêmico, e para ingressar na ordem discursiva da academia como *Homo doctorem*, ou seja, com mais autoridade. Devemos dizer que essa estratégia da diferenciação, não se restringe ao campo acadêmico. Nesse sentido, vimos o enunciado da colunista da revista *Época* — Eliane Brum — que enuncia o doutoramento como “um requisito para uma carreira bem sucedida”<sup>177</sup>; ou ainda, o enunciado proveniente do *Blog do Prof. Helder Gusso*, que cria o

<sup>174</sup> UNESP. Regulamento. Resolução Unesp-15, de 10 de Fevereiro de 2012. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/economia/regulamento>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

<sup>175</sup> UNESP. Portaria nº 015/2009. Regulamenta a atividade de Monografia de Conclusão do Curso de Letras – Bacharelado. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Acesso em: 26 mar. 2014. Disponível em: <[http://master.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/regulamento\\_mono\\_let.pdf](http://master.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/regulamento_mono_let.pdf)>.

<sup>176</sup> Atestar a importância dos títulos no espaço acadêmico contemporâneo não implica ignorar a possibilidade de uma eventual desvalorização social da figura do doutor quando comparada a outros períodos históricos. Fato é que, como já dissemos, esta não se configura como uma questão a ser trabalhada pela presente empresa.

<sup>177</sup> BRUM, op. cit. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

efeito de sentido de que os *Homo doctorem* são sujeitos “superiores”, mais bem qualificados, com um linguajar mais rebuscado. Em um discurso semelhante, vimos o edital da Unesp e a lei imperial, que embora provenham de arquivos distintos, partilham de um traço semelhante: do doutoramento como “requisito” para uma prática, seja para as “Lentes” no caso da lei imperial, seja para concorrer a um cargo público no caso do edital da Unesp.

Percebidas algumas possibilidades das partilhas de título no mundo contemporâneo, passamos a perceber quais práticas podem decorrer das mesmas, para isso analisamos brevemente a prática da concessão de bolsas e a constituição das bancas de exame. Neles ficou evidente a presença das partilhas de título e de uma formação discursiva, que dentre seus variados discursos, apresenta um conjunto semelhança em relação “diferença”. Chegamos então a um importante momento do capítulo: a análise dos mecanismos de assentos curriculares.

O assentamento ou assento curricular pode ser entendido como o registro da vida dos indivíduos que ocupam uma posição de sujeito no campo acadêmico. Ao recorrer a uma memória discursiva, quando se fala em “assento”, tem-se a perspectiva de uma base, um apoio. É nesse sentido que se formam os assentos curriculares: são bases de dados que registram as práticas dos indivíduos, e é a partir desses registros que os sujeitos vão se constituindo oficialmente no meio acadêmico. Para chegar a ser *Homo doctorem* muitas práticas e muitos registros são necessários. A seguir apresentamos um enunciado extraído de um edital de 2013 para ingresso no mestrado/doutorado do *Programa de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara/SP*:

Documentação exigida para candidatos ao Mestrado e ao Doutorado:

**7) Curriculum Vitae, no formato Lattes - CNPq. A entrega de currículo em outro formato acarretará indeferimento da inscrição.**

[...]

Documentação complementar exigida para candidatos ao Doutorado:

- a) Diploma de Mestrado ou comprovante oficial de conclusão;
- b) Histórico Escolar do Mestrado (histórico final, constando todos os dados do Curso, das disciplinas/atividades cumpridas e data de defesa da dissertação).<sup>178</sup>

Como podemos perceber pelo enunciado, além de possuir um mestrado, um projeto de pesquisa, os documentos pessoais, para que o sujeito entre no processo para se ocupar a

---

<sup>178</sup> UNESP. Edital do processo seletivo 2013: ingresso 2014. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Araraquara, UNESP, 2013. Acesso em: 10 fev. 2014. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital\\_linguistica\\_2013\\_2014.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital_linguistica_2013_2014.pdf)>.

posição de *Homo doctorem* é preciso que haja um registro curricular. Em geral, o assento curricular, divide-se em dois tipos no campo acadêmico contemporâneo: o histórico escolar e o *curriculum vitae*. É pertinente notar que o enunciado deixa explícito não só a exigência de um currículo, mas que este currículo provenha no formato *Lattes*, uma vez que “a entrega em outro formato acarretará indeferimento da inscrição”. Esse excerto apresenta algumas consequências práticas: a primeira é que o sujeito saiba utilizar a internet ou peça para alguém fazê-lo, pois se trata de uma plataforma virtual de currículos; a segunda é o vínculo e a publicidade que se dá à Plataforma, que como veremos apresenta implicações de saber-poder em seus discursos. A exigência de registro na plataforma Lattes não é exclusividade do processo seletivo da Pós-graduação, na prática de concessão de bolsas, por exemplo, o assento curricular no formato Lattes também é exigido.

Antes de analisarmos a plataforma e para finalizarmos este subcapítulo em termos machadianos, apresentamos de antemão a imagem — figura 5 — do campo de busca do *site* da *Plataforma Lattes*, do modo como ela nos é apresentada virtualmente. Nosso objetivo com essa apresentação antecipada do *corpus* volta-se para uma espécie de provocação ao olhar do interlocutor. É preciso olhar para a imagem abaixo fazendo uso da prática de um esquecimento anterógrado, ou seja, é preciso olhar não para decifrar mas para desnaturar os jogos de saber/poder da Plataforma, para investigar se há nela algum traço das partilhas de títulos que tratamos.

**Figura 5** – Ferramenta de busca por currículos na Plataforma Lattes.

FONTE: CNPQ. **Currículo Lattes**. Buscar Currículo Lattes. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>.

### 3.2 LATTES, QUE EU ESTOU PENSANDO?

Acima o que se vê não é simplesmente um inócuo mecanismo de busca por currículos em um ambiente virtual, é também um espaço onde “um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” se cruza (FOUCAULT, 1993, p. 248). A presença dessas relações implica na existência de partilhas (*partages*), interdições e vontades de verdade. Analisar as capilaridades dessas relações significa escutar a história a fim de notar a contingência dos jogos de verdades, observar os traços enunciativos e seus aspectos discursivos. Como vimos no primeiro capítulo, essa contingência não se dá de forma pura, como puro acaso, mas de forma relacional no já esboçado jogo entre série e limite. É em razão das marcas de saber e poder nesse jogo — que não revelam origem, que não podem ser recuperadas, apenas que devem ser postas em relação<sup>179</sup> — que buscamos analisar a *Plataforma Lattes*. Como já mencionamos anteriormente, trata-se de analisar para desnaturar: desconstruir a inocuidade que historicamente a mística de um saber racional envolveu.

Para tal, é preciso de antemão responder ao desafio de olhar lançado ao interlocutor no final do subcapítulo anterior. Ao preconizar um olhar desnaturado, pautado pela prática do esquecimento anterógrado, queríamos apenas que fosse observado um simples traço, presente logo abaixo da busca pelos nomes de pesquisadores no enunciado não verbal. O traço marca tanto doutores quanto demais pesquisadores? Não, marca automaticamente “doutores”; tão somente “doutores”. Um simples traço, mas que para nós pirotécnicos<sup>180</sup>, apresenta algumas consequências no jogo entre saber e poder: primeiro, a possibilidade de uma partilha de título, onde quem é preferido pela plataforma são os doutores; e um efeito de sentido que cria uma condição específica: se o indivíduo quiser deixar de ser “demais pesquisadores” ou como chamamos nesse trabalho, *Homo academicus*, é preciso cumprir certas práticas institucionais preceituadas pela academia. Para quê? Para se tornar posição de sujeito *Homo doctorem*, e deixar de ser um campo vazio para ser preferido, diferenciado na ordem do discurso acadêmico.

#### 3.2.1 Sobre a *Plataforma Lattes*: base de dados ou dispositivo?

<sup>179</sup> O passado não é mais “o solo sobre o qual estamos, nem uma ascensão até nós sob a forma de lembrança, mas pelo contrário, sobrevivendo a despeito das mais velhas metáforas da memória” (FOUCAULT, 1963, p. 276, apud VON ZUBEN, 2010, p. 172).

<sup>180</sup> “[Foucault:] **Eu sou um pirotécnico**. Fabrico alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição”. *In*: POL-DROIT, op. cit., p. 69, grifo nosso.

A *Plataforma Lattes* é uma base de dados de Currículos, Grupos de pesquisa e de Instituições que tem grande relevância nos assentos curriculares acadêmicos do Brasil contemporâneo. Como se pôde perceber por meio de alguns enunciados apresentados, provenientes sobretudo de um arquivo institucional, possuir um currículo cadastrado à plataforma é um dos requisitos essenciais que a maioria das universidades brasileiras utiliza para a avaliação de indivíduos em processos seletivos de mestrado e doutorado; concessão de bolsas; participação em concurso de professor universitário, etc. Ou seja, possuir um currículo *Lattes* tornou-se praticamente um imperativo ao estudante que deseja realizar uma pesquisa e ocupar outras posições de sujeito no campo acadêmico.

A *Plataforma Lattes* foi criada em agosto de 1999 pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* — CNPq — um órgão ligado ao *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação*, criado em 1951, que por sua vez “tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros”<sup>181</sup>. Desde então, “o Currículo Lattes vem aumentando sua abrangência, sendo utilizado pelas principais universidades, institutos, centros de pesquisa e fundações de amparo à pesquisa dos estados como instrumento para a avaliação de pesquisadores, professores e alunos”<sup>182</sup>.

Em sua história, pode-se dizer que a plataforma é praticamente contemporânea ao desenvolvimento e popularização da internet no Brasil. Embora as primeiras redes particulares tenham surgido no final dos anos 80 do século passado, é só na metade dos anos 90 que surgem os primeiros *sites* brasileiros como *Universo Online* (UOL)<sup>183</sup> e o *Brasil Online* (BOL) (CARVALHO, 2006, p. 144). O pesquisador Marcelo Carvalho (2006) explica que esta conjuntura histórica coincide com o processo de privatização da Telebrás:

Em junho de 1996, a Internet (assim como a telefonia celular) foi um dos temas principais da Américas Telecom, evento quadrienal da ITU, realizado no Rio de Janeiro, no qual foram anunciados novos investimentos do governo em infra-estrutura de telecomunicações, o que proporcionou uma maior oferta de meios de transmissão de dados, bem como o surgimento de novos provedores de *backbone* (IBM, UNISYS, Banco Rural e Global One) e de acesso (Mandic, Nutec, Zip.net, etc.) (VIEIRA, 2003), fazendo explodir

<sup>181</sup> CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ . Institucional. **O CNPq**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>182</sup> \_\_\_\_\_. **Plataforma Lattes**. Histórico. Disponível em: < <http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/historico>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

<sup>183</sup> UNIVERSO ONLINE - UOL. História. **Linha do Tempo**. Acesso em: 22 mar. 2014. Disponível em: <<http://sobre.uol.com.br/historia/linhadotempo.jhtm>>.

o desenvolvimento da Internet no País. No ano seguinte iniciou-se o processo de privatização das empresas do Sistema Telebrás,XXX após o qual, a Embratel, já em meio a um cenário de competição de mercado, acabou por implementar a maior infra-estrutura de *backbone* Internet da América Latina.

Assim como acontecera nos Estados Unidos, a Internet comercial brasileira cresceu rapidamente com a disseminação da Web, não só em volume de tráfego, mas também em número de usuários e transações efetuadas por meio do comércio eletrônico. Surgiram diversas lojas virtuais, portais de conteúdo e máquinas de busca no cenário brasileiro. Nomes como Booknet, Universo On Line (UOL), Brasil On Line (BOL), Cadê?, ZAZ, entre muitos outros (CARVALHO, 2006, p. 144).

Três anos depois desse processo de “explosão” da internet comercial brasileira, surge a *Plataforma Lattes*. Nesse cenário, há que se considerar que o desenvolvimento e crescimento da internet no Brasil, somado ao trabalho institucional do CNPq, certamente contribuíram para um crescimento da plataforma, que hodiernamente conta com mais de 188.000 usuários mestres e doutores cadastrados, sendo em torno de 59% doutores (109.799) e 41% mestres (78.496).<sup>184</sup> Como o próprio *site* da plataforma enuncia:

O Currículo Lattes se tornou um **padrão nacional no registro da vida** pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou **elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos** na área de ciência e tecnologia.<sup>185</sup>

“Um padrão de registro da vida”, assim a Plataforma enuncia a si mesma. Esse enunciado não revela nenhum significado oculto, apenas diz aquilo que já está posto em sua materialidade, mas cujo efeito de sentido precisa ser escavado. Com um pouco de atenção, poderemos observar a presença de um enunciador político-institucional que se vale de termos como “confiabilidade” e “abrangência” para atestar a importância da Plataforma no cenário acadêmico. O termo “registro” revela uma prática de controle, um componente do sistema de exclusão que temos discutido desde o início do capítulo por meio da análise das partilhas de título. Nessa formação de variados discursos estão presentes estratégias meritórias e de valorização das partilhas; estratégias nada distantes dos discursos institucionais analisados anteriormente. Esse discurso pode ser enunciado desse modo pelo suporte discursivo e

<sup>184</sup> CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **Painel Lattes**. Dados e estatísticas. Distribuição geográfica. <<http://estatico.cnpq.br/painelLattes/mapa/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

<sup>185</sup> Id. **Plataforma Lattes**. Sobre a plataforma. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

institucional que também foi exposto anteriormente, qual seja: a maioria das universidades e instituições de Ensino Superior exige a prática do assentamento curricular, no modelo Lattes, para que o indivíduo possa ocupar determinadas posições de sujeito. O trecho em que o enunciador político-institucional afirma que a Plataforma “se tornou um elemento indispensável e compulsório à análise de mérito” cria o efeito de sentido do requisito: para que o sujeito possa ser um insigne *Homo doctorem*, é preponderante não somente que ele produza, mas que, sobretudo, registre e torne público suas produções. Só assim, ele pode ocupar a posição de sujeito pesquisador e ter o suporte financeiro das agências de fomento à pesquisa.

Embora o excerto revele um conjunto semelhante de discursos onde estão presentes o discurso do mérito, da diferenciação, do controle pelo registro, esta não é a única formação possível na Plataforma *Lattes*, uma vez que nela existe uma grande escala de discursos que valoram a produção científica. A seguir apresentaremos duas imagens que se relacionam a essa formação:



**Estudantes e Pesquisadores**

O registro do seu Currículo Lattes é o primeiro passo para encaminhar sua solicitação ao CNPq.  
Clique aqui para cadastrar seu Lattes.

**Figura 6** – Estudantes e pesquisadores. Página inicial da *Plataforma Lattes*  
 FONTE: CNPQ. **Currículo Lattes**. Estudantes e pesquisadores. Página inicial. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>.

O enunciado da Figura 6 representa uma chamada publicitária presente na página inicial da Plataforma no sentido de chamar atenção do usuário navegador para o registro na Plataforma. O enunciado em seu trecho verbal deixa claro que as concessões e auxílios do CNPq exigem o registro na Plataforma. Quem fala nesse discurso é novamente um enunciador com uma posição de sujeito institucional, que cria o efeito de sentido do requisito, da condição: os interessados só serão atendidos se tiverem seu currículo registrado. A partilha de título não está evidente no enunciado seja na parte verbal ou não verbal, pois a princípio se trata de uma chamada para aqueles que ainda não se registraram na plataforma. Um aspecto

interessante quando se observa o enunciado não verbal, isto é, imagético, é a forte presença do discurso da ciência. Ao relacionar a imagem a uma memória discursiva que nos acomete de forma sagital — relacional, descontínua e crítica — podemos dizer que os “estudantes e pesquisadores” estão com vestimentas que remetem às ciências exatas, estão supostamente fazendo “experiências científicas”. O que cria o efeito de sentido de que o aluno e pesquisador, discursivizados pela Plataforma, são aqueles que fazem ciência. Diante do efeito de sentido proveniente dessa estratégia discursiva da cientificidade, é pertinente citarmos como ela pode ser antagônica a nossa perspectiva teórica:

É certo que **jamais apresentei a arqueologia como uma ciência**, nem mesmo como os primeiros fundamentos de uma ciência futura. [...] A palavra arqueologia não tem valor de antecipação; designa somente uma das linhas de abordagem para a análise das performances verbais: especificação de um nível - o do enunciado e do arquivo; determinação e esclarecimento de um domínio: as regularidades enunciativas, as positivities; emprego de conceitos como os de regra de formação, derivação arqueológica, *a priori* histórico (FOUCAULT, 2009, p. 231).

Quando Foucault (2009) enuncia que sua arqueologia não foi apresentada como uma “ciência”, ele certamente não se refere ao fato de que seu instrumental teórico não possa ser entendido como um “conjunto de discursos” que possuam certas especificidades temporais (Cf. FOUCAULT, 2000, p. 474). Quando no excerto ele trata de “ciência”, ele faz referência a uma “cientificidade”, a um domínio em que os enunciados “obedecem a certas leis de construção” que, por sua vez, reportam a um sentido semelhante, a um pressuposto de verdade e, sobretudo a uma “mesma sistematicidade” (FOUCAULT, 2009, p. 205). De acordo com Karl Popper (1980, p. 24), é nesse pressuposto de busca por uma verdade que se fundamenta o pensamento científico; embora não seja possível ter certeza a respeito dessa verdade, porque existe um princípio de falseabilidade nas ciências, é principalmente em busca dela que as teorias se articulam. Se tomarmos o discurso popperiano como referência, podemos afirmar que tanto o enunciado foucaultiano quanto nossa perspectiva teórica, não pode ser entendida a par dessa cientificidade. Diante disso e tendo em conta os efeitos de sentido provenientes do enunciado da Plataforma (Figura 6), poderíamos questionar como ela nos percebe. Seríamos meros registros numéricos sem identidade? Para reafirmar a presença dessa formação no discurso institucional da Plataforma apresentamos abaixo outra imagem de sua página inicial.

Como já mencionamos, podemos dizer que a figura 7 apresenta aspectos discursivos que podem ser relacionados à formação discursiva anterior, a saber: os discursos da

cientificidade e do controle. Malgrado no enunciado não verbal não haja o termo “pesquisador”, existe no mesmo, dois indivíduos, provavelmente um orientador e um aluno, ou um *Homo academicus* e um *Homo doctorem* de raças diferentes. O que podemos depreender desse enunciado é o efeito de sentido da democratização do saber, que englobaria tanto negros quanto brancos. Não entraremos no mérito de questionar se existe um discurso racista no enunciado porque a figura por si só não deixa isso evidente.



**Figura 7** – Atualização do currículo. Página Inicial da Plataforma *Lattes*  
FONTE: CNPQ. **Currículo Lattes**. Atualização do currículo. Página inicial. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>.

A presença de uma formação discursiva com discursos de cunho científico, dada também no arquivo e na positividade institucional da plataforma, pode ser intuída pelo próprio nome que foi atribuído à mesma: *Lattes*, que é o sobrenome do físico brasileiro Césare Giulio Lattes. Segundo enunciado verbal da Plataforma, “no período da Segunda guerra mundial, ele iniciou pesquisas que contribuiriam para o avanço da ciência em relação à estrutura atômica. A descoberta do "méson pi"(partícula efêmera, com massa entre a do elétron e a do próton) foi essencial para os estudos sobre radiação”<sup>186</sup>.

Mas não é somente a presença de discursos científicos que os enunciados acima revelam. É possível ir além deles e perceber a plataforma como um conjunto heterogêneo, que como vimos não contempla somente aspectos linguísticos, como também se relaciona a instituições como o *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação* e o *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, leis, práticas. Além de ser heterogênea e institucional, ela apresenta uma série de funções estratégicas percebidas tanto nos enunciados tratados, quanto nos que serão abordados a seguir. Embora por si só a plataforma não atribua

<sup>186</sup> CNPQ. **Currículo Lattes**. Césare Giulio Lattes. Página inicial. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>.

o caráter científico aos saberes, ela ao menos possibilita que esse caráter seja atribuído a seus usuários. Esses elementos nos fazem tratar a plataforma muito mais como uma rede do que como uma simples base de dados. Juntos esses elementos, sob a perspectiva foucaultiana, revelam muito mais que uma rede, mas um dispositivo que congrega saberes e poderes.

A seguir apresentaremos alguns traços enunciativos do próprio currículo Lattes em sua estrutura formal. É importante tratá-los a fim perceber esse jogo que acabamos de enunciar.

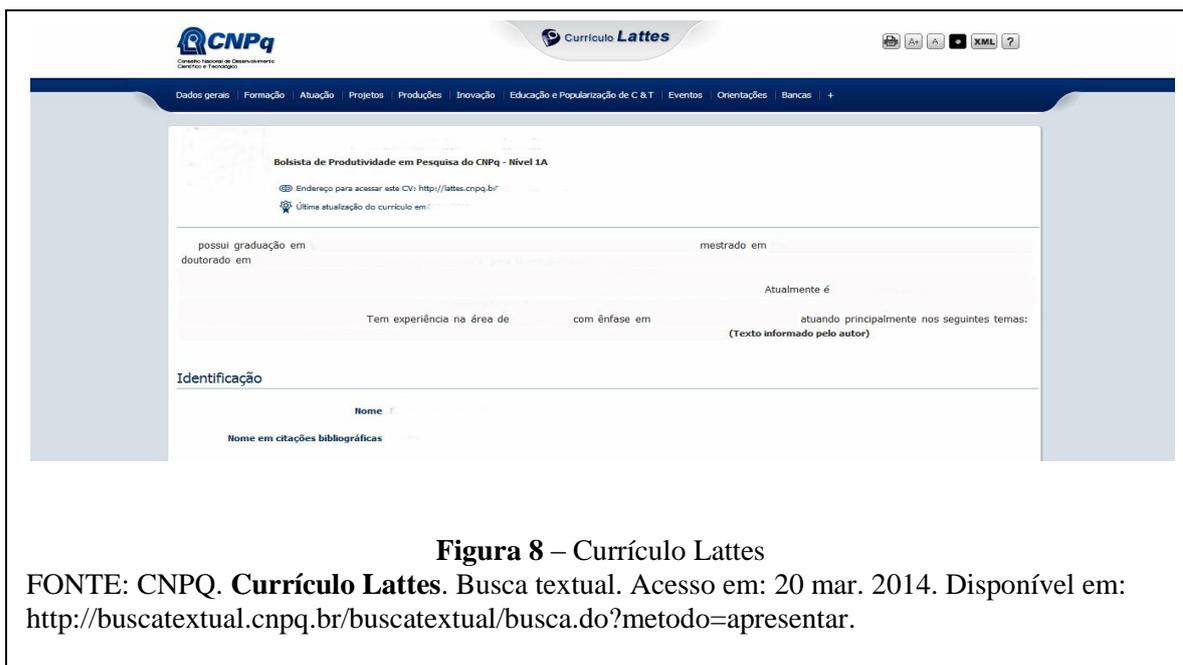
### 3.2.2 O currículo *Lattes* e seus enunciados não verbais

[Para a análise de uma pintura] a análise arqueológica teria outro fim: pesquisaria se o espaço, a distância, a profundidade, a cor, a luz, as proporções, os volumes, os contornos, não foram, na época considerada, nomeados, enunciados, conceitualizados em uma prática discursiva; e se o saber resultante dessa prática discursiva não foi, talvez, inserido em teorias e especulações, em formas de ensino e em receitas, mas também em processos, em técnicas e quase no próprio gesto do pintor (FOUCAULT, 2009, p.217).

O excerto proveniente do capítulo *Outras arqueologias da Arqueologia do Saber* (2009) é importante de ser abordado neste momento pois ele mostra como a perspectiva arqueológica pode ser estendida a enunciados imagéticos ou não verbais. Como diz Foucault (2009), para tal há que se analisar os mínimos traços da imagem, não para se buscar um significado ou um sentido oculto, mas para perceber os jogos de saber/poder que cruzam a prática discursiva. Posto isso, começaremos a analisar alguns traços institucionais presentes no próprio currículo *Lattes*. Como dissemos, não se trata de analisar em específico a forma como o currículo é preenchido por determinados sujeitos<sup>187</sup>, mas os traços característicos institucionais que contribuem para o jogo de saber/poder no campo acadêmico. Para começar segue abaixo a imagem da estrutura de um currículo Lattes. Há que se dizer que durante nosso processo de pesquisa, a Plataforma Lattes sofreu algumas alterações estéticas, que não implicaram em uma mudança na forma como os discursos são produzidos. A imagem que se segue refere-se ao modelo atual do currículo *Lattes*.

---

<sup>187</sup> Optamos por não analisar currículos preenchidos por duas razões principais: primeiro porque uma pesquisa desse tipo envolveria o trato com diversas questões de direito autoral. Segundo, porque nos interessa mais a relação institucional da plataforma com os sujeitos do que o modo como os currículos são preenchidos.



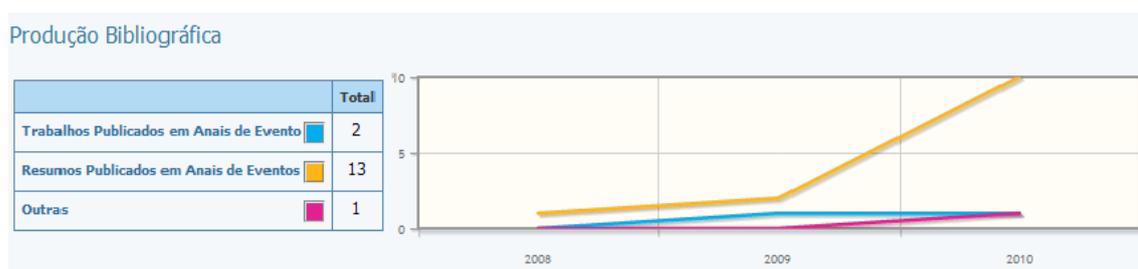
**Figura 8** – Currículo Lattes

FONTE: CNPQ. **Currículo Lattes**. Busca textual. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>.

Embora menos colorida, a página do currículo Lattes apresenta alguns traços comuns de redes sociais como *Facebook*, por exemplo: a identificação por meio do nome, de uma foto, do nome em citações bibliográficas, do endereço e da titulação. São esses os primeiros elementos que podem ser observados. Como suposta discricionariedade da posição de sujeito existe a possibilidade de se redigir um pequeno texto como forma de apresentação. Em geral, esse possui enunciados padrões como “possui graduação em”, “tem experiência na área de [...] com ênfase em [...]”, “atua principalmente com os seguintes temas”, dentre outros. O que se pode perceber a princípio é algo que não foi descrito aqui, mas que em alguns casos atua como um elemento de poder para o sujeito pesquisador: trata-se da indicação da bolsa de produtividade que é citada logo após o nome do pesquisador. Segundo o CNPq, essa bolsa é “destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq”<sup>188</sup>. O enunciado que descreve a bolsa atua ao mesmo tempo como um elemento de poder, uma vez que ele segrega, ou seja, não está destinado a todos. Cada um, dependendo de sua produtividade, possui uma qualificação específica, podendo ser: de duas categorias, sendo um 1 ou 2, e de quatro níveis, de A a D. O efeito de sentido que se pode depreender de tal enunciado é que quanto maior a bolsa de produtividade, mais qualificado seria o pesquisador.

<sup>188</sup> CNPq. **Produtividade em pesquisa**. Documentos. Acesso em: Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a>>.

Outro aspecto importante é que essa página de currículos não rompe com as partilhas de título, uma vez que existe um setor exclusivo, que advém após a identificação, pelo qual o sujeito deve descrever sua formação acadêmica, ou seja, os títulos obtidos. Se a bolsa de produtividade se apresentava como um primeiro elemento de poder, a partilha de títulos se mostra como um segundo, também muito importante e levado em conta no discurso da Plataforma. Há que se recordar da imagem que fecha o subcapítulo anterior, na qual apresentamos o setor de busca do *site* da *Plataforma Lattes*. Nele, automaticamente está marcada a busca somente para doutores; para procurar por “demais pesquisadores” é preciso selecionar o item que a princípio fica desmarcado. Se para um usuário navegador isso seria mera coincidência, para nós representa mais um traço das partilhas de título constantes no campo acadêmico.



**Figura 9** – Indicadores de produção. Produção bibliográfica

FONTE: CNPQ. Currículo Lattes. Indicadores de produção. Produção bibliográfica. Acesso em: 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>.

Mas não só as partilhas de título e os discursos de diferenciação e mérito estão presentes na plataforma, ao analisarmos outros enunciados do *site* podemos encontrar também a presença de outros discursos como o da produtividade. Porém, antes de analisarmos o conjunto uma eventual série que pode surgir desse discurso, é preciso observar o enunciado não verbal acima.

O gráfico constante na figura 9 mostra uma das inovações estruturais e gráficas pela qual o *site* do Currículo Lattes passou no ano de 2012. Antes de 2012, não havia gráficos específicos para avaliação da produção dos usuários registrados. O que se pode perceber com isso, não é a simples presença da inovação tecnológica, mas também a existência de um discurso da produtividade e do controle. Se atentarmos às relações de poder, diríamos que se trata de um aprimoramento dos sistemas de exclusão que existem nessa rede de micropoderes. Para tal, um gráfico apresenta ano a ano como se dá a produção bibliográfica dos usuários da

Plataforma. Se em um enunciado apresentado anteriormente, o sujeito enunciator institucional da plataforma enunciava a mesma como “elemento indispensável à análise do mérito”<sup>189</sup> dos pesquisadores, podemos notar no recurso dos gráficos a construção de efeito de sentido da produção como sendo um dos pilares meritórios das posições subjetivas, sejam elas *Homo accademicus* ou *Homo doctorem*. Vale recordarmos o discurso qualitativo dos enunciados “bolsista de produtividade 1A”, ou “bolsista de produtividade 1C”, que também partilham desse discurso da produção. Abaixo, apresentamos mais um exemplo enunciativo desse discurso:



**Figura 10** – Currículo Lattes. Produção bibliográfica

FONTE: CNPQ. **Currículo Lattes**. Currículo Lattes. Produção em C, T & A: produção bibliográfica. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

O que gostaríamos de destacar com o enunciado da figura 10 é a presença de um discurso com uma “estratégia” discursiva (Cf. FOUCAULT, 2009, p. 71) da produtividade. Esta se apresenta de forma tênue e só pode ser percebida em um traço muito específico da parte gráfica do currículo, em sua seção de *produção bibliográfica*. Ao observarmos a figura, podemos perceber um destaque, um negrito nos números, muito maior do que o destaque gráfico que é dado ao título do trabalho, por exemplo, ou ao próprio nome do evento da produção, ou ainda ao lugar onde o trabalho foi publicado. Ao contrário, os destaques são os números e o nome do autor. Como efeito de sentido desse simples negrito nos números, tem-se o destaque ao discurso da produção, dada a princípio, em termos quantitativos e não necessariamente qualitativos.

<sup>189</sup> CNPq, op. cit., Sobre a plataforma. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

Se recuperarmos assim o excerto em que o enunciador institucional descreve a Plataforma, veremos que o discurso do mérito daquele se relaciona à estratégia da produção deste, criando uma formação discursiva heterogênea, mas que é própria de uma condição de possibilidade que provém de discursos liberais, meritocratas, democratas, etc. Formação alheia aos sistemas de exclusão? Não, formação plena desses sistemas, não entendidos em termos marxistas, mas foucaultianos (2008a).

É interessante percebermos que esses enunciados, essas marcas discursivas, não estão ocultas, estão postas, dadas em sua crua materialidade. E por que em geral as vemos, mas não as enxergamos? Talvez porque, em geral, a forma como o poder se exerce nesse caso não se dá de forma negativa, mas de forma positiva, isto é, “passa tanto pelos dominados quanto pelos dominantes” (DELEUZE, 1988, p. 75). O discurso institucional da Plataforma não oprime, ao contrário, incita seus membros a produzirem para possuírem mais poder, para ganharem destaque em seu campo, para ocuparem uma posição meritória na ordem discursiva acadêmica. As exclusões empreendidas pelas partilhas de título, pelos assentos curriculares e, como veremos a seguir, pelos procedimentos de escrita, não se apresentam de modo opressor, partilham do discurso da democracia, do mérito, que em geral produzem o seguinte efeito de sentido: se o indivíduo quiser ocupar determinada posição, há que realizar determinadas práticas. Essas práticas não são obrigatórias, são requisitórias e restritivas, ou seja, ninguém é obrigado a realizá-las, só que elas se apresentam como requisito para ocupar uma posição de *Homo doctorem*, por exemplo.

Nesse sentido, a posição de sujeito que supostamente pensa, na verdade, reproduz uma série de práticas discursivas. Antes de terminarmos o capítulo e entrarmos na análise dos procedimentos de escrita, citaremos um excerto clássico da filosofia cartesiana a fim de suscitarmos outro arquivo, e reiterarmos a perspectiva foucaultiana de que a análise dos enunciados se efetua sem referência a um cogito. Não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal. Ela situa-se, de fato, no nível do diz-se” (FOUCAULT, 2009, p. 138).

### **3.3 BASTA PENSAR PARA ESCREVER?**

Ao considerar que os nossos sentidos às vezes nos enganam, quis presumir que não existia nada que fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, por existirem homens que se enganam ao raciocinar, mesmo no que se refere às mais simples noções de geometria, e cometem paralogismos, rejeitei como

falsas, achando que estava sujeito a me enganar como qualquer outro, todas as razões que eu tomara até então por demonstrações. E, enfim, considerando que quaisquer pensamentos que nos ocorrem quando estamos acordados nos podem também ocorrer enquanto dormimos, sem que exista nenhum, nesse caso, que seja correto, decidi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais corretas do que as ilusões de meus sonhos. Porém, logo em seguida, percebi que, ao mesmo tempo que eu queria pensar que tudo era falso, fazia - se necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava (DESCARTES, 2001, pp. 37-38).

Por que retomarmos *Descartes* (2001) para finalizarmos um capítulo que se propõe a empreender uma crítica ontológica do presente (Cf. FOUCAULT, 1983) por meio de uma análise arqueogenealógica sagital? Em primeiro lugar porque ele nos possibilita ter contato com práticas discursivas provenientes de outro arquivo. *René Descartes* (1596-1650), filósofo francês do século XVII, não foi um *Homo doctorem* nos termos que enunciemos hoje, mas certamente foi um indivíduo que ocupou uma importante posição de sujeito no campo acadêmico a seu tempo. As instituições francesas de Ensino Superior do século XVII eram geridas pelo *Antigo Regime Absolutista* e estavam divididas em colégios e faculdades de Teologia, Medicina, Artes e Direito. Embora já existisse um interesse por estudos de cunho científico no período, não podemos ainda atestar uma independência desses estudos em relação à Filosofia (QUANTIN, 2009). Como mencionamos no segundo capítulo, um modelo de pesquisa científica independente do pensamento filosófico se afirma na história da educação superior ocidental (europeia) principalmente a partir do modelo humboldtiano, implantado na Alemanha no século XIX (RENAUT, 2012). Assim, se no século XVI, o pensamento filosófico aristotélico tinha grande influência na organização dos saberes nas universidades francesas, a partir do final do século XVII, o pensamento cartesiano passa a ocupar um papel de destaque (QUANTIN, 2009). Como a filosofia moderna, notadamente a cartesiana, busca aceder um conhecimento universal por meio de um questionamento da razão, é razoável que suas pesquisas tivessem cunho subjetivo. Dessa forma, para atingir a verdade do sujeito era preciso questionar os próprios sentidos, daí o fato da escrita de Descartes ser empreendida principalmente em primeira pessoa do singular, prática que, em geral, não nos é recomendada<sup>190</sup>. Dialogando com uma positividade filosófica e racionalista, o discurso de *Descartes* se vale de uma lógica discursiva para deduzir que: se algo duvida é

---

<sup>190</sup> “Dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e o verbo na voz ativa”. In: BATISTA & ALVES, op. cit., 2011, p. 06.

porque esse algo pensa, e por pensar, existe. Aliás, Descartes provavelmente ficaria ofendido por tratarmos o “eu”, “o cogito”, como “algo”. Mas o que podemos fazer? Esse é um traço pirotécnico de nossa perspectiva foucaultiana.

Diante do enunciado cartesiano, próprio de um arquivo filosófico racionalista, o que podemos fazer é relacioná-lo com as práticas e enunciados que foram apresentados nesse capítulo. Ao fazê-lo, podemos conjecturar que no campo acadêmico não basta somente pensar para existir, antes é preciso cumprir uma série de práticas, que contribuem para o indivíduo ocupe determinadas posições de sujeito. Nesse sentido, não basta que nossa posição de sujeito coloque em dúvida as práticas acadêmicas de nosso tempo para que simplesmente possamos ocupar a posição de *Homo doctorem*. Esta peça é parte dos requisitos para tal, mas por si só, não basta. A posição de sujeito que só pensa, na academia não se distingue, é mera paisagem acadêmica, não ocupa outras posições no jogo do saber-poder que não a de ser simplesmente “posição de subjetividade aluno”. Para ocupar outras posições, é preciso materializar as visibilidades — que *Descartes* (2001) chama de “pensamento”<sup>191</sup> — em práticas, como: desenvolver uma pesquisa, participar de eventos científicos, possuir um currículo *Lattes*, etc. Só assim é possível deixar de ser paisagem para se tornar, nas palavras de Bourdier (2006), *Homo academicus*. Essa materialização da visibilidade em discursividade não se limita à existência de um assento curricular, ou seja, pelo fato da posição de aluno possuir um currículo *Lattes* não o torna *Homo academicus*. Para que isso ocorra, é preciso também que outra importante prática de materialização das visibilidades em discurso ocorra no campo acadêmico: a escrita. Dito de modo mais preciso, para que o indivíduo ocupe uma posição de *Homo doctorem* é preciso que além de realizar as práticas descritas, ele também escreva: redija textos científicos, escreva um projeto de pesquisa, uma Tese, etc.

Eis que chegamos ao último capítulo dessa peça teórica com a seguinte questão: existe liberdade nessa escrita ou ela também está sujeita a observar determinadas práticas? Caso as práticas se imponham, por que elas devem ser observadas? Basta pensar para escrever no mundo acadêmico? As conjecturações acerca dessas questões encontram-se no capítulo a seguir.

---

<sup>191</sup> “A arqueologia busca definir **não os pensamentos**, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2009, p. 157).

#### 4 *COGITO, ERGO SCRIBO*<sup>192</sup>?: DOS PROCEDIMENTOS DE ESCRITA E SEUS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Cet espace neutre caractérise de nos jours la fiction occidentale [...]. Or ce qui rend si nécessaire de penser cette fiction alors qu'autrefois il s'agissait de penser la vérité, c'est que le «**je parle**» fonctionne comme au rebours du «**je pense**». Celui-ci conduisait en effet à la certitude indubitable du Je et de son existence; celui-là au contraire recule, disperse, efface cette existence et n'en laisse apparaître que l'emplacement vide. La pensée de la pensée, toute une tradition plus large encore que la philosophie nous a appris qu'elle nous conduisait à l'intériorité la plus profonde. La parole de la parole nous mène par la littérature, mais peut-être aussi par d'autres chemins, **à ce dehors où disparaît le sujet qui parle**. Sans doute est-ce pour cette raison que la réflexion occidentale a si longtemps hésité à penser l'être du langage: comme si elle avait pressenti **Le danger que ferait courir à l'évidence du «Je suis» l'expérience nue du langage** (FOUCAULT, 1994a, p. 520, grifo nosso).

O excerto foucaultiano, proveniente do texto *La pensée du dehors* (1966/1994a), desfaz de uma vez qualquer hesitação filosófica que o título pudesse sugerir. “Penso logo escrevo”, seria uma conjecturação lógica em um discurso proveniente de um arquivo racionalista, mas para nossa positividade filosófica contemporânea de matriz foucaultiana, a história e o discurso simplesmente relegaram o “sujeito constituinte” ao campo da memória. Ou seja, depois que Nietzsche preteriu o “*Je pense*” em nome do “*Ça pense*” (Cf. NIETZSCHE, 1995, p. 43), certamente abriu caminho para os estudos da linguagem e para que o “*ça parle*” — que seria um já-lá no discurso pecheutiano, mas que para Foucault reflete toda rede de relações que formam o saber — pudesse ganhar relevância na contemporaneidade.

Diante disso, dados os contornos filosóficos<sup>193</sup> da arqueologia foucaultiana, o “penso, logo escrevo” seria uma mera aporia, perdida e ignorada em nome de um “escrevo, logo ocupo posições de sujeito”. Em uma entrevista concedida a *Bonnefoy*, intitulada *L'homme est-il mort?* o próprio Foucault (1994a) se refere ao “*ça parle*” quando trata da experiência da linguagem no poeta *Stéphane Mallarmé* (1842-1898):

À partir d'Igitur l'expérience de Mallarmé (qui était contemporain de Nietzsche) montre bien comment le jeu propre, autonome du langage vient se loger là précisément où l'homme vient de disparaître. Depuis, on peut

<sup>192</sup> O título “*Cogito, ergo scribo*?” — do latim penso logo escrevo? — dialoga com “*Cogito ergo sum*” — “penso logo existo” — de Descartes (2006, p. 2001, pp. 37-38), no sentido de questionar se basta pensar para existir no mundo acadêmico. Trata-se de suscitar as questões que foram lançadas no último subcapítulo que antecede ao presente.

<sup>193</sup> Quando enunciarmos “contornos filosóficos” nos referimos aos principais aspectos filosóficos citados, como: crítica a um sujeito constituinte, e crítica aos jogos da verdade.

dire que la littérature est le lieu où l'homme ne cesse de disparaître au profit Du langage. Où «ça parle», l'homme n'existe plus (FOUCAULT, 1994a, pp. 543-544, grifo nosso).

Diante desse excerto, podemos fazer algumas ilações: se não há um sujeito constituinte que pensa, mas posições subjetivas que enunciam, é importante para nossa empresa questionar por que, em um dado lugar, um indivíduo enuncia de uma forma e não de outra. Por que quando começamos nossa peça teórica tivemos que evitar o uso da primeira pessoa do singular? Por que reportar cada uma de nossas conclusões? Por que legitimar nossa fala em outras posições sujeito que tem notoriedade no campo do saber? São esses questionamentos que o presente capítulo busca desafiar, tendo em vista o propósito geral de nossa empresa: desnaturar algumas práticas acadêmicas a fim de mostrar como, para ocupar determinadas posições de subjetividade no campo acadêmico, é preciso observar alguns procedimentos. Já tratamos da necessidade de possuir títulos, uma vez que eles implicam em diferenciações entre as posições de sujeito; citamos a necessidade de registrar cada passo da vida acadêmica por meio dos assentos curriculares, em específico nos currículos da plataforma *Lattes*. Por fim, chega o momento de tratarmos dos procedimentos de escrita. São eles que fazem da busca por títulos algo possível; sem eles o assento curricular seria um campo vazio de onde estaria enunciado apenas: aqui jaz posição de aluno. Dito de modo mais específico, sem observar os procedimentos de escrita, o indivíduo dificilmente conseguiria ocupar outras posições, como a de pesquisador, a de mestre, a de *Homo doctorem*, a de professor, etc. Até mesmo a posição graduado, exige na maioria das vezes que o indivíduo utilize alguns procedimentos de escrita científica para realizar um *Trabalho de Conclusão de Curso*, por exemplo.

Para analisar esses procedimentos, recorreremos ao arquivo composto por manuais de escrita acadêmica da contemporaneidade, bem como a um arquivo institucional de textos que descrevem determinadas práticas de escrita na própria academia. Procuramos elencar um manual do campo das ciências humanas para haver maior proximidade com nosso discurso. Utilizamos também alguns discursos provenientes da internet — sobretudo por meio da análise do site *Portal Escrita Científica*<sup>194</sup> — abre a possibilidade de analisarmos algumas práticas de escrita relacionadas também com referência às exatas e biológicas. A fim de trazermos especificidade aos enunciados recortados, utilizaremos o recurso da memória discursiva para fazermos alusão a outras práticas que foram esquecidas, ignoradas e que serão

---

<sup>194</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

abordadas de forma sagital — descontínua, relacional e crítica — para que possamos desnaturar as práticas do presente, empreendimento que é parte de nossa ontologia crítica do presente. Começaremos por analisar alguns enunciados de um texto que é muito importante em termos de metodologia de escrita na academia: trata-se da obra *Como se faz uma tese* (1977/2005) do filósofo, linguista e escritor contemporâneo Umberto Eco.

Antes de começarmos, devemos dizer que como nossa prática de análise discursiva da obra de Umberto Eco (2005) objetiva, mormente problematizar as práticas de subjetivação contemporâneas no campo acadêmico brasileiro, a remissão ou relação a outras práticas será um expediente comum a nossa prática metodológica. É justamente este o traço sagital de nossa perspectiva teórico-metodológica. Sem esse traço, o presente capítulo estaria reduzido a mera revisão bibliográfica.

#### **4.1 ASSIM SE FAZ UMA TESE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA *COMO SE FAZ UMA TESE* (1977/2005) E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS**

Publicada em 1977, a obra *Como se faz uma tese* (1977/2005) de *Umberto Eco* se apresenta como uma proposta metodológica para se fazer “uma tese bem feita”, ou ainda, fazer bom uso da linguagem acadêmica (ECO, 2005, p. 170). Além da *Introdução e conclusão*, a obra de Eco está dividida em seis capítulos fundamentais, a saber: *o que é uma tese e para que serve?*; *escolha do tema*; *a procura do material*; *o plano de trabalho e a elaboração de fichas*; *a redação*; e *a redação definitiva*. Como nos importa os procedimentos de escrita no campo acadêmico e adjacentes, empreenderemos nossa prática de análise discursiva mormente no penúltimo capítulo da obra. Antes de analisá-lo é preponderante fazer algumas considerações históricas sobre a obra, bem como apresentar alguns importantes enunciados provenientes dos capítulos não analisados diretamente, mas que são caros a nossa empresa.

Como dissemos *Como se faz uma tese* (1977/2005) é uma obra escrita no final dos anos 70 do século passado na Itália, um período em que o contexto universitário italiano se abriu às “massas”. Segundo o próprio Eco (2005):

Mas a universidade italiana é hoje uma universidade de massas. A ela chegam estudantes de todas as classes, provenientes de todos os tipos de escola secundária, podendo mesmo inscrever-se em filosofia ou em literaturas clássicas vindos de um instituto técnico onde nunca tiveram grego nem latim. E se é verdade que o latim não tem qualquer serventia para um

sem-número de atividades, em compensação ele vale muito para quem segue Filosofia ou Letras (ECO, 2005, XIII).

Esse é um dos excertos que praticamente enceta a obra de Eco e se apresenta como um enunciado de justificativa do curso. Segundo Eco (2005, XIII) “se a universidade italiana fosse [para poucos] não seria necessário escrever este livro”. Nessas citações, o que se percebe é a presença de uma posição de sujeito professor que enuncia atestando sua experiência no campo acadêmico e se propõe a realizar um texto a fim de contribuir para que as “massas” possam “preparar uma tese digna” (ECO, 2005, XIV).

Apresentada essa posição subjetiva, existem algumas importantes considerações a serem feitas: em primeiro lugar, pelo que enuncia, a posição de sujeito enunciador não vê com bons olhos a forma como se deu o processo de massificação das universidades. Logo no primeiro parágrafo da *Introdução*, o enunciador diz “Antigamente, a universidade era de elite [...] era concebida para ser cursada com calma [...] as lições consistiam em prestigiosas conferências” (ECO, 2005, XIII). Ao enunciar isso e dizer que a universidade contemporânea é das massas, cria-se o efeito de sentido do saudosismo e da inversão, ou seja, se outrora era cursada com calma, hoje é cursada com pressa, se as lições eram prestigiosas, hoje são ignoradas, se fosse como no passado uma obra como essa “não seria necessária”. Esse é um dos possíveis efeitos de sentido que podem ser depreendidos dos enunciados acima. Há que dizer que dentre os discursos heterogêneos que a formação discursiva proveniente dos enunciados acima pode ter, certamente estão presentes os discursos da diferenciação e da excelência do saber. Quando Eco (2005, XVI) enuncia a quem é dirigido o trabalho, ele diz que em especial sua obra se direciona aos *outros*. Quem são os *outros*? São os “estudantes que provavelmente trabalham”, os “desiludidos da universidade”, os “muito pobres”, aqueles que “não sabem procurar livros” na biblioteca (ECO, 2005, XIV). Esses são outros, aqueles que são diferentes do que sou, em termos foucaultianos são distintos da posição de sujeito que ocupo, desprovidos ou carentes de saber científico. Eis um dos efeitos de sentido que o enunciado de Eco propicia.

Se nos valermos do expediente da memória discursiva, podemos perceber que esse discurso que não vê com bons olhos a forma como se deu a massificação do ensino superior na Itália é produzido apenas 11 anos depois que as Nações Unidas publicaram o *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos e Sociais*, assinado em 16 de dezembro de 1966 e só ratificado no Brasil em 24 de janeiro de 1992. De acordo com o art. 13 do pacto:

2. The States Parties to the present Covenant recognize that, with a view to achieving the full realization of this right:
- (c) **Higher education shall be made equally accessible to all**, on the basis of capacity, by every appropriate means, and in particular by the progressive introduction of free education;<sup>195</sup>

Diferentemente do enunciado de Eco (2005), o enunciado das Nações Unidas apresenta uma posição de sujeito legal e institucional que aborda o objeto “educação superior” sob uma estratégia<sup>196</sup> democrática. Essa estratégia pode ser atestada nos conceitos de “educação livre, gratuita”, “direcionada a todos”. Embora crie o efeito de sentido de que é direcionado a todos, esse discurso democrático, no trecho “*on the basis of capacity*” reconhece que cada um tem sua capacidade, ou seja, é possível que exista diferenciação. Contudo, o que a posição de sujeito do discurso das Nações Unidas não reconhece, até por ser interdito à posição que ocupa, é que essa diferenciação possa ser nociva à qualidade de ensino, como enuncia Eco.

Outro aspecto interessante no discurso de Eco é que, ao ser comparado com o contexto educacional brasileiro contemporâneo, ele suscita práticas que são provenientes de outro arquivo no que concerne ao ensino de línguas e à concepção de um bom aluno. Para Eco (2005, XIII), o fato dos alunos “da massa” não terem estudado grego ou latim antes da Faculdade os desqualifica, porque para sua posição de sujeito professor, essas são importantes disciplinas para o estudo da Filosofia ou Letras. Se para a prática discursiva de Eco era um desabono qualitativo não saber grego ou latim, na contemporaneidade brasileira esse discurso se relaciona ao inglês. A seguir apresentamos o discurso do professor Waldenor Barros Moraes Filho — docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e integrante do núcleo gestor do programa federal Inglês sem Fronteiras — proferido em 31 de outubro de 2013 em um *Workshop* na *Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp*:

A má formação em língua inglesa é um dos principais gargalos para o incremento da internacionalização das universidades brasileiras [...] Não temos ainda um indicador específico sobre essa questão, mas sabemos pelos relatos das universidades membras do programa Ciência sem Fronteiras que esse é o maior problema. **Os alunos não falam inglês.** [...] A escola pública ensina muito genericamente o verbo ‘to be’. E quando este estudante entra na universidade, ela coloca a responsabilidade na sua mão: ‘você não sabe

<sup>195</sup> UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>>. Acesso em: 11 abr. 2014

<sup>196</sup> De acordo com Foucault (2009, p. 71), as estratégias discursivas se referem “temas ou teorias” que foram formadas a partir de critérios de “coerência, rigor e estabilidade”, provenientes da “organização de conceitos, dos tipos de enunciação e do reagrupamento de objetos”.

inglês, então se vire'. E aí o aluno vai se virando. E assim ele sobrevive na graduação, só que quando chega o momento em que precisa produzir, ele se depara com esta realidade. É uma responsabilidade, portanto, do ensino médio, mas a universidade não pode também virar as costas.<sup>197</sup>

Malgrado a posição de sujeito enunciador da citação acima não apresente uma crítica ao ensino das massas, tampouco reproduza o discurso da diferenciação, ela apresenta um discurso da qualificação intelectual proveniente do domínio de línguas. O efeito de sentido que se produz é que para galgar outras posições no campo acadêmico é preciso que se domine outras línguas. Esse discurso pode ser empreendido dessa forma porque coincide com um momento histórico no qual o discurso da internacionalização<sup>198</sup> do ensino superior está presente. Nesse sentido, para se tornar *Homo doctorem*, além de observar os procedimentos de escrita, de ocupar determinadas posições de sujeito, de possuir um assento curricular no padrão *Lattes*, é preciso também possuir o domínio de outras línguas. O excerto abaixo provém do edital do processo seletivo da Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara:

A seleção para o Curso de Doutorado constará de quatro provas:

1ª. **Exame de Proficiência em Língua Estrangeira;**

2ª. Prova Escrita de Avaliação de Conhecimentos na Linha de Pesquisa indicada na inscrição

3ª. Arguição do Projeto de Pesquisa por Banca Examinadora;

4ª. Entrevista com o orientador indicado pelo candidato. [...]

Os candidatos ao Doutorado devem comprovar proficiência em duas línguas estrangeiras. A proficiência em língua estrangeira demonstrada para o curso de Mestrado será válida para o Doutorado.<sup>199</sup>

O enunciado do edital provém de uma posição de sujeito institucional que apresenta um documento que expõe os requisitos que indivíduos devem cumprir para estar aptos a ocupar determinadas posições no campo acadêmico hodierno. A estratégia discursiva utilizada pelo sujeito enunciador do edital, comum a documentos de seleção, é a da exclusão: aqueles que não se enquadram nos requisitos estipulados são automaticamente excluídos do processo

<sup>197</sup> MORAES FILHO, W.B. Workshop. **Faculdade de Ciências Médicas**. Universidade Estadual de Campinas. 31 out. 2013. Inglês dificulta internacionalização. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/10/31/ingles-dificulta-internacionalizacao?language=pt-br>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

<sup>198</sup> Cf. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Conferência mundial sobre o ensino superior**. Tendências para a educação superior para o Século XXI. Paris: UNESCO/CRUB, 1998, p. 642.

<sup>199</sup> UNESP. Edital do processo seletivo 2013: ingresso 2014. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Araraquara, UNESP, 2013. Acesso em: 10 fev. 2014. Disponível <[http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital\\_linguistica\\_2013\\_2014.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital_linguistica_2013_2014.pdf)>.

de seleção. O efeito de sentido que se produz é semelhante ao discurso do professor Moraes Filho, qual seja o da importância do candidato a *homo doctorem* dominar outras línguas.

Talvez não tenhamos dito anteriormente, mas o fato de termos colocado o título do trabalho e alguns capítulos em língua estrangeira dialoga com uma formação discursiva semelhante a esta, da qual provém parte do enunciado de Eco (2005). Dito de outro modo, a opção pelo uso do latim para os títulos remonta uma tentativa de se jogar com alguns dos formalismos que tanto o saber científico quanto a posição de *homo doctorem* historicamente carregam.

Ao tratarmos de história, se recorrermos a uma memória discursiva, podemos citar o discurso do ministro da educação da Era Vargas de Gustavo Capanema de 14 de novembro de 1935, no qual ele aborda sua proposta para o *Ministério da Educação*:

Devo [...] dizer que a nova denominação proposta para o Ministério não é inteiramente de minha inspiração. Ronald de Carvalho e eu mais de uma vez conversamos sobre a conveniência de se dar nova denominação ao Ministério. Certo dia, aventei a palavra cultura, pois o objetivo desta é justamente a valorização do homem, de maneira integral. [...] Ronald achou feliz a ideia, e propôs que se dissesse “cultura nacional”. A sugestão de nosso malogrado amigo me pareceu de grande alcance. Observa-se, hoje em dia, certa tendência para se dar ao aparelho de direção das atividades relativas ao **preparo do homem este qualificativo de “nacional”, como que para significar que é para o serviço da nação que o homem deve ser preparado.**<sup>200</sup>

O discurso do ministro Capanema não tem um cunho explicativo nesse contexto de nossa peça, mas absolutamente relacional. Ao atentarmos discursivamente ao mesmo, podemos perceber que no enunciado a educação e a cultura não devem estar voltadas a uma internacionalização, mas a um qualitativo nacional, no qual o “homem deve estar preparado” para o “serviço da nação”. Esse discurso pode ser empreendido dessa forma porque é próprio de uma condição de possibilidade derivada do primeiro governo (1930-1934) de Getúlio Vargas, governo provisório instituído por uma junta militar ter destituído do poder o então presidente Washington Luiz. Como mencionamos no segundo capítulo, o governo provisório de Vargas foi marcado pela forte presença de discursos nacionalistas (Cf. FAUSTO, 1997). Ao relacionar esse discurso de Capanema a outros enunciados abordados acima poderemos perceber que eles se constituem enquanto produções históricas próprias de seu tempo. Em outros termos, podemos dizer que se o discurso do edital da Unesp e do professor Moraes

---

<sup>200</sup> HORTA, J.B.S. Gustavo Capanema. Recife: Massangana, 2010. p. 21. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4702.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

Filho só são possíveis porque provém de uma época onde práticas como o doutoramento sanduíche, a publicação em revistas internacionais, a escrita em outro idioma, sobretudo em inglês, são práticas extremamente valoradas no contexto acadêmico da contemporaneidade.

Feita essa observação, é importante retomarmos a obra de Umberto Eco (2005) para tratarmos do capítulo que mais nos interessa: a *Redação*. O autor começa o capítulo discorrendo sobre a quem se dirige o trabalho. Segundo o pensador:

A quem nos dirigimos ao escrever uma tese? [...] Eliminemos desde já um equívoco. Há quem pense que um texto de divulgação, onde as coisas são explicadas de modo a que todos compreendam, requer menos habilidade que uma comunicação científica. [...] Se você ler os grandes cientistas verá que, com raríssimas exceções, eles são sempre claros e não se envergonham de explicar bem as coisas.

Digamos então que uma tese é um trabalho que, por razões ocasionais, se dirige ao examinador, mas presume que possa ser lida e consultada, de fato, por muitos outros, mesmos estudiosos não versados diretamente naquela disciplina (ECO, 2005, p. 113).

A citação acima é importante por duas razões: primeiro por apresentar um dos importantes procedimentos de escrita exigidos pela prática acadêmica e científica: a clareza; e segundo, por suscitar um tema que é caro a nossa empresa teórica: o direcionamento do discurso. Sobre a clareza podemos notar que o enunciador legitima seu discurso na prática dos grandes cientistas. No trecho “eles são sempre claros e não se envergonham de explicar bem as coisas” pode-se perceber um discurso no qual competência científica não está amparada em uma linguagem obscura, que expõe o interlocutor a dúvidas, que utiliza de metáforas, que deixa equívocos em suspenso. O efeito de sentido que o enunciado produz é o da persuasão: se os grandes cientistas são claros, por que o interlocutor — que como vimos se caracterizava mormente pelos “outros” do campo acadêmico — não deveria ser<sup>201</sup>. Para mostrar as séries discursivas que podem ser depreendidas no enunciado de Eco, e que também podem ser encontradas em outros discursos do campo acadêmico contemporâneo, recortamos um trecho de uma apostila de *Redação científica* do Instituto de Geociência e Ciências Exatas da UNESP de Rio Claro:

A Linguagem Científica deve ser escrita na forma culta da Língua, ou seja, em atendimento às normas ortográficas vigentes, sem gírias ou linguagem coloquial, porém sem ser rebuscada e, muito menos, empolada. A linguagem

---

<sup>201</sup> Malgrado possamos conjecturar, por meio do discurso de reiteração da clareza de Eco (2005), uma ausência de mesma na produção textual do campo acadêmico em questão. Para confirmá-la, seria preciso desenvolver um levantamento das produções acadêmicas do período em que obra de Eco fôra produzida. E não é esse nosso objetivo principal.

técnico-científica é, pois, direta e específica, devendo utilizar-se de palavras e expressões reconhecidas no meio científico no qual o trabalho está relacionado. O texto científico não pode “dar espaço” a mal-entendidos ou a entendimentos ambíguos.<sup>202</sup>

Embora sejam provenientes de lugares distintos, sendo o de Umberto Eco (2005) das Ciências Sociais e o da apostila das Ciências Exatas, ainda assim é possível remontar aspectos de uma mesma série em uma formação discursiva heterogênea que apresenta um conjunto semelhante de discursos científicos, pautados pela “clareza”. O que podemos intuir do enunciado acima é que ao descrever a linguagem como um meio termo entre o coloquial e o rebuscado, o enunciador utiliza o termo “empolado”. Se nossa perspectiva fosse pecheutiana diríamos que se trata de um deslizamento de sentido, mas como é foucaultiana, devemos dizer que se trata de uma estratégia discursiva que possibilita ao próprio enunciador criticar um rebuscamento da linguagem e ao mesmo tempo se apresentar de forma culta em seu discurso.

Ao retomar o segundo aspecto que julgamos importante no excerto de Umberto Eco (2005), podemos dizer que o autor propõe que seu trabalho seja “dirigido à humanidade” (ECO, 2005, p. 115). Tem-se nesse enunciado a presença de um discurso próprio da ciência, de um saber dirigido a todos, sem exceção. Em outros termos, mesmo que a tese seja a princípio feita para ser lida pelo examinador, ela não pode ser dirigida ao mesmo. Mais à frente veremos como esse enunciado pode apresentar algumas descontinuidades se comparado a outro enunciado da obra.

Posto isso, devemos dizer que em nossa peça teórica o interlocutor tem certo destaque, a ele são feitas algumas remissões e é a ele que se dirige o enunciado final desta peça. É importante antecipar que quando tratamos de interlocutor em nosso desenlace pensamos em uma posição de sujeito não somente ocupada por *homo doctorem*, mas a todos que vierem a ler o trabalho.

Apresentado a quem se dirige o trabalho, Eco (2005) passa a se perguntar como se deve falar em um trabalho científico contemporâneo. Já sabemos que a clareza é um aspecto enaltecido por esse discurso, contudo é importante tratar de aspectos mais específicos dos procedimentos de escrita da contemporaneidade. O excerto de Umberto Eco (2005) apresenta alguns desses aspectos:

---

<sup>202</sup> CAETANO-CHANG, M. R. **Redação científica**. Instituto de Geociência e Ciências Exatas. Rio Claro: Unesp, 2012. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/DIDATICOS/M%20RITA/APOSTILA%20-%20REDA%C3%87%C3%83O%20CIENT%20DFICA.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

Uma vez decidido a quem se escreve [...] cumpre resolver como se escreve. [...] **Não imite** Proust. Nada de períodos longos. Se ocorrerem, registre-os, mas depois desmembre-os. Não receite repetir duas vezes o sujeito. **Elimine** o excesso de pronomes e subordinadas. **Elimine** as divagações [...] **Não faça** ironias (ECO, 2005, p. 116, 118, grifo nosso).

A fim de fazer valer uma estratégia científica, o enunciador se apropria de conceitos como objetividade<sup>203</sup>, clareza, presença de períodos curtos e utiliza-os como se fosse uma receita. Ao enunciar dessa forma fica evidente a presença do discurso da ciência, da separação entre sujeito e objeto de pesquisa, da escrita como uma descrição de resultados e processos objetivos. Ao atentarmos para a forma como a performance verbal está posta, podemos perceber a presença de verbos no imperativo, que criam o efeito de sentido de uma sugestão e de conformação de condutas: “não imite”, “não faça”, “elimine”, etc. Na *Introdução* da obra, ao justificar o porquê de se utilizar dessa metodologia, o enunciador diz que esta seria esta uma maneira de “não mergulhar o relator em um estado de dolorosa estupefação” (ECO, 2005, XIV). O relator, nesse caso, seria o próprio examinador do trabalho. O que podemos perceber desse enunciado é a presença de uma descontinuidade discursiva: ora, se o trabalho era destinado a princípio aos *outros* — “para a humanidade e não para o orientador” (ECO, 2005, p. 163) — por que citar a posição de sujeito avaliador? O fato é que esse enunciado produz na verdade o efeito de sentido de que a metodologia apresentada serviria não somente para a construção de trabalhos mais adequados ao padrão científico, como também peças mais fáceis de serem avaliadas.

Se nos valermos de uma memória discursiva própria de discursos sobre a ciência, poderemos citar um trecho de uma obra muito importante para o desenvolvimento do discurso científico na modernidade. Trata-se da obra *Discurso sobre o método* (1637/2006) do filósofo René Descartes. Há que se dizer que a reflexão racional de Descartes se destina às “escolas monásticas cristãs”, uma espécie de universidade do contexto medieval e do início da época moderna. No trecho a seguir o filósofo descreve a filosofia dos espíritos medíocres, que segundo o autor, ignora um importante aspecto descrito por Eco (2005) em sua reflexão sobre a escrita:

O modo de filosofar é muito cômodo para aqueles que possuem espíritos bastante medíocres; pois a **falta de clareza das distinções e dos princípios**

<sup>203</sup> De acordo com Eco (2005), a liberdade de escrita só pode existir no rascunho: “Escrevam tudo o que vos passar pela cabeça, mas **só no rascunho**. Depois descobrir-se-á que a ênfase nos dominou e desviou do cerne do tema. Então elimina-se as partes parentéticas e as divagações, pondo-as em nota ou em apêndice. À tese serve para demonstrar uma hipótese que se elaborou inicialmente e não para mostrar que se sabe tudo” (ECO, 2005, p. 166, grifo nosso).

de que se utilizam é causa de que possam falar de todas as coisas tão ousadamente como se as conhecessem, e sustentar tudo o que dizem contra os mais perspicazes e os mais capazes sem que haja meio de persuadi-los.

Apesar do enunciado de Descartes (2006) fazer parte de outro arquivo e de outra positividade, de certo modo, ele se aproxima em certos aspectos das “estratégias” (Cf. FOUCAULT, 2009, p. 71) de alguns discursos científicos da contemporaneidade, como por exemplo, o de Eco (2005). Essa aproximação deve-se sobretudo à estratégia discursiva da “clareza”. No enunciado acima, proveniente de um lugar discursivo próprio de uma filosofia racional e como dissemos escolástica, podemos perceber que a “falta de clareza” é discursivizada como traço característico daqueles que possuem “espíritos medíocres”. Ou seja, se para o discurso de Eco (2005) a clareza é um importante elemento para uma boa escrita no campo acadêmico, para Descartes ela é discursivizada como importante elemento para a reflexão filosófica a ser trabalhada nas escolas monásticas da época (Cf. GALVÃO, 2001, VIII). Esse discurso mais geral, menos específico, pode ser empreendido dessa forma pois é próprio de um momento histórico — Europa do século XVII — em que os filósofos se propunham a refletir sobre o universo e o mundo que os cercava. Trata-se também de um período histórico marcado por uma forte censura da Igreja Católica a obras consideradas heréticas. Anos antes da publicação do *Discurso sobre o método* (1637) outro filósofo, Galileu Galilei, havia sido processado e condenado a prisão pelo Santo Ofício, tribunal da Igreja Católica, por ter defendido ideias consideradas heréticas como seu modelo heliocêntrico (GALVÃO, 2001, XVII-XXIII).

Um aspecto interessante do discurso de Descartes é que ao mesmo em que ele defende a “clareza” como uma importante estratégia da reflexão filosófica, ele não faz o mesmo em relação à objetividade<sup>204</sup>, como faz Eco (2005). Na verdade, tratam-se de registros ou pactos discursivos diferentes, pois para Descartes empreender seu discurso em primeira pessoa do singular não se apresenta enquanto um problema de método, aliás, esse é um dos traços discursivos de sua teoria do método (Cf. DESCARTES, 2006).

É importante apresentar esses outros registros históricos para justamente mostrar que não há um método universal e atemporal que seja mais apropriado para o desenvolvimento do saber (Cf. FEYERABEND, 1977). Na verdade o que existe são práticas que se tornaram historicamente legítimas para a produção do conhecimento em dado lugar, em razão dos jogos

---

<sup>204</sup> “Não pretendam ser e.e. cummings. Cummings era um poeta americano que assinava com as iniciais minúsculas. B. evidentemente, usava vírgulas e pontos com muita parcimônia, separava os versos, em suma, fazia todas aquelas coisas que um poeta de vanguarda pode fazer e faz muito bem em fazer. Mas vocês não são poetas de vanguarda, nem a vossa tese é sobre a poesia de vanguarda” (ECO, 2005, p. 165).

de saber-poder que elas suscitam. A partir disso, pode-se dizer que ser claro ou objetivo não faz com que um procedimento acadêmico seja melhor que outro, apenas o torna mais próximo de uma prática, que por sua vez é partilhada e aceita em um dado contexto histórico. Para finalizar essa reflexão, citamos um trecho de *Arqueologia do saber* (1969/2009) em que Foucault (2009) trata da possibilidade de se produzir enunciados neutros e independentes:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2009, p. 112).

#### 4.2 NOTAS SOBRE O PORTAL *ESCRITA CIENTÍFICA*

Feitas as primeiras considerações sobre os procedimentos de escrita, constantes na obra de Umberto Eco (2005), entraremos agora no último dos *corpora* propriamente ditos a serem analisados no trabalho. Enunciamos “propriamente dito” porque foi um dos traços metodológicos de nossa pesquisa de inspiração arqueogenealógica sagital suscitar a relação do *corpus* com outros enunciados provenientes de seu próprio arquivo ou derivados da relação com seu campo enunciativo. Neste último subcapítulo não haveria de ser diferente: trataremos do *Portal de Escrita Científica*<sup>205</sup> colocando-o em relação com outros discursos provenientes tanto do arquivo institucional do campo acadêmico, quanto de outros arquivos já suscitados.

Por que tratar novamente de um *site*? Além de ser importante trabalhar metodologicamente com uma variedade de superfícies, pelo fato da *internet* provir de um arquivo contemporâneo, o *site* talvez seja uma das superfícies mais pertinentes para se empreender uma teoria crítica do presente. Em outros termos, analisar um *site* implica em lidar com um suporte que apresenta condições de possibilidade próprias de nosso tempo, em razão do espaço discursivo de onde elas são proferidas.

Em primeiro lugar há que se dizer que embora o *corpus* do presente subcapítulo seja constituído pelo *Portal da Escrita Científica* da Usp de São Carlos, não há como trabalhar com este *portal* sem citar o *site Escrita científica*<sup>206</sup>. Na verdade o *site* foi desenvolvido por

<sup>205</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

<sup>206</sup> ZUCOLOTTI, V. **Escrita científica**. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

um dos professores do portal: Prof. V. Zucolotto. Por tal razão, os *sites* apresentam propostas discursivas e conteúdos análogos. No próprio *Portal* existe uma chamada para o *site Escrita Científica*. Observada tal relação, daremos maior atenção ao Portal Escrita Científica, cuja imagem segue abaixo. Contudo, no momento oportuno abordaremos alguns enunciados do site do professor Zucolotto.

O *Portal escrita científica* — fig. 11 — é um *site* “desenvolvido pela comunidade do campus da Usp de São Carlos/SP interessada em escrita científica”<sup>207</sup>. Criado em 2012, o *Portal* apresenta cursos, palestras, disciplinas voltadas para a escrita científica. Nesse sentido, ele arrega uma série de instrumentos metodológicos para “incitar” os indivíduos a utilizarem determinados procedimentos de escrita. O *site* se encontra dividido com seis seções principais, a saber: *o que é, cursos, disciplinas, recursos, glossário e link*. Dessas seções, daremos ênfase em nossa análise à primeira, pois ao enunciar os objetivos do *site* podemos notar como as “estratégias” (Cf. FOUCAULT, 2009, p. 71) discursivas estão dispostas no mesmo, e a seção *glossário* que nos permite analisar como o site discursiviza alguns importantes termos do campo científico.



**Figura 11** – Página Inicial do *Portal Escrita Científica*

FONTE: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

<sup>207</sup> USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

Começaremos tratando do enunciado de apresentação do *site*, presente na seção “*O que é?*” do mesmo. Assim segundo a posição de sujeito enunciador do *site*:

O Portal da Escrita Científica do Campus USP de São Carlos tem por objetivo **auxiliar na formação de escritores de artigos** científicos através do oferecimento de minicursos voltados à estruturação e linguagem de documentos científicos (teses e artigos), ferramentas de apoio à escrita, gerenciamento de referências e editoração, etc.<sup>208</sup>

O excerto da seção *O que é?* do *Portal* apresenta um enunciado cuja função se propõe a “auxiliar na formação de artigos”. Essa estrutura linguística desconstrói o efeito de incitação constante no exercício dos micro-poderes, para produzir um efeito de sentido do auxílio, da prestatividade institucional, ou seja, o *Portal* se dispõe a ajudar (“auxiliar”) os *homo academicus* a se tornarem mais aptos em seu campo de atuação, adquirindo habilidades para editoração, gerenciamento de referências, e estruturação da linguagem. A partir desse discurso, a posição de sujeito enunciador reproduz um aspecto institucional, contudo o modo como essa posição é atestada dá-se localmente. Nesse sentido, trata-se de um portal “do” campus da USP e não “da” USP propriamente dita. Ao enunciar o oferecimento de minicursos voltados à “estruturação” o que se percebe é um discurso do treinamento, da capacitação, do enquadramento dos comportamentos de escrita em um padrão científico. Há que se dizer que a USP de São Carlos é composta majoritariamente por cursos da área de Exatas. Nesse sentido, podemos conjecturar que esse discurso se dirige a princípio a posições de subjetividade próprias desse campo. Logo após esse excerto, outro enunciado nos chama atenção na mesma seção *O que é?*:

O processo de escrita científica em língua Inglesa representa uma grande barreira ao pleno desenvolvimento científico de países como o Brasil, onde disciplinas e cursos específicos na área são escassos. Dessa forma, o pleno conhecimento de técnicas adequadas de escrita científica e o domínio do idioma inglês por parte dos pesquisadores contribuem de maneira singular para o processo de internacionalização das universidades brasileiras.<sup>209</sup>

O enunciado acima apresenta uma das “habilidades” trabalhadas pelo portal: a escrita científica em língua inglesa. A prática pode ser proposta porque se adapta a uma condição de possibilidade discursiva própria de um momento histórico no qual o discurso da

<sup>208</sup> USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

<sup>209</sup> USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

internacionalização<sup>210</sup> está presente no contexto acadêmico brasileiro. Segundo o enunciador, não saber escrever em língua inglesa representa uma “barreira ao pleno desenvolvimento científico de países como o Brasil”.

Analisados esses dois enunciados provenientes da seção *O que é*, trataremos agora da seção *Glossário*. Como dissemos ela é importante por apresentar enunciados específicos que buscam definir diversos aspectos da prática de escrita acadêmica como: a *apresentação científica*, o *fator de impacto*, as *ferramentas computacionais*, o *qualis*, dentre outros. Segundo o enunciado do portal, a apresentação científica pode ser entendida como uma forma de “comunicação de uma observação ou ideia a um grupo” e “consiste de informação científica organizada segundo padrões específicos, com o objetivo de facilitar a sua compreensão”.<sup>211</sup> Embora distante do discurso de Eco (2005) em mais de 30 anos, é possível deprendermos uma aproximação entre eles: ambos enunciam a importância da “clareza” para a prática científica, seja para a escrita no caso de Eco (2005), seja para uma “comunicação” no caso do portal. É válido lembrar que quando tratamos do enunciado de Eco (2005) suscitamos um enunciado de Descartes a fim de mostrar como os procedimentos de escrita são construções históricas.

Enquanto a *apresentação científica* é essa “comunicação” que deve estar posta de maneira a facilitar a compreensão, o *fator de impacto* é “uma medida que reflete o número médio de citações de artigos científicos publicado em determinado periódico. É empregado frequentemente para avaliar a importância de um dado periódico em sua área, sendo que aqueles com um maior FI são considerados mais importantes do que aqueles com um menor FI”<sup>212</sup>. O *fator de impacto* pode ser entendido enquanto um elemento de poder valorativo da função autor, pautado sobretudo pelas estratégias discursivas da produtividade e da autoridade. Nesse sentido, quanto mais o sujeito produz em conformidade com certos procedimentos, mais ele é apropriado por outros discursos, mais ele ganha notoriedade em seu campo, mais seu sobrenome — representativo da função-autor — passa a ser associado historicamente a certos padrões discursivos. Nesse sentido, há nessa formação uma substituição da valoração qualitativa para uma quantitativa. Esse efeito de sentido proveniente do enunciado que descreve a FI apresenta certa descontinuidade em relação ao modo como o próprio site da *Universidade de São Paulo* em sua seção *Pesquisa* apresenta o portal:

---

<sup>210</sup> Cf. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO, op. cit., p. 642.

<sup>211</sup> USP, op. cit., Acesso em 15 abr. 2014.

<sup>212</sup> USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

Quando se fala em produção científica, os primeiros critérios que vêm à cabeça são a quantidade e a qualidade de artigos produzidos. O conceito de qualidade, no entanto, geralmente leva em consideração apenas o fator de impacto dos trabalhos, ou seja, a quantidade de vezes que são citados por outros cientistas. Mas outro tipo de qualidade vem sendo buscado pelos pesquisadores, inclusive para conquistar o fator de impacto: a qualidade textual, principalmente na língua inglesa.

A citação proveniente de um lugar discursivo institucional, além de possuir uma estratégia informativa dirigida primeiramente à posição de sujeito aluno, apresenta um enunciado que reproduz determinados discursos de uma formação discursiva heterogênea, que apresenta uma série de discursos sobre a internacionalização. Ao enunciar que a qualidade é um elemento que vem sendo buscado pela posição de sujeito pesquisador, o enunciador institucional informa discursivamente o caminho para se alcançar essa qualidade: a produção textual em língua inglesa. Esse discurso da internacionalização já foi suscitado em outros momentos do trabalho e como já dito reflete um momento histórico no qual existe uma grande demanda por práticas que se relacionem a outras instituições do exterior.

Além da *apresentação* e do *fator de impacto*, um terceiro aspecto das práticas descritas no *portal* são as *ferramentas computacionais*. Elas se apresentam enquanto recursos — *softwares* — próprios de nossa contemporaneidade informatizada que incitam os indivíduos a adequarem sua escrita a um padrão científico. De acordo com o enunciado do *portal Escrita científica*:

Historicamente, ferramentas de suporte ao processo cíclico de escrita começaram com um viés individual/pessoal do processo (produzir idéias-produzir estruturas-editar texto), sendo mais sofisticadas e dedicadas que os processadores e formatadores de textos, embora os processadores como Word e outros já incluíssem em seu conjunto de ferramentas um bom conjunto delas (corretores gramaticais, de estilo, geradores de outliners (estrutura) e fórmulas para avaliar a inteligibilidade de textos (USP, 2014).

As ferramentas computacionais, por meio de sua correção textual, podem ser entendidas como formas de exclusão normativa, isso porque se pautam por determinadas normas de linguagem, e a partir delas restringem certos usos “inadequados” de palavras e/ou expressões a fim de atribuir maior inteligibilidade aos textos. Além desse aspecto normativo, podemos dizer que se trata de um enunciado muito próprio da contemporaneidade porque discursiviza determinados recursos tecnológicos a partir de uma condição de possibilidade própria de uma sociedade informatizada (Cf. TAKADASHI, 2000).

Apresentados esses três elementos do glossário do *site*, chegamos ao último: o *qualis*. Segundo a Capes, “**qualis é o conjunto de procedimentos utilizados [...] para estratificação da qualidade da produção intelectual** dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados”<sup>213</sup>.

Além de classificar os sujeitos de acordo com seu nível de produtividade, expressos como elementos de poder na plataforma *Lattes*, a *CAPES* criou uma classificação também para a produção: o *qualis*. Esse elemento classificatório que vai de A1 a A5, de B1 a B5 e por último o C, permite atribuir uma nota aos veículos de divulgação da produção científica. O que podemos compreender por meio da análise do enunciado da *CAPES* é a presença de um discurso que se vale de uma “estratégia” (Cf. FOUCAULT, 2009, p. 71) “qualitativa” para justificar discursivamente seu procedimento classificatório. Se analisarmos o *qualis* a partir dos sistemas de exclusão da ordem discursiva, podemos considerá-lo como um mecanismo de interdição, que valora determinados espaços para circulação do saber em detrimento de outros. Em seu enunciado sobre o *qualis*, o portal reproduz *ipsis litteris* o enunciado do *site CAPES*, citando inclusive a fonte abaixo do mesmo de modo a legitimar seu dizer; o que contribui para que o mesmo reproduza um efeito de sentido da qualificação dos sujeitos e dos espaços como sendo requisitos necessários à boa circulação do saber.

Se compararmos os enunciados do *Portal Escrita Científica* com o do *site* do Prof. Zucolotto poderemos perceber uma reciprocidade discursiva entre eles, até porque em grande parte foram emitidos pela mesma posição de sujeito. O que achamos importante ressaltar é a forma como o professor apresenta seu *site*. Na seção *Sobre*, do *site* do professor, não há uma descrição específica sobre o *site* como existe no portal, mas uma descrição sobre o próprio professor. O que se pode destacar em seu enunciado de apresentação é que ele não é feito em primeira pessoa do singular, ressaltando o discurso da impessoalidade constante no portal e além disso, o sujeito enunciadador busca atribuir autoridade ao professor sobretudo por uma descrição quantitativa. Segundo o enunciado da referida seção o professor já “publicou mais de 110 artigos em revistas internacionais e 8 capítulos de livros”<sup>214</sup>. Esse enunciado que busca criar o efeito de sentido da autoridade provém de um lugar discursivo próprio do discurso científico que é produzido em um momento histórico em que as práticas de

<sup>213</sup> COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Qualis periódicos**. Brasília: CAPES, 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>>. Acesso em: 23 abr.2014.

<sup>214</sup> ZUCOLOTTI, V. **Escrita científica**. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

internacionalização são extremamente valoradas. Nesse sentido, a apresentação qualitativa da referida posição de sujeito se dá de duas formas: pela produção e pela qualificação pelo ter publicado em outra língua. Há que se recordar que na contemporaneidade as práticas acadêmicas em geral reproduzem essas e outras estratégias como: o registro, a objetividade, a imparcialidade, a clareza, etc.

Se atentarmos a uma memória de discursos sobre a ciência, não precisaremos ir tão longe para percebermos certas discontinuidades em relação a maior parte dos discursos científicos provenientes da academia hodierna. O arquivo da Filosofia contemporânea nos apresenta alguns discursos que mesmo sendo emitido dentro da academia, ainda assim, refuta de certa maneira algumas práticas prescritas pelo saber científico clássico. Essa perspectiva pode ser encontrada por exemplo no filósofo austríaco Paul Feyerabend (1997), segundo o qual:

Argumentos, pontos de vista, teorias, termos e debates podem, assim, ver-se esclarecidos de pelo menos duas diferentes maneiras: (a) à maneira já descrita, que nos leva de volta a idéias comuns e trata as coisas novas como caso especial de coisas anteriormente entendidas; e (b) por incorporação a uma linguagem do futuro, significando isso que se deve aprender a argumentar com termos não-esclarecidos e a usar sentenças para as quais inexistem, ainda, regras de emprego.

Construir uma linguagem nova (para compreender o mundo ou o conhecimento) é processo de espécie exatamente análoga, exceto pela circunstância de que os ‘núcleos’ iniciais não são dados, mas hão de ser inventados. Percebemos, assim, como é essencial aprender a falar por enigmas e quão desastroso efeito tem sobre nossa compreensão o impulso no sentido de alcançar clareza imediata (FEYERABEND, 1997, p. 383).

Embora provenha de um arquivo filosófico próprio da contemporaneidade, o excerto de Feyerabend apresenta uma série de discontinuidades em relação às práticas acadêmicas contemporâneas pautadas por séries de discursos científicos. Isto é, não há em seu enunciado um apego a estratégias discursivas próprias do discurso científico como: a clareza, a objetividade, a imparcialidade, etc. Para o filósofo austríaco a “compreensão do mundo ou do conhecimento” não necessariamente precisa seguir procedimentos de escrita e práticas discursivas próprias do saber científico clássico. Nesse sentido, o que a posição de sujeito do enunciado sugere é que o conhecimento também possa se dar pela experimentação no trato com a linguagem. Como efeito de sentido desse discurso advém a perspectiva de que não há necessidade de se valer de regras prescritas pelo discurso científico para se produzir conhecimento. Temos assim uma estratégia discursiva da contestação, da resistência, da experimentação.

Há que se dizer que esse discurso pode ser emitido dessa forma pois apresenta uma condição de possibilidade análoga à da constituição histórica da Análise do Discurso na França no final dos anos 60, qual seja: um momento histórico em que há uma crise epistemológica na França, mas também uma falência dos grandes discursos da verdade na cultura ocidental de um modo geral (Cf. LYOTARD, 1987). Diante desse contexto, Feyerabend (1977) rejeita a possibilidade de que certas regras possam se apresentar enquanto métodos universais para a construção do conhecimento.

O excerto e o discurso filosófico de Paul Feyerabend (1977) são importantes para que possamos perceber que as práticas acadêmicas, tanto científicas quanto anárquicas (FEYERABEND, 1977), são provenientes das relações entre saber e poder que ocorrem em um dado momento histórico. Nesse sentido, observar certas práticas no campo acadêmico contemporâneo não implica em aproximar seu discurso das verdades do saber, mas tão somente jogar seu jogo: partilhando posições; seguindo certos procedimentos; tornando-se cada vez mais apto para ele. Assim, tornar-se *Homo doctorem*, ou ocupar a posição de sujeito doutor na academia, não implica necessariamente em ser melhor que *outrem*, mas principalmente ter cumprido certas práticas específicas.

A partir dessa ilação pode-se enfim parafrasear Foucault (2000) para dizer que o *homo doctorem* — ou a posição de sujeito doutor na academia — “é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente” (FOUCAULT, 2007, p. 536). Não teremos a audácia em dizer que seu fim está próximo, mas tão somente atestar que sua existência só é possível por meio de certas relações de saber-poder que estão dispersas na história.

#### **4.3 FIAT LINGUA<sup>215</sup>: NOTAS FINAIS SOBRE A ESCRITA E AS RELAÇÕES DE PODER NAS PRÁTICAS ACADÊMICAS CONTEMPORÂNEAS**

[Em Foucault] o poder não é essencialmente repressivo (já que incita, suscita e produz); ele exerce antes de se possuir; passa [tanto] pelos dominados [quanto] pelos (já que passa por todas as forças em relação). Um profundo nietzscheísmo.

[...] Incitar, suscitar, produzir [...] constituem afetos ativos, e ser incitado, suscitado, determinado a produzir, ter um efeito útil, afetos reativos (DELEUZE, 1998, p. 79).

---

<sup>215</sup> Do latim “haja linguagem”, o termo parafraseia o termo que enceta a Bíblia “fiat lux” — haja luz — e busca mostrar como a linguagem considerada em sua forma histórico-discursiva é preponderante à constituição das subjetividades na contemporaneidade.

Malgrado a citação acima apresente uma leitura do poder em Foucault própria do discurso deleuziano, ainda assim ela é importante para que possamos perceber como as relações de poder estão presentes e dispersas nas práticas até então suscitadas. Perceber que em Foucault (2008a) o poder não se faz necessariamente pela violência implica em reconhecer que em um simples discurso de recomendação de escrita, suas relações ou feixes estão presentes. Nesse sentido, quando Eco (2005) enuncia a importância da objetividade nos procedimentos de escrita acadêmico-científicos, ele não só atesta sua posição de sujeito no campo do saber, dada sobretudo pela marca da autoria, mas ao mesmo tempo dialoga com outros sistemas de exclusão tratados por Foucault (2008a) em *A ordem do discurso* (1971/2008a). Dito de modo mais preciso, ao enunciar que a escrita acadêmica deve ser clara e objetiva, ele atesta sua posição de autoridade no dizer e ao mesmo tempo incita os sujeitos a atuarem em consonância a uma prática científica se quiserem participar do jogo das verdades da academia, ou seja, se quiserem ocupar determinadas posições no campo acadêmico. Segundo Eco (2005, p. 113), se os grandes cientistas “são sempre claros” porque seu interlocutor não haveria de sê-lo. No caso do site *Escrita científica*, a posição de sujeito enunciador logo atesta que está apto para o regime das verdades pois ocupou a posição de sujeito professor em uma universidade do exterior, tem “experiência na área” e “publicou mais de 110 artigos em revistas internacionais”<sup>216</sup>. Como tratamos em nossa análise esse discurso pode ser enunciado dessa forma pois encontra respaldo em um discurso institucional próprio da contemporaneidade que valora a relação de *Homo doctorem* e *Homo accademicus* com instituições internacionais<sup>217</sup>.

Se retomarmos o excerto foucaultiano que abre o capítulo, poderemos perceber como o *ça parle* é importante não somente para descrever as experiências da linguagem, mas também para perceber como essa linguagem está em movimento, sendo apropriada por posições de sujeito no curso da história (FOUCAULT, 1994a, p. 520). Estar em movimento implica em se realizar por meio de práticas. Práticas que, por sua vez, implicam tanto no que pode e deve ser dito em um dado contexto, mas que também são preponderantes para se perceber as formas como os sujeitos se constituem.

Como vimos, mesmo no campo das Humanas, que a princípio não teria a mesma positividade científica do campo das Exatas e Biológicas, ainda assim o discurso clássico da

<sup>216</sup> SOBRE. **Escrita científica**. Acesso em: 20 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.escritacientifica.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1&Itemid=102](http://www.escritacientifica.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=102)>.

<sup>217</sup> Cf. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Conferência mundial sobre o ensino superior**. Tendências para a educação superior para o Século XXI. Paris: UNESCO/CRUB, 1998, p. 642.

ciência está presente. E não poderia deixar de sê-lo, pois a história da academia e do discurso científico muitas vezes se confunde. Há que se recordar que o “ensino superior” no Brasil teve uma primeira expansão com o advento da Primeira República (1889-1930), que tinha como grande inspiração o pensamento positivista, que por sua vez tinha no discurso científico um de seus motes fundamentais (DURHAM, 2003, p. 04). É importante ressaltar que quando falamos em ensino superior no Brasil antes de 1930, não falamos de universidades propriamente ditas, mas de “escolas de formação profissional” (TEIXEIRA, 1969 apud DURHAM, 2003, p. 04).

Amparado por esse fato histórico, antes relacional e sagital do que propriamente explicativo e causal, há que se dizer que no campo acadêmico hodierno não basta que o sujeito pense para que exista. Segundo Deleuze (1998, p. 93), em Foucault “o pensar se dirige a um lado de fora que não tem forma [...] o pensar opera no interstício entre ver e falar”. Portanto, se o indivíduo somente pensar, ele poderá ficar preso a esse entremeio, sem materializar as visibilidades em dizer. Nesse sentido, como ele não apresenta uma linguagem em sua materialidade, ele pode estar reduzido para outras posições subjetivas à mera visibilidade (Cf. DELEUZE, 1998, p. 68).

Por fim, partilhando do discurso deleuziano podemos dizer que para se tornar um sujeito acadêmico na contemporaneidade não basta simplesmente estar no interstício<sup>218</sup> entre a visibilidade e a legibilidade, é preciso que haja discurso, e que este esteja em movimento — na forma de acontecimento — recebendo o respaldo das condições de possibilidade de seu tempo. Ao partilhar de uma prática discursiva, o sujeito deixa de ser objeto meramente determinável para se tornar determinado<sup>219</sup>, identificado em alguma posição acadêmica. A partir de então, quanto maior a reciprocidade entre a prática executada e a prescrita, mais o indivíduo aproxima seu dizer das possibilidades de verdade de seu tempo; mais ele avança na hierarquia das posições acadêmicas; mais ele deixa de ser um “nós” para se tornar historicamente um “eu”: *Homo doctorem*.

---

<sup>218</sup> Segundo Deleuze (1988, p. 93, grifo nosso) o pensar em Foucault “se dirige a um lado de fora que não tem forma. Pensar é chegar ao não estratificado. [...] **o pensar opera no interstício, na disjunção entre ver e falar**”.

<sup>219</sup> Ainda segundo Deleuze (1988, p. 76) o enunciado tem primado [sobre a visibilidade] “graças a espontaneidade de sua condição (linguagem), que lhe dá uma forma determinante. O visível por sua vez [...] tem apenas a forma determinável. Pode-se então, considerar que a determinação vem sempre do enunciado, embora as duas formas difiram em natureza”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse desenredo, aproximo-me do “si” produzido pelas práticas descritas ao longo dessa última parte. Longe de querermos abarcar todos os processos por meio dos quais nos tornamos sujeitos no campo universitário; processos por meio dos quais nos sentimos parte desse meio, ganhamos pouco a pouco voz, adquirimos legitimidade para enunciar os problemas que nos afligem ou que, de um modo geral, são parte das premissas teóricas de um determinado contexto histórico, nosso intuito foi suscitar algumas práticas, retirando-lhes sua inocuidade e sua naturalidade para instituí-las enquanto regras que norteiam a produção das subjetividades no campo acadêmico contemporâneo (FOUCAULT, 1993). Dito de maneira mais prática e simplista, enunciar com propriedade “sou sujeito universitário”, como vimos, implica em integrar o jogo das partilhas de títulos, afinal o simples fato de passar no vestibular, apesar de introduzir o sujeito no campo como posição-aluno, ainda não o torna parte do mesmo. Ele ainda é um sem voz, um “bixo” na acepção do termo, um nicho a ser conformado pelas práticas discursivas.

Além das partilhas de título, vimos que o assento curricular além de ser um registro formal da vida acadêmica dos indivíduos, é também um importante elemento de poder (FOUCAULT, 1993), sobretudo em sua matriz eletrônica: a Plataforma *Lattes*. Um usuário desavisado, encantado pela fluidez binária dos aspectos registrais da *Plataforma Lattes*, poderia dizer que ela é apenas uma importante ferramenta para o encontro de pesquisadores e registro de suas atividades: inócuo instrumento de articulação do saber. Diferentemente desse usuário, o presente enunciador, corrompido pela sagacidade nietzscheana e pela arqueogenealogia foucaultiana, veria a mesma, assim como se buscou fazer na segunda parte, também como uma superfície onde saberes e poderes se entrecruzam. Nesse sentido, cada registro curricular também pode ser visto como uma fagulha de poder que se impõe a outros currículos. Contudo, nessa luta muda, não há notórios vencedores ou vencidos, apenas práticas que são reiteradas e que acabam por criar uma necessidade dos indivíduos exporem publicamente suas produções, seus títulos, suas realizações dentro da academia; não somente a fim de noticiar suas atividades, mas também de forma a atestar uma qualidade ou ao menos uma produtividade.

Podemos dizer que as partilhas de título e os assentos curriculares remetem tanto a práticas discursivas quanto a não discursivas, representadas por meio das microrrelações entre poderes. Como nosso mote fundamental é o discurso, foi na análise dos procedimentos de

escrita que pudemos melhor exercer nossa arqueologia sagital. Destarte, quem escreve na academia, deve observar certos parâmetros e padrões propalados há tempos por manuais, associações, editoriais, instituições, etc. Desde a necessidade de uma impessoalidade no trato com as palavras, até a reportação de termos que não foram formulados pela posição de sujeito escritor. Como se não houvesse grandes obras cujo reportamento fosse meramente tênue. Como fizemos, não poderíamos tratar dos procedimentos de escrita sem mencionarmos brevemente os espaços de publicação, que muitas vezes também devem seguir: certos requisitos qualitativos impostos pelas instituições; as inspeções normativas e teóricas; e os processos avaliativos que ocorrem no decorrer do processo de escrita; o exame; dentre outros aspectos descritos.

A convergência para essas temáticas suscitadas acima adveio ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Conforme se empreendia uma crítica do presente no campo universitário, cada vez mais percebíamos que essa própria prática longe de ser inteiramente crítica era também parte dos exercícios que são propostos dentro da academia. A cada palavra escrita, um tipo de interdição ressurtia. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um [que como eu queira escrever uma tese] não pode falar qualquer coisa” (FOUCAULT, 2008a, p. 9). Por isso, as resistências estilísticas aqui empreendidas são tão sutis, por vezes se arriscam a suscitar a ilusão do “eu” sob a simples pecha de resistir. Mas dali a pouco, a tão afamada coerência teórica pesa, e somos então impelidos a recuar, para que nossa crítica ontológica do presente não soe como incongruência teórica.

A descrição de partilhas, procedimentos, interdições e raridades, constantes na segunda parte da peça não poderia estar calcada somente em repetições, regularidades e imposições. A descrição do princípio do limite foi um dos motes norteadores de nossa primeira parte. Propor uma arqueogenealogia sagital como teoria do discurso, como parte dos estudos em Análise do Discurso, longe de qualquer purismo significa reconhecer que os dilemas e as ressignificações teóricas desse campo podem ser pensadas a partir do próprio pensamento foucaultiano. De forma alguma, queremos refutar inúmeros trabalhos desenvolvidos nesse campo, tampouco desestimular a articulação entre diversos pensadores como Barthes, Courtine, Foucault, Blanchot, etc. Nosso contributo para Análise do Discurso é buscar empreender uma problematização a partir das ferramentas teóricas propostas por Foucault, para que desse modo essas ferramentas possam servir para o desenvolvimento de outros trabalhos nesse campo. Assim, espera-se com o trabalho feito, que “termos” como

“positividade”, “campo enunciativo”, “perspectiva sagital”, dentre outros descritos, possam estar presentes em outros trabalhos da área.

O que o presente trabalho quis alertar foi justamente a existência de uma naturalização teórica, a fim de dar inventividade às pesquisas em Análise do Discurso no Brasil. Em outros termos, trata-se de denunciar a incorporação indiscriminada de termos próprios da Análise do Discurso pecheutiana à análise arquegenealógica foucaultiana, como se naturalmente esses termos estivessem ali presentes ou em destaque. Como exemplo disso, temos o termo “condição de produção” que não está formalmente presente na *Arqueologia do Saber* (1969/2009). O termo estaria muito mais próximo do contexto teórico marxista e da perspectiva ideológica pecheutiana, do que das positivities, dos *a priori* históricos, e das condições de possibilidade que Foucault desenvolve em sua obra. Embora possam existir pontos de convergência, como a ideia de que as subjetividades são produzidas historicamente, querer associar Foucault ao marxismo ortodoxo implica em ignorar a crítica foucaultiana às ideologias e a uma forma de poder vertical e centralizada. Isto é, diferentemente da abordagem marxista clássica, os padrões explicativos foucaultianos não derivam estritamente de mecanismos econômicos ou políticos, tampouco as relações de poder estariam tão enrijecidas como no marxismo clássico. Associar Foucault a uma “condição geral de produção” implicaria em ignorar a fluidez histórica dada pelos acontecimentos; significaria atribuir causalidade àquilo que deve ser somente condição, relação e transitoriedade. O que se deve considerar é que se a Análise do Discurso provém de uma tríade na qual o Marx estaria presente ao lado de Freud e Saussure, apropriar-se do instrumental teórico arquegenealógico implica em empreender algumas escolhas teóricas, deixando em suspenso outros elementos dessa matriz.

Nesse sentido, é importante reiterarmos que em momento algum quisemos ignorar a possibilidade de outros referenciais teóricos comporem o trabalho da Análise do Discurso desenvolvida no Brasil. Tanto que outros autores como Lyotard (1987, 1988), Nietzsche (1995), Courtine (2009), Bourdier (2005) são citados e inclusive apropriados em algumas situações. O destaque que se deu a arquegenealogia sagital em termos de história crítica do presente objetivou explorar os próprios limites do pensamento foucaultiano<sup>220</sup>, desde a apropriação de um artigo de 1963 — *Distance, aspect, origine* (1994c) — passando pelas

---

<sup>220</sup> Na prática, explorar os limites do pensamento foucaultiano significa realizar uma prática de análise de discursos que não esteja limitada somente às abordagens teóricas presentes na *Arqueologia do Saber* (1969/2000). Nesse sentido, durante a realização de nossa empreitada foram também contempladas outras abordagens do referido pensador, como: a abordagem genealógica (FOUCAULT, 1971a, 1971b, 1993) e a abordagem crítico-sagital (FOUCAULT, 1983; 1984; 2006; 2010).

possibilidades teóricas oferecidas pela arqueogenealogia (FOUCAULT, 1971a; 1971b; 1993; 2009), até chegarmos a algumas abordagens desenvolvidas pelo pensador na década de 1980 (FOUCAULT, 1983; 1984; 2006; 2010). Nesse sentido, quando se trata de autoria, há que se considerar os próprios pressupostos foucaultianos de forjamento de unidades, coerência e reiteração de posições dadas historicamente, contrariando a ideia de sujeitos intencionados e plenamente conscientes de suas abordagens.

Feitas essas ressalvas teóricas, e retomando os objetivos de nossa empresa, o que de fato se quis atestar é que os jogos de subjetivação no campo acadêmico estão dispersos e são reiterados a todo o momento. A cada enunciado proferido em um trabalho acadêmico, a cada apreciação de uma banca examinadora, a cada evento realizado em nome do saber, a cada dado cadastrado em um banco de dados curricular, nada é tão inócuo que não esteja perpassado pelos jogos de saber/poder. O que fizemos foi elencar algumas dessas práticas, mas existem inúmeras outras que podem ser exploradas em outros trabalhos acadêmicos. O curioso é que nossa perspectiva inicial não era descrever esses processos, mas criticar as identidades que são forjadas historicamente e que acabam por criar alguns tipos ideias no campo acadêmico como “intelectual”, “pesquisador”, “doutor”, etc. Durante o processo de busca por materiais de análise, percebemos que mais importante do que tratar dessas nomenclaturas, seria abordar os processos que perpassavam as mesmas. Desconstruir<sup>221</sup> historicamente a naturalidade de chamar um sujeito de intelectual ou de doutor é certamente entender o que leva um sujeito a querer adquirir tais alcunhas. Em alguns casos, essas alcunhas nem são tão nítidas, como é o caso do termo intelectual. Por vezes, o sujeito pode ser professor titular e nem por isso ser chamado de intelectual. Por essa razão, entender os processos de pertencimento da relação sujeito-espço, em nosso caso sujeito-universidade, era mais importante do que perceber como “tipos” são criados.

Creio que cumprimos parcialmente nosso dever almejado na *Introdução*, de afastar algumas “banalidades tranquilizadoras” do campo acadêmico (VEYNE, 1998, p. 281). Existem muitas outras e esperamos que esses “falsos objetos naturais” possam ser denunciados em muitos outros trabalhos. Retomo aqui o parágrafo final da *Introdução* para sustentar que por mais que a pesquisa tenha um traço pirotécnico, como Foucault dizia ser

---

<sup>221</sup> Nossa desconstrução histórica passou tanto pela análise de alguns processos de subjetivação quanto pelo questionamento de alguns “princípios” que podem estar presentes nas instituições brasileiras de Ensino Superior da atualidade. Nesse sentido, tentamos mostrar, por exemplo: que nem sempre o ensino superior foi norteado por perspectivas científicas; ou que em alguns momentos da história ocidental, religião e saber acadêmico eram indissociáveis; ou ainda que nem sempre o processo de internacionalização esteve presente nas práticas acadêmicas, etc. Essas e outras questões abordadas, longe de revelarem um sentido oculto das práticas, buscam apenas dar ênfase a algumas especificidades que podem ser encontradas em alguns discursos contemporâneos.

uma de suas marcas, ainda assim ela é parte do jogo dos poderes. Como diz Veyne (1998) por mais que os historiadores e analistas do discurso se esforcem em desconstruir esses objetos, ainda assim “essa herança não ficará sem dono, pois a elasticidade natural (também chamada desejo de poder) tem horror ao vazio” (VEYNE, 1998, p. 281).

Por fim, por um instante de esquecimento anterógrado, deposto momentaneamente das práticas que pesaram não só em minhas costas, como por toda minha escrita, eu sujeito enunciador, não livre, porque a liberdade é um pacto histórico e porque não é possível escapar das posições que ocupamos no jogo discursivo, finalizo esta peça com uma pergunta, atribuindo uma prática ao interlocutor, posição subjetiva examinador: *habemus doctorem?*

## REFERÊNCIAS

### Obras de Michel Foucault<sup>222</sup>

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. (Machado, R., trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. (Trabalho original publicado em 1963).

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. (Muchail, S.T., trad.). 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Trabalho original publicado em 1966).

\_\_\_\_\_. La funcion politica del intelectual. Respuesta a una cuestion. In: Foucault, M. **Saber y Verdad**. Madrid, La Piqueta, 1991, p. 47-74 (Trabalho original publicado na Revista Esprit, n. 371, em maio de 1968).

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. (Baeta Neves, L.F., trad.). 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Trabalho original publicado em 1969).

\_\_\_\_\_. **L'archéologie du savoir**. Paris: Editions Gallimard, 1996. (Trabalho original publicado em 1969).

\_\_\_\_\_. **L'ordre du discours**. Libertaire. Nouveau millénaire, Défis libertaires. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Foucault64.html>>. Acesso em: 24 mar. 2014 (Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970).

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. (Almeida Sampaio, L.F., trad.). 6.ed. São Paulo: Loyola, 2008a. (Trabalho original publicado em 1971a).

\_\_\_\_\_. **Nietzsche, la généalogie, l'histoire**. Hommage à Jean Hyppolite, Paris, P.U.F., coll. Épiméthée, 1971b, pp. 145-172. Libertaire. Nouveau millénaire, Défis libertaires. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/MFoucault217.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003 (Conferências proferidas por Foucault na PUC do Rio de Janeiro em 1973).

\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade I: a vontade de saber** (M.T.C. Albuquerque e J.A. G.Albuquerque. trads.). Rio de Janeiro: Graal, 1999a. (Trabalho original publicado em 1976).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. (L.M. Ponde Vassallo, trad.). 14.ed. Petrópolis, Vozes, 1999b. (Trabalho original publicado em 1976).

---

<sup>222</sup> Por uma questão de organização, optamos por ordenar as *obras de Michel Foucault* a partir das datas de publicação. No caso das entrevistas e conferências consideramos a data de realização. As demais obras das *Referências bibliográficas* seguem a ordem alfabética, como estabelece a *Associação Brasileira de Normas Técnicas*.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graalm 1993. (Trabalho original publicado em 1979).

\_\_\_\_\_. O filósofo mascarado. Entrevista com C. Delacampagne. fevereiro de 1980. In: **Le monde**. n. 10.945, Paris: Le Monde-dimanche, 06 abr. 1980, p. I e XVII, p. 1-5. Disponível em: [http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/O\\_Filosofo\\_Mascarado.pdf](http://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/O_Filosofo_Mascarado.pdf). Acesso em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. (Fonseca, M.A.; Muchail, S.T., trads.). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (Curso no Collège de France ministrado entre jan-mar. 1982).

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros**. (Brandão, E., trad.). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 (Curso no Collège de France ministrado entre jan-mar. 1983).

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que les Lumières? **Magazine littéraire**, n. 207, mai. 1984, pp. 35-39. Libertaire. Nouveau millénaire, Défis libertaires. (Extrait du cours du 5 janvier 1983, au Collège de France). Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/MFoucault260.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Qu'est-ce que les Lumières? In: RABINOW, P. **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984, pp. 32-50. Libertaire. Nouveau millénaire, Défis libertaires. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/Foucault17.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Entrevista com H. Becker, R. Fornet-Betancourt, A.Gomez-Muller, realizada em 20 jan. 1984).

\_\_\_\_\_. La vie: l'expérience et la science, **Revue de métaphysique et de morale**, 90e année, no 1 : Canguilhem, janvier-mars 1985, pp. 3-14. Libertaire. Nouveau millénaire, Défis libertaires. Disponível em: <http://libertaire.free.fr/MFoucault237.html>. Acesso em: 28 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits I (1954-1969)**. Paris: Éditions Gallimard, 1994a.

\_\_\_\_\_. **Dits et écrits II (1970-1975)**. Paris: Éditions Gallimard, 1994b.

## Bibliografia geral

ADORNO, F. P. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (org.). **Foucault: a coragem da verdade**. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004.

ALVES, M. F. **A reconstrução da identidade nacional na era Vargas : práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do grupo escolar José Rangel/Juiz de Fora/Minas Gerais (1930-1945)**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2010.

AMNÉSIA. Direção: Christopher Nolan. São Paulo: Videolar, 2001. 1 DVD (114 min.). NTSC, original. Título original: *Memento*.

ANO PASSADO EM MARIENBAD. Direção: Alain Resnais. São Paulo: Continental Home Video, 1961. 1 DVD (86 min.). NTSC, original. Título original: *L'année dernière à Marienbad*.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. São Paulo: São Paulo: Melhoramentos, 1982.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

BENZ, W.; GRAML, H. **Siglo XX: III, problemas mundiales**. Siglo XXI editores, México, 1982.

BRAGA, A. **Retratos em branco e preto: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil**. Tese. Doutorado em Letras e Língua Portuguesa. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

BOCCA, F. V. Roland Barthes: um semiólogo nômade. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 15, n. 17, p. 11-27, jul/dez. 2003. Acesso em: 16 jan. 2015. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?dd1=112&dd99=pdf>>.

BOURDIER, Pierre. **Homo Academicus**. 1.ed. Buenos Aires: Siglo XXI, Argentina, 2006.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. (Odália, N. trad.) São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARVALHO, M.S.R.M. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. Dissertação. Mestrado em Engenharia de Sistema e Computação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CASTELLS M. **La Galaxie Internet**. Paris : Fayard, 2002.

COELHO, K.K.S.F. A representação e o real em Michel Foucault. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, v. 03, nº 01, jan./jul, 2011. ISSN: 2176-9125. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigo/77>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

COURTINE, J.-J. **O conceito de formação discursiva**. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

\_\_\_\_\_. Le tissu de la memoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. In: **Langages**. 28e année, n. 114, 1994, pp. 5-12.

COSTA, C. Anatomia humana: secções anatômicas, planos em eixos anatômicos. **Centro de Ensino Superior do Amapá**, CEAP. Macapá: Amapá. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT22042008174858.ppt>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

CUNHA, L.A. **Universidade temporã: o ensino superior da colônia à era vargas**. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DEBATE entre Noam Chomsky com Michel Foucault. **Laboratório de Estudos discursivos foucaultianos**. Vídeo. Fonte: Youtube. Acesso em: 15 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.foucault.ileel.ufu.br/foucault/video/debate-de-noam-chomsky-com-michel-foucault-legendas-pt>>. (Debate ocorrido na Escola Superior de Tecnologia de Eindhoven, Eindhoven, Holanda: nov. 1971).

DECARLI, B.C. et al. **Te conheço? Dificuldades de se viver com amnésia anterógrada**. Anais da IV Mostra Integrada de Iniciação Científica – CNEC Osório Ano 4 – N° 4 – Vol. 4 – JUN/2013.

DELEUZE, G. **Foucault**. (Martins, C.S.A., trad.). São Paulo: Brasiliense, 1988.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. (Galvão, M.E., trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Regras para a direção do espírito**. (Gama, J., trad.). Lisboa: Edições 70, 1989.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma teoria filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DICIONÁRIO *HOUAISS* DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005

DUARTE, A. Foucault no século 21. In: **Revista Cult**. n. 134. São Paulo: Bregantini, abr. 2009.

DURHAM, E.R. O Ensino Superior no Brasil: Público e Privado. **Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**, n. 03, 2003.

ECO, U. **A função dos intelectuais**. Revista Época, 30 maio. 2003.

ESTHER, A.B. **Uma história da universidade brasileira**: tensões, contradições e perspectivas de sua identidade institucional. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XXI – CEIS20. Relatório final de pesquisa. Pós-Doutorado. Coimbra, Portugal, Jun. 2012.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FAVARO, M.L.A. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 23ª Reunião, 2000. Disponível em: <[23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF](http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FERNANDES JUNIOR, A. **Os entre-lugares do sujeito e da escritura em Arnaldo Antunes**. Tese. Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara-SP, 2007.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Trad.: Octanni S. Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FICHTE, J.G. **Algunas lecciones sobre el destino del sábio**. Trad.: Faustino Cover y Manuel Valera. Madrid: Istmo, 2002.

GADET, F. Prefácio. In: GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad.: Bethania S. Mariani. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

GALVÃO, M.E. **Prefácio**. In: DESCARTES, R. Discurso do método. Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GARCIA, G., SERRANO, C. Variables institucionales en el conocimiento profesional del docente el caso de la función. **RELIME. Revista latinoamericana de investigación en matemática educativa**, ISSN 1665-2436, Vol. 3, Nº. 3, 2000, págs. 357-370. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2147851>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

GREGOLIN, M.R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: **Revista Comunicação e Consumo ESPM**, v. 4, n. 11, nov. 2007.

\_\_\_\_\_. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**. Outros conceitos chave. São Paulo: Contexto, 2006a. p. 33 - 51.

\_\_\_\_\_. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

\_\_\_\_\_. No diagrama da AD Brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, P. (org). **O discurso**. São Carlos: Claraluz, 2008.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. (org). **Unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2002.

\_\_\_\_\_. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, V., NAVARRO-BARBOSA, P. (org). **Michel Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder e subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2006b.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998

HEIDEGGER, M. **What is a thing?** (Barton, W.B., Deutsch, V., trans.). South Bend, Indiana, USA: Gateway Editions, 1967.

HENRY, J.. **A Revolução Científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HUMBOLDT, W.v.. **Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

KOGAWA, J.M.M. **Por uma arqueologia da análise do discurso no Brasil**. Tese. Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara-SP, 2012.

LEMOS, F. [Sobre reformas no sistema de ensino] Wilhelm von Humboldt. **Revista brasileira de história educacional**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 207-241, jan./abr. 2011.

LYOTARD, J. F. **La condición postmoderna**. Buenos Aires: Cátedra, 1987.

\_\_\_\_\_. **O pós-moderno**. 3. ed. Trad.: Ricardo C. Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MAZZOLA, R. B. **Análise do discurso e ciberespaço**: heterotopias contemporâneas. 2010. Dissertação. Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara-SP, 2010.

MARTINS, C.B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago: memória, interioridade e identidade. In: NAVARRO, P. (Ed.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

MORAES, M. **A era da convergência**: cooperação entre diferentes mídias na produção de identidades femininas contemporâneas. Dissertação. Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara-SP, 2013.

MOREIRA, C.S.. **O projeto de nação do governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)**. Tese. Doutorado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOTTA, I.L.O.M. Dificuldades na escrita dos alunos de Ensino Superior: uma análise das narrativas escritas dos alunos da Faculdade Eduvale. **Revista Científica Eletrônica De Ciências Sociais Aplicadas da Eduvale**. Vale de São Lourenço-Jaciara/MT, ano III, n. 05, out. 2010. ISSN 1806-6283.

NIETZSCHE, F. **Volunté de puissance**, I. Trad. G. Bianquis. Paris: Gallimard, 1995.

OLIVEN, A.C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M.S.A. **A Educação Superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas. Porto Alegre, 2002.

ORLANDI, E.P. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad.: Bethania S. Mariani. 3.ed. Campinas, Sp: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Analyse de discours et informatique. **Congrès international informatique et sciences humaines**. Paris: Université de Liège, 1981. Disponível em: <promethee.philo.ulg.ac.be/LASLApdf/Actes/64.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. O estranho espelho da análise do discurso. Prefácio. In: COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck [et al.]. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 1999, pp. 49-56.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995a.

\_\_\_\_\_. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma ratificação. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995b. p. 293-304.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad.: Bethania S. Mariani. 3.ed. Campinas, Sp: Unicamp, 1997.

PELTONEN, M. From Discourse to Dispositif : Michel Foucault's Two Histories. **Historical Reflections.** v. 30, n. 2, 2004, pp. 205-219. Acesso em: 30 out. 2013. Disponível em: [https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10224/4098/foucault\\_two\\_histories\\_hr2004.pdf](https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10224/4098/foucault_two_histories_hr2004.pdf)

PEREIRA, E.M.A.. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação,** Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 29-52, mar. 2009.

PISA, S.O. **Crítica em Kant e Michel Foucault: semântica transcendental e semântica transcendental-histórica.** Tese. Doutorado em Filosofia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2014.

POL-DROIT, R. **Michel Foucault: entrevistas.** Trad. V. Portocarrero, G.C. Carneiro. São Paulo: Graal, 2006.

POPPER, K. **Conjecturas e Refutações: o progresso do conhecimento científico.** Brasília: UNB, 1980.

QUANTIN, J.L. **Les problèmes de l'université française aux xviiie et xviiiè siècles.** Académie de Sciences Morales et Politiques. Séances Publiques. 11 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.asmp.fr/travaux/communications/2009/quantin.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

RAGO, M. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social; Rev. Sociol.** N. 7 (1-2). São Paulo: USP, out. 1995.

REIS, J.C. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** Rio de Janeiro: FGV, 2003

RENAUT, A. **Le modele humboldtien.** Centre International de Philosophie Politique Appliquée. Paris: Sorbonne, 2012. Disponível em: <[http://cippa.paris-sorbonne.fr/?page\\_id=1071](http://cippa.paris-sorbonne.fr/?page_id=1071)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Que faire des universités?** Paris: Bayard, 2002.

RIGO, F.S.; OLIVEIRA, M.A.. **Amnésia e inferências sobre a memória**. Disponível em: <[http://www.dcc.unicamp.br/~wainer/cursos/906/trabalhos/M2\\_Amnesia\\_009264\\_008632.pdf](http://www.dcc.unicamp.br/~wainer/cursos/906/trabalhos/M2_Amnesia_009264_008632.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

RODOLPHO, A. L. Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot. **Horizonte antropológico**. Porto Alegre , v. 10, n. 22, Dec. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010471832004000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832004000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jan. 2015.

ROSA, C.A.P. **A história da ciência: a ciência moderna**. 2.ed. Brasília: FUNAG, 2012.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Caderno CEDES**. Campinas , v. 28, n. 76, dec. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622008000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622008000300002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SARGENTINI, V.M.O.; SILVA, F.P. **Análise de discurso político e a política da análise do discurso**: o estranho espelho da Análise do Discurso. Porto Alegre-RS, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/FranciscoPauloDaSilva.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

SILVA, M.J.R. **A tecnologia e o saber**: discursos e representações do intelectual na internet. Dissertação. Mestrado em Linguística. Universidade de Franca. Franca-SP, 2010.

SILVA, A.K.A.; CORREIA, A.E.G.C.; LIMA, I.F.. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. Ene.-Jun. 2010, v. 33, n. 1, pp. 213-239.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THOMAS, C.R. **Philosophical Anthropology and Educational change: wilhelm von Humboldt and the Russian Reforms**. History of Education Quarterly, v. 13, n. 3, 1973.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

TEIXEIRA COELHO, J. **Moderno pós-moderno: modos e versões**. 5.ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

TRINDADE, H. **Universidade em ruínas: na república dos professores**. 2.ed Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: CIPEDES, 1999.

VAZ, G. et al. Sagittal morphology and equilibrium of pelvis and spine. **Springer-Verlag**, 26 jun. 2001. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s005860000224#page-2>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. Foucault revoluciona a história. In: VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1998.

VILLANOVA, José (Org.). **Universidade do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviços dos Países S.A., 1948

VOLTZ, R. L'universite napoleonienne (19ème siècle). In: **La Physique à Strasbourg: regards sur le passé (1621-1918)**. Strasbourg, 2001. <Disponível em: <http://www.physique-ingenierie.unistra.fr/spip.php?article29>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

VON ZUBEN, M.C. **Entre a história e a liberdade: a ontologia do presente em Michel Foucault**. Tese de doutorado em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Trad. Caio Liudvik. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WITZEL, D.G. **Práticas discursivas, redes de memória e identidades do feminino: entre práticas, bruxas e lobos no universo publicitário**. Tese. Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 2011.

YAZBEK, A.C. **Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault**. Tese de doutorado em Filosofia. São Paulo: Pontícia Universidade Católica, 2008.

ZINE, M.C. L'a priori historique et le diagnostic de l'actualité chez Michel Foucault. **Nouveau millénaire, Défis libertaires**. Disponível em: <<http://libertaire.free.fr/MCZine01.html>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

### **Corpus da pesquisa**

BATISTA, E.M.T.; ALVES, A.P.M. Roteiro de apresentação de Trabalhos acadêmicos. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Araraquara, Unesp, 2011.

BLOG do Prof. Helder Gusso. Diferença entre um doutor e uma pessoa sem estudo. **Comportamento & Cultura**. Disponível em: <<http://sasico.com.br/psico/?p=902>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

BRASIL. **Ato institucional nº 5**. Brasília/DF: 13 dez. 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília/DF: 24 jan. 1967. Acesso em: 15 jan. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931**. Brasília/DF, 11 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de 11 de agosto de 1827**. Leis históricas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_63/Lei\\_1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e outros assuntos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12772.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm)>. Acesso em: 21 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Manual de redação da presidência da República**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior – EAPES**. Ministério da Educação e Cultura. Acordos MEC/USAID. Rio de Janeiro: MEC/DESU, 1969.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior – EAPES**. Acordos MEC/USAID. Ministério da Educação. Rio de Janeiro: MEC/DESU, 1969.

BRIDWELL, K. Spinal Curvature Problems: Fixed Sagittal Imbalance. **Spine Universe**. Acesso em: 28 dez. 2014. Disponível em: <http://www.spineuniverse.com/conditions/kyphosis/spinal-curvedure-problems-fixed-sagittal-imbalance>.

BRUM, E. Doutor Advogado e Doutor médico: até quando? **Revista Época**. 10 set. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/09/doutor-advogado-e-doutor-medico-ate-quando.html>. Acesso em: 05 mar. 2014.

CAETANO-CHANG, M. R. **Redação científica**. Instituto de Geociência e Ciências Exatas. Rio Claro: Unesp, 2012. Acesso em: 16 abr. 2014. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/DIDATICOS/M%20RITA/APOSTILA%20-%20REDA%C3%87%C3%83O%20CIENT%C3%8DFICA.pdf>.

CAMPOS, Francisco. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. In: **Ministério da Educação e Saúde Pública**. Organização Universitária Brasileira. Decretos n.ºs. 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ . Institucional. **História**: a criação. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Institucional. **O CNPq**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Currículo Lattes**. Césare Giulio Lattes. Página inicial. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>>.

\_\_\_\_\_. **Currículo Lattes**. Busca textual. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>.

\_\_\_\_\_. **Currículo Lattes**. Estudantes e pesquisadores. Página inicial. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>>.

\_\_\_\_\_. **Currículo Lattes**. Produção em C, T & A: produção bibliográfica. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Painel Lattes**. Dados e estatísticas. Distribuição geográfica. <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/mapa/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plataforma Lattes**. Histórico. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/portal-lattes/historico>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plataforma Lattes**. Sobre a plataforma. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

DAYANNE, P. O sentido de ser universitário. Poesias e poemas. Estudante. **Mundo Jovem**. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/poesias-poemas/estudante/o-sentido-de-ser-universitario>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. (Corvisieri, E., trad.). São Paulo: Escala, 2006.

DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J.R. **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. Paris, 1751-1772. . Acesso em: 16 jan. 2015. Disponível em: <[http://fr.wikisource.org/wiki/Encyclop%C3%A9die,\\_ou\\_Dictionnaire\\_raisonn%C3%A9\\_de\\_sciences,\\_des\\_arts\\_et\\_des\\_m%C3%A9tiers](http://fr.wikisource.org/wiki/Encyclop%C3%A9die,_ou_Dictionnaire_raisonn%C3%A9_de_sciences,_des_arts_et_des_m%C3%A9tiers)>.

DOUTOR é quem faz doutorado. **Academia econômica**. Disponível em: <<http://academiaeconomica.com/2013/10/doutor-e-quem-faz-doutorado.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **De olho em canes**. Disponível em: <[http://deolhoemcanes.blogspot.com.br/2013/07/doutor-e-quem-faz-doutorado\\_28.html](http://deolhoemcanes.blogspot.com.br/2013/07/doutor-e-quem-faz-doutorado_28.html)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson C.C. Souza. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ESCRITA CIENTÍFICA. **Sobre**. Acesso em: 20 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.escritacientifica.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1&Itemid=102](http://www.escritacientifica.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=102)>.

ESTADO DE SÃO PAULO. Universidades brasileiras devem promover internacionalização, valorizar mérito, flexibilizar regras e reduzir burocracia se quiserem chegar à elite do ensino superior. In: **Ensino Superior**. Unicamp. 17 nov. 2013. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/notas/universidades-brasileiras-devem-promover-internacionalizacao-valorizar-merito-flexibilizar-regras-e-reduzir-burocracia-se-quiserem-chegar-a-elite-do-ensino-superior>. Acesso em: 12 jan. 2014.

FUNCIONES, **Matemáticas discretas**. Universidad del Valle, Cali, Colombia. Disponível: <[http://eisc.univalle.edu.co/materias/Matematicas\\_Discretas\\_1/notes/unidad2/capitulo2/introf un.html](http://eisc.univalle.edu.co/materias/Matematicas_Discretas_1/notes/unidad2/capitulo2/introf un.html)>. Acesso em: 28 dez. 2014.

GOMBAULT, V. L'internet de plus en plus prisé, l'internaute de plus en plus mobile. INSEE. **Institut national de la statistique et des études économique**. Disponível em: <[http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref\\_id=ip1452](http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=ip1452)>. Acesso em: 18 jan. 2015.

HORTA, J.B.S. **Gustavo Capanema**. Recife: Massangana, 2010. p. 21. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4702.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

JANSEN, H. Número de internautas no Brasil alcança percentual inédito, mas acesso ainda é concentrado. **O Globo**. Tecnologia. 27 jun. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/numero-de-internautas-no-brasil-alcanca>-

percentual-inedito-mas-acesso-ainda-concentrado-13027120#ixzz3SfJJ6EPD>. Acesso em: 18 jan. 2015.

LA THIÉRACHE. **Recueil de documents concernant l'histoire, les beaux-arts, les sciences naturelles et l'industrie de cette ancienne subdivision de la Picardie**, Volumes 1-2. Tome premier. Vervins, palpillons, Lithographie, 1849. Acesso em: 28 dez. 2014. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/La\\_Thi%C3%A9rache.html?id=SrRCAAAAYAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/La_Thi%C3%A9rache.html?id=SrRCAAAAYAAJ&redir_esc=y)>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MORAES FILHO, W.B. Workshop. **Faculdade de Ciências Médicas**. Universidade Estadual de Campinas. 31 out. 2013. Inglês dificulta internacionalização. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/10/31/ingles-dificulta-internacionalizacao?language=pt-br>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

NATIONAL Academy of Sciences. **Compatibility of science and religion**. Evolution Resources. Disponível em: <http://www.nas.edu/evolution/Compatibility.html>. Acesso em: 14 dez. 2014.

O QUE é melhor, ser mestre ou doutor. **Bom demás**. Disponível em: <<http://bomdemas.com.br/o-que-e-melhor-ser-mestre-ou-doutor>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PORTAL G1. Mais de 50% dos brasileiros estão conectados à internet, diz Pnad. **Globo.com**. 18 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/mais-de-50-dos-brasileiros-estao-conectados-internet-diz-pnad.html>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Governo sanciona MP que exige doutorado para professor federal. **Globo.com**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/governo-sanciona-mp-que-exige-doutorado-para-professor-federal.html>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

RUDGE, M.V.C. Unesp - ensino público, gratuito e de qualidade. **Estadão**. São Paulo: 27 mai. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,artigo-unesp-ensino-publico-gratuito-e-de-qualidade,1172370>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

SCARTON, G. Todos nós somos doutores. Manual de redação. **PUC-Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/manualred/textos/texto8.php>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 13. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TEIXEIRA, S.A. **Fazendo pesquisa escolar na internet**. Dissertação. Mestrado em Linguística Aplicada. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Conferência mundial sobre o ensino superior.** Tendências para a educação superior para o Século XXI. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights.** Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>>. Acesso em: 11 abr. 2014

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. **Internacionalização avança em novas direções.** Notícias. 16 mai. 2014. Campinas-SP: UNICAMP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2014/05/16/internacionalizacao-da-unicamp-avanca-em-novas-direcoes>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Ações de fomento à internacionalização. Disponível em: <http://www.usp.br/internationaloffice/index.php/institucional/acoes-de-fomento-a-internacionalizacao/>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portal da escrita científica.** São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Escrita científica ainda é desafio no meio acadêmico brasileiro. **Pesquisa, USP Online Destaque.** 06 nov. 2013. Disponível em: <<http://www5.usp.br/35753/escrita-cientifica-ainda-e-desafio-no-meio-academico-brasileiro/>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Concursos. Edital N° 4/2014. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.** Publicado no DOE em 24 jan. 2014. Executivo I, pp. 267-268. Araraquara-SP: UNESP. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAdministrativa/RcursosHumanos/edital\\_trabalho-docente.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAdministrativa/RcursosHumanos/edital_trabalho-docente.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Edital do processo seletivo 2013: ingresso 2014. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.** Araraquara, UNESP, 2013. Acesso em: 10 fev. 2014. Disponível <[http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital\\_linguistica\\_2013\\_2014.pdf](http://www.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/edital_linguistica_2013_2014.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Jornal da Unesp.** Nova face da pesquisa. Ano XXIX, n. 307, jan-fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento institucional da UNESP.** Relatório. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: <[https://ape.unesp.br/pdi/execucao/box\\_competencias.php](https://ape.unesp.br/pdi/execucao/box_competencias.php)>. Acesso em: 02 mar. 2015, p. 22.

\_\_\_\_\_. Portaria N° 76, de 14 de abril de 2010. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Disponível em: <<http://master.fclar.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/StrictoSensu/LinguisticaeLinguaPortuguesa/Portaria%2076-2010%20Regulamento%20Programa%20DS.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria n° 015/2009. Regulamenta a atividade de Monografia de Conclusão do Curso de Letras. Bacharelado. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Disponível em: <[master.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/regulamento\\_mono\\_let.pdf](http://master.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/regulamento_mono_let.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Regulamento. Resolução Unesp-15, de 10 de Fevereiro de 2012. **Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/economia/regulamento>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Transparência**. Competências. Disponível em: <<http://unesp.br/transparencia/competencias.php>>. Acesso em: 28 dez. 2014, grifo nosso.

UNIVERSO ONLINE. **Educação**. Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/10/17/programa-ciencia-sem-fronteiras-ja-ofereceu-177-mil-bolsas-para-o-exterior-veja-como-participar.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. História. **Linha do Tempo**. Acesso em: 22 mar. 2014. Disponível em: <<http://sobre.uol.com.br/historia/linhadotempo.jhtm>>.

VENÂNCIO FILHO, A.. **Das Arcadas ao Bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

VIEIRA, E. Religião e Universidade convivem há muito tempo. **Blog GPCR**. Grupo de Pesquisa Ciência e Religião. Universidade Federal do Sergipe. 25 nov. 2009. Disponível em: <https://empautaufs.wordpress.com/2009/11/25/religiao-e-convivem-ha-muito-temp/>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ZUCOLOTTO, V. **Escrita científica**. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

WAHEED KHAN, A. Vers les sociétés du savoir: une interview. 18 jun. 2003. Actualités. **Portal UNESCO**. Français. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/ci/fr/ev.php-URL\\_ID=11958&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/fr/ev.php-URL_ID=11958&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em: 18 jan. 2015.

## ANEXO I

### Relatório do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP (2009)

FONTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Plano de desenvolvimento institucional da UNESP**. Relatório. São Paulo: 2009. Disponível em: <[https://ape.unesp.br/pdi/execucao/box\\_competencias.php](https://ape.unesp.br/pdi/execucao/box_competencias.php)>. Acesso em: 02 mar. 2015, p. 22.



## 2- Princípios

A UNESP tem como objetivo permanente a criação e transmissão do saber, da arte e da cultura, devendo para isso:

- Criar, preservar, organizar e transmitir o saber, a arte e a cultura por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária;
- Defender a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- Oferecer ensino público gratuito, laico e de qualidade;
- Formar cidadãos críticos e capacitados para o exercício da pesquisa e das diferentes profissões;
- Respeitar a liberdade intelectual, o pluralismo das ideias, defendendo e promovendo a cidadania, os direitos humanos e a justiça social.

## ANEXO II

### **Unesp – ensino público, gratuito e de qualidade**

FONTE: RUDGE, M.V.C. Unesp - ensino público, gratuito e de qualidade. **Estadão**. São Paulo: 27 mai. 2014. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,artigo-unesp-ensino-publico-gratuito-e-de-qualidade,1172370>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

SÃO PAULO - Com apenas 38 anos de existência, a Unesp é hoje uma das dez melhores universidades da América Latina, ocupando a 9ª posição no QS University Rankings: América Latina, divulgado nesta terça-feira, 27. Além de oferecer ensino de qualidade, gerar conhecimento e prestar serviços à sociedade, as unidades da Unesp têm impacto econômico direto nos municípios onde estão instaladas.

Estudo recente, realizado sob a coordenação do professor José Murari Bovo, da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara (FCL), apontou que, em 2012, a universidade foi responsável pela movimentação de cerca de R\$ 1,9 bilhão em 22 cidades do interior paulista. Esse valor correspondeu a 41,7% do ICMS arrecadado em todos esses municípios e a 17,4% do total da receita de suas prefeituras.

Desde 2009, as ações estratégicas da Unesp têm sido norteadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que estabeleceu a missão e a visão de futuro da universidade, comprometidas com a excelência e ampliação de sua participação nos cenários municipal, estadual, nacional e internacional, com vistas a elevar a instituição a um novo patamar, o de uma universidade de classe mundial.

Para a análise do papel da Unesp no século 21, além da indiscutível importância da educação como pilar de sustentação para o desenvolvimento do País, é fundamental ter consciência de que os profissionais formados devem estar preparados para exercer suas atividades em um contexto marcado pela globalização, que exige um novo tipo de formação, capaz de responder aos desafios e às necessidades da sociedade brasileira.

Além disso, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Estado, a Unesp também direcionou esforços e investimentos para a ampliação da inserção de segmentos de nossa sociedade no ensino superior. Além de oferecer a isenção da taxa de inscrição para o vestibular para candidatos socioeconomicamente carentes, redução de 50% pela Lei Estadual 12.782 e de 75% para aqueles do último ano do ensino médio da rede pública paulista (cerca de 500 mil alunos), a instituição aprovou, recentemente, o Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública.

Vestibular. Já no Vestibular 2014, a Unesp reservou 1.134 das 7.259 vagas para candidatos que realizaram integralmente o ensino médio em escola pública e, entre essas

vagas, 391 foram especialmente destinadas a candidatos que se auto declararam pretos, pardos ou indígenas.

A proposta é que o Sistema de Reserva de Vagas tenha crescimento anual que deverá atingir o percentual de 50% das vagas no Vestibular 2018. Também no sentido da inserção social, os cursinhos pré-Vestibulares da Unesp ofereceram 4.886 vagas em 22 unidades universitárias. Essa importante ação da Unesp culminou na aprovação de 2.516 de seus estudantes dos cursinhos em vestibulares, sendo 1.647 em instituições públicas.

Outro importante pilar de sustentação para o crescimento da universidade foi a evolução exponencial da produção de novos conhecimentos. A comparação da produção científica no período de 2005-2012 aponta indicadores com crescimento de aproximadamente 40% em importantes bases de dados internacionais, como o SCOPUS e o ISI.

O reconhecimento da contribuição científica da Unesp reflete-se, também, no aumento do número de docentes com Bolsa de Produtividade do CNPq, especialmente no nível mais alto (1A). O padrão cada vez mais elevado das pesquisas realizadas na Unesp tem também proporcionado a formação de mestres e doutores com qualidade semelhante à das grandes universidades mundiais. Atualmente, a Unesp possui cerca de 12.800 alunos matriculados na pós-graduação stricto sensu, nos seus 128 programas credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), destacando-se como a segunda maior Universidade do País na formação de doutores.

Pós. Recentemente, a avaliação trienal da Capes (2010-2012) confirmou o expressivo incremento de qualidade dos cursos de pós-graduação da Unesp, com mais da metade deles (54,3%) dentro dos níveis de excelência (5, 6 ou 7), percentual superior à média nacional. Vale destacar que a excelência da pós-graduação é reconhecida pelos Ministérios da Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de repasse de maior número de bolsas de mestrado e de doutorado, mais recursos para intercâmbios internacionais, auxílios para trabalhos de campo, visitas técnicas e outros tipos de financiamento.

Para continuar respondendo aos desafios do mundo contemporâneo e para consolidar sua participação como uma das mais respeitadas e atuantes instituições de ensino, pesquisa e extensão do País, a Unesp busca permanentemente estreitar ainda mais sua relação com a sociedade brasileira, particularmente, a comunidade acadêmica e científica, de modo democrático e dentro dos melhores padrões de respeitabilidade ao bem público.

## ANEXO III

### **Religião e Universidade convivem há muito tempo**

FONTE: VIEIRA, E. Religião e Universidade convivem há muito tempo. *Blog GPCR*. Grupo de Pesquisa Ciência e Religião. Universidade Federal do Sergipe. 25 nov. 2009. Disponível em: <https://empautaufs.wordpress.com/2009/11/25/religiao-e-convivem-ha-muito-temp/>. Acesso em: 12 jan. 2015.

Religião e Universidade convivem há muito tempo

Posted in Educação, Reflexão, Uncategorized by micheletavares on 25/11/2009

“Fé e razão não são excludentes”. “Religião na universidade não dá, cada uma tem seu lugar”. “O antagonismo entre fé e razão é uma falácia”. Estas são as falas de três pessoas que vivem diariamente essa relação entre religião e universidade. Por Eloy Vieira

Essa discussão não é recente, começou na primeira universidade do mundo, a Universidade Al-Azhar, no Cairo, fundada em 998 d.C. O califa queria instruir os jovens da mesquita centrando-se no ensino da Teologia a fim de instruir os jovens para que pudessem resolver os recorrentes problemas entre a ciência e a religião. Poucos séculos depois surge as primeiras universidades européias, muitas ainda vinculadas a grupos religiosos, sobretudo à Igreja Católica, ainda sim, a questão entre religião e a ciência continuava pendente. De lá pra cá, não mudou tanto, apesar da laicização de vários países, ainda surgem instituições de ensino vinculadas a diversas religiões, como também surgem grupos religiosos dentro do ambiente acadêmico. Somos mais uma voz na universidade Thiago Roosevelt, estudante de Administração e membro da ABU.

Em várias universidades do mundo é possível notar a atuação da Aliança Bíblica Universitária (ABU), ela já está presente em mais de 100 países e visa difundir os evangelhos dentre os estudantes: “Nós somos um movimento estudantil que leva a palavra de Deus. Somos mais uma voz na universidade, que, afinal, é democrática”, defende Thiago Roosevelt. Ele, estudante de Administração, ainda acrescenta que nunca sofreu preconceito no âmbito acadêmico, mas reconhece o que ele mesmo chamou de ‘cientificismo’. “Não entendo essa rivalidade, há fé na razão... fé e razão não são excludentes, não precisa haver esse cientificismo tão presente na universidade”, defende.

Se quer rezar, vá rezar... fora da universidade! Diferentemente do jovem estudante, o também jovem e professor de filosofia, Marcelo Primo é taxativo: “Fé e razão são coisas diferentes, cada uma tem seu lugar. Se quer rezar, vá rezar... fora da universidade!” Essa frase era recorrente em suas aulas, alegam alguns alunos, que, por muitas vezes ficavam atônitos com a ação do professor. Mas esta reação não é surpreendente, pois, segundo pesquisa feita com jovens de 21 países pela instituição alemã Bertelsmann Stiftung, os jovens

brasileiros, de faixa etária entre 18 e 29 anos, estão em 3º lugar no ranking de religiosidade. A pesquisa constatou que 95% dos jovens do Brasil dizem ser religiosos; 65% definem-se “profundamente religiosos” e apenas 4% afirmam não possuir religião.

Para ajudar a compreender essas estatísticas, o professor Rodorval Carvalho, chefe do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe e membro do Grupo de Ciências da Religião na mesma universidade. “Esses números expressam bem o equívoco de algumas teorias sociais que afirmam (ou afirmavam) o fim do sagrado, a falência das religiões. O que está acontecendo com o fenômeno religioso é o que acontece com todo e qualquer fenômeno social, mudanças”; esclarece. E é compreender essas mudanças é um dos propósitos do Grupo de Ciências da Religião. “O fenômeno religioso é também um fenômeno social e, sendo assim pode ser apreendido, pelo menos em parte, pelos métodos científicos e filosóficos. As abordagens são muitas, desde a história comparada das religiões até a fenomenologia religiosa, passando pelas etnografias”, argumenta o professor. Ele ainda acrescenta que o grupo se tornou importante a partir do momento em que tentou estabelecer um novo campo disciplinar, tanto na graduação como na pós-graduação.

Apesar de cientista e pesquisador, o professor Rodorval é sintético ao discordar de seu colega de profissão: “O antagonismo entre fé e razão é uma falácia repetida por muita gente até os dias de hoje. São formas distintas de conhecimento, cada uma com seu âmbito de ação, mas com possibilidades de diálogos profundos”, argumentou quando questionado sobre a convivência entre Fé e Razão. E ainda fez questão de destacar o papel da religião na produção científica ocidental: “Veja, por exemplo, o caso da Igreja Católica. Não há na história do Ocidente uma instituição que mais tenha contribuído para avanço das ciências; seja através da ação dos seus sacerdotes ou pelos seus princípios teológicos”. Além de antiga, a polêmica religião-ciência (Fé-Razão), é pertinente, sobretudo num país como o Brasil, o maior país católico do mundo, E este assunto deve seguir assim, instigando a mente humana a resolver seus conflitos mais primários.

## ANEXO IV

### **Doutor é quem faz doutorado?**

FONTE: DOUTOR é quem faz doutorado. **Academia econômica**. Disponível em: <<http://academiaeconomica.com/2013/10/doutor-e-quem-faz-doutorado.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

Se você chegou a este texto, certamente veio em busca de mais uma opinião sobre o tão debatido título exigido pelos profissionais do Direito. Afinal de contas, podem os profissionais das ciências jurídicas exigirem tal título, ainda que não tenham cumprido o requisito exigido de todos os demais profissionais?

O objetivo deste texto, porém, não é responder essa questão, mas demonstrar quão medíocre é a formulação dessa pergunta.

É absolutamente aterrador a quantidade de títulos e autoridades que somos obrigados a conviver. Um estudante qualquer obtém o título de graduado em uma ciência e, somente por isso, crê ter sido investido de uma sapiência singular que o distingue dos demais. Um simples cidadão presta um concurso para a polícia e crê que aquele distintivo o faz mais importante e poderoso que os demais.

Estamos tão acostumados com tantas pessoas ostentando seus títulos e autoridades, que somos influenciados a perseguir igual condição.

Nos debates, acadêmicos ou não, a argumentação e a capacidade de mostrar um raciocínio lógico fora relegado a um segundo plano. É muito comum que um dos interlocutores finalize a discussão apresentando seu título. “Sou mestre, sou doutor, tenho vinte anos de experiência, estudei na Inglaterra e por tudo isso não posso estar errado, ainda que meus argumentos sejam estúpidos”.

Não posso afirmar se é correto ou não chamar de doutor um reles graduado em Direito, mas defendo que esse é o desejo de profissionais oriundos de uma sociedade provinciana.

Nos tempos antigos, e ainda existente em localidades remotas e simples nos tempos atuais, chamar alguém de doutor ou atribuir à alguém um título próximo a nobreza é uma postura de submissão à alguém que possui características invejáveis. Por algum estranho motivo, estamos inclinados a reverenciar as pessoas em que acreditamos possuir virtudes que em nós inexistem, quando na verdade essas mesmas pessoas veneradas em nada se qualificam para receber tamanha reverência.

No Brasil, esse comportamento me entristece e valida todos os dias o argumento que somos um povo submisso e ignorante.

## ANEXO V

## Ferramenta de busca por currículos da Plataforma Lattes.

FONTE: CNPQ. Currículo Lattes. Buscar Currículo Lattes. Acesso em: 20 mar. 2014. Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>.











Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

---

 Busca Avançada

Buscar por:

Selecione o modo de busca  Nome  Assunto (Título ou palavra chave de produção)

Mas bases

Doutores  Demais pesquisadores (Mestres, Graduados, Estudantes, Técnicos, etc.)

Nacionalidade:

Brasileira  Estrangeira

País de nacionalidade:

Todos

Tipo de filtro

Filtros

Preferências

Bolsistas de Produtividade do CNPq

Formação Acadêmica/Titulação

Atuação profissional

Idioma

Atividade Profissional (Instituição)

Outros Bolsistas do CNPq

Nível do Curso de Pós-graduação onde é Docente

Atividade de Orientação

Áreas ou Setores de Produção em C&T

Presença no Diretório de Grupos de pesquisa

 Buscar

## ANEXO VI

**Página Inicial do Portal Escrita Científica**

FONTE: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Portal da escrita científica**. São Carlos/SP. Disponível em: <<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/>> Acesso em 15 abr. 2014.

A-A A+  
Pesquisar... OK

EESC IAU ICIMC IFSC IQSC PUSP-SC

portal da  
**escrita científica**  
USP São Carlos

HOME O QUE É CURSOS DISCIPLINAS RECURSOS GLOSSÁRIO LINKS

O Portal da Escrita Científica do Campus USP de São Carlos tem por objetivo auxiliar na formação de escritores de artigos científicos através do oferecimento de minicursos voltados à estruturação e linguagem de documentos científicos (teses e artigos), ferramentas de apoio à escrita, gerenciamento de referências e editoração, etc.

NOTÍCIAS E EVENTOS +

Professor da USP desenvolve curso online de escrita científica  
O curso é voltado especialmente para alunos de pós-graduação e pesquisadores na produção de artigos de maior relevância acadêmica.  
Saiba +

VIDEOS +

A Importância da Escrita na vida do Cientista  
Universidade de São Paulo - São Carlos  
Prof. Dr. Gilson Luiz Volpattro